

Santa Catarina, um estado mais competitivo

BALANÇO GERAL DE 2017



Secretaria
de Estado da
Fazenda

Diretoria de
Contabilidade
Geral



VOLUME 1
Relatório Contábil
de Propósito Geral
(RCPG)

Santa Catarina, um estado mais competitivo

BALANÇO GERAL DE 2017



FOTO: JULIO CAVALHEIRO/SECOM

Secretaria
de Estado da
Fazenda

Diretoria de
Contabilidade
Geral



VOLUME 1
Relatório Contábil
de Propósito Geral
(RCPG)

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEF)
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL (DCOG)
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA (GEINC)

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO BALANÇO

Graziela Luiza Meincheim – Diretora da DCOG
Gilceu Ferreira – Gerente da GEINC

Geraldo Catunda Neto – GEINC

Janice Vilsélia Pacifico da Silveira – GEINC

Kely Cristina da Silva Truppel – GEINC

Roberto Mosânio Duarte de Carvalho Júnior – GEINC

Rogério Felipe Pereira – GEINC

Rosângela Della Vechia – GEINC

Alice Luciane Rhoden – COINF

Aline Cabral Vaz – ASCOM

Cléia Cionia Schmitz – ASCOM

Flávio George Rocha – GENOC

Maria Luiza Seemann – COINF

Paulo Zoldan – DIOR

Sandro Robson Pontes – GENOC

COLABORAÇÃO

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

ASSESSORIA

Isis Paz Portinho
Michele da Silva Espindola
Vagner Alonso Pacheco

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA (GECOC)

Andréa Terezinha Vitali (Gerente)
Cintia Fronza Rodrigues
Graziela Gesser
Raquel Costa Pereira

GERÊNCIA DE ESTUDOS E NORMALIZAÇÃO CONTÁBIL (GENOC)

Flávio George Rocha (Gerente)
Emanuella Seemann Hunttemann
Michele Patrícia Roncalio
Roberto Fialho
Sandro Robson Pontes

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA (GECOF)

Vera Lúcia Hawerth Santana (Gerente)
Ana Maria da Silva
Solange Maria Lourenço Cardoso de Oliveira

GERÊNCIA DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL (GESIF)

Marcelo Inocêncio Pereira (Gerente)
Carmem Lúcia Massulini
Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena
Elizabeth Salazar da Silva
Ivan Grave

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL (COINF)

Maria Luiza Seemann
Alice Luciane Rhoden
Heber Lima da Costa
Mário Wendhausen Gentil

COORDENADORIA DO SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS (CSIOP)

Tatiana Borges
Luciano da Silva Spindola
Márcio Studart Nogueira

COORDENADORIA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS DE SANTA CATARINA (COSIC)

Gilmar de Oliveira Amorim
Jorge Luiz Alves
Marcelo Fernandes Pedrosa

CONTADORES DA FAZENDA ESTADUAL RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES ESTADUAIS

Adalberto Cervino Ventura
Alexandra Mara de Brito
Anderson Pereira
André Amaral Medeiros
André Conceição Costa
Ângela Coelho
Arcangelo Felisberto
Bruno Hubacher da Costa
Carlos Eduardo Osório
Cintia Salvador Sorgen
Cristiano Severo Martins
Daniela de Souza Pereira Savi
Dielis Heder Fiorentini
Eliana Amorim Rosa
Elisa Mayer
Erci Velho de Melo Petronilio
Everaldo Elias Vieira
Fabiana Santana Correa
Guilherme Cerutti Bueno
Gutemberg Salles Afonso
Isac Garcia Fernandes
Isair Sell
Ivana Kretzer Santos
Jefferson Fernando Grande
Júlio Cesar Siqueira
Laizy da Silva
Luana Claudia Torres
Marcelo Carlos Botelho
Michely Bernardini Schweitzer
Nadieg Sorato Pacheco
Ozemar Nascimento Willmer
Paulo Guilherme O. Belvedere
Patrick Estevão Imeton Pereira
Priscila Tais Schulle
Rinaldo José Vales
Sandro Medeiros Alves

OUTRAS DIRETORIAS E ÁREAS

Assessoria de Comunicação – SEF
Assessorias de Comunicação dos Órgãos Estaduais
Diretoria Administrativa e Financeira – SEF
Diretoria de Administração Tributária – SEF
Diretoria de Auditoria Geral – SEF
Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – SEF
Diretoria de Gestão de Fundos – SEF
Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF
Diretoria do Tesouro Estadual – SEF
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)

INFORMAÇÕES

Gerência de Informações
Contábeis e Transparência
da Gestão Pública
geinc@sefaz.sc.gov.br
(48) 3665-2773 – (48) 3665-2710

Secretaria
de Estado da
Fazenda
Diretoria de
Contabilidade
Geral



Centro Administrativo do Governo
Rodovia SC-401, nº 4.600 – Km 5
Saco Grande II – Florianópolis – SC

CONCEPÇÃO GRÁFICA
OFFICIO (oficio.com.br)

Santa Catarina, um estado mais competitivo

BALANÇO GERAL DE 2017

GESTÃO: João Raimundo Colombo

Eduardo Pinho Moreira

GOVERNADOR DO ESTADO

Paulo Eli

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Marco Aurélio de Andrade Dutra

SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA

Graziela Luiza Meincheim

DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

**Secretaria
de Estado da
Fazenda**

**Diretoria de
Contabilidade
Geral**



MENSAGEM DA GESTÃO

Quem me conhece sabe, eu sou um otimista. Entre projetar um futuro difícil e outro promissor, eu sempre ficarei com a segunda opção.

Confesso que pensei que 2017 seria um ano mais fácil. Mas a crise econômica brasileira não deu trégua, e foi preciso contar com o esforço de todos para fechar as contas sem comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços básicos ao cidadão.

Cada vez melhor

João Raimundo Colombo
GOVERNADOR DO ESTADO

Fazendo, agora, o balanço do que passou, vejo que mostramos que a crise pode sim ser uma grande oportunidade. Basta acreditar e fazer o que tem de ser feito. Depois de passar por um período de crise, começamos a nos recuperar e, apesar de ser em cima de uma realidade muito ruim, tivemos bons resultados em relação aos demais estados.

Nosso PIB estimado de 2017 cresceu 3,3% em comparação com 1% do Brasil. Na geração de empregos, também tivemos destaque. Entre agosto e outubro, chegamos a responder por 71% dos empregos gerados no Sul do País. É um feito imenso para um estado que tem apenas 1% do território nacional. E nada é mais importante e valioso do que ter trabalho e renda para manter a família.

Esse resultado não é do Governo do Estado, mas da sociedade catarinense, de seus empresários, de suas instituições, do trabalhador do campo e da cidade. Mas acredito que o Governo contribuiu com a sua parcela ao tomar decisões como a de não aumentar impostos, tornando Santa Catarina mais competitiva para manter e atrair novos investimentos. Aumentamos a nossa arrecadação sem prejudicar o setor privado, e o resultado foi o crescimento da economia.

Em 2017, tivemos uma safra recorde, e nossa balança comercial alcançou desempenho espetacular, com crescimento de 12% nas exportações e 21% nas importações. Na área pública, a arrecadação de ICMS cresceu 10%, contratamos mais de 1.100 novos policiais civis e militares, e pagamos em dia os salários dos servidores públicos. Podemos afirmar sem medo, somos hoje um estado mais competitivo e estamos alcançando o nosso desafio de ser o último Estado a entrar na crise e o primeiro a sair dela.

Esse reconhecimento vem de fora de Santa Catarina. No ranking geral de competitividade dos estados, alcançamos a segunda posição em 2017, atrás apenas de São Paulo. Ficamos em primeiro lugar em segurança pública e sustentabilidade social, e também nos destacamos nas áreas de infraestrutura, educação, capital humano e inovação.

Volto a dizer, não conquistamos nada sozinhos. Essa é uma vitória do povo catarinense, gente acostumada a desbravar e a superar obstáculos. Essa sintonia da gestão pública com a sociedade é que nos dá força para olhar em frente e ser otimista com os novos desafios. Tenho certeza de que o mais difícil já passou e que o futuro será bem melhor.

Mais do que a excelente colocação no Ranking de Competitividade dos Estados, atrás apenas de São Paulo, um dos maiores feitos de Santa Catarina em termos de competitividade é a constância de sua evolução desde 2011, quando o ranking foi criado.

Santa Catarina jogou justo

Ao galgar cinco posições no Ranking de Competitividade em seis anos, o Estado consolida e confirma acertadas as suas escolhas administrativas e a parceria com a iniciativa privada para o desenvolvimento econômico.

Diferentemente de ser competidor, ser competitivo é, em primeiro lugar, respeitar as regras. O Estado de Santa Catarina fez isso ao atravessar a difícil crise econômica e política sem aumentar os seus impostos, enquanto praticamente todos os outros estados o fizeram. Foi uma decisão difícil, mas que respeitou quem mais contribui para o fomento dos empregos: os empreendedores que aqui decidiram se desenvolver e gerar emprego e renda.

O resultado é termos sido o Estado com melhor saldo de empregos. Essa foi, sem dúvida, a maior conquista dos catarinenses, pois a verdadeira competitividade só acontece quando os participantes têm condições dignas de competir.

Mesmo com inúmeras dificuldades, o Governo conseguiu cumprir a sua missão e satisfazer as necessidades mais prementes dos seus clientes – os cidadãos. Atravessamos mais um ano sem greve nos serviços públicos essenciais, sem atraso nos pagamentos dos servidores públicos, sem desemprego em massa e com obras em andamento. Foi com essa motivação e com a consciência de seu propósito que o Governo do Estado se manteve em atividade apesar dos pesares, que não foram poucos.

Entraremos em 2018 com dificuldades acumuladas no decurso de três anos de crise, mas fortalecidos por nossas conquistas, alcançadas sem penalização da sociedade produtiva e com garantia de segurança jurídica. Competitividade diz respeito a confiança e persistência. Santa Catarina está no caminho certo porque o Governo e a iniciativa privada desenvolveram uma relação harmônica nos últimos anos, e esse elo deverá seguir fortalecido agora que o pior da crise passou. O setor privado reconhece isso, e a prova são os novos investimentos que não param de chegar.

Ao mesmo tempo que somos realistas em relação à conjuntura, acreditamos que havemos de colher em um futuro breve o que plantamos ao longo de 2017. Desafios sempre existirão, e superá-los é a missão dos gestores públicos.

Paulo Eli
SECRETÁRIO DE ESTADO
DA FAZENDA

APRESENTAÇÃO

Olá, cidadão! Você sabe como foram aplicados os recursos do Estado de Santa Catarina no ano de 2017? Quanto foi destinado para a educação, a saúde, a segurança e a infraestrutura, por exemplo? Você tem alguma ideia? E ainda, quanto o Estado arrecadou com impostos e outras receitas? Estas e muitas outras informações sobre as ações do Governo, além da situação das finanças públicas, são apresentadas neste Balanço Geral.

Transparência efetiva

O objetivo principal do Balanço Geral é permitir o efetivo acesso do cidadão às informações da gestão pública para uma adequada análise e avaliação sobre o tema. Esta publicação é uma obrigação prevista na Constituição Estadual. O Governador do Estado deve prestar contas à Assembleia Legislativa no prazo de 60 dias após a abertura da sessão legislativa. No entanto, tem se buscado tornar a prestação de contas cada vez mais atrativa para a leitura e compreensão do cidadão. Assim, o Balanço traz uma linguagem mais acessível e menos técnica, transformando dados complexos em informações compreensíveis, com o intuito de ampliar os canais de comunicação entre a população e o Governo catarinense.

Não obstante essa iniciativa, ressalta-se que são observadas as disposições legais que tratam da matéria, tais como: Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade; e Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado nº TC-20, de 31 de agosto de 2015, que disciplina a remessa de informações e de demonstrativos contábeis à Egrégia Corte.

A responsabilidade pela organização e consolidação dos dados dos diversos órgãos e entidades da administração pública estadual cabe à Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda. Contudo, ressalta-se que compete a cada órgão e entidade a responsabilidade pela consistência e veracidade dos dados e informações gerados. Os dados não financeiros fornecem uma visão mais detalhada das ações e são obtidos a partir de diversos sistemas do Estado. Já os dados orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis são oriundos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), o sistema oficial de planejamento e gestão fiscal do Estado.

Firme nos propósitos de aperfeiçoamento contínuo e de melhora da qualidade das informações contábeis, a Diretoria de Contabilidade Geral tem enviado diversos esforços para convergir aos padrões internacionais de contabilidade do setor público. As normas em vigor no Brasil foram aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Com esses novos padrões, as práticas contábeis adotadas até então estão sendo alteradas para uma mesma base conceitual, visando à comparabilidade da situação econômico-financeira de

Graziela Luiza Meincheim
DIRETORA DE
CONTABILIDADE GERAL

várias entidades do setor público. A adoção dessas novas regras tem gerado impactos significativos na mensuração do patrimônio do Estado. Essa mudança deve continuar ao longo dos próximos anos, conforme plano de implantação definido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que estabelece estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência.

Podem ser citados como exemplos a avaliação dos bens móveis e imóveis do Estado a preço de mercado, a mensuração dos bens de infraestrutura, como rodovias, túneis e pontes, o reconhecimento das obrigações com servidores e as provisões atuariais do Regime de Previdência dos Servidores Públicos. Tudo isso para permitir que as demonstrações contábeis apresentem de forma abrangente a situação das finanças públicas e a avaliação integral do patrimônio público, proporcionando assim um planejamento fiscal adequado e um aprimoramento das estatísticas fiscais.

Além disso, as informações financeiras passam a ser contextualizadas com indicadores econômicos, sociais e de desempenho. O resultado são relatórios mais focados em informações realmente relevantes sob o ponto de vista do cidadão/usuário das demonstrações contábeis e tomadores de decisão em geral.

Como forma de disseminar as informações da gestão pública em nível global, esta prestação de contas encontra-se disponível, na íntegra, no Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado, no endereço eletrônico www.transparencia.sc.gov.br. No portal, que foi recentemente reformulado para possibilitar uma nova experiência ao cidadão no acompanhamento das informações da gestão pública, também é possível consultar, de forma detalhada, todos os dados sobre a execução orçamentária e financeira, os contratos firmados por Santa Catarina, os pagamentos efetuados aos fornecedores do Estado, a remuneração e os dados funcionais de servidores, as diárias pagas, assim como outras informações relevantes relacionadas à gestão pública.

Por fim, o Balanço Geral do Estado de 2017 está dividido em três volumes, além da mensagem apresentada pelo Governador na abertura da sessão legislativa:

Volume I - Relatório Contábil de Propósito Geral

Consoante às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), especialmente a NBC TSP Estrutura Conceitual, o volume 1 foi reformulado e apresenta o Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG). Esse relatório é um dos componentes centrais de transparência da informação contábil do Estado de Santa Catarina e fornece informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios, a prestação de contas e a responsabilização (*accountability*). O RCPG abrange, de forma consolidada, a execução dos orçamentos da administração direta, das autarquias, das fundações, dos fundos especiais e das empresas estatais dependentes, e demonstra os principais resultados alcançados no exercício tanto nas áreas administrativa, econômica, financeira e social, quanto em relação às metas do planejamento orçamentário e fiscal, e ao cumprimento de limites constitucionais e legais. Além disso, traz também as demonstrações contábeis consolidadas que evidenciam os resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial (Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa e suas respectivas notas explicativas) e permite a avaliação do desempenho do Estado no ano de 2017.

Volume II - Anexos do Balanço Geral do Estado

Neste volume, encontram-se os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64, observadas as alterações posteriores e as demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor, assim como os demonstrativos exigidos pela Instrução Normativa nº TC-20/2015, os relatórios dos núcleos técnicos do sistema de controle interno do Poder Executivo e o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública.

Volume III - Relatório de Atividades do Poder Executivo

Destaca os resultados mais relevantes nas áreas da ação governamental e possibilita o acompanhamento físico e financeiro dos programas de governo, bem como das ações priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Boa leitura!

★ SAÚDE

MENOR TAXA DE MORTALIDADE NA INFÂNCIA
(menores de 5 anos)

SC: 9,2*
Brasil: 13,3*

* Por 1.000 nascidos vivos
Fonte: IBGE 2016

MAIOR EXPECTATIVA DE VIDA

SC: 79,1 anos
Brasil: 75,8 anos

Fonte: IBGE/PNAD 2015

MELHOR TAXA DE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS

SC: 40,8 p.m.p.*
Brasil: 16,6 p.m.p.*

* Doadores por milhão da população
Fonte: ABTO

MENOR TAXA DE MORTALIDADE MATERNA

SC: 30,9*
Brasil: 57,6*

* Por 100 mil nascidos vivos
Fonte: SIM (Sistema de Informação de Mortalidade)/2015

★ SOCIAL

3º MELHOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
RADAR IDH

SC: 0,813*
Brasil: 0,761*

* Faixa "muito alto desenvolvimento humano"
Fonte: IPEA 2014

MENOR TAXA DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM MORADIAS INADEQUADAS

SC: 2,6%

Fonte: IBGE/PNAD 2015

MENOR DESIGUALDADE DE RENDA
Índice de Gini

SC: 0,429*
Brasil: 0,549*

* 1 é o máximo de desigualdade 0 é o mínimo
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2016

MENOR ÍNDICE DE FAMÍLIAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA

SC: 0,7%
Brasil: 9,2%

Fonte: IBGE/PNAD 2015

★ EMPREGO

MELHOR ÍNDICE DE FORMALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

SC: 76%*

* Proporção de empregados de 10 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada em relação ao total de ocupados

Fonte: IBGE/PNAD 2015

MENOR ÍNDICE DE DESEMPREGO

SC: 6,3%
Brasil: 12,7%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 4º trimestre/2017

MELHOR ESTADO PARA VIAJAR NO BRASIL POR 10 VEZES

Fonte: 17º Prêmio Revista Viagem e Turismo

2ª MELHOR TAXA DE MOBILIDADE URBANA*

SC: 22,8
RO: 20,4

* Tempo gasto no trajeto entre casa e trabalho (minutos)

Fonte: IBGE/PNAD 2015

★ TURISMO

★ INFRAESTRUTURA

★ AGRICULTURA

ESTADO COM MAIOR SALDO DE EMPREGOS

SC: ganho de 29.441 vagas

Brasil: perda de 20.832 vagas

Fonte: CAGED 2017

MELHOR ÍNDICE DE INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

SC: 85,7%*

* Proporção dos jovens que estudam ou trabalham

Fonte: IBGE 2015

2ª MAIOR PRODUTOR DE FRANGOS DO PAÍS

Fonte: IBGE 2016

MAIOR PRODUTOR E EXPORTADOR NACIONAL DE SUÍNOS

Fonte: ABPA 2016

MAIOR AVANÇO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

SC: 4,3%

Brasil: 0,97%

Fonte: Banco Central do Brasil/IBC-BR - janeiro a novembro de 2017

MAIOR PRODUTOR NACIONAL DE MAÇÃ, CEBOLA, OSTRAS, VIEIRAS E MEXILHÕES

Fonte: IBGE 2016

ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO (desde 2007, único estado)

Fonte: Organização Mundial de Saúde Animal

SANTA CATARINA

O ESTADO

95.737,954 km²
de área territorial

7,001 milhões
de pessoas

295 municípios

SC E O BRASIL

1%
do território

3%
da população

6º
maior PIB

Capital
FLORIANÓPOLIS

Um estado mais competitivo

★ EDUCAÇÃO

TAXA DE ANALFABETISMO*

SC: 2,8%
Brasil: 7,2%

* Pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2016

2º MELHOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) NO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)

Desempenho na avaliação de toda a rede de ensino

Fonte: INEP 2015

MELHOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) NO ENSINO FUNDAMENTAL (6º AO 9º ANO)

Desempenho na avaliação da rede pública e também em toda a rede de ensino

Fonte: INEP 2015

★ SEGURANÇA

2º MELHOR ÍNDICE DE SEGURANÇA PESSOAL*

SC: 12,1
SP: 8,9

* Óbitos resultantes de agressões (homicídios) em relação à população total
Fonte: Fórum de Segurança Pública 2015

2ª MENOR TAXA DE HOMICÍDIOS DOLOSOS*

SC: 12,9
SP: 8,2
Brasil: 26,2

* Por 100 mil habitantes em 2016
Fonte: 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017

2ª MENOR TAXA DE ROUBOS*

SC: 279,6
RR: 177,7
Brasil: 837,9

* Por 100 mil habitantes em 2016
Fonte: 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017

2º MENOR ÍNDICE DE MORTES A ESCLARECER*

SC: 0,7
Brasil: 0,3

* Óbitos, por causas externas, a partir de "eventos cuja intenção é indeterminada", por 100 mil habitantes
Fonte: DATASUS 2015

SUMÁRIO



Gestão Administrativa e Aspectos Econômicos

Gestão Administrativa	21
Economia Catarinense	28
Comércio Exterior	40
Mercado de Trabalho	42



Desempenho das Principais Áreas de Governo

Educação	49
Saúde	55
Agricultura	61
Infraestrutura	67
Desenvolvimento Econômico Sustentável	76
Turismo	79
Assistência Social	82
Segurança Pública	86
Justiça e Cidadania	94
Defesa Civil	99



Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

De Onde Vieram e Para Onde Foram os Recursos	108
Planejamento e Orçamento	110
Receitas	111
Despesas	135
Resultado da Execução Orçamentária	144
Situação Patrimonial	148
Ativo	149
Passivo	155
Patrimônio Líquido	159
Situação Financeira	161



Indicadores Fiscais

Limites a Serem Observados	171
Resultado Primário	172
Resultado Nominal	173
Dívida Consolidada Líquida	174
Operações de Crédito	175
Garantias e Contragarantias	176
Inscrição dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	177
Despesa com Pessoal	177
Saúde	181
Educação	183
Ensino Superior	185
Ciência e Tecnologia	186



Demonstrações Contábeis

Balanco Orçamentário (BO)	190
Balanco Financeiro (BF)	196
Balanco Patrimonial (BP)	200
Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	206
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	209
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	212



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Relação de Notas Explicativas	216
Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras	217
Balanco Patrimonial (BP)	230
Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	267
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	270
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	271
Balanco Orçamentário (BO)	272
Balanco Financeiro (BF)	273
Outras Notas Relevantes	273

Maior saldo de empregos

Santa Catarina foi o estado que mais gerou empregos em 2017. A diferença entre as contratações e as demissões de trabalhadores com carteira assinada foi de 29.441 novas vagas. No Brasil, o saldo foi negativo: perda de 20.832 vagas (CAGED 2017).



O ano de 2017 trouxe grandes desafios para a gestão pública estadual, exigindo mais esforços para assegurar as receitas sem aumentar impostos dos contribuintes e reduzir despesas sem comprometer os serviços prestados ao cidadão.

Tornamos possível

Para cumprir a premissa de fazer crescer a receita – sem elevar impostos – e reduzir a despesa, o Governo do Estado vem realizando uma série de ações. Santa Catarina recebeu o merecido reconhecimento por grandes avanços conquistados nos últimos anos. O nosso estado é o 2º mais competitivo do Brasil, atrás apenas de São Paulo, de acordo com o Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado a partir da análise de um conjunto de dados de fontes reconhecidas e validado pelo Centro de Liderança Pública, pela Tendências Consultoria e pelo The Economist Group.

Segundo essa pesquisa, Santa Catarina é o estado mais seguro, o melhor em sustentabilidade social e o que apresenta menor taxa de mortalidade infantil, menor índice de desemprego e melhor formação para o mercado de trabalho. São indicadores que refletem positivamente ações tanto da gestão pública quanto dos empreendedores privados e do cidadão catarinense. Um estado mais competitivo cria um círculo virtuoso de desenvolvimento: atrai novos investimentos que geram emprego, renda e riquezas, condições básicas para garantir o bem-estar da sociedade.

Santa Catarina vem melhorando a cada ano e subiu cinco posições desde 2011.

Santa Catarina, em 2017, foi considerada:

O estado mais seguro do Brasil

O resultado



Nota de SC

Posição no ranking

Média de todos os estados

Notas dos três melhores



Santa Catarina

São Paulo

Acre

O melhor estado do Brasil em sustentabilidade social

O resultado



Nota de SC

Posição no ranking

Média de todos os estados

Notas dos três melhores



Santa Catarina

São Paulo

Rio Grande do Sul

Ranking de Competitividade dos Estados

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1º	SP						
2º	RJ	RJ	RJ	RJ	RJ	PR	SC
3º	MG	MG	PR	PR	SC	SC	PR
4º	RS	RS	RS	RS	DF		
5º	PR	PR	MG	SC	ES		
6º	DF	SC	SC	MG	RS		
7º	SC						

Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados 2017. Centro de Lideranças Públicas, Tendências Consultoria e The Economist Group.



Prêmio Excelência em Competitividade Categoria Destaque Internacional

Na elaboração do Ranking de Competitividade dos Estados, Santa Catarina obteve o prêmio Destaque Internacional, pois foi o estado com maior número de indicadores acima da mediana dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um grupo de 34 países em desenvolvimento ou desenvolvidos das regiões das Américas, da Europa e Ásia-Pacífico, que são democráticos e de economia de mercado. Os indicadores acima da média foram:

- 1 - Inserção Econômica – SC: 100 | Chile: 96,7
- 2 - Segurança Patrimonial – SC: 69,9 | Portugal: 37,9
- 3 - Transparência: SC – 83,2 | Nova Zelândia: 71,8

Gestão administrativa

Administração tributária

Embora ainda em patamares tênues, a arrecadação deu sinais de recuperação em 2017. Para incrementar a arrecadação e regularizar débitos de ICMS, a Fazenda lançou em 2017 o Programa Catarinense de Recuperação Fiscal (PREFIS), que ofereceu descontos regressivos (de 90% a 50%) sobre multas e juros. São valores que dificilmente ingressariam no caixa do Estado em curto prazo. De agosto a dezembro, entraram nos cofres do Estado R\$ 205 milhões por meio do PREFIS-ICMS e do Programa Catarinense de Parcelamento de Débitos Fiscais (PPDF). Em dezembro, o fisco criou também um PREFIS para os devedores de ITCMD (imposto sobre doação e herança) quitarem seus débitos com descontos de 90% a 50% sobre multas e juros, bem como parcelamento em até 24 meses.

Outra aposta da Secretaria de Estado da Fazenda foi no esforço fiscal, realizando 275 operações. Além disso, a Secretaria vem utilizando tecnologias para direcionar o trabalho de fiscalização. Em 2017, foi criado o Grupo de Planejamento e Monitoramento Fiscal, que cruza dados de diferentes bases para monitorar e acompanhar os contribuintes, apurando inconsistências fiscais. O objetivo é tornar a fiscalização mais efetiva, permitindo uma atuação precisa e eficiente.

Convalidação dos benefícios fiscais

Depois de muitas discussões, os secretários de Fazenda dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal aprovaram em dezembro de 2017, durante a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), um convênio para convalidação dos benefícios fiscais concedidos durante a chamada “guerra fiscal”.

O convênio era uma exigência da Lei Complementar Federal nº 160, de 7 de agosto de 2017, que trata da legalização de benefícios fiscais concedidos por estados a empresas na “guerra fiscal”. A lei determina a anuência de dois terços dos estados para a convalidação dos incentivos fiscais vigentes. Esse total deverá ser distribuído nacionalmente, com pelo menos a anuência de um terço dos estados de cada região do País. Antes era necessária a unanimidade de todos os membros do CONFAZ.

Os principais ganhos com as aprovações da lei e do convênio são a segurança jurídica para os investidores e a consequente continuidade dos investimentos, com geração de emprego e renda para a sociedade catarinense.

O convênio não prevê nenhum mecanismo de redução gradual. Os prazos finais dos incentivos ficaram assim definidos: 15 anos para atividades agropecuárias e industriais; 8 anos para importações; 5 anos para atividades comerciais; 3 anos para operações interestaduais com produtos in natura (agropecuários e extrativos vegetais); e 1 ano para os demais incentivos.

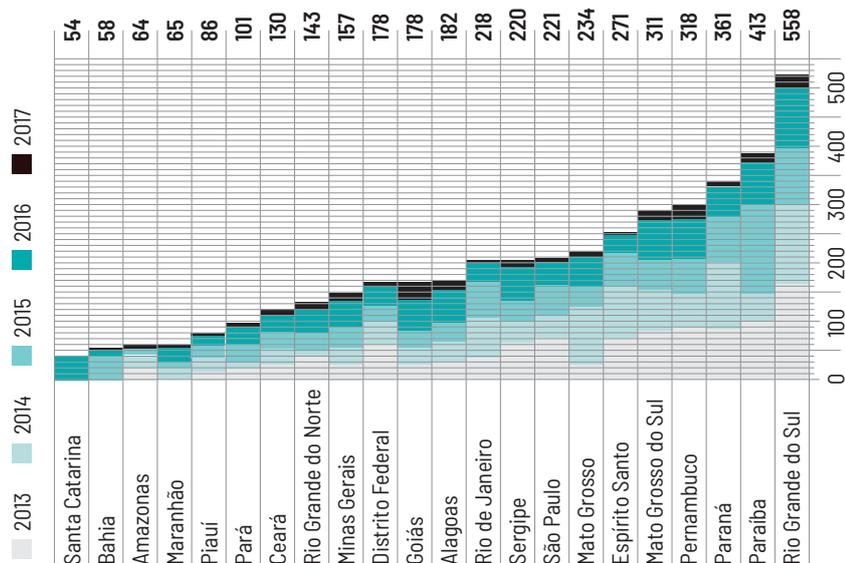
Os estados têm até final de 2018 para publicar seus incentivos, levar suas legislações ao CONFAZ e republicá-las reinstituindo seus incentivos, agora devidamente convalidados, ou seja, legitimados por lei.

Estado que menos altera o ICMS

Santa Catarina foi um dos poucos estados que não aumentou impostos em meio à crise econômica. Em pesquisa feita pela Endeavor, entidade de estímulo ao empreendedorismo, o Estado foi reconhecido como o que menos alterou o ICMS nos últimos cinco anos. A estabilidade das regras tributárias proporciona mais segurança jurídica e simplicidade aos empresários catarinenses, fomentando a competitividade das empresas e o crescimento sustentável da economia brasileira.

Mudanças feitas no ICMS
por governos estaduais
nos últimos anos

Fonte: Endeavor



Investe SC

O Governo do Estado, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), realizou em outubro de 2017, em São Paulo, o SC Day, evento destinado a mostrar as potencialidades do Estado para o desenvolvimento de negócios. Participaram cerca de 100 pessoas, entre representantes consulares, de câmaras de comércio e de escritórios de apoio a investidores e empresários nacionais e internacionais. O encontro levou aos empreendedores informações para auxiliar na tomada de decisão sobre onde investir. A organização do SC Day foi da Investe SC, a primeira agência público-privada de atração de investimentos do Brasil, criada em 2015. Ao final de 2017, pelo menos 30 projetos estavam sendo monitorados pela equipe do Governo que integra a Investe SC. Cinco deles devem ser anunciados no primeiro semestre de 2018. A estimativa é de que, juntos, os projetos gerem cerca de 3 mil novos empregos diretos. Os novos empreendimentos somam R\$ 5 bilhões em investimentos e serão distribuídos em diferentes regiões do Estado, como Norte, Planalto Norte, Oeste e Planalto Serrano.

Novo Portal da Transparência

Em fevereiro de 2017, um novo Portal da Transparência do Poder Executivo foi apresentado para a população catarinense. A reformulação da página foi orientada pela ideia de mostrar os dados das contas públicas de uma forma mais compreensível àqueles que não têm conhecimento dos termos orçamentários e de contabilidade pública. A nova versão traz recursos gráficos e ferramentas que ajudam o cidadão a acessar e compreender as informações de gastos e receitas do Governo em poucos cliques. Além disso, agora o usuário conta com uma ferramenta de pesquisa e um glossário interativo para esclarecer as dúvidas. O portal também foi desenvolvido em uma plataforma tecnológica que permitiu um design bem mais amigável, com o intuito de proporcionar uma nova experiência ao cidadão que deseja acompanhar as ações do Governo de Santa Catarina. Há melhorias importantes nos quesitos usabilidade (facilidade de interação com a ferramenta), responsividade (leiaute que se adapta a diferentes tipos de telas) e acessibilidade (acesso às pessoas com deficiência).



Governança das estatais

Com o objetivo de padronizar os processos e adaptar as empresas públicas e de economia mista às regras de governança, como estabelece a Lei Federal nº 13.303/2016, o Governo de Santa Catarina, em 2017, constituiu grupos de trabalho para definir um padrão que servirá de referência para todas as empresas do Estado, como Celesc (Holding, Distribuição, Geração e SCGAS), CASAN, BADESC, Epagri, CIDASC, CIASC, SCPar (Holding e Porto de Imbituba), Santur, CEASA, entre outras. O trabalho resultou em 23 documentos de referência em sete diferentes áreas de gestão: Estatuto Social; Governança; Riscos, Controle e Auditoria; Contabilidade; Recursos Humanos; Licitações e Contratos; e Transparência. Como exemplos, foram definidos padrões para avaliação de desempenho dos administradores, requisitos para preenchimento das vagas de membros do Conselho de Administração, modelo de plano de negócios e metas de longo prazo, regulamento interno de licitações e contratos, e documento orientativo para padronização dos portais da transparência das empresas estatais.

Extinção de estruturas

Em 2017, o Governo Estadual sancionou a Lei nº 17.220, de 1º de agosto de 2017, que estabeleceu as regras para a extinção da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB), incluindo a previsão de um Plano de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI) para os servidores, que deve se encerrar em 2018. No ano, também foi dado andamento ao processo de extinção da Corretora de Seguros e Administradora de Bens Mó-

veis e Imóveis (BESCOR), para o qual já existia autorização legislativa (Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011). Ao longo dos anos, essas empresas perderam as suas atribuições e tornaram-se totalmente deficitárias, o que motivou a decisão do Governo. Além da redução dos gastos governamentais, o processo de extinção também foi motivado pela necessidade de adaptação da estrutura do Governo, voltada para um atendimento à população cada vez mais eficiente e relevante.

Mudança organizacional do Porto de São Francisco do Sul

Com o objetivo de aumentar a competitividade do Porto de São Francisco do Sul, por meio da Lei Complementar nº 707, de 7 de dezembro de 2017, o Estado extinguiu a autarquia responsável pelo porto (Administração do Porto de São Francisco do Sul) e criou uma sociedade de propósito específico (SPE) para administrá-lo. A medida atende à exigência feita pelo Governo Federal quando a concessão do Porto de São Francisco do Sul ao Governo de Santa Catarina foi renovada em 2011 por mais 25 anos. A nova gestão terá os mesmos moldes da SPE que já administra o Porto de Imbituba desde 2012. Um grupo de trabalho tomará as providências para a transferência da autarquia para a SPE. Os servidores efetivos da Administração do Porto de São Francisco do Sul serão transferidos para a Secretaria de Estado da Infraestrutura e cedidos à SPE que fará a gestão do pessoal.

Transformação da FATMA

Por meio da Lei nº 17.354, de 20 de dezembro de 2017, o Governo do Estado transformou a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) em Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA). Os objetivos dessa lei são atualizar e modernizar a estrutura do órgão ambiental. A mudança também pretende dar mais autonomia para o órgão fechar convênios e projetos com instituições nacionais e internacionais, modernizar processos e sistemas tecnológicos, bem como instituir licenciamento autodeclaratório com a fiscalização por auditoria.

Programa Pacto por Santa Catarina

Após cinco anos desde o lançamento do Programa Pacto por Santa Catarina (Pacto), é perceptível a sua evolução tanto em volume de recursos quanto na execução.

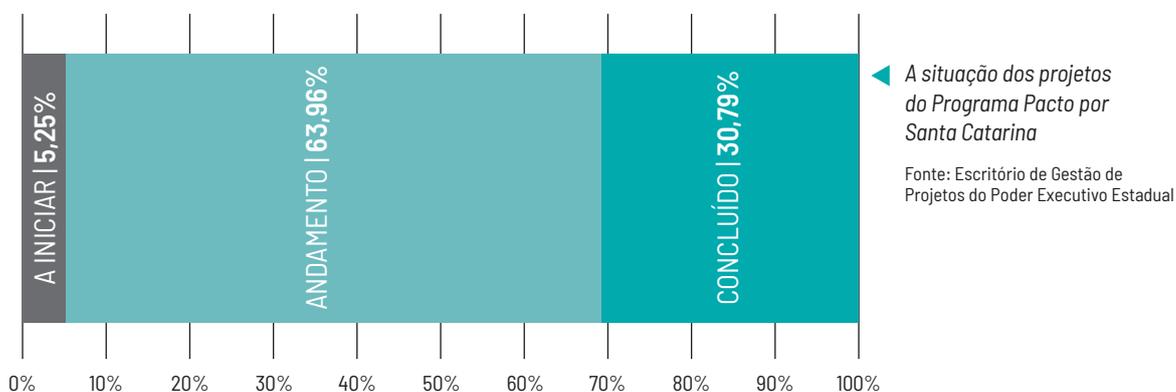
Em 2012, quando foi lançado, o programa apresentava uma meta de R\$ 7 bilhões em investimentos. No entanto, atualmente já alcança a soma de R\$ 11,4 bilhões, sendo composto por aproximadamente 70% de recursos de financiamentos e 30% de outras fontes, referentes a convênios com a União, recursos estaduais e outros financiamentos diretamente contratados pela CASAN.

A execução do programa desde seu lançamento, acumulada até 2017, é de R\$ 9,57 bilhões em valores já contratados e R\$ 8,03 bilhões executados.



A situação dos projetos do Pacto

Considerando-se os valores de recursos financeiros contratados (R\$ 9,566 bilhões), praticamente 95% dos projetos já entraram na fase de execução, dos quais 63% estão em andamento e 30% já foram concluídos. Os 5% restantes estão na etapa de contratação, aguardando o início do processo licitatório.





Painel SC

O acompanhamento das obras realizadas com recursos do Pacto pode ser feito por meio do aplicativo web Painel SC (www.painelsc.sc.gov.br), que se apresenta como um forte instrumento de transparência ativa de simples compreensão tanto para o gestor público quanto para o cidadão.

Em 2017, o Escritório de Gestão de Projetos do Pacto por Santa Catarina recebeu o Prêmio Excelência em Governo Eletrônico da categoria e-Serviços Públicos, no Prêmio e-Gov 2017, pelo trabalho desenvolvido com o Painel SC. A premiação tem como objetivo reconhecer e incentivar o desenvolvimento de projetos e soluções de governo eletrônico na administração pública e divulgar ações que, com o uso da tecnologia da informação, visem a modernizar a gestão pública em benefício da população.

O Painel SC recebeu o prêmio Projeto Destaque 2017, realizado no 3º Congresso Catarinense de Gestão, Projetos e Liderança, promovido pelo Project Management Institute (PMI-SC).

Prêmios ►
Projeto Destaque 2017 e
Excelência em Governo Eletrônico
recebidos pelo Painel SC



FUNDAM

O Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM) é um programa do Governo do Estado criado em 2013 com o objetivo de promover a valorização dos municípios, com repasses para a aplicação em investimentos, principalmente para áreas de infraestrutura, saúde, educação e saneamento básico.

Áreas de Investimento do FUNDAM

- » Infraestrutura (logística e mobilidade urbana)
- » Construção e ampliação de prédios nas áreas de educação, saúde e assistência social
- » Construção nas áreas de esporte e lazer
- » Saneamento básico
- » Aquisição de equipamentos, máquinas e veículos destinados aos serviços de saúde e educação
- » Aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários novos, fabricados em território nacional

Dos convênios celebrados, 42 estão em execução (R\$ 75,6 milhões) e 422 já tiveram o seu objeto concluído (R\$ 519 milhões), sendo que dos convênios em execução o Estado deverá repassar, em 2018, o valor de R\$ 7,8 milhões, com recursos assegurados na conta corrente vinculada do programa.

Em 2017, o FUNDAM celebrou 11 convênios com 10 municípios no valor total de R\$ 5 milhões.

Com todas as regiões do Estado de Santa Catarina contempladas pelo programa, cada prefeitura teve a oportunidade de enviar até duas propostas para aplicação do recurso, sendo a decisão exclusiva do município, que conhece as reais necessidades dos cidadãos. Levando-se em consideração o número de habitantes, a demanda por projetos e as indicações de investimentos, os repasses ocorreram de forma criteriosa, objetiva e apartidária, superando o valor de R\$ 800 mil para cada município e chegando a mais de R\$ 10 milhões em alguns casos.

FUNDAM em números – 2013 a 2017

- » **R\$ 606,4 milhões** garantidos para investimentos nos 295 municípios
- » **R\$ 587 milhões** repassados às contas das prefeituras
- » **464** convênios assinados com 99% das prefeituras catarinenses
- » **976** equipamentos e veículos adquiridos
- » **56** obras realizadas
- » **1.358** ruas pavimentadas (538 km)

Fonte: Diretoria de Gestão de Fundos – SEF

O Governo do Estado sempre prezou pela transparência das informações relacionadas ao FUNDAM. Em razão disso, são atualizados diariamente dados sobre valores disponibilizados e repassados a cada prefeitura, os projetos cadastrados, a tramitação das propostas e o número de convênios assinados. As informações estão acessíveis na página da Secretaria da Fazenda (www.sef.sc.gov.br) e no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www.transparencia.sc.gov.br) para que os cidadãos possam acompanhar de perto os recursos investidos.

Economia catarinense

A economia de Santa Catarina se caracteriza pela sua diversificação produtiva e pela dispersão das atividades em seu território. O Estado é referência em empreendedorismo e conta com uma crescente e arrojada rede de inovação e tecnologia.

A variedade de clima e relevo bem como a influência de uma formação cultural variada contribuíram para um modelo de desenvolvimento econômico bastante difuso e diversificado.

Esse perfil socioeconômico tem permitido ao Estado não somente a obtenção de melhores indicadores de educação, saúde e segurança pública, mas também uma maior resiliência diante das crises que afetam o País.

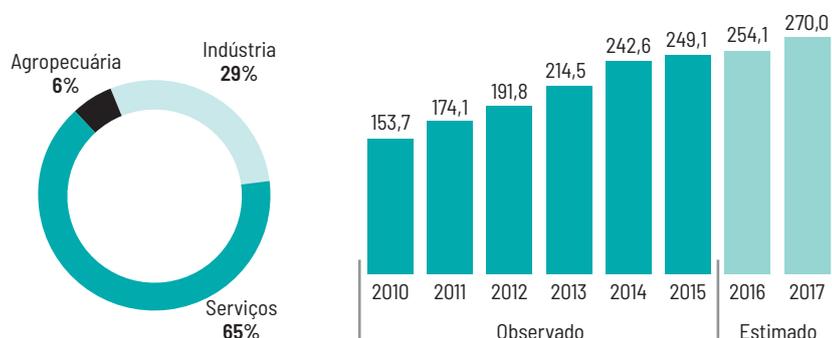
Os contínuos investimentos em infraestrutura e as estratégias adotadas de não aumentar a carga tributária e controlar o custeio têm permitido ao Estado manter-se competitivo na atração de investimentos e na abertura de novas empresas, apesar da forte recessão que atingiu o País nestes últimos anos. Dessa forma, Santa Catarina ostenta o menor nível de desemprego do Brasil e, em 2017, liderou a criação de postos de trabalho em âmbito nacional. Ainda assim, a economia catarinense, por ser muito atrelada ao mercado interno e sujeita às decisões de política econômica do Governo Federal, sofreu fortemente os efeitos da recente crise econômica e política. Os indicadores de confiança na economia atingiram baixas históricas no Estado, contraindo o consumo e os investimentos.

Incertezas relacionadas às reformas estruturantes e ao ajuste fiscal do Governo Federal, importantes para uma retomada mais sustentada do crescimento econômico, ainda persistem, mas sinais de melhorias já se apresentam, haja vista a queda da inflação e dos juros básicos, e a recuperação gradual da confiança de empresários e consumidores na economia. Assim, um novo ciclo econômico renova as perspectivas de retomada do emprego, de aumento da arrecadação e do bem-estar dos catarinenses e brasileiros.

Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) estadual de 2015, ano da última medição divulgada, foi de R\$ 249,1 bilhões, registrando uma retração de 4,2%. O Estado manteve-se como a sexta economia do País, contribuindo com 4,2% do total nacional.

O setor de serviços é a principal atividade econômica de Santa Catarina, representando 65,3% do total produzido em 2015. A indústria participou com 28,7%, e a agropecuária, com 6%. Esses valores observados são os últimos oficiais disponíveis.



◀ PIB de Santa Catarina por setor em 2015 e evolução anual do PIB catarinense - Base 2010 (R\$ bilhões)

Fonte: IBGE/Contas Regionais e SPG/SC, e IBGE, SPG/SC e SEF/Diretoria de Planejamento Orçamentário

Em 2016, a economia catarinense continuou sofrendo os efeitos da crise econômica e política que atingiu o País, efeitos esses que deterioraram ainda mais a confiança e as expectativas de empresários e consumidores. O PIB estadual diminuiu 4%, conforme estimativa da Secretaria de Estado da Fazenda baseada em indicadores econômicos disponíveis para aquele ano.

Mas as mudanças na equipe econômica do Governo Federal passaram a sinalizar pequenas melhoras na economia.

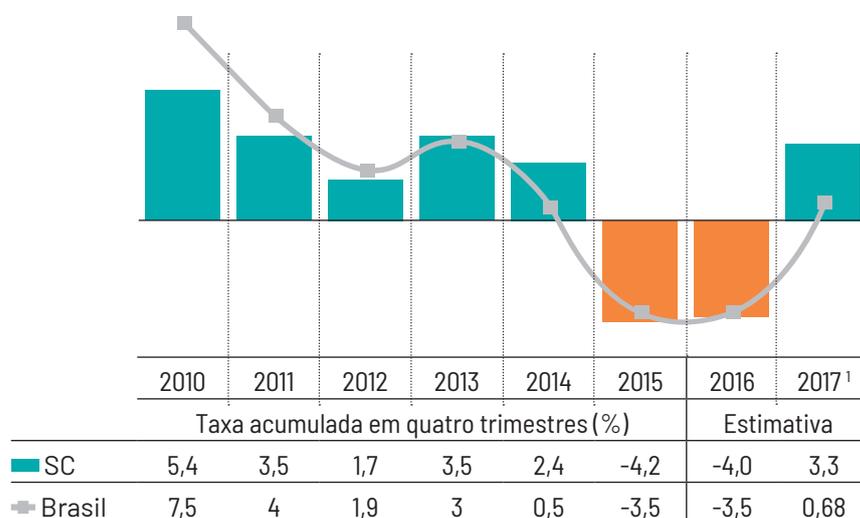
A trajetória crescente de longo prazo dos gastos públicos começou a ser revertida, as dívidas dos estados foram renegociadas, impondo organização financeira como contrapartida e, por fim, a inflação foi controlada e direcionada à meta estabelecida.

A confiança no ambiente econômico teve melhoras, e o setor produtivo reagiu. Também houve avanços no âmbito externo. O déficit em transações correntes do País teve queda, os investimentos diretos produtivos aumentaram e as reservas internacionais permaneceram em um nível considerado adequado.

As estimativas baseadas em indicadores parciais disponíveis até janeiro de 2018 sinalizavam uma significativa melhora na atividade econômica do Estado no ano de 2017. Essa estimativa teve por base indicadores da atividade econômica de Santa Catarina e apontou um crescimento de 3,3% em 12 meses até novembro, quando comparado com o mesmo período anterior. A economia brasileira, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do PIB, cresceu 0,68% na mesma comparação.

Taxa de crescimento
real do PIB (%)

Fonte: PIB 2010-2015: IBGE/Contas Regionais e Nacionais; PIB Nacional 2016: IBGE (PIB Trimestral) e 2017: Banco Central (IBC-BR/acumulado em 12 meses até novembro e 12 meses anteriores)



O Estado registrou um crescimento que, de forma gradual, foi se expandindo pelos diversos setores e atividades produtivas. Os segmentos que mais cresceram no ano foram a agropecuária, especialmente a agricultura, a indústria de transformação, principalmente a metalúrgica, assim como as indústrias de veículos, de alimentos e do vestuário. No setor de serviços, destacou-se o crescimento do comércio e dos serviços prestados às famílias.

Mesmo que o crescimento não tenha sido generalizado por toda a economia, inclusive com a retração de alguns segmentos, os indicadores já sinalizam uma clara mudança de cenários. Ainda mais se considerarmos que foi um crescimento relevante, tanto na comparação com a média nacional do período como com a retração que o Estado sofreu nos últimos dois anos.

Estudos mais específicos teriam de ser realizados para mostrar as razões que levaram a esse desempenho diferenciado do Estado. Todavia, algumas dessas causas são evidentes. O excelente desempenho da agricultura estadual nesse ano, por exemplo, dinamizou a economia de uma grande parcela dos municípios catarinenses, que têm no agronegócio a sua principal atividade econômica. Isso gerou um efeito positivo em toda a cadeia produtiva, desde a produção de insumos, a industrialização de alimentos, os transportes, os serviços relacionados, as exportações, entre outros. Também o fato de o desemprego em Santa Catarina ser o menor do País e de nosso Estado ter gerado o maior número de novos postos de trabalho nesse período constituiu-se em um diferencial importante, ainda mais levando-se em consideração o rendimento médio do catarinense, maior do que o nacional.

Na mesma linha de avanços, os catarinenses estão menos endividados e também com menos dívidas em atraso do que a média das famílias brasileiras, e os empresários catarinenses declaram-se mais confiantes do que a média do empresariado nacional. Tudo isso junto gerou um efeito positivo também no comércio, que foi o que mais cresceu no País.

¹ PIB Estadual 2016 e 2017: SEF/SC/Dior e SPG/SC (a estimativa de 2017 refere-se aos últimos 12 meses até novembro, em relação ao mesmo período anterior).

Outro diferencial do Estado que certamente poderia explicar o atual desempenho da economia está nas condições estruturais, baseadas em um amplo e diversificado setor produtivo, com predominância de pequenas e médias empresas e operado por trabalhadores relativamente mais bem capacitados. Apesar de todas as dúvidas que ainda nos cercam, a melhora no ambiente econômico nacional, proporcionada pela queda da inflação e dos juros, e pelo aumento da atividade econômica, teve efeito positivo sobre o imaginário dos agentes econômicos e está recuperando as expectativas tanto no País como no Estado.

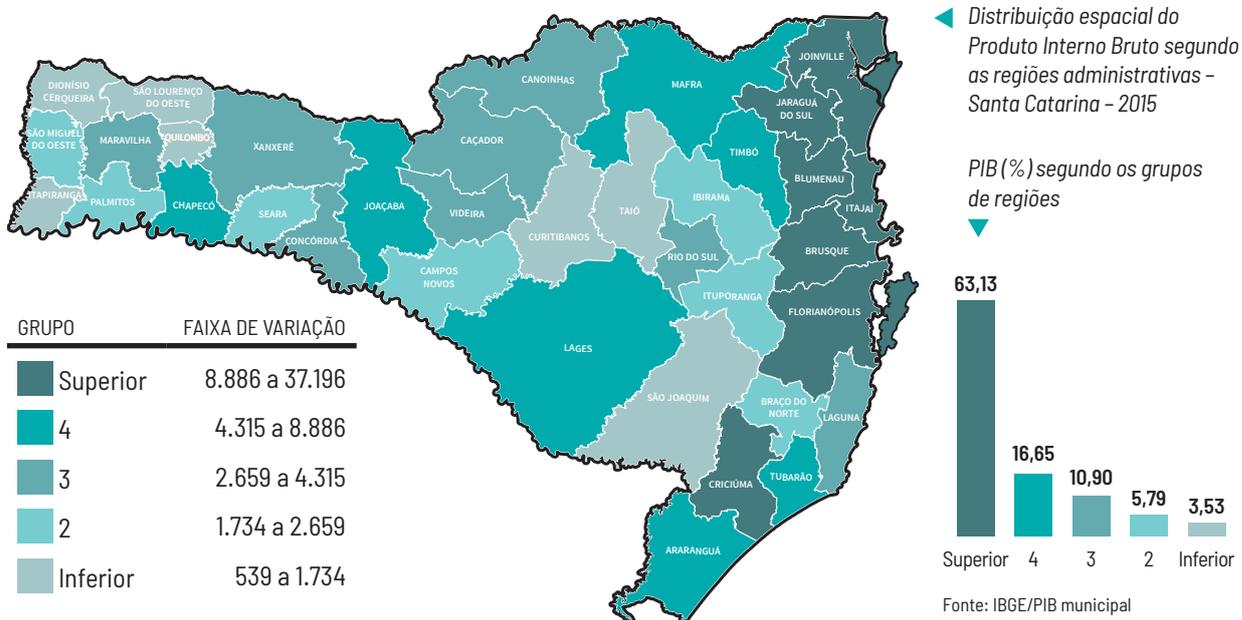
Os desafios para 2018 são muitos. Além das incertezas eleitorais, o endividamento do Governo Federal, dos estados e dos municípios é muito alto. A carência de investimentos é grande, e os problemas estruturais da economia brasileira só se agravaram nos últimos anos.

Distribuição espacial do PIB

Apesar de Santa Catarina se distinguir entre os demais estados brasileiros pelo relativo equilíbrio na distribuição da sua economia pelo território, observa-se um expressivo adensamento na região litorânea. Assim, as regiões administrativas da Grande Florianópolis e de Joinville, Itajaí, Blumenau, Criciúma, Jaraguá do Sul e Brusque concentravam, em 2015, 63% do PIB estadual, um percentual ligeiramente acima do observado no ano anterior.

A indústria tem expressiva concentração na regional de Joinville e de Blumenau. Apesar dessa concentração regional, Santa Catarina é o estado brasileiro onde a indústria de transformação configura-se como a maior atividade econômica em 33% dos seus municípios, sendo a melhor distribuição da indústria entre os estados da Federação.

Os serviços estão concentrados nas regionais de Florianópolis, de Joinville e de Itajaí, enquanto a agricultura é a atividade que está mais dispersa pelo território, embora tenha maior expressão no Oeste do Estado.



Os cinco maiores municípios do Estado concentravam 35,6% do PIB estadual em 2015 e têm perfil predominantemente industrial ou de serviços.

Participação dos cinco maiores municípios no PIB de Santa Catarina e colocação no ranking em 2015

Fonte: IBGE/PIB Municipal

Município	Participação (%)	Ranking
Joinville	10,28	1
Itajaí	7,57	2
Florianópolis	7,48	3
Blumenau	6,27	4
São José	4,04	5

No que se refere ao PIB per capita, o Estado se mantém em posição de destaque, com um valor observado para 2015 de R\$ 36.525,00. Naquele ano, o último que permite a comparação entre os estados, Santa Catarina tinha o quarto maior PIB per capita brasileiro, apenas superado pelo Distrito Federal, por São Paulo e pelo Rio de Janeiro.

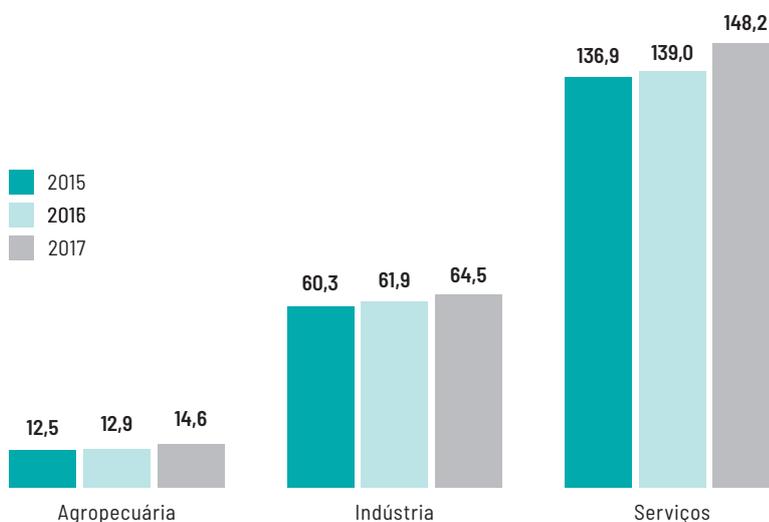
O PIB per capita do Estado em 2015 era 25% maior do que o brasileiro, enquanto em 2002 era apenas 15% acima. Vale destacar que entre 2002 e 2015 a população estadual cresceu 23%, ao passo que a brasileira teve um crescimento de apenas 17%.

Valor adicionado bruto por setor econômico

As estimativas para 2017 apontam uma produção do setor de serviços de R\$ 148,2 bilhões, o equivalente a 65,3% do total produzido no Estado. A indústria gerou R\$ 64,5 bilhões (28,7%), e a agropecuária participou com 6,4% (R\$ 14,6 bilhões).

Valor Adicionado Bruto de Santa Catarina por setor (R\$ bilhões)

Fonte: IBGE/Contas Regionais



Setor terciário

O setor de serviços é o maior no Estado, com uma participação de 65,3% no PIB em 2015. Entre as suas atividades, a principal era comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas, com 24,1% no PIB do setor.

Atividade econômica dos serviços	Serviços		Participação no VAB de SC (%)	Participação da atividade no Brasil (%)
	VAB	Participação (%)		
Comércio e reparação de veículos	32.971,8	24,1	15,7	4,8
Transporte, armazenagem e correio	8.631,2	6,3	4,1	3,8
Alojamento e alimentação	4.892,1	3,6	2,3	4,0
Informação e comunicação	6.013,8	4,4	2,9	3,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	7.844,1	5,7	3,7	2,1
Atividades imobiliárias	21.798,7	15,9	10,4	4,4
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	13.645,1	10,0	6,5	3,3
Administração, educação, saúde, defesa, seguridade social	28.534,7	20,8	13,6	3,2
Educação e saúde privadas	6.783,6	5,0	3,2	3,2
Serviços domésticos	5.802,4	4,2	2,8	3,5
Total	136.917,6	100,0	65,3	3,6

Em 2015, Santa Catarina contribuiu com 3,6% dos serviços produzidos no País, entretanto algumas de suas atividades superaram essa média de participação do setor. É o caso do comércio, que representou 4,8% da produção nacional, das atividades imobiliárias (4,4%), do alojamento e alimentação (4%) e dos transportes, armazenagem e correio (3,8%).

Distribuição espacial dos serviços

O setor de serviços também é bastante concentrado nas regiões litorâneas. A Grande Florianópolis concentra a administração pública, os serviços de saúde e educação, o comércio, e os serviços financeiros e turísticos do Estado. A regional de Joinville tem expressão no comércio e outros, a de Itajaí, nos serviços portuários, e a de Blumenau, em serviços diversos.

Em 2015, Florianópolis foi o maior município produtor de serviços do Estado, com 9,98% do total. Seguem no ranking Joinville, Itajaí, Blumenau e São José.

▲
Santa Catarina - Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas dos serviços, contribuição das atividades no VAB e participação no Brasil em 2015 (R\$ milhões)

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

Santa Catarina: participação e posição dos cinco maiores municípios no setor de serviços em 2015

Fonte: IBGE/PIB Municipal (2015)

Município	Participação (%)	Ranking
Florianópolis	9,98	1
Joinville	9,59	2
Itajaí	6,82	3
Blumenau	6,65	4
São José	4,78	5

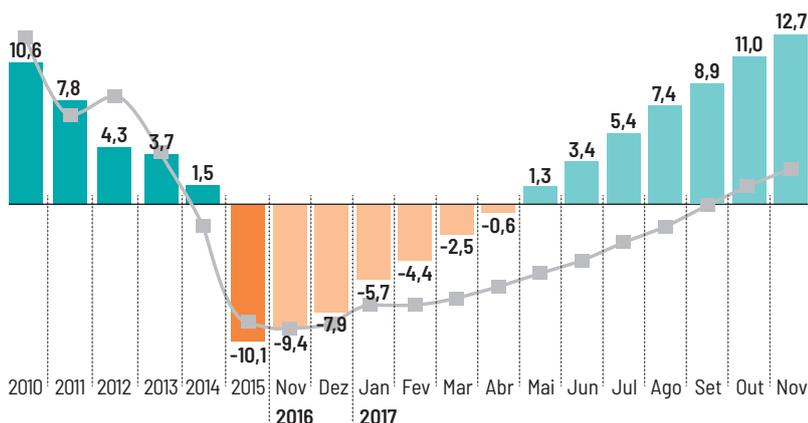
Evolução das vendas do comércio varejista catarinense

O volume de vendas no comércio varejista é um importante indicador da atividade econômica e reflete o comportamento da renda, do emprego e da confiança na economia catarinense.

Volume de vendas do comércio varejista ampliado. Taxa percentual de crescimento acumulada em 12 meses (Base: 12 meses anteriores)

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Comércio

■ SC
■ Brasil



Assim sendo, observou-se uma rápida retração das vendas do varejo, iniciada em 2014 e que se acentuou ao longo de 2015 até meados de 2016. A partir de então, houve uma inversão nessa trajetória de retração, e os indicadores passaram a melhorar gradativamente.

Uma combinação de preços e juros decrescentes, de gradual recuperação do mercado de trabalho e renda e de expectativas crescentes passou a permitir uma recuperação de vendas no comércio em todo o País.

O volume das vendas do comércio ampliado de Santa Catarina, no acumulado de 12 meses até novembro de 2017, já havia crescido 12,7% na comparação com o mesmo período anterior, a maior taxa de crescimento em nível nacional.

Setor secundário

O setor secundário consiste na agregação das atividades da indústria extrativa mineral, da indústria de transformação, da produção e distribuição de eletricidade, gás e água, esgoto e limpeza urbana (SIUP), e também da construção civil.

Esse setor é o segundo maior da economia do Estado, com uma participação de 28,7% no PIB em 2015. Entre as suas atividades, a principal é a indústria de transformação, que gerou 71% do valor adicionado do setor, seguida pela construção civil, com 20,9%. Isoladamente, a indústria de transformação participou com 20,4% no PIB.

Naquele ano, Santa Catarina participou com 5,2% da produção industrial do País. A indústria de transformação, exclusivamente, produziu 6,8%. Já a construção civil participou com 4,3% da produção nacional, os serviços industriais de utilidade pública com 3,3%, e a extrativa com 0,7%.

Atividade Econômica da Indústria	Indústria		Participação no VAB de SC (%)	Participação da atividade no Brasil (%)
	VAB	Participação (%)		
Indústrias extrativas	783,0	1,3	0,4	0,7
Indústrias de transformação	42.808,2	71,0	20,4	6,8
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4.071,5	6,8	1,9	3,3
Construção	12.604,7	20,9	6,0	4,3
Total	60.267,4	100,0	28,7	5,2

Distribuição espacial da indústria

A indústria de Santa Catarina está distribuída em diversos polos, o que contribuiu para proporcionar padrões de desenvolvimento mais equilibrados entre as suas regiões quando comparada com outros estados da Federação.

No entanto, o parque industrial catarinense vem cada vez mais se concentrando nas regiões litorâneas, especialmente no Litoral Norte e no Vale do Itajaí. Os setores mais expressivos nessas regiões são os de metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, vestuário, mobiliário, cristais e também os setores têxtil e naval.

Na região de Criciúma, sobressaem-se os setores cerâmico, de carvão, de vestuário e de descartáveis plásticos, enquanto na Grande Florianópolis o setor em evidência é o tecnológico.

No Oeste, os destaques são a indústria de alimentos e a de móveis. Na Região Serrana, sobressai-se a indústria madeireira.

A indústria alimentar é bastante desenvolvida, sendo o Estado o maior produtor de suínos e o segundo de frangos do País. Na pauta de exporta-

▲
Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas da indústria de Santa Catarina, contribuição das atividades no VAB e participação no Brasil em 2015 (R\$ milhões)

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

ções, carnes e miudezas comestíveis despontam como o principal produto. A indústria de alimentos e bebidas é a segunda maior empregadora entre os segmentos industriais do Estado. Eram 4.930 indústrias que empregavam 121,9 mil trabalhadores em 2016, o equivalente a 19,4% do emprego na indústria de transformação.

Santa Catarina é o segundo maior polo têxtil e do vestuário do Brasil. A atividade, a que mais emprega na indústria de transformação, contava, em 2016, com 161.134 trabalhadores, o equivalente a 25,6% do total empregado.

Santa Catarina: participação e posição dos cinco maiores municípios no setor secundário em 2015

Fonte: Fonte: IBGE/PIB Municipal (2015)

Municípios	Participação (%)	Ranking
Joinville	12,25	1
Blumenau	7,04	2
Itajaí	3,84	3
Jaraguá do Sul	3,42	4
Chapecó	3,15	5

Joinville é o maior município industrial de Santa Catarina, com 12,25% do total. Seguem no ranking, respectivamente, os municípios de Blumenau, Itajaí, Jaraguá do Sul e Chapecó. Esses cinco maiores municípios geraram 29,7% da produção da indústria.

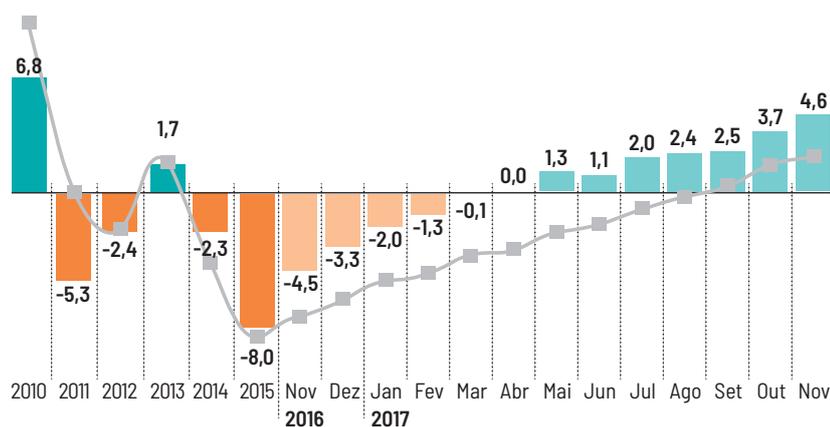
Evolução da produção da indústria de transformação catarinense

Produção física da indústria. Taxa percentual acumulada de crescimento em 12 meses (Base: 12 meses anteriores)

Fonte: IBGE/PIM

■ SC

■ Brasil



A produção física da indústria é um indicador de curto prazo da produção industrial. Por meio desse indicador, é possível mensurar o ritmo da atividade da indústria de transformação no País e nos estados.

Os dados apresentados referentes ao crescimento da produção física da indústria revelam a dimensão da crise que o setor enfrentou nos últimos anos. Mostram também a recuperação apresentada nesse setor a partir de meados de 2016. Dos últimos 12 meses até novembro de 2017, a produção industrial já havia crescido 4,6% em comparação com o mesmo período anterior. Foi a terceira maior alta entre os estados brasileiros e representa um alívio ao setor, que enfrentou sucessivos anos de produção em queda.

Setor primário

O setor primário consiste nas diversas atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal e pesca. Suas características, em Santa Catarina, são de uma produção diversificada e que representa a base econômica da maioria dos municípios.

Importante fonte de divisas, os produtos do agronegócio foram responsáveis por 64,3% das exportações catarinenses em 2016. Na pauta de exportações, os produtos de origem animal e seus derivados são os principais.

A forte aptidão florestal também constituiu a base de relevante polo industrial de madeira, papel e móveis. Santa Catarina é o terceiro estado produtor de papel e celulose do Brasil, respondendo por 14,3% das exportações catarinenses e por 10,6% das exportações de produtos florestais do País.

Com mais de 561,4 quilômetros de costa oceânica, o Estado é também um grande produtor de pescados e crustáceos, sendo destaque nacional no cultivo de ostras, vieiras e mexilhões.

Principais produtos agropecuários e participação nacional

O setor contribuiu com 6% do PIB estadual em 2015. Entre as suas atividades, a principal é a agricultura, que gerou 48,9% do valor adicionado do setor, seguida pela pecuária, com 35%.

O setor primário de Santa Catarina participou com 4,8% da produção primária do País. Considerando-se apenas as produções florestal e pesqueira, a participação catarinense foi de 8,2%, a da pecuária, 6,1%, e a da agricultura, 3,7%.

O Estado destacou-se como o maior produtor nacional de carne suína, maçã e cebola, além de ser o segundo na produção de frango, arroz, fumo, erva-mate, pinhão e carpas.

A avicultura catarinense é marca reconhecida globalmente, sendo referência estratégica para a avicultura mundial. O setor se desenvolveu adotando o modelo de parceria produtor/indústria, implantado em Santa Catarina a partir do início dos anos 1970.

A suinocultura catarinense também é competitiva internacionalmente. Possui o melhor nível de produtividade do País tanto no campo como na indústria. Tem índices de produtividade semelhantes aos dos produtores europeus e americanos.

A produção leiteira catarinense está em rápida expansão e passa por intenso processo de desenvolvimento tecnológico, especialmente no Oeste do Estado. Entre 2015 e 2016, Santa Catarina avançou um posto e passou a ser o quarto produtor do Brasil, com 9,3% da produção nacional.



Atividade Econômica da Agropecuária	Agropecuária		Participação (%) no VAB de SC	Participação da atividade no Brasil (%)
	VAB	Participação (%)		
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita	6.107,3	48,9	2,9	3,7
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	4.368,7	35,0	2,1	6,1
Produção florestal, pesca e aquicultura	2.002,7	16,0	1,0	8,2
Total	12.478,64	100,0	6,0	4,8

▲
Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária catarinense por atividade, participação das atividades no VAB do Estado e participação de SC no VAB por atividade econômica da agricultura brasileira em 2015 (R\$ milhões)

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

Produção vegetal	Santa Catarina		
	Produção (toneladas)	Participação no Brasil (%)	Posição no Brasil
Alho	26.032	19,7	3º
Arroz (em casca)	1.050.859	9,9	2º
Banana	721.579	10,7	4º
Batata-inglesa	161.936	4,2	7º
Carvão vegetal	558	0,1	18º
Cebola	546.259	33,0	1º
Erva-mate	28.853	8,3	2º
Feijão (em grão)	123.461	4,7	7º
Fumo (em folha)	195.033	28,9	2º
Maçã	525.953	50,1	1º
Mandioca	385.875	1,8	13º
Milho (em grão)	2.530.363	3,9	8º
Palmito	56	1,3	4º
Pinhão	2.663	34,4	2º
Soja (em grão)	2.139.611	2,2	9º
Tomate	172.275	4,1	7º
Trigo (em grão)	221.265	3,2	4º
Produção animal			
Bovinos	91.526	1,2	14º
Camarão	218	0,4	8º
Carpa	6.238	30,7	2º
Frango	2.120.803	16,0	2º
Leite (mil litros)	3.113.769	9,3	4º
Mel	4.868	12,3	4º
Ostras, vieiras e mexilhões	20.392	98,0	1º
Suínos	968.831	26,1	1º
Tilápia	26.626	11,1	4º

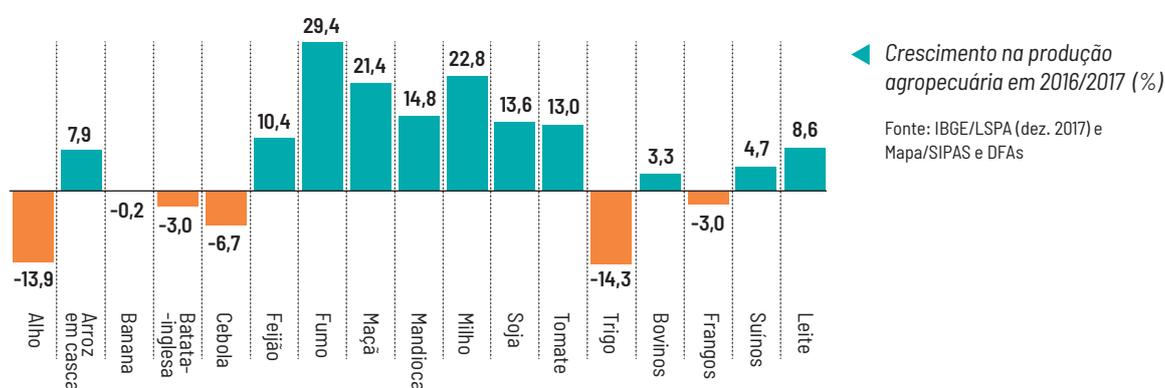
► Agropecuária catarinense - Principais produtos e participação e posição na produção nacional em 2016

Fonte: IBGE

Desempenho da produção dos principais produtos agropecuários

Em 2017, a produção agrícola estadual cresceu em volume 15%, enquanto os preços recebidos pelos agricultores tiveram queda de 18,8% na comparação com os dados da safra anterior.

Os indicadores da produção pecuária no mesmo período apontavam um crescimento de 2,7%, ao passo que os preços recuaram 1,9% na comparação com os dados do ano anterior. Os preços em ambas as comparações são nominais.



As boas condições climáticas, o desenvolvimento tecnológico e a expansão/substituição de área permitiram um significativo aumento da produção, especialmente dos grãos.

Distribuição espacial da agropecuária

A agropecuária é a atividade mais dispersa pelo território, embora tenha maior expressão no Oeste e no Planalto Norte do Estado. Possui notável vínculo com os setores industriais e de serviços, e grande importância para os pequenos municípios, onde é responsável por impulsionar inúmeras atividades, principalmente o comércio e os serviços.

Município	Participação (%)	Ranking
Campos Novos	2,01	1
Canoinhas	1,67	2
São Joaquim	1,57	3
Antônio Carlos	1,56	4
Itaiópolis	1,49	5

◀ Santa Catarina: participação e posição dos cinco maiores municípios no setor primário em 2015

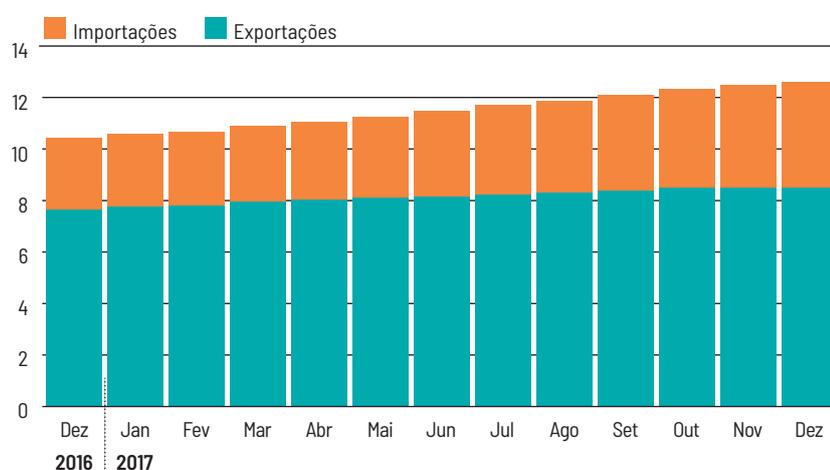
Fonte: IBGE/PIB Municipal (2015)

Comércio exterior

Em 2017, o saldo da balança comercial catarinense teve um deficit de US\$ 4,074 bilhões, montante superior aos US\$ 2,774 bilhões do ano anterior. O último ano em que o comércio exterior em Santa Catarina teve superavit foi 2008. A expansão e a modernização dos portos catarinenses bem como os incentivos fiscais vêm contribuindo para um crescimento mais acelerado das importações.

Evolução da balança comercial de Santa Catarina - Valor acumulado em 12 meses (US\$ bilhões)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)



As exportações estaduais cresceram 12% em 2017, atingindo US\$ 8,511 bilhões. O montante exportado equivale a 3,9% das exportações brasileiras do ano, mantendo-se o Estado como o oitavo maior exportador nacional.

Do total exportado, 42% foram classificados com produtos básicos e 57,8% como industrializados.

No mesmo ano, as importações por portos catarinenses cresceram 21,4% e alcançaram o valor acumulado de US\$ 12,585 bilhões. As importações catarinenses representaram 8,3% do total importado pelo Brasil, acima dos 7,5% de 2016. Do total importado, 94% foram de produtos industrializados.

Evolução do comércio exterior

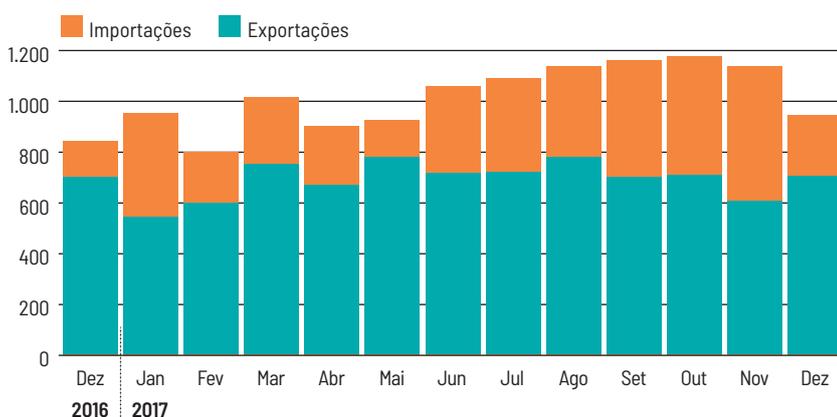
Uma combinação de expansão da economia mundial, do aumento da demanda externa, principalmente pela China e pelos EUA, e de uma excelente safra agrícola que o Brasil produziu permitiu a retomada do crescimento das exportações.

Depois de uma queda de 0,7% em 2016, as exportações catarinenses cresceram 12,1% em 2017, abaixo, no entanto, do crescimento das exportações brasileiras, que foi de 17,5%.

Os maiores valores exportados foram os relacionados a aves, soja, suínos, fumo, blocos de cilindros, compressores, motores elétricos, madeiras e automóveis, que responderam por 50,7% do total estadual em 2017. As carnes de aves lideraram a pauta estadual com 23% do valor total.

Além da retomada do crescimento econômico, o câmbio favorável e a competitividade dos portos catarinenses levaram Santa Catarina a um robusto crescimento de 21,4% nas importações estaduais. Na média do País, nossas importações cresceram 9,6%.

O perfil das importações estaduais é bem mais diversificado, sendo que o valor dos 100 principais produtos importados representa apenas 44,6% das importações totais.



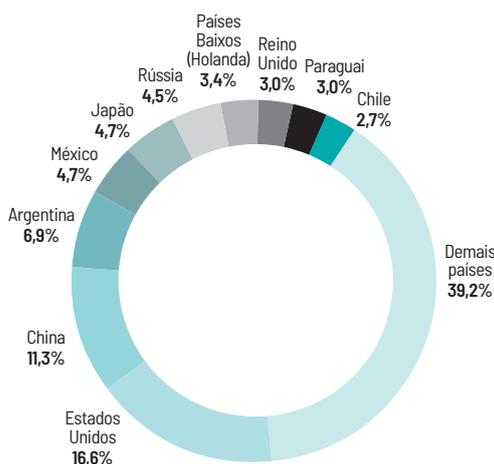
Comércio exterior de Santa Catarina. Valor mensal (US\$ milhões)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Apesar da previsão de aumento do crescimento da economia mundial em 2018, a Organização Mundial do Comércio (OMC) avalia que a expansão do comércio atingiu o pico em 2017 e que poderá haver redução do crescimento. Além disso, a safra agrícola nacional deverá ser menor e, portanto, dificilmente as exportações repetirão o desempenho de 2017.

Destino das exportações e origem das importações em 2017

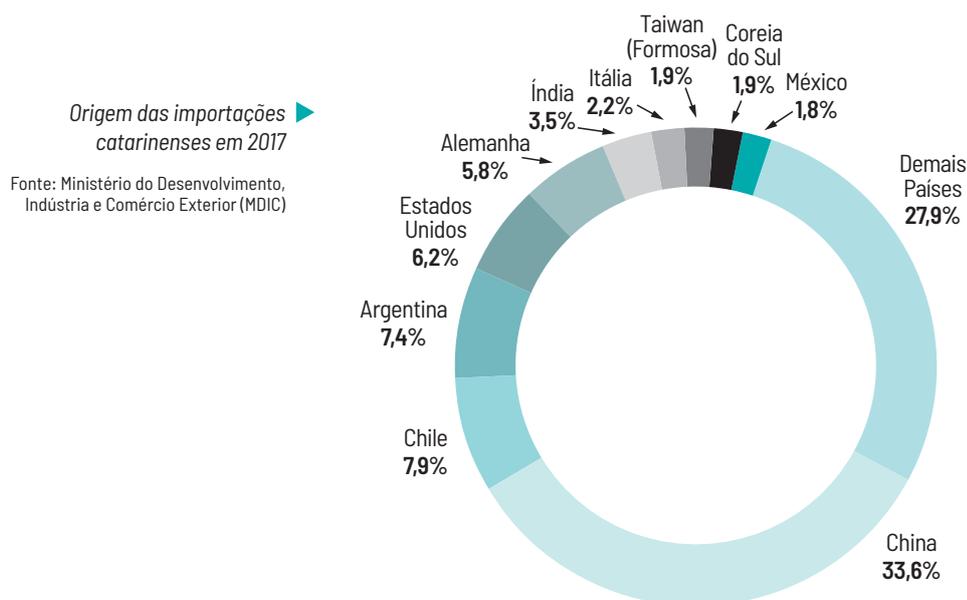
O destino das exportações estaduais é bastante diversificado. Entre os principais blocos, destacaram-se a Ásia, que adquiriu 24,5% do total exportado pelo Estado, e a América Latina, com 23,8%. Considerando-se os países isoladamente, os principais destinos foram os Estados Unidos (16,6%), a China (11,3%) e a Argentina (6,9%), que juntos adquiriram quase 35% das exportações estaduais.



Principais destinos das exportações catarinenses em 2017

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

As importações são bem mais concentradas. A Ásia forneceu 48,8% das importações estaduais, sendo que somente a China garantiu 33,6% do total. Isoladamente, os principais importadores (China, Chile, Argentina, Estados Unidos e Alemanha) responderam por 61% das importações realizadas pelos portos catarinenses.



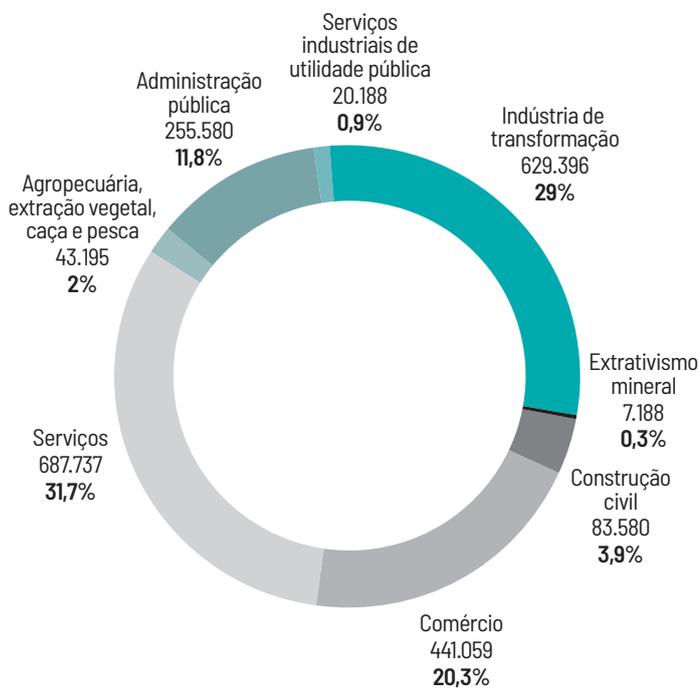
Mercado de trabalho

Os dois anos seguidos de forte recessão na economia tiveram grande repercussão no emprego. Embora o Estado tenha, nos últimos anos, exibido baixas taxas de desemprego, o aprofundamento da crise política e econômica em nível nacional acabou afetando o mercado de trabalho.

Empresas e empregos

O estoque de emprego da economia catarinense em 2016 foi 2.167.923 trabalhadores, distribuídos em 224.353 estabelecimentos. O número de postos de trabalho caiu 2,1%, e o de empresas, 0,4%.

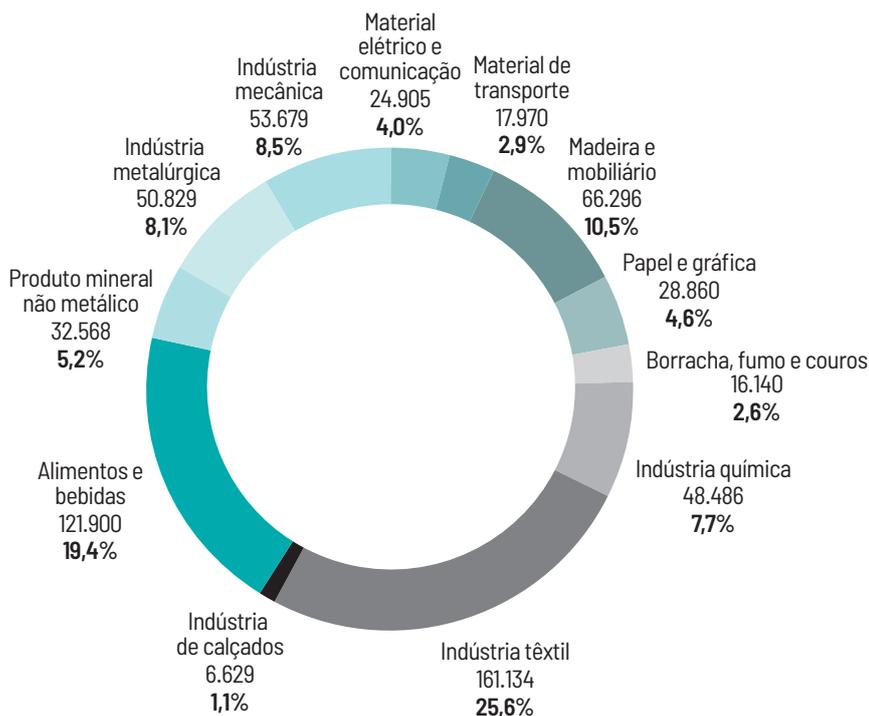
O setor de serviços e a administração pública foram os que mais empregaram, absorvendo 43,5% dos trabalhadores. A indústria de transformação foi a segunda maior, com 29% do total, seguida pelo comércio, com 20,3%. Juntos, esses três setores responderam por 92% dos postos de trabalho da economia catarinense.



◀ Número de trabalhadores por atividade econômica em Santa Catarina em 2016

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Relação Anual de Informações (2016)

A indústria de transformação catarinense ocupa uma posição de destaque no Brasil tanto em quantidade de empresas como em número de trabalhadores. Os segmentos têxtil, vestuário e alimentar são os que mais empregam no Estado.



◀ Indústria de transformação: trabalhadores por atividade em Santa Catarina em 2016 (%)

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Relação Anual de Informações (2016)

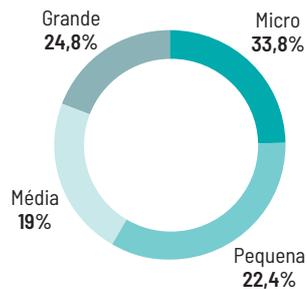
As microempresas são as maiores geradoras de emprego no Estado. Em 2016, as 209.162 microempresas catarinenses representavam 93% do total de estabelecimentos e empregavam 33,8% dos trabalhadores. Já as grandes empresas representavam 0,2% dos estabelecimentos e empregavam 24,8% do total de trabalhadores. Santa Catarina possuía uma média de 9,7 trabalhadores por empresa.

Número de estabelecimentos e trabalhadores do Estado em 2016, por atividade e tamanho

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Relação Anual de Informações (2016) - CNAE 2.0

Estabelecimentos	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Empresas	209.162	12.763	2.052	376	224.353
Trabalhadores	732.832	486.610	411.892	536.589	2.167.923
Trabalhadores por empresa	3,5	38,1	200,7	1.427,1	9,7

Percentual de trabalhadores por tamanho de empresa em 2016



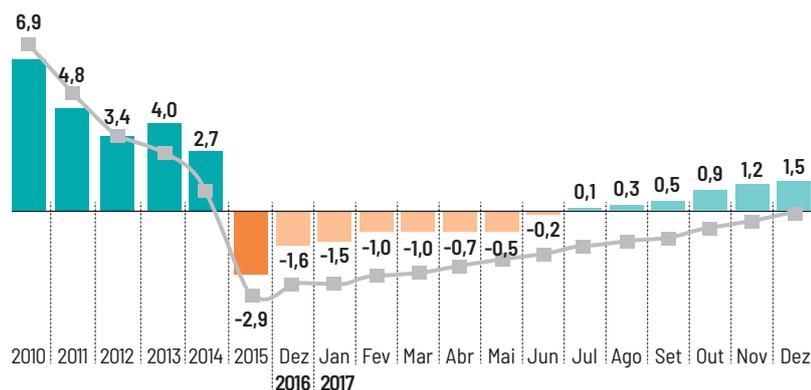
Evolução do emprego e da taxa de desocupação

O ano de 2017 foi marcado pela recuperação no mercado de trabalho. De forma lenta, gradual e concentrada em alguns segmentos, a economia passou a dar sinais mais claros de recuperação. A evolução da geração de empregos comprovou essa tendência, embora o estoque de emprego atual esteja aquém do existente no período pré-crise.

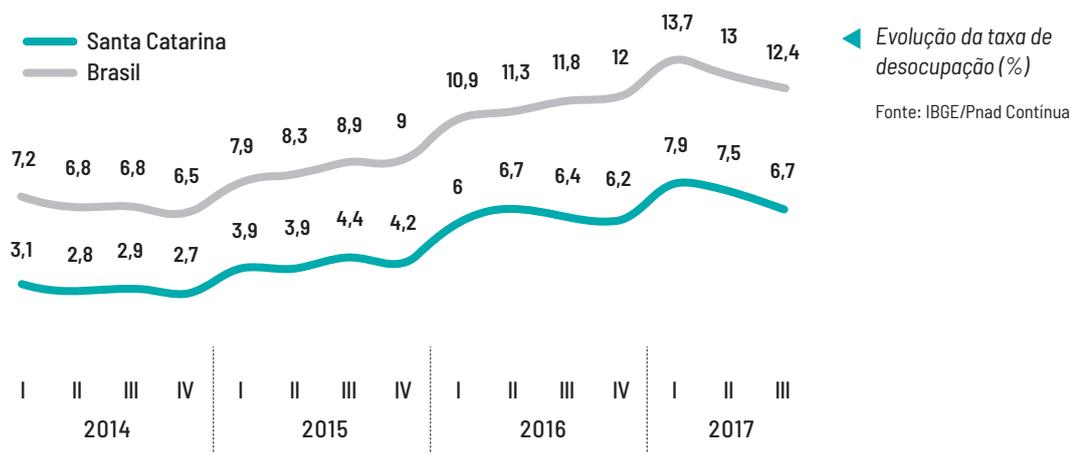
Em 2017, na comparação com o ano anterior, foram abertos 29,4 mil postos de trabalho, o que representa uma alta de 1,5%. Santa Catarina liderou a abertura de postos de trabalho entre os estados brasileiros. No País, na mesma comparação, houve queda de 0,1%, que corresponde a 20,8 mil postos fechados.

Evolução dos empregos: taxa de crescimento acumulada em 12 meses. Base: mesmo mês do ano anterior (%)

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED



No Estado, em 2017, a indústria de transformação liderou as contratações, seguida pelos serviços e pelo comércio. Os demais setores tiveram redução na retração do emprego, mas não lograram ampliar os postos de emprego ou permaneceram próximos da estabilidade.



A taxa de desocupação caiu ao longo de 2017, tanto em Santa Catarina como na média do Brasil, o que confirma a recuperação da economia. O Estado manteve a menor taxa de desocupação do País e foi o que mais gerou novos postos de trabalho.

No terceiro trimestre de 2016, o rendimento médio do trabalho em Santa Catarina era de R\$ 2.330,00 contra R\$ 2.125,00 no País.

Santa Catarina foi o estado com o maior saldo de empregos em 2017

924.330
Admissões

—

894.889
Demissões

=

29.441
VAGAS

Segunda menor taxa de mortalidade infantil do País

São 9,2 óbitos de crianças até um ano por mil nascidos vivos. O índice só não é menor do que o do Espírito Santo (8,8). No Brasil, o índice é de 13,3 (IBGE 2016).



2017 foi o ano de receber novos policiais e novos professores para garantir mais segurança e educação de qualidade aos catarinenses.

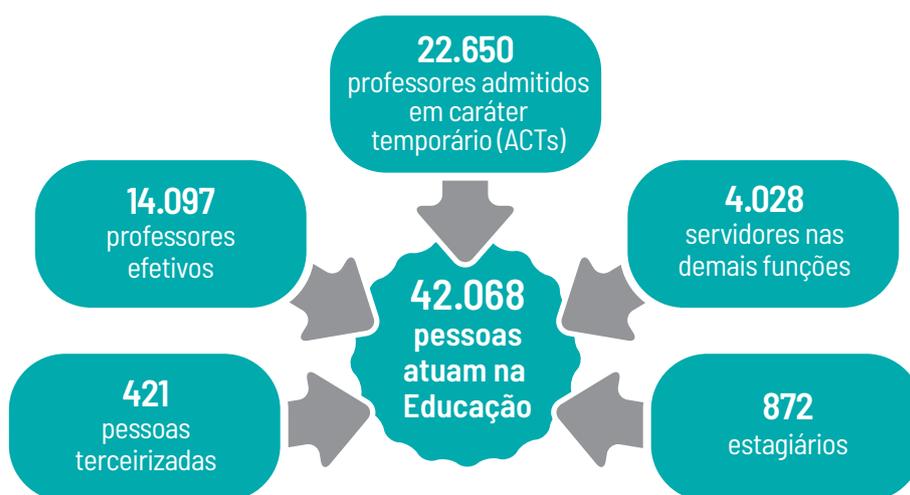
Os investimentos também se voltaram para o estímulo à inovação e para o apoio aos empreendedores e produtores rurais. Entre as obras, destaque para melhorias, ampliações e construções de escolas, alas hospitalares, penitenciárias e rodovias.

Educação

Todos na escola

A Secretaria de Estado da Educação adotou em 2017 uma série de medidas pedagógicas para reduzir a evasão e a defasagem dos alunos na rede estadual de ensino. Além disso, aumentou a oferta de vagas, aperfeiçoou a avaliação e a gestão das unidades de ensino e qualificou a alimentação e o transporte escolar. Na área de pessoal, foi realizado concurso público para contratação de 600 novos professores (na educação regular e indígena) e 400 servidores administrativos, além da descompactação do plano de carreira.

Quem faz



Fonte:

Informações de servidores:
Secretaria de Estado da Educação
e Fundação Catarinense de
Educação Especial

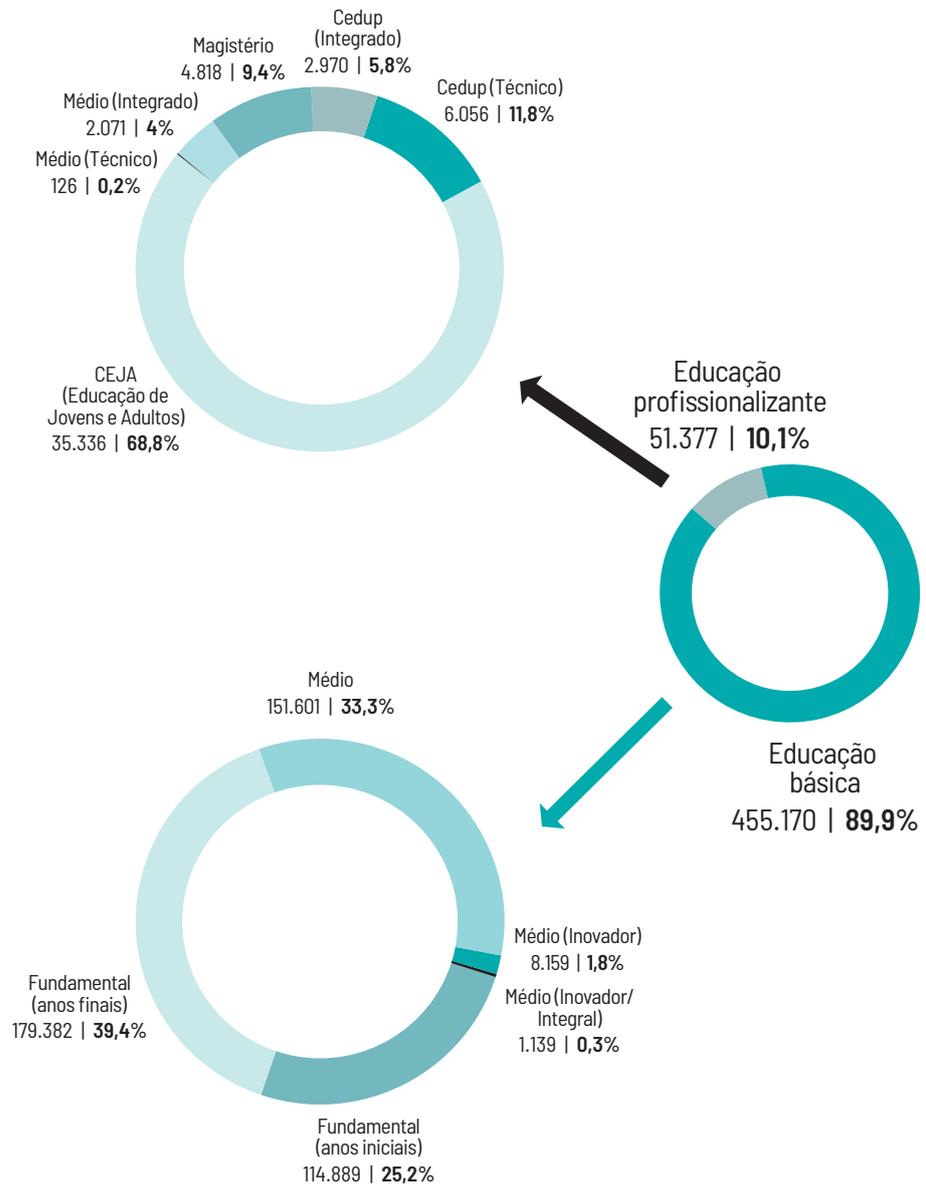
Número de estagiários:
Sistema Integrado de Gerenciamento
de Recursos Humanos (SIGRH)

Número de terceirizados:
Diretoria de Gestão de Materiais
e Serviços - Secretaria de Estado
da Administração

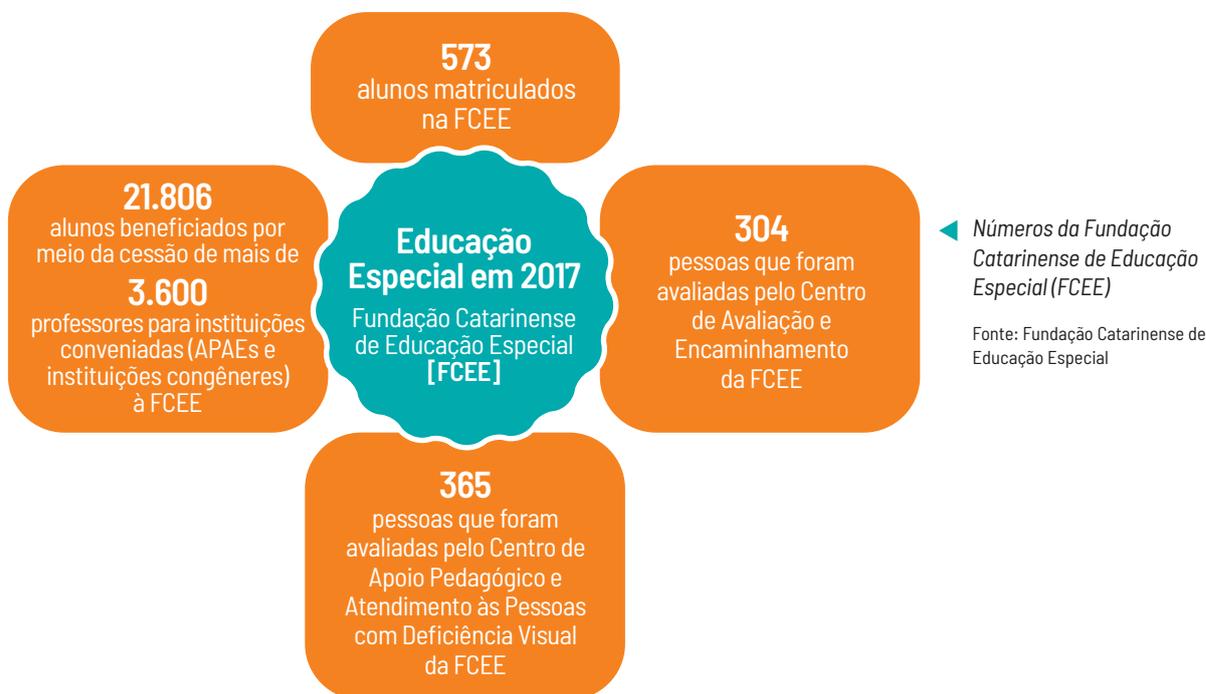
Estrutura



Ações e resultados



Fonte: Secretaria de Estado da Educação



Pacto pela educação

Em 2017, o Governo do Estado abriu 2 mil vagas com a entrega de oito novas escolas e a reforma e ampliação de outras 18.

Melhorias realizadas em 2017:

- » 280 escolas tiveram obras de melhorias, das quais 102 foram concluídas.
- » 888 escolas contam com melhorias na prevenção de incêndio, sinalização e iluminação.
- » 1.064 escolas receberam no total R\$ 8 milhões por meio do Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC). O cartão possibilitou que as escolas pudessem realizar despesas de pequeno vulto, extraordinárias ou urgentes com maior eficiência e transparência. Cada escola recebeu entre R\$ 2,5 mil a R\$ 16 mil, de acordo com o número de alunos.

Tempo integral

Mais de 1,1 mil alunos foram beneficiados com a fase inicial do ensino médio em tempo integral, adotado em 15 escolas, a partir de 2017. Quase 8,5 mil estudantes com dificuldades de aprendizagem em matemática e linguagens receberam reforço do Programa Estadual Novas Oportunidades de Aprendizagem (PENOA), e a rede adotou um novo modelo de avaliação, com recuperação paralela ao longo do ano letivo. O sistema também abriu turmas de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) em sete comunidades quilombolas, atendendo 201 alunos.

Gestão escolar

A gestão das unidades de ensino foi aprimorada, com 1.035 escolas submetidas à Sistemática de Avaliação da Gestão Escolar (Sage) e com 179 submetidas à Seleção do Plano de Gestão Escolar para 2018/2019. Com o Plano de Gestão Escolar, os diretores das escolas não são mais indicados politicamente. Cada candidato faz um plano de Gestão Escolar, de acordo com a realidade da sua escola, e o apresenta para a comunidade escolar. Pais, estudantes, professores e servidores da escola escolhem o melhor plano e, conseqüentemente, o diretor da escola. A partir daí, o diretor tem que colocar em prática o seu plano, que é monitorado e acompanhado por meio da Sage.

A rematricula de estudantes da rede foi feita pela internet para 306 mil estudantes. Um projeto piloto permitiu a matrícula on-line de 6 mil alunos novos em 39 escolas de Florianópolis. Em 100 unidades, os estudantes passaram a contar com conexão de internet mais rápida (30 Mbps) para as atividades de ensino.

Merenda escolar

Santa Catarina ampliou a compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, firmando contrato com 30 cooperativas que envolvem cerca de 4 mil famílias de agricultores.

Também, para tornar o processo de contagem da alimentação escolar mais ágil, econômico e transparente, o Estado desenvolveu um aplicativo para contagem automática das refeições servidas aos alunos. O novo modelo de controle dos itens de alimentação já é utilizado em 400 escolas.



▲
*Sistema de controle da
alimentação implantado em
400 escolas estaduais*

Foto: Osvaldo Noceti Filho

Transporte escolar

Parcerias com 289 municípios garantiram o transporte escolar a 120 mil alunos e incluíram a doação de 10 novos ônibus para 10 cidades.

Capacitação do Poder Judiciário para atendimento dos surdos em língua de sinais

Ao longo de 2017, foram firmadas importantes ações com o Poder Judiciário de Santa Catarina que garantem a capacitação dos servidores da Justiça para o atendimento dos cidadãos surdos em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Entre os convênios firmados, destacam-se a parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) para a produção do primeiro dicionário jurídico em LIBRAS do Brasil, o qual ficará disponível ao público no site do TJSC através de vídeos contendo as traduções em LIBRAS, e também a renovação dos convênios de oferecimento de cursos de LIBRAS para os servidores do TJSC, Tribunal Regional do Trabalho (TRT - 12ª Região) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

UNIEDU

O Programa de Bolsas Universitárias (UNIEDU) do Estado distribuiu em 2017 mais de 15 mil bolsas para graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

O detalhamento do programa e as bolsas distribuídas podem ser consultados no Portal UNIEDU (www.uniedu.sed.sc.gov.br).



Desempenho no IDEB (2015):

- » Ensino fundamental (anos iniciais): 5,9
- » Ensino fundamental (anos finais): 4,7
- » Ensino médio: 3,4

Reconhecimento

Prêmio de gestão escolar 2017

A Escola de Educação Fundamental Mont' Alverne, de Ituporanga, recebeu o Prêmio Gestão Escolar 2017, promovido pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). A escola com 600 alunos foi reconhecida pelo projeto Gestão Pedagógica Participativa, coordenado pela diretora Viviane Rosa Bennert, que estimula a participação de pais e responsáveis nas atividades e decisões da rotina escolar.

Referência nacional na área de altas habilidades/superdotação

O Estado de Santa Catarina foi considerado em 2017 referência nacional pelo Ministério da Educação na área de Altas Habilidades/Superdotação. Nos últimos dois anos, foi realizado um amplo trabalho de descentralização com a criação de novos núcleos de Atendimento Educacional Especializado voltados para alunos com indicativos de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) nas escolas da rede estadual de ensino. Em 2017, foram implantados núcleos em nove Gerências Regionais de Educação (Araranguá, Blumenau, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Dionísio Cerqueira, Joaçaba, Rio do Sul e São Miguel do Oeste), ampliando para 16 o total de regiões administrativas beneficiadas. O trabalho realizado pela FCEE, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, já capacitou mais de 3 mil professores e gestores educacionais, atendendo cerca de 500 alunos da rede estadual de ensino.

► Polo regional de Altas Habilidades na Escola Estadual Simão José Hess, em Florianópolis

Foto: Divulgação da Fundação Catarinense de Educação Especial

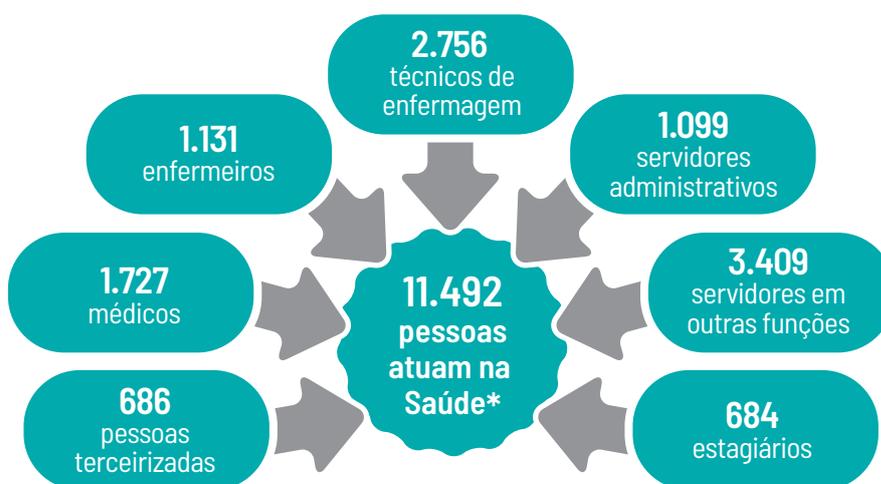


Saúde

Saúde integrada

Em 2017, a Secretaria de Estado da Saúde investiu na manutenção de unidades, compra de veículos e ambulâncias, realização de obras e reformas, além de ter adquirido equipamentos para as unidades que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Também nesse ano, a Vigilância em Saúde realizou campanhas de imunização que permitiram aplicar 2 milhões de doses vacinais em Santa Catarina, além das ações preventivas contra o *Aedes aegypti* e as doenças sexualmente transmissíveis. Para melhorar o atendimento ao cidadão, está em implantação o novo modelo do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Quem faz



* Pessoas que atuam nos prédios da administração da Secretaria de Estado da Saúde e nos 13 hospitais administrados diretamente pelo Estado, assim como servidores efetivos da SES que atuam no Hospital Florianópolis, no CEPON e no HEMOSC.

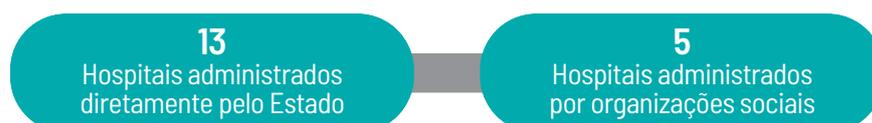
Fonte:

Informações de servidores: Secretaria de Estado da Saúde

Número de estagiários: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH)

Número de terceirizados: Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – Secretaria de Estado da Administração

Estrutura



Além dos 18 hospitais administrados pelo Estado ou por organizações sociais, há mais 170 hospitais em Santa Catarina com atendimento realizado pelo SUS, dos quais um é administrado pelo Governo Federal e 169 são contratualizados, credenciados ou filantrópicos.



Ações e resultados

Atendimentos	13 hospitais administrados diretamente pelo Estado	5 hospitais administrados por organizações sociais	Total
Internações	87.396	24.379	111.775
Ambulatório/consulta	523.392	1.561.186	2.084.578
Atendimentos de emergência	561.132	234.019	795.151
Cirurgias	38.328	14.794	53.122
Partos	19.944	2.300	22.244
Exames	3.213.756	255.839	3.469.595
Total	4.443.948	2.092.517	6.536.465

Lista de espera

Santa Catarina é pioneira na publicação de informações das filas de espera na internet. Desde 1º de novembro de 2017, estão disponíveis no endereço as listas de espera dos pacientes que aguardam por consultas, exames e intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública catarinense de saúde (<https://listadeespera.saude.sc.gov.br>). A informação também foi disponibilizada no Portal da Transparência do Poder Executivo (<http://www.transparencia.sc.gov.br>). Atualmente, há 471 mil pessoas aguardando por algum procedimento. A divulgação permite o gerenciamento e o controle das filas de espera do SUS, maior capacidade fiscalizatória, otimização dos recursos e fortalecimento do processo de regionalização, além da reafirmação do compromisso de todas as esferas com as diretrizes e os princípios do SUS.



Portal Estadual para consulta à lista de espera do SUS

Foto: Divulgação da Secretaria de Estado da Saúde

Vacinação

A campanha nacional de vacinação contra o vírus *Influenza* (gripe), entre abril e junho, imunizou 1.691.401 pessoas – 89% da população-alvo. A mobilização estadual contra o tétano acidental, no mesmo período, aplicou 96.453 doses da vacina. Em parceria com os municípios, Santa Catarina desenvolveu uma ação para intensificar a vacinação nas escolas em junho. Foram vacinados 29.051 adolescentes contra o HPV e 14.495 adolescentes contra a meningite C. Após essa ação, a cobertura vacinal acumulada do Estado passou de 27% para 65%. A Campanha Nacional de Multivacinação, entre 16 e 22 de setembro, aplicou 172.265 doses de vacina em 89.348 crianças e adolescentes menores de 15 anos de idade.

Vigilância

Para a prevenção e o controle do *Aedes aegypti*, foram realizadas as ações de supervisão permanente nos 295 municípios catarinenses, a capacitação de mais de 200 agentes de controle de endemias municipais, além de várias reuniões com prefeitos das regiões Oeste e Litoral.

Hospital São Vicente de Paulo

A nova ala da UTI do Hospital São Vicente de Paulo (HSVP), em Mafra, foi finalizada em 2017. A ampliação conta com 10 novos leitos e capacidade para mais de 900 internações por ano. A obra é uma parceria entre o Hospital São Vicente de Paulo e o Governo do Estado. O HSVP atende 13 municípios da região do Planalto Norte.

*Nova ala do Hospital
São Vicente de Paulo,
em Mafra*

Foto: Jaqueline Noceti (SECOM)



Hospital São José de Criciúma

Em 2017, foi concluída a obra da nova estrutura do Hospital São José, localizado em Criciúma. A instituição filantrópica é referência em alta complexidade com atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A nova ala, que tem cinco andares, conta com 23 novos leitos de internação, 20 leitos de UTI, oito salas cirúrgicas, uma central de esterilização de materiais e hemodinâmica com 10 leitos de recuperação, além de uma nova porta de entrada das emergências e ambulâncias, assim como um novo e amplo centro de diagnóstico por imagem. Entre as oito novas salas cirúrgicas, uma será equipada com videoconferência, de modo que se possa realizar cirurgias com médicos de outros lugares.

Integração de serviços – Bombeiros e SAMU

Em 2017, as Secretarias de Estado da Segurança Pública e da Saúde assinaram um termo de cooperação técnica para oficializar a integração do serviço de atendimento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Todas as instituições que prestam o serviço de atendimento pré-hospitalar do Estado atuarão de maneira integrada em prol da otimização de recursos e da melhoria da qualidade dos atendimentos.

Santa Catarina é o primeiro estado brasileiro a ter um modelo integrado e único no serviço pré-hospitalar de emergência

SAMU



Corpo de Bombeiros Militar

Com a integração, todas as unidades de atendimento pré-hospitalar (APH) hoje existentes no Estado terão uma gestão unificada, que será realizada em parceria e de maneira compartilhada entre a Secretaria de Estado da Saúde e o Corpo de Bombeiros Militar. Com essa nova visão sistêmica do APH, haverá melhor cobertura dos serviços, uma vez que o Estado fará a gestão da Central Estadual de Regulação Médica do APH, das 23 unidades de suporte avançado do SAMU, das 96 unidades de suporte básico do SAMU (atualmente vinculadas aos municípios), dos 129 Asus (Auto Socorro de Urgência do Corpo de Bombeiros Militar) e das 74 unidades de Bombeiros Voluntários, conforme adesão ao novo modelo proposto.

Os números de emergência para acionar o Corpo de Bombeiros Militar e o SAMU continuam os mesmos, 193 e 192, respectivamente. Mas, ao ser acionado o serviço, a ligação será encaminhada para uma única central, e o solicitante receberá o atendimento necessário para aquela situação relatada, sem duplicidade de despacho de recursos. A previsão é que o sistema esteja totalmente integrado em 2018.

Reconhecimento

Maior expectativa de vida do País

A população de Santa Catarina tem a maior expectativa de vida do País, de acordo com os dados do IBGE divulgados em dezembro de 2017. No Estado, a média é de 79,1 anos, acima do índice nacional, que é de 75,8. Entre as mulheres catarinenses, a expectativa de vida eleva-se ainda mais, chegando a 82,4 anos, também a maior do Brasil. O mesmo ocorre entre os homens, cuja média atinge os 75,8 anos. No estudo sobre a probabilidade de uma criança não atingir o primeiro ano de idade, o Estado fica em segundo lugar, com 9,2 casos para cada mil nascidos vivos.

Referência nacional em doação de órgãos para transplantes

Santa Catarina mantém a liderança nacional na doação de órgãos para transplantes. O Estado consolidou um sistema de transplantes que é referência internacional.

Em 2017, foram 40,8 doadores efetivos de órgãos por milhão de população (p.m.p), enquanto a média nacional foi de 16,6 doadores p.m.p.

SC Transplantes em atuação ►

Foto: Secretaria de Estado da Saúde

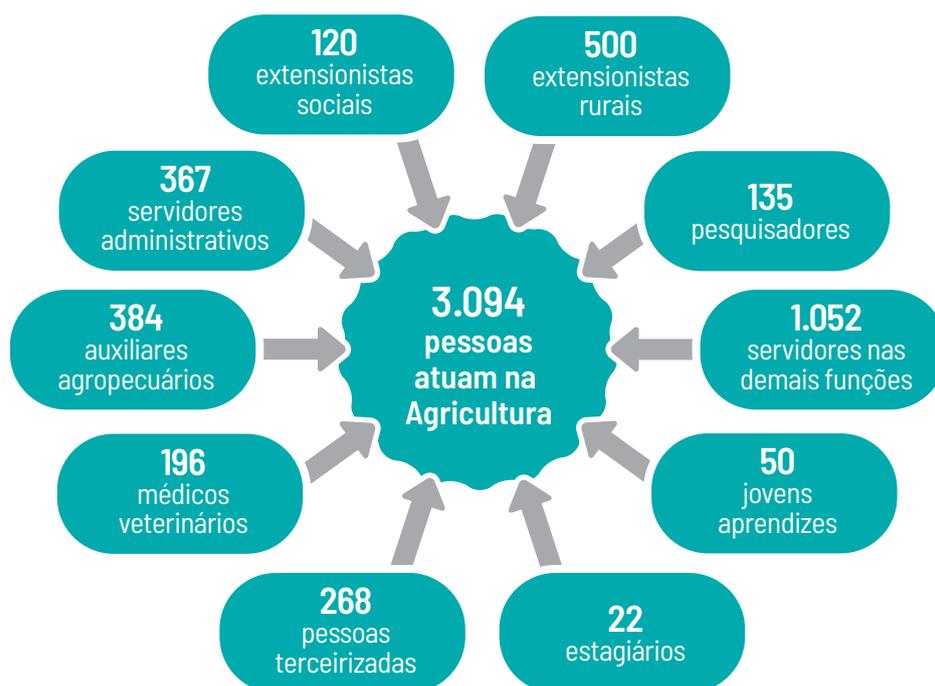


Agricultura

Terra fértil

O ano de 2017 teve produtividade recorde de milho e soja, além de bom desempenho nas exportações de produtos agropecuários catarinenses, principalmente carnes. A Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca investiu em pesquisa agropecuária e extensão rural, em defesa sanitária e em fomento agropecuário, o que ajudou a manter o setor agropecuário altamente produtivo e profissionalizado, proporcionando qualidade de vida às famílias.

Quem faz



Fonte:
Informações de servidores:
Secretaria de Estado da Agricultura
e da Pesca
Número de estagiários: Sistema
Integrado de Gerenciamento de
Recursos Humanos (SIGRH)
Número de terceirizados: Diretoria
de Gestão de Materiais e Serviços -
Secretaria de Estado da
Administração

Estrutura



Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca

Ações e resultados

Defesa sanitária vegetal

- » 1.254 fiscalizações em unidades de produção e consolidação, comércio e transporte de produtos de origem vegetal
- » 168 amostras coletadas para diagnóstico de pragas em vegetais
- » 406 permissões de trânsito vegetal auditadas
- » 334 unidades de produção de banana, maçã e citrus fiscalizadas pelo Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal mediante convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)
- » Conquista do status de Sistema de Mitigação de Risco para a praga cancro cítrico, possibilitando ao citricultor catarinense comercializar a sua produção para todo o País
- » 200 armadilhas foram instaladas e monitoradas semanalmente com o objetivo de manter o status de área livre de *Cydia pomonella*, uma praga que atinge os pomares de maçã

Fiscalização de insumos agrícolas

- » 1.076 amostras coletadas de produtos de origem vegetal (convencionais ou orgânicos), sementes e mudas
- » 795 amostras coletadas pelos programas Monitoramento da Qualidade de Produtos Orgânicos e Alimento sem Risco, que resultaram em 94% dos alimentos orgânicos isentos de resíduos de agrotóxicos
- » 2.232 fiscalizações em propriedades rurais e comerciais de agrotóxicos, sementes e mudas

Classificação vegetal

- » 788 mil toneladas de produtos de origem vegetal classificados
- » 318 produtores rurais beneficiados com treinamentos de classificação de produtos de origem vegetal e boas práticas de manipulação

Defesa sanitária animal

- » 10.670 fiscalizações em propriedades rurais, casas, agropecuárias, eventos e trânsito
- » 660 denúncias atendidas
- » 23.125 amostras coletadas para diagnóstico de doenças animais
- » 186 propriedades certificadas como livres de brucelose e tuberculose
- » Emissão de 1,3 milhão de Guias de Trânsito Animal via Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, criado em 2017

- » 5.007 guias de trânsito animal auditadas
- » 977 análises para monitoramento microbiológico e de ficotoxinas (maré-vermelha) na produção de moluscos bivalves (ostras, mexilhões, vieiras e berbigões). Santa Catarina é o maior produtor desses moluscos

Apoio laboratorial

- » 4.453 amostras processadas para diagnóstico de brucelose
- » 580 amostras processadas para diagnóstico de anemia infecciosa equina
- » 5.157 amostras triadas para os diversos programas sanitários animais

Inspeção de produtos de origem animal

- » 1.723 fiscalizações em estabelecimentos
- » 149 empreendimentos agroindustriais legalizados no Sistema de Inspeção Estadual
- » 268 ações de combate à clandestinidade

Programa SC Rural

O Governo do Estado encerrou em 2017 o contrato de empréstimo com o Banco Mundial referente ao Programa SC Rural. O programa iniciou em 2011 e em sete anos transformou a agricultura familiar catarinense. Foram US\$ 189 milhões investidos pelo Banco Mundial e pelo Governo do Estado.

Entre os resultados do SC Rural, destacam-se:

- » 1.800 jovens e 98 mil famílias do meio rural e pesqueiro capacitados;
- » 59 mil sistemas produtivos melhorados;
- » 514,1 km de estradas rurais reparadas;
- » 723 empreendimentos de agricultura familiar apoiados;
- » 1.437 escolas rurais munidas de informações de educação ambiental;
- » 437 agroindústrias legalizadas no Serviço de Inspeção Estadual (SIE);
- » 2.804 propriedades rurais com regularização fundiária;
- » 285 famílias conservando 1.630 hectares de florestas nativas com o pagamento por serviços ambientais; e
- » 411 famílias indígenas participando de programas para geração de renda.

O SC Rural recebeu nota máxima na avaliação do Banco Mundial, sendo classificado como "altamente satisfatório". Este é o único projeto no meio agrícola a receber a nota máxima até o momento.



◀ Encontro Macrorregional de Jovens Rurais do Oeste Catarinense, em Maravilha, reuniu cerca de 250 empreendedores, como os irmãos do Município de Arvoredo, que conseguiram dobrar a produtividade de leite após o curso do Programa SC Rural



◀ Epagri capacitou jovens agricultores desde 2012 no Programa SC Rural. Elizabeth Buss produz bolachas caseiras em São Bonifácio

Fotos: Aires Carmen Mariga (Epagri)

Programa Terra Boa

O Terra Boa é um dos programas mais tradicionais da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, e há mais de 20 anos beneficia os produtores rurais catarinenses com a subvenção para aquisição de calcário, sementes de milho, kit forrageiras e kit apicultura. Em 2017, por meio do programa, foram adquiridos 202.524 sacos de sementes de milho, 284.192 toneladas de calcário, 2.862 kits forrageira e 415 kits apicultura, beneficiando 68.921 produtores rurais.

Programa de Fomento à Produção Agropecuária

O Programa de Fomento à Produção Agropecuária concede financiamentos voltados para melhoria do processo produtivo, agregação de valor, desenvolvimento da pesca e aquicultura, e saneamento rural. Os recursos são do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR), e no ano de 2017 o programa atendeu 1.022 produtores rurais. Entre as ações está o financiamento para que jovens agricultores adquiram notebooks, desktops, impressoras e equipamentos de recepção de sinal de internet ou telefonia. No último ano, foram contemplados 196 jovens.

Crédito fundiário

Em parceria com o Governo Federal, o Estado executa o Programa Nacional de Crédito Fundiário, que possibilita aos trabalhadores rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais o acesso à terra por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais. Em 2017, foram 102 agricultores beneficiados.

Fundo Estadual de Sanidade Animal (Fundesa)

Para manter a sanidade do rebanho catarinense, o Governo do Estado indeniza, por meio do Fundesa, os proprietários que tiveram animais abatidos sanitariamente. Em 2017, foram mais de 400 processos de criadores indenizados pelo abate de bovinos e bubalinos acometidos de brucelose ou tuberculose e equinos com mormo ou anemia infecciosa.

Projeto Sanitarista Júnior

Cerca de 2.500 crianças foram alcançadas pela 3ª edição do Projeto Sanitarista Júnior, que tem como objetivo promover a mudança de atitudes diante dos problemas sanitários desde o período escolar. Participaram do projeto 69 escolas em 36 municípios, com 308 atividades educacionais realizadas no ano.

Programa Água para o Campo

O Programa Água para o Campo, uma ação do Pacto por Santa Catarina, já construiu 232 cisternas no Estado.

Reconhecimento

24 anos sem registro de febre aftosa

Em 2017, Santa Catarina comemorou 10 anos do reconhecimento como zona livre de febre aftosa sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). O derradeiro foco da doença no Estado foi registrado em 1993, e a última vacinação foi em maio de 2000. Após 10 anos de certificação internacional, Santa Catarina se mantém como o único estado brasileiro com esse status sanitário diferenciado.

O melhor mel do mundo é catarinense

O mel catarinense foi considerado o melhor do mundo pela quarta vez consecutiva no 45º Congresso da Associação Internacional das Federações de Apicultores, realizado no ano de 2017, em Istambul.

Quarto maior produtor de leite do País

Santa Catarina se consolidou em 2017 como o quarto maior produtor de leite do País. Há dez anos, o Estado produzia 1,7 bilhão de litros, e em 2016 foram 3,1 bilhões de litros – um crescimento de 82%. No mesmo período, a produção brasileira aumentou 32%.

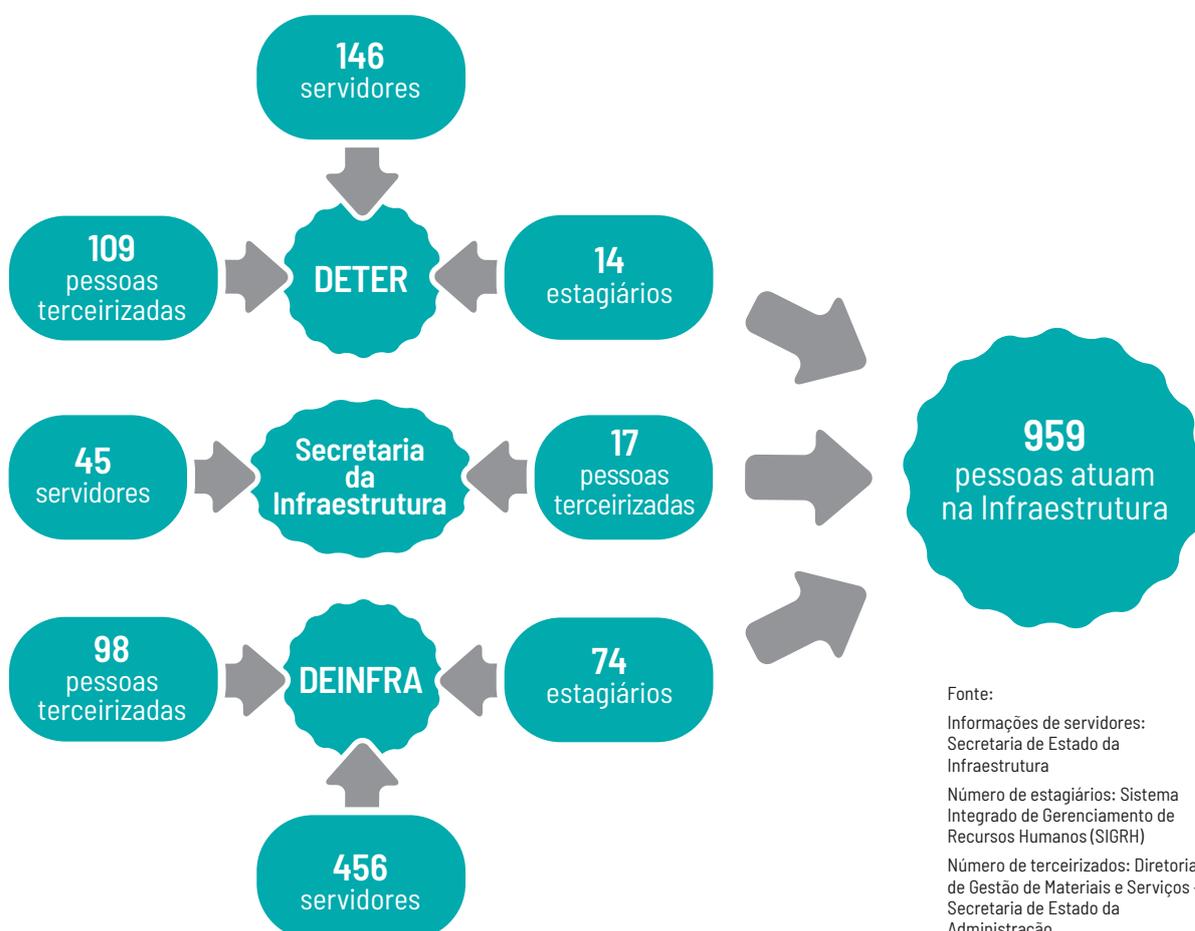
Infraestrutura

Mãos às obras

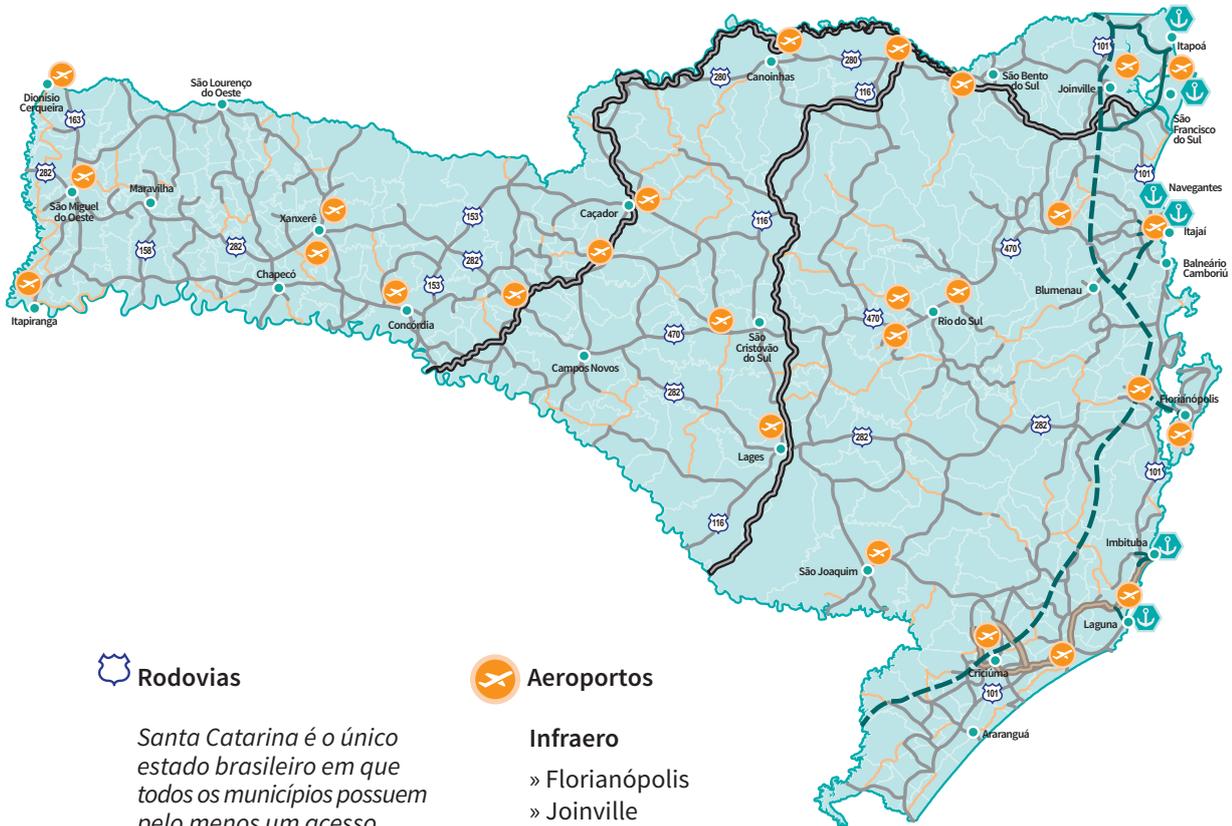
Em 2017, obras emblemáticas do Pacto por SC foram concluídas, e outras seguiram em ritmo acelerado. Destacam-se a Via Rápida em Criciúma, o contorno viário de Tubarão, o acesso Norte de Blumenau, a ampliação da Rodovia Brusque-Itajaí, a pavimentação entre Papanduva e Dr. Pedrinho, a duplicação da avenida para o aeroporto de Joinville, a ligação entre Otacílio Costa e a BR-282 e, a recuperação da SC-157 entre São Lourenço do Oeste e Chapecó. Também foram assinados convênios para execução de obras de infraestrutura em municípios catarinenses.

Quem faz

A área de infraestrutura no Estado de Santa Catarina é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Infraestrutura, que conta com duas autarquias vinculadas, o Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) e o Departamento de Transportes e Terminais (DETER).



Estrutura


 **Rodovias**

Santa Catarina é o único estado brasileiro em que todos os municípios possuem pelo menos um acesso rodoviário pavimentado

 Malha pavimentada

 Malha não pavimentada

 Ferrovias

 Dutos

 Limite dos municípios

 Principais cidades

 **Aeroportos**
Infraero

- » Florianópolis
- » Joinville
- » Navegantes
- » Forquilhinha

Estaduais

- » Jaguaruna
- » Correia Pinto

Municipais

- » Blumenau
- » Caçador
- » Chapecó
- » Concórdia
- » Curitibaanos
- » Dionísio Cerqueira
- » Joaçaba
- » Lages
- » Laguna
- » Lontras/Rio do Sul
- » Mafra
- » Três Barras
- » São Francisco do Sul
- » São Joaquim
- » São Miguel do Oeste
- » Videira
- » Xanxerê

 **Portos**

- » Itajaí
- » Itapoá
- » Laguna
- » Imbituba
- » Navegantes
- » São Francisco do Sul

Portos

Estão em operação no Estado seis portos (Itapoá, São Francisco do Sul, Navegantes, Itajaí, Imbituba e o porto pesqueiro de Laguna). Até o final de 2017, os portos de São Francisco do Sul e de Imbituba eram gerenciados pelo Governo do Estado através da Administração do Porto de São Francisco do Sul e da SCPar Porto de Imbituba S.A, respectivamente (no início de 2018, o Porto de São Francisco do Sul se tornou uma Sociedade de Propósito Específico). O Porto de Itajaí é administrado pela Superintendência Porto Itajaí, ligada à Prefeitura Municipal de Itajaí. O Porto de Laguna é administrado pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). Os portos de Itapoá e Navegantes são administrados pela iniciativa privada.

Ferrovias do Estado

Santa Catarina tem duas ferrovias em operação:

- » América Latina Logística (ALL), com uma malha de 1.184,9 km, dos quais 602,2 km estão desativados – somente 593 km estão em operação; e
- » Ferrovia Tereza Cristina (FTC), com uma malha de 164 km.

Aeroportos

Santa Catarina possui 23 aeroportos públicos registrados na ANAC, sendo cinco administrados pela Infraero até o final de 2017 (Florianópolis, Joinville, Navegantes, Criciúma e Forquilha). No início de 2018, o aeroporto de Florianópolis passou a ser administrado pela concessionária Floripa Airport.

Rodovias

A malha rodoviária estadual é composta por 5.968,40 km, descontada a extensão planejada. Aproximadamente 80% da malha rodoviária catarinense, sob responsabilidade do Governo do Estado, está pavimentada.

Situação da malha rodoviária de Santa Catarina (em km)

Fonte: Secretaria de Estado da Infraestrutura

Situação de rede	Planejada	Não pavimentada	Em obras de pavimentação	Pavimentada		
				Pista simples	Em obras de duplicação	Pista dupla
Estadual Coincidente (A)	78,80	90,40	25,50	540,50	23,90	7,10
Estadual (B)	2.129,40	936,70	145,40	3.920,70	-	39,20
Acessos, anéis, contornos e arcos estaduais (C)	168,40	24,10	15,20	189,40	-	10,30
Subtotal (A+B+C)	2.376,60	1.051,20	186,10	4.650,60	23,90	56,60
Federal (D)	1.209,90	20,40	10,00	1.869,70	100,70	359,20
Municipal (E)	41.820,40	52.579,40	-	1.429,90	-	-
Total (A+B+C+D+E)	45.406,90	53.651,00	196,10	7.950,20	124,60	415,80

Ações e resultados

Obras em andamento em 2017 ▶

Fonte: Secretaria de Estado
da Infraestrutura

Região	Obras	Extensão (km)	Investimentos (R\$ milhões)
Grande Florianópolis	3	25,72	567,84
Sul	4	38,49	209,89
Vale do Itajaí	6	78,55	553,92
Norte	5	119,58	402,85
Planalto	8	202,08	372,46
Oeste	12	183,79	555,74
Total	38	648,21	2.662,71

Obras concluídas em 2017 ▶

Fonte: Secretaria de Estado
da Infraestrutura

Região	Obras	Extensão (km)	Investimentos (R\$ milhões)
Grande Florianópolis	1	-	2,31
Sul	2	10,68	52,71
Vale do Itajaí	2	14,26	17,07
Norte	1	9	35,45
Planalto	2	87,61	134,40
Oeste	4	63,83	129,04
Total	12	185,38	370,99

Obras em destaque

Restauração e reabilitação da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis



◀ *Manutenção da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis*

Foto: James Tavares (SECOM)

A Ponte Hercílio Luz é o símbolo catarinense mais visível e conhecido no País e no mundo. Transformada em monumento histórico, foi declarada patrimônio de Florianópolis, do Estado de Santa Catarina e do Brasil. Com a sua recuperação, o Governo do Estado não só preserva a ponte, mas estuda com a Prefeitura Municipal de Florianópolis a reintegração desse importante patrimônio cultural no sistema de mobilidade da capital catarinense.

OBJETIVO
restauração/reabilitação

SITUAÇÃO ATUAL
em andamento

INVESTIMENTO CONTRATADO
R\$ 391,2 milhões

INVESTIMENTO PAGO EM 2017
R\$ 97,8 milhões

REGIÃO ATENDIDA
Grande Florianópolis

Restauração da SC-114 (Otacílio Costa–entroncamento da BR-282 para Lages)



◀ *SC-114 restaurada*

Foto: Elenise Melo Nunes
(ADR São Joaquim)

A rodovia é uma importante via de ligação entre a BR-470 e a BR-282 e, além de possibilitar os deslocamentos entre as comunidades do Planalto Serrano, atende o escoamento da produção madeireira local destinada principalmente à indústria de papel e celulose. A rodovia propicia a integração do polo madeireiro da região e, em função disso, absorve um alto volume de cargas transportadas, que impactam sobremaneira no pavimento e demandam a realização de investimentos robustos para a sua recuperação, com a execução de pavimento rígido em concreto de maior duração e resistência.

OBJETIVO
restauração

SITUAÇÃO ATUAL
em andamento

INVESTIMENTO CONTRATADO
R\$ 82,7 milhões

INVESTIMENTO PAGO EM 2017
R\$ 52 milhões

REGIÃO ATENDIDA
Planalto Serrano/
Municípios beneficiados:
Otacílio Costa,
Palmeira e Lages

**Pavimentação da Via Rápida ▶
(Trecho Criciúma-BR-101)**

Foto: Júlio Cavalheiro (SECOM)

OBJETIVO
implantação/pavimentação**SITUAÇÃO ATUAL**
em andamento (fase
final de obra)**INVESTIMENTO CONTRATADO**
R\$ 137,7 milhões**INVESTIMENTO PAGO EM 2017**
R\$ 33,9 milhões**REGIÃO ATENDIDA**
Sul/Município
beneficiado: Criciúma**Implantação da via rápida (trecho Criciúma-BR-101)**

Trata-se de um novo acesso a Criciúma a partir da BR-101. A obra, também conhecida como Via Rápida, melhora a acessibilidade em Criciúma, maior polo da região Sul.

**Ampliação da capacidade dos portos de Itajaí e de Navegantes
(construção de nova bacia de evolução)****Construção da nova bacia de
evolução do Porto de Itajaí ▶**

Foto: Divulgação do Porto de Itajaí

OBJETIVO
ampliação de capacidade
portuária**SITUAÇÃO ATUAL**
em andamento**INVESTIMENTO CONTRATADO**
R\$ 117,9 milhões**INVESTIMENTO PAGO EM 2017**
R\$ 66,4 milhões**REGIÃO ATENDIDA**
Vale do Itajaí/
Municípios beneficiados:
Itajaí e Navegantes

A bacia de evolução é essencial para manter a competitividade dos portos de Itajaí e de Navegantes. Quando concluída, a obra irá possibilitar a operação de navios de grande porte.

Recuperação da SC-157 (corredor Norte/Sul–São Lourenço do Oeste–Chapecó)



◀ Obra de recuperação da SC-157

Foto: Jaqueline Noceti (SECOM)

Importante eixo de integração regional do Oeste catarinense. A rodovia promove a ligação desde São Lourenço do Oeste, na fronteira com o Estado do Paraná, até Chapecó, maior polo econômico do Oeste catarinense. Com a recuperação da SC-157, o Governo do Estado garante a infraestrutura adequada para o desenvolvimento regional.

OBJETIVO

restauração

SITUAÇÃO ATUAL

o último trecho da obra foi concluído em 2017

INVESTIMENTO CONTRATADO

R\$ 195,5 milhões

INVESTIMENTO PAGO EM 2017

R\$ 27,6 milhões

REGIÃO ATENDIDA

Oeste/Municípios beneficiados: São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte, Formosa do Sul, Quilombo, Coronel Freitas e Chapecó

Ampliação da capacidade e melhoria da Avenida Santos Dumont, em Joinville (incluindo elevado na Rua Tuiuti)



◀ Obras do elevado de Joinville

Foto: Ana Paula Keller (ADR de Joinville)

A Avenida Santos Dumont atende o Distrito Industrial de Joinville e serve de ligação ao Aeroporto de Joinville. Sua execução tem por finalidade melhorar a mobilidade urbana, fornecendo maior conforto, rapidez, segurança e qualidade aos usuários. Com a conclusão da obra, espera-se que sejam ampliadas as condições para atração de novas empresas, haja vista a expansão das empresas existentes e a conseqüente geração de empregos e renda para a população da região.

OBJETIVO

duplicação e obra de arte especial

SITUAÇÃO ATUAL

em andamento (elevado na Avenida Santos Dumont com a Rua Tuiuti está aberto ao tráfego)

INVESTIMENTO CONTRATADO

R\$ 84,7 milhões

INVESTIMENTO PAGO EM 2017

R\$ 26,6 milhões

REGIÃO ATENDIDA

Litoral Norte/Município beneficiado: Joinville

Outras obras em andamento em destaque

Ampliação da capacidade da Rodovia Antônio Heil (Rodovia SC-486, que liga Brusque à BR-101)

A obra tem por finalidade melhorar as condições de tráfego (fluidez) e a segurança dos usuários da via e das comunidades lindeiras. A Rodovia Antônio Heil é uma das que apresenta maior volume de tráfego entre as rodovias catarinenses, sendo fundamental para o desenvolvimento social e econômico do Vale do Itajaí.

INVESTIMENTO CONTRATADO: R\$ 204,7 milhões

Pavimentação da SC-477 (trechos: de Papanduva ao entroncamento com a Rodovia SC-114; e de Volta Grande a Doutor Pedrinho (entroncamento SC-112))

Via de integração regional entre o Planalto Norte e o Vale do Itajaí. A rodovia pavimentada vai propiciar menores tempos de viagens e custos de transportes, fomentando o desenvolvimento social e econômico da região.

INVESTIMENTO CONTRATADO: R\$ 290,2 milhões

Restauração da SC-114 (trecho Lages-Painel-São Joaquim)

O trecho restaurado é um importante corredor de ligação entre o Planalto Serrano e o Litoral Sul. É também uma via de integração regional indispensável para o escoamento de produção e para o desenvolvimento da indústria do turismo na Serra Catarinense. A obra contemplou ainda a revitalização da rodovia na travessia urbana de São Joaquim.

INVESTIMENTO CONTRATADO: R\$ 115,7 milhões

Implantação/pavimentação/duplicação do novo acesso ao sul da Ilha de Santa Catarina até o novo terminal de passageiros do Aeroporto Hercílio Luz

Obra essencial para a operação do novo terminal do Aeroporto Hercílio Luz. A sua conclusão irá beneficiar ainda todo o sul da Ilha de Santa Catarina, configurando uma nova via de acesso. Estima-se que até 60% do tráfego destinado ao sul da ilha irá utilizar esse novo acesso, desafogando vias atualmente congestionadas, o que irá resultar em melhoria na mobilidade urbana e em condições para ampliação do turismo.

INVESTIMENTO CONTRATADO: R\$ 118,1 milhões

Pavimentação da Rodovia SC-370 (trecho entre a BR-101-contorno de Tubarão e entroncamento da SC-370 no bairro São Martinho)

O contorno de Tubarão (SC-370) tem por finalidade retirar o tráfego pesado, de passagem, da cidade. A obra está sendo executada com quatro faixas de rolamento e ciclovias nos dois lados da pista, da BR-101 ao bairro São Martinho.

INVESTIMENTO CONTRATADO: R\$ 62,5 milhões

Implantação e pavimentação da SC-108 – acesso Norte de Blumenau

Quando concluído, o acesso Norte a Blumenau viabilizará a ligação entre a Rodovia BR-470 e a Vila Itoupava, configurando-se como uma alternativa ao tráfego na atual rodovia SC-108. A rodovia SC-108 é uma das de volume mais intenso de tráfego no Estado e uma das que apresenta maiores índices de acidentes, motivados pela saturação da via e pela grande interferência urbana em suas margens, que nos últimos anos passou a ser um vetor de crescimento da área urbana de Blumenau, maior cidade do Vale do Itajaí.

INVESTIMENTO CONTRATADO: R\$ 141,2 milhões

Reconhecimento

A infraestrutura do Estado em 2017 ficou na terceira posição no Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública. As primeiras posições foram ocupadas por São Paulo e Paraná. Considerando-se os três estados mais bem avaliados, Santa Catarina é o único que não cobra pedágio nas rodovias estaduais.

Desenvolvimento Econômico Sustentável

Estado da inovação

Santa Catarina já é nacionalmente reconhecida por sua cultura empreendedora e por seus negócios inovadores. Para consolidar esse ambiente e estender a estratégia de criação de negócios com alto valor agregado, o Governo do Estado tem investido na construção de centros de inovação em todas as regiões catarinenses. Em 2017, o Poder Executivo também deu continuidade a uma série de políticas de apoio ao investidor, como os programas Juro Zero, SC+Energia e SC Bem Mais Simples.

Quem faz

* Considerando as pessoas que atuam na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) e Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA)

Fonte:

Informações dos servidores da SDS: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

Informações dos servidores da JUCESC e do IMA: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH)

Número de estagiários: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH)

Número de terceirizados: Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços - Secretaria de Estado da Administração



Ações e resultados



Juro Zero

O Juro Zero, programa de financiamento aos microempreendedores individuais (MEIs), completou seis anos em 2017. Por meio dele, são concedidos até R\$ 3 mil ao microempreendedor, que podem ser divididos em oito parcelas. Com as sete primeiras parcelas pagas em dia, a última é quitada pelo Governo do Estado. Quando foi lançado, em 2011, a ideia era atender 30 mil MEIs. O Juro Zero encerrou 2017 com 73 mil MEIs beneficiados, totalizando a concessão de R\$ 210 milhões. O modelo catarinense já foi adotado em outros municípios e estados, como São Paulo.

SC Bem Mais Simples

A simplificação foi um dos temas centrais de 2017. Em 12 de janeiro de 2017, foi assinada a Lei nº 17.071, que instituiu o SC Bem Mais Simples e previu o Enquadramento Empresarial Simplificado (EES) por meio da autodeclaração dos empreendedores. A Lei da Simplificação busca diminuir os entraves para aberturas de empresas, licenciamentos, alvarás, fechamentos, entre outros processos. Mais de 70 municípios assinaram o termo de compromisso para implantação do SC Bem Mais Simples em várias regiões do Estado.

JUCESC Digital

Outra ação para combater a burocracia foi o lançamento da JUCESC Digital, que facilita a tramitação de processos eliminando as etapas de protocolo, distribuição, expedição e guarda física de documentos de registro mercantil, o que proporciona mais celeridade, mais segurança e menos custos aos procedimentos. Uma equação que vai trazer ainda mais benefícios para a economia catarinense.

Centros de Inovação

O Governo Estadual está apostando em políticas públicas para desenvolver Santa Catarina por meio da inovação, do conhecimento e do empreendedorismo. Um desses projetos é a construção de 13 centros de inovação, que irão beneficiar o Estado com a criação de negócios de alto valor agregado, fomentando o empreendedorismo, dinamizando a economia e as cadeias regionais, e fortalecendo a atração de investimentos. O Centro de Inovação de Lages foi concluído em 2016 e, em 2017, avançaram as obras das unidades de Chapecó, Jaraguá do Sul, Itajaí, Blumenau, Brusque, Joaçaba, São Bento do Sul e Tubarão. Há previsão para Centros de Inovação também nas cidades de Joinville, Florianópolis, Criciúma e Rio do Sul.

Para estimular a inovação, também foram realizadas em 2017 outras ações de destaque:

- » 5ª edição do programa Sinapse da Inovação com 91 projetos aprovados, objetivando o incentivo ao empreendedorismo inovador;
- » Prêmio Stemmer Inovação Catarinense: criado em 2008, o evento anual reconhece os esforços de inovação de pessoas e entidades em Santa Catarina. Na edição de 2017, foram 13 vencedores nas categorias Protagonista da Inovação, Empresas e Instituições Inovadoras, e Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação, totalizando R\$ 480 mil em investimentos;
- » Pacto pela Inovação: a ideia é aumentar os níveis de conexão e convergência das ações entre os setores públicos e privados, a fim de multiplicar resultados.

Meio ambiente

Em 2017, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável concluiu o Plano Estadual de Resíduos Sólidos e deu continuidade aos Planos das Bacias Hidrográficas dos Rios Itapocu, das Antas, Tijucas, Biguaçu, Cubatão e da Madre. Além disso, investiu em dragagens de rios, na construção do molhe em Barra Velha e, junto com a Secretaria de Estado da Defesa Civil, na manutenção das barragens de Taió, Ituporanga e José Boiteux.

SC+Energia

O Governo do Estado também investe em projetos que incentivem a produção de energias limpas e renováveis, como o SC+Energia, Programa Catarinense de Energias Limpas que aumenta a competitividade da economia catarinense por meio da diversificação da matriz energética. O programa contemplou, em 2017, 104 projetos cadastrados com mais de 3,2 gigawatts nas fontes hidráulica, eólica, solar e biomassa.

Reconhecimento

Ambiente favorável aos negócios

Santa Catarina também é referência em ambiente favorável aos negócios. Em 2017, três cidades catarinenses figuraram na lista das 12 mais empreendedoras do Brasil, segundo o ranking da Endeavor: Florianópolis (2º), Joinville (5º) e Blumenau (11º).

Turismo

Melhor destino

Santa Catarina vem se consolidando como um dos mais importantes destinos turísticos do Brasil. O Governo do Estado investe em infraestrutura para garantir a satisfação dos visitantes e, conseqüentemente, o retorno financeiro aos empreendedores turísticos. Em 2017, destacaram-se as seguintes ações: os investimentos na construção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú; a conquista da realização da etapa sul-americana da Volvo Ocean Race, a maior regata do mundo, que acontecerá em Itajaí, em 2018; a campanha publicitária "O Sul é Meu Destino", integrada com os demais estados da região.

Quem faz



* Pessoas que atuam na Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte e na Santur.

Fonte:

Informações de servidores: Secretaria de Estado de Turismo Cultura e Esporte

Número de estagiários: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH)

Número de terceirizados: Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços - Secretaria de Estado da Administração

Estrutura

- » Dois portais turísticos do Estado (administrados pela Santur)

Resultados e ações

Mais turistas

Um estudo do IBGE, divulgado em novembro de 2017, revelou que o turismo em Santa Catarina cresceu 6% nos últimos nove meses em relação a 2016. No mesmo período, o segmento no Brasil encolheu, em média, 6,5%.

O desempenho de Santa Catarina foi o terceiro melhor do País, atrás apenas de Goiás (11,8%) e Pernambuco (7,4%). Em receita nominal, o Estado também foi o terceiro melhor do País, com crescimento de 15,2%, atrás apenas, novamente, de Goiás e Pernambuco.

Chegada de turistas 2016/2017

No verão, o Estado recebe um grande número de pessoas, muitas dessas voltadas para as atividades turísticas.

Por via aérea, os três principais aeroportos do Estado, localizados em Florianópolis, Navegantes e Joinville, registraram 774.575 desembarques entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2017.

Por via terrestre, na temporada 2016/2017 o terminal rodoviário Rita Maria, na capital, registrou 566,1 mil desembarques.

A maior movimentação de turistas, porém, é feita com carro próprio, e não há controle do ingresso deles no Estado por esse tipo de transporte.

Centro de eventos

Em 2017, o Estado deu andamento à execução da obra do Centro de Eventos de Balneário Camboriú, previsto para ser concluído no primeiro semestre de 2018. O Centro de Eventos de Balneário Camboriú é considerado o maior do Sul do Brasil. Com uma área de 33,5 mil metros quadrados, o projeto contempla três pavilhões de exposições, espaço para lojas, praça de alimentação e serviços, 28 salas para convenções e 875 vagas de estacionamento.

Campanha publicitária

Em parceria com o Ministério do Turismo, foi lançada em 2017 e divulgada em todo o País a campanha "O Sul é meu destino", com o objetivo de atrair turistas do Brasil e também da América Latina.

Pela primeira vez, os três estados da região se uniram com a proposta de divulgar as suas atrações turísticas. Os resultados já foram sentidos positivamente pelos indicativos prévios da temporada de verão.



Obra do Centro de Eventos de
Balneário Camboriú

Foto: Secretaria de Estado de
Turismo, Cultura e Esporte

Evento náutico

Pela terceira vez consecutiva, Santa Catarina conseguiu garantir a etapa sul-americana da Volvo Ocean Race, a maior regata do mundo. A etapa em Itajaí ocorrerá em abril de 2018, mas os preparativos para o lançamento do evento de contagem regressiva e abertura da temporada náutica começaram em 2017 e contaram com o envolvimento do Estado, em parceria com a prefeitura de Itajaí e a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí.

Jogos Abertos

O ano de 2017 também foi importante para a reformulação dos Jogos Abertos de Santa Catarina (Jasc), realizados na cidade de Lages.

Sistema Estadual de Cultura

Santa Catarina deu um importante passo para a qualificação das políticas públicas na área de cultura com a aprovação da Lei nº 17.449, de 10 de janeiro de 2018, que criou o Sistema Estadual de Cultura (SIEC). A Lei é um marco regulatório que norteará o desenvolvimento das ações e diretrizes do setor. A lei também instituiu o Plano Estadual de Cultura, o Fundo e a nova legislação do Conselho Estadual de Cultura.

Caminhos da Neve

O Governo do Estado sancionou a Lei Estadual nº 17.295, de 26 de outubro de 2017, que cria a Rota Turística Caminhos da Neve. Ela contempla os municípios de Bom Retiro, Rio Rufino, Urupema, Paineira, Bocaina do Sul, Lages, São Joaquim, Urubici e Bom Jardim da Serra. Os objetivos são: fomentar o turismo catarinense; promover a conservação dos ecossistemas existentes nos municípios abrangidos; valorizar o legado cultural e histórico característico da Serra Catarinense; motivar novos investimentos e novas estratégias para agregar valor e competitividade aos serviços e produtos da cadeia produtiva local; e caracterizar a rota turística em razão de sua tipicidade climática, aspectos sociais, ambientais e culturais.

Reconhecimento

Em 2017, mais uma vez Santa Catarina foi eleita o melhor destino turístico do País pelos leitores da revista Viagem e Turismo, da Editora Abril. Em 17 anos de premiação, o Estado venceu 10 edições. De 2007 a 2013, foram sete conquistas consecutivas, com interrupção apenas em 2014, quando o Rio de Janeiro, sede da Copa do Mundo, venceu a escolha.

Assistência Social

Assistência abrangente

O ano de 2017 teve grande destaque para a política pública de assistência social em Santa Catarina. Foram realizadas novas obras nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) e nos centros de acolhimento, beneficiando o atendimento da população catarinense. Santa Catarina promoveu uma Conferência Estadual de Assistência Social que contou com 750 pessoas e também se fez presente na Conferência Nacional, garantindo direitos e definindo prioridades.

Quem faz



* Considerando as pessoas que atuam na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

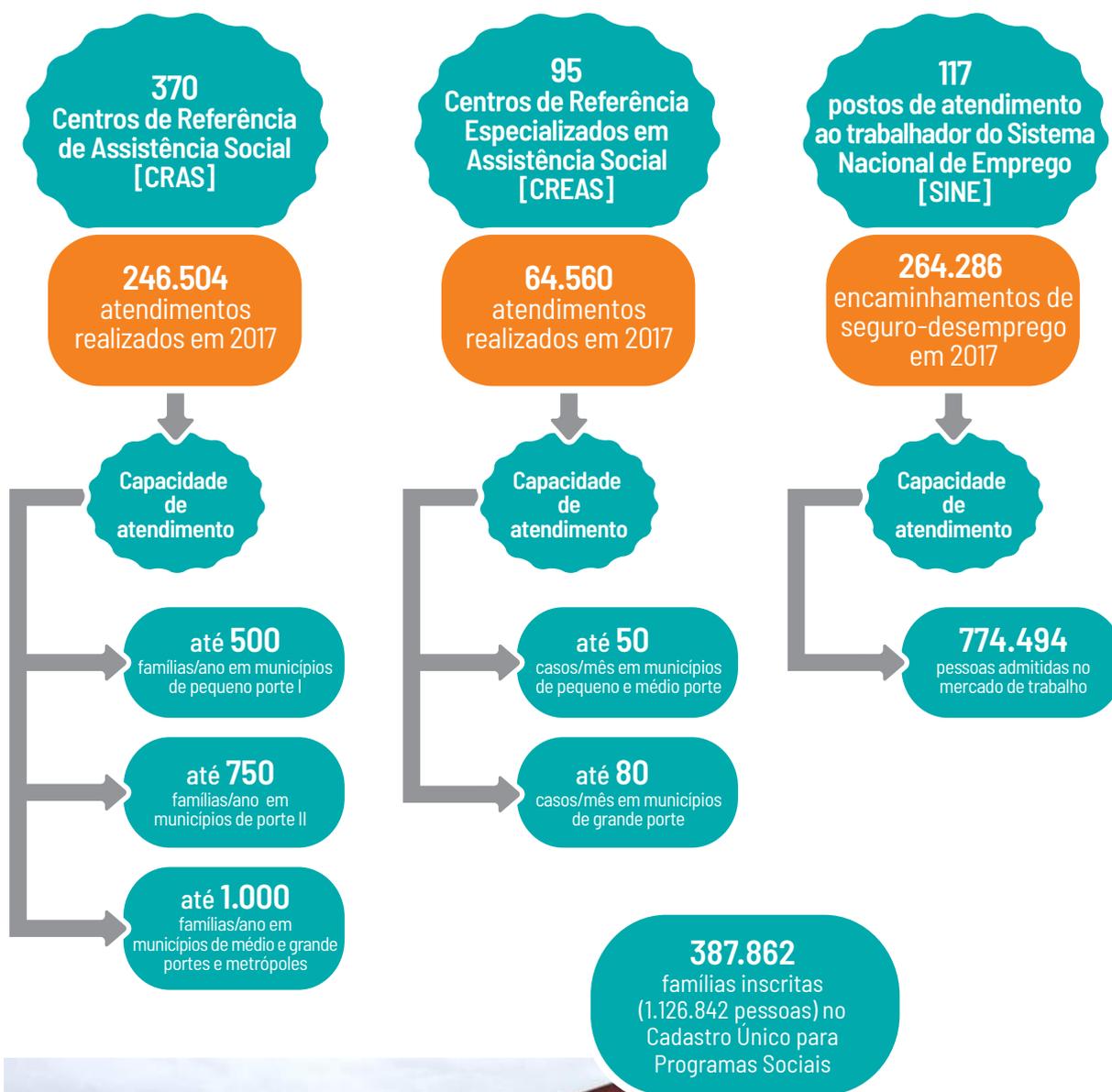
Fonte:

Informações de servidores: Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

Número de estagiários: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH)

Número de terceirizados: Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços - Secretaria de Estado da Administração

Estrutura



◀ CRAS de Vitor Meireles inaugurado em 2017

Foto: Helena Maria Marquardt (ADR de Ibirama)

Ações e resultados

- » 109 famílias atendidas em 2017 por meio de transferência de renda complementar para famílias com gestação múltipla, conforme a Lei nº 17.201, de 13 de julho de 2017. O valor do benefício assistencial de caráter financeiro é de R\$ 419,25 mensais a cada nascido com vida de gestação múltipla com três ou mais nascituros, sendo reajustado anualmente.
- » 29.180 famílias atendidas por meio de transferência de renda conforme o Programa Santa Renda.
- » Criação do Fundo Estadual do Idoso (FEI-SC), por meio da Lei Estadual nº 17.355, de 20 de dezembro de 2017, com a finalidade de financiar projetos, programas, serviços e ações relativos à pessoa idosa, com vistas a assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.
- » Investimentos em obras de assistência social pelo Estado, distribuídos em 30 CRAS, 12 CREAS e uma casa de acolhimento.
- » Fortalecimento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional com a mobilização dos municípios para adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O SISAN é um sistema público de gestão intersetorial e participativa que possibilita a articulação entre os níveis de governo para a implementação e execução da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2017, cinco municípios aderiram ao SISAN.
- » Manutenção do Programa de Aquisição de Alimentos, por meio do qual 1.384 agricultores fornecem alimentos para 212 entidades beneficiadas.
- » Desenvolvimento da rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, composta por restaurantes populares (três em funcionamento), cozinhas comunitárias (quatro em funcionamento), bancos de alimentos (três em funcionamento) e unidades de apoio à distribuição de alimentos (13 em funcionamento).
- » Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social para a modernização de centrais de recebimento e distribuição de produtos da agricultura familiar no valor global de recursos de R\$ 4,26 milhões, beneficiando 12 municípios em 2017 (20% dos recursos liberados). O convênio terá vigência até maio de 2019.



◀ *Agricultor de Ibirama que fornece hortaliças para o Programa de Aquisição de Alimentos, beneficiando 212 entidades*

Foto: Helena Maria Marquardt
(ADR de Ibirama)

Reconhecimento

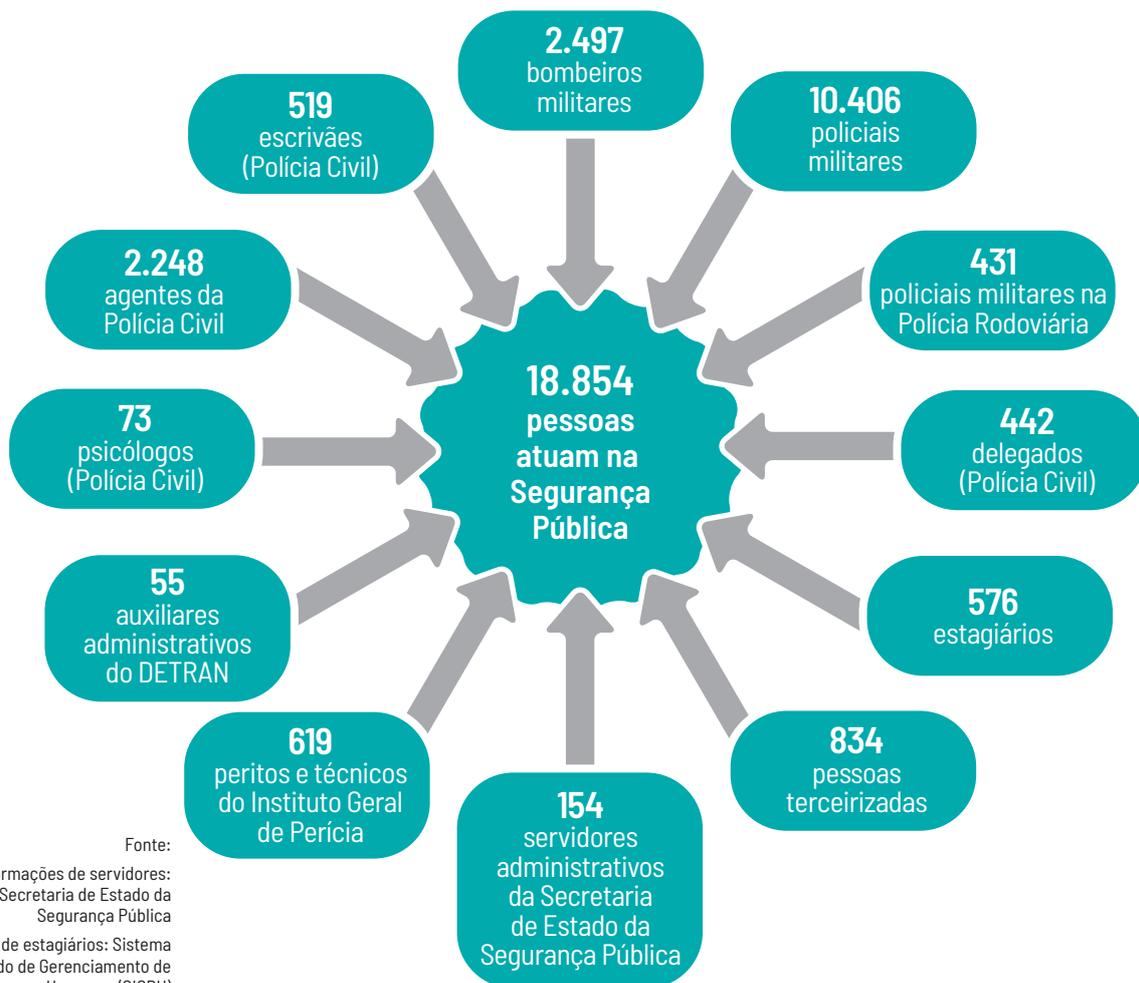
O Ranking de Competitividade dos Estados 2017 destacou Santa Catarina como o melhor estado em sustentabilidade social. Entre os indicadores que compõem o pilar, podemos ressaltar o menor número de famílias abaixo da linha de pobreza, a menor taxa de moradia inadequada e a melhor inserção no mercado trabalho. O prêmio é um reconhecimento ao trabalho contínuo do Governo do Estado para garantir assistência social, trabalho, renda e habitação para os catarinenses.

Segurança Pública

Segurança renovada

A promoção da segurança foi uma das prioridades do Governo do Estado em 2017. O principal marco na área foi a contratação de 1.649 novos profissionais em todas as corporações da segurança pública. Além do reforço no efetivo, Santa Catarina vem investindo também em novos equipamentos e tecnologia para fazer frente à violência. No ano de 2017, o Governo inaugurou a sede própria da Secretaria de Segurança Pública, que trouxe uma economia com aluguéis. O uso do premiado aplicativo PMSC Mobile foi estendido para todo o Estado.

Quem faz



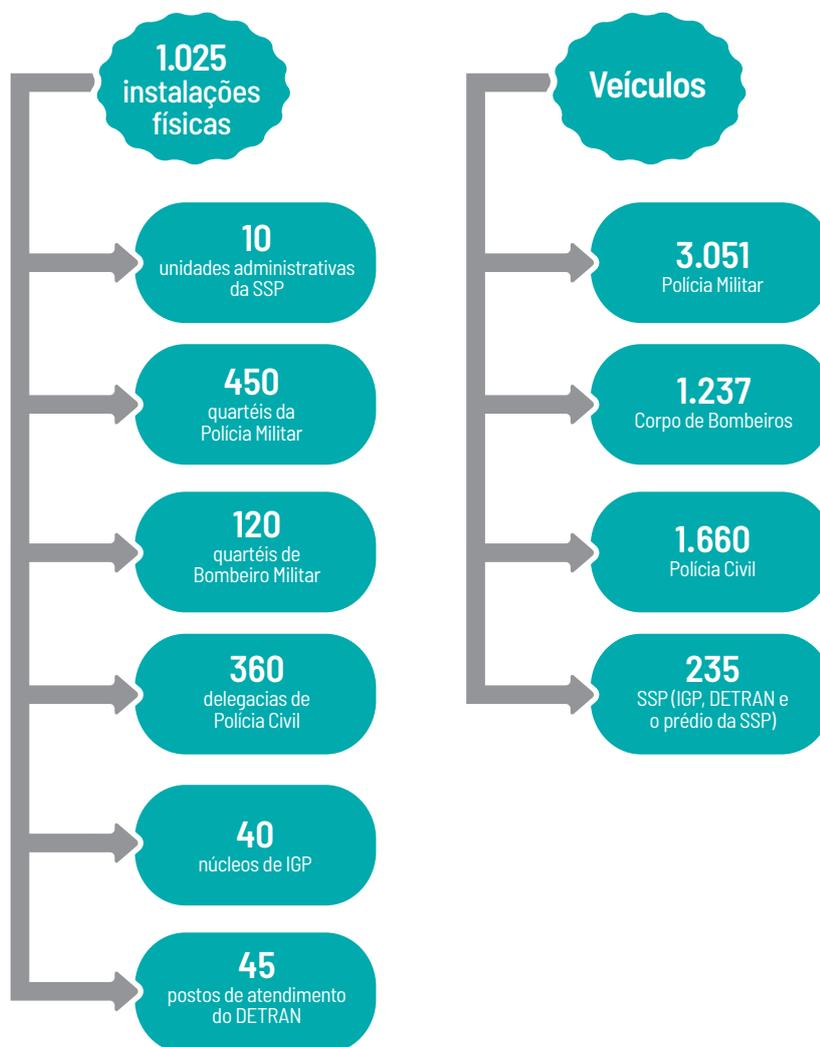
Fonte:

Informações de servidores:
Secretaria de Estado da
Segurança Pública

Número de estagiários: Sistema
Integrado de Gerenciamento de
Recursos Humanos (SIGRH)

Número de terceirizados:
Diretoria de Gestão de Materiais
e Serviços - Secretaria de
Estado da Administração

Estrutura





Ações e resultados

Polícia Militar	Polícia Civil		
796.903 ocorrências policiais	602.687 boletins registrados nas delegacias (via internet 126.212)	40.227 inquéritos policiais instaurados	25.386 termos circunstanciados
270.648 boletins de ocorrência lavrados	16.908 autos de prisões em flagrante lavrados	4.797 mandados de prisão cumpridos	2.504 mandados de busca e apreensão cumpridos
	8.850 autos de apuração de atos infracionais instaurados	507 autos de apreensão de adolescentes lavrados	597 mandados de busca e apreensão de adolescentes cumpridos

Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	
84.456 alunos atendidos	214 municípios envolvidos
214 escolas atendidas	1.324.033 crianças atendidas desde o início do PROERD

Polícia Militar Rodoviária Estadual	
382.622 veículos abordados	3.725 boletins de ocorrências
473 condutores presos por dirigir embriagados	8.294 acidentes de trânsito atendidos

Batalhão de Aviação	
1.690 missões	1.456 horas de voo
751 ocorrências policiais	273 pessoas presas
574 ocorrências de socorros de urgência	358 pessoas socorridas

DETRAN
727.072 carteiras nacionais de habilitação emitidas (primeira habilitação, CNH definitiva, adição de categoria, alteração de dados, mudança de categoria, reabilitação, registro de estrangeiro, renovação de exames, segunda via, etc.)

IGP

508.853

carteiras de identidade emitidas

Polícia Militar Ambiental	Corpo de Bombeiros
---------------------------	--------------------

9.311

atendimentos de ocorrências

521

notificações de infração penal ambiental (crimes de maior gravidade)

710

termos circunstanciados (crimes de menor potencial ofensivo)

444.231

atividades técnicas e ações preventivas

169.886

atendimentos operacionais (ocorrências de socorro, busca, salvamento, resgate e combate a incêndio)

3.822.667

atendimentos a ocorrências de praia (prevenção, afogamento, embarcação à deriva e arrastamentos)

Apreensões

4.135

armas de fogo

132

outras armas

64.221,10

quilos de drogas apreendidas (cocaína, maconha, crack e outras)

447

armas brancas

37.724

munições

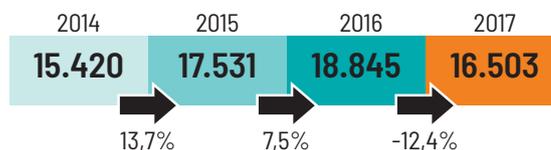
161.816

unidades de drogas apreendidas (ecstasy, LSD e outros)

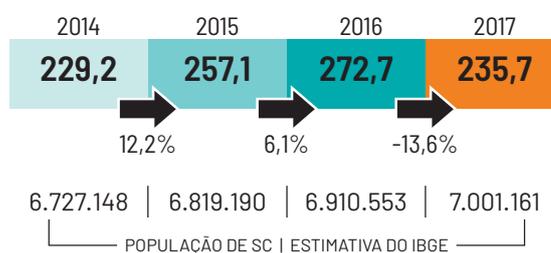
Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Roubos

Variação (nº de ocorrências)



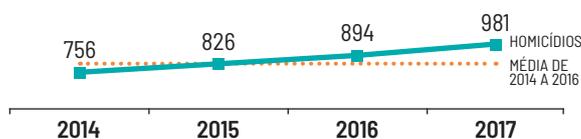
Variação (taxa por 100 mil habitantes)



Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP/Polícia Civil)

Homicídios

Número de homicídios em Santa Catarina	2014	2015	2016	2017
Número de vítimas de homicídios	756	826	894	981
Taxa de homicídios por 100 mil habitantes	11,2	12,1	12,9	14
Apuração da autoria (%)	65,2	56,8	51,9	48,1



Homicídios em 2017 nas regiões de Santa Catarina

Região	População	(Nº)	Taxa de homicídios em relação à população
Grande Florianópolis	1.035.426	246	0,0238%
Norte	1.479.948	217	0,0147%
Vale	1.883.358	257	0,0136%
Oeste	1.064.548	115	0,0108%
Planalto	523.258	51	0,0097%
Sul	1.014.623	95	0,0094%

Fonte: Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC/DINI/SSP/SC)

Indicadores de Criminalidade

Ranking do Mapa da Violência Brasil – Estados da Federação



Reforço no efetivo

Desde 2011, mais de 9.300 novos profissionais incorporados na área de Segurança Pública em todas as regiões do Estado



Novos policiais do Estado
Foto: Jaqueline Noceti (SECOM)



Complexo administrativo próprio

Em 2017, o Estado concluiu a obra do prédio próprio da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), em Capoeiras, região continental de Florianópolis, com valor contratado de R\$ 96 milhões. O prédio tem três torres, onde devem funcionar Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar, Polícia Civil e DETRAN, além do Centro Administrativo da SSP.

Nova delegacia

O município de Lages recebeu uma Delegacia Regional de Polícia, a maior do Estado. Construído com investimento de R\$ 2,8 milhões, o prédio concentra todos os serviços administrativos da Polícia Civil, como emissão de alvarás, expedição de documentos e de Carteiras Nacionais de Habilitação, processos administrativos e liberação de veículos apreendidos.

Bem-Te-Vi

Atualmente, 116 municípios participam do projeto Bem-Te-Vi de videomonitoramento e juntos possuem 2.521 câmeras em funcionamento. A iniciativa começou em 2010, em 12 cidades, com 369 câmeras instaladas naquele ano.

Polícia Ambiental

A Polícia Militar Ambiental desenvolve ações de educação ambiental para agricultores, crianças, adolescentes, entre outros. Em 2017, participaram dos eventos 95.345 pessoas. Foram 195 palestras, 43 encontros, cinco cursos, 28 feiras, 10 seminários e 18 visitas ao quartel. Outros 600 adolescentes foram formados pelo Programa Protetor Ambiental, que busca a formação da cidadania das redes pública e privada de ensino.



◀ Nova sede da Secretaria de Estado da Segurança Pública

Foto: James Tavares (SECOM)

Denúncia via WhatsApp

O Estado lançou o número de WhatsApp (48) 98844 0011 para informações e denúncias. O canal está à disposição da população ininterruptamente e com garantia de sigilo absoluto. O cidadão pode enviar mensagens com fotos, vídeos e documentos para auxiliar nas investigações. Todas as denúncias são analisadas por policiais civis e encaminhadas aos setores competentes do órgão policial para apuração. A ideia é que a sociedade participe e colabore com a segurança pública, auxiliando nas ações policiais.



Foto: James Tavares

Operação Veraneio

A fim de promover a segurança dos moradores e turistas de Santa Catarina, o Governo do Estado mobilizou 10.545 profissionais para a Operação Veraneio edição 2017-2018. São policiais militares e civis, bombeiros militares e técnicos do IGP convocados a trabalhar em 61 municípios, dos quais 29 balneários e 32 cidades com características turísticas como estâncias hidrominerais, fronteiras, entre outros.

Para dar mais transparência e agilidade ao pagamento das diárias dos servidores que trabalham na Operação Veraneio, o Estado automatizou o processo de cadastro das pessoas convocadas a trabalhar e o pagamento de diárias, integrando o sistema da Polícia Militar e o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado (SIGEF).

Aplicativo FireCast

Lançado pelo Corpo de Bombeiros em 2016, o aplicativo FireCast Comunidade fechou 2017 com quase 24 mil downloads. Só em 2017, foram 11.935. A ferramenta notifica em tempo real os atendimentos dos bombeiros. O objetivo é a rápida divulgação sobre o local das emergências, prevenindo novos acidentes e facilitando a atuação integrada de bombeiros comunitários, brigadistas, Defesa Civil, médicos e enfermeiros. Atualmente, há cerca de 6.500 usuários ativos do aplicativo.

Reconhecimentos

Estado mais seguro do Brasil

Nota geral			Melhores estados		
100,00	1º	46,2	100,00	96,4	91,9
Santa Catarina	Posição no ranking	Média Brasil	Santa Catarina	São Paulo	Acre

PMSC Mobile

O projeto PMSC Mobile foi um dos vencedores do 21º Concurso de Inovação no Setor Público, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Ele foi selecionado como um dos cinco destaques na categoria "Inovação em processos organizacionais, serviços ou políticas públicas no Poder Executivo Estadual/Distrital".

Em 2017, o aplicativo PMSC Mobile, desenvolvido para gestão e registro dos atendimentos de ocorrência, foi implementado em todos os municípios do Estado. A ferramenta para celulares e tablets é utilizada em programações especiais de prevenção e repressão ao crime, violência e distúrbios, assim como para lavratura de providências administrativas de trânsito. Ela elimina a etapa de inserção dos dados, registrados até então em formulários de papel, liberando policiais de atividades administrativas para atividades operacionais. Além disso, reduz o tempo de envolvimento das guarnições policiais nos atendimentos de ocorrência. O PMSC Mobile ainda permite que o efetivo policial execute novas intervenções emergenciais, em momentos de grande demanda, ampliando as ações policiais de prevenção e repressão.

▲ O Ranking de Competitividade dos Estados 2017, elaborado pelo Centro de Liderança Pública, posicionou Santa Catarina como o Estado mais seguro do Brasil



◀ O PMSC Mobile é utilizado por 100% das guarnições policiais operacionais, servindo de referência para todo o País bem como para polícias de outros países

Foto: Jeferson Hinckel

Justiça e Cidadania

Defesa do cidadão

Santa Catarina é modelo para o País como o estado que mais oferece atividade laboral no sistema prisional. São 6.950 presos trabalhando (38%) e 3.700 estudando (19%). Além do investimento em obras de ampliação e melhorias nas unidades prisionais, o Governo Estadual investe na ampliação e na melhoria da estrutura física das unidades prisionais, na qualificação tecnológica (uso de videoaudiências, tornozeleiras eletrônicas e escâneres) e no aprimoramento de servidores, com mais de 9 mil capacitações.

Quem faz



Fonte:

Informações de servidores:
Secretaria de Estado da
Justiça e Cidadania

Número de estagiários: Sistema
Integrado de Gerenciamento de
Recursos Humanos (SIGRH)

Número de terceirizados:
Diretoria de Gestão de Materiais
e Serviços - Secretaria de
Estado da Administração

Estrutura

Unidades penais de Santa Catarina		
22 Presídios	14 Unidades Prisionais Avançadas (UPAs)	6 Penitenciárias
4 Penitenciárias Industriais	1 Colônias Agrícolas	1 Casa do Albergado
1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP)	49 Total	

Regional	Cidades		Vagas
Grande Florianópolis (9)	Florianópolis (5) Biguaçu (1) Tijucas (1)	São Pedro de Alcântara (1) Palhoça (1)	3.508
Sul Catarinense (7)	Criciúma (2) Tubarão (2) Imbituba (1)	Laguna (1) Araranguá (1)	1.916
Norte Catarinense (6)	Joinville (2) Canoinhas (1) Jaraguá do Sul (1)	Mafra (1) São Francisco do Sul (1)	2.092
Vale do Itajaí (5)	Itajaí (3) Itapema (1)	Barra Velha (1)	2.300
Região Serrana e Meio-Oeste Catarinense (8)	Lages (2) Caçador (1) Campos Novos (1)	Curitibanos (1) Porto União (1) São Cristóvão do Sul (1) Videira (1)	2.028
Oeste Catarinense (9)	Chapecó (3) Concórdia (1) Joaçaba (1) Maravilha (1)	São José do Cedro (1) São Miguel do Oeste (1) Xanxerê (1)	2.717
Médio Vale do Itajaí (5)	Blumenau (2) Brusque (1)	Indaial (1) Rio do Sul (1)	1.456
Total	49		16.017

◀ Distribuição geográfica e quantidade de vagas das unidades penais

Fonte: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

TIPO/REGIONAL	Grande Florianópolis	Sul	Norte	Vale do Itajaí	Região Serrana e Meio-Oeste	Oeste	Médio Vale do Itajaí	Total
Presídio	4	4	3	2	3	4	2	22
Unidade Prisional Avançada		2	2	2	3	3	2	14
Casa do Albergado	1							1
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	1							1
Colônia Agrícola	1							1
Penitenciária	2	1		1	1	1		6
Penitenciária Industrial			1		1	1	1	4
Total	9	7	6	5	8	9	5	49

▲
Unidades Penais do Estado por Tipo e Regional

Fonte: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

Unidades Socioeducativas de Santa Catarina



5

Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE)

Grande Florianópolis, Joinville, Lages, Chapecó e Criciúma (em construção)

Objetivo: cumprir medida de internamento de adolescentes.

Juntos, os CASEs oferecem mais de 280 vagas. Neles, os adolescentes têm acesso a escolarização, cursos profissionalizantes, atendimento médico, odontológico e psicológico, além de atividades de lazer como teatro, ginásio de esportes, sala multiuso e quadra polivalente.



15

Centros de Atendimento Socioeducativo Provisórios (CASEP)

Blumenau, Caçador, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitiba, Itajaí, Joaçaba, Joinville, Lages, Rio do Sul, São José do Cedro, Tubarão, São Miguel do Oeste e Xanxerê.

Objetivo: afastar o adolescente do convívio sociofamiliar antes da sentença, em entidade destinada especificamente a esse fim, pelo prazo máximo de 45 dias.



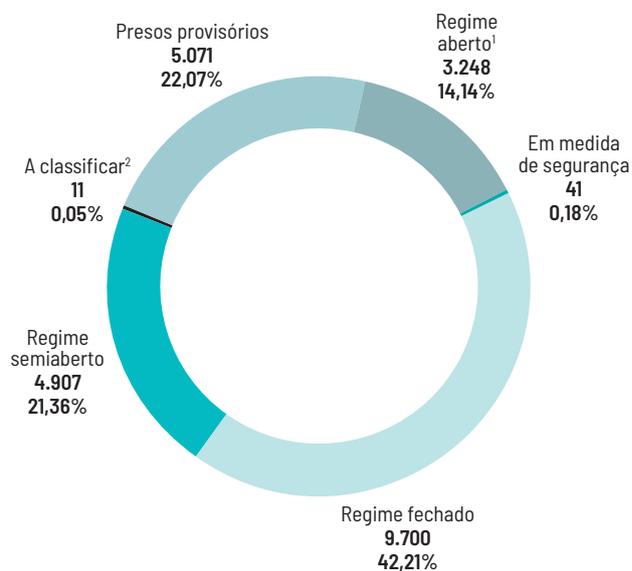
6

Casas de Semiliberdade

Araranguá, Blumenau, Caçador, Chapecó, Criciúma e Lages.

Objetivo: permanência do adolescente em estabelecimento determinado pela autoridade judiciária, com possibilidade de realização de atividades externas e obrigatórias para escolarização e profissionalização.

Ações e resultados



22.978

Reeducandos do
Estado em 2017

Fonte: Secretaria de Estado
da Justiça e Cidadania

Sistema Prisional Catarinense

6.950
reeducandos
trabalhando

3.700
reeducandos estudando

3.718
reeducandos inscritos
no ENEM em 2016

49.031
escoltas em 2017

166
fugas em 2017

¹ Os reeducandos do regime aberto não estão sob custódia do Estado.

² Pessoas que foram registradas no sistema da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania no dia que o índice foi fechado.

Reconhecimento

Santa Catarina é referência nacional em ressocialização

Levantamento do Departamento Penitenciário Nacional mostra Santa Catarina em primeiro lugar no ranking dos estados que promovem a ressocialização. Hoje são 6.950 presos trabalhando e 3.700 estudando no sistema prisional catarinense. Uma das referências é a Penitenciária de São Cristóvão do Sul, que tem 100% dos detentos trabalhando e 50% estudando.

Oficina de trabalho da
Penitenciária Industrial de
São Cristóvão do Sul

Foto: Jaqueline Noceti (SECOM)



Procon coloca Santa Catarina no ranking nacional

O Departamento Estadual de Defesa do Consumidor (Procon/SC) atende cerca de 20 mil consumidores por ano, com um índice de resolutividade de 97%. Hoje o Procon de Santa Catarina lidera 91 Procons municipais, 87 deles vinculados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec). São mais de 500 mil consumidores cadastrados no sistema, colocando Santa Catarina em primeiro lugar no ranking nacional.

Defesa Civil

Proteção ao catarinense

O projeto de Proteção e Defesa Civil em implantação pelo Estado já é perceptível à população por meio de ações que permitem prever e evitar danos de catástrofes naturais. Destacam-se a sobre-elevação das barragens no Vale do Itajaí, os alertas enviados aos cidadãos por meio de celular e de redes sociais, a ampliação da cobertura meteorológica por radares e a implantação do Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cigerd).

Quem faz



Fonte:

Informações de servidores: Secretaria de Estado da Defesa Civil

Número de estagiários: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH)

Número de terceirizados: Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços - Secretaria de Estado da Administração

Estrutura

- » 20 coordenadorias regionais
- » 3 radares (Oeste, Vale do Itajaí e Sul)

Ações e resultados

Radares

O ano de 2017 entrou para a história da meteorologia catarinense. Pela primeira vez, Santa Catarina passou a ter 100% de cobertura por radares fabricados especialmente para a previsão de curto prazo. A Defesa Civil de Santa Catarina já contava com o radar do Vale, em Lontras, e em agosto desse ano entregou o radar do Oeste, em Chapecó. Outro radar móvel chegou no segundo semestre desse ano para cobrir a região Sul do Estado. O sinal emitido pelos radares consegue informações para apontar a formação de instabilidades como, por exemplo, as tempestades. Também identifica chuva, granizo, neve, direção e intensidade do vento.

Radar do Oeste

Chapecó

- » 822 metros de altitude
- » Torre de 16,5 metros de altura
- » Alcance de 200 km até 400 km no modo vigilância

Radar do Vale do Itajaí

Lontras

- » 900 metros de altitude
- » Torre de 25 metros de altura
- » Alcance de 200 km de monitoramento detalhado e até 400 km no modo vigilância

Radar móvel

Araranguá (cobre todo o Sul do Estado)

- » Alcance de até 100 km
- » Em situações de crise, ele pode ser transportado ao ponto mais estratégico para a previsão local detalhada



Nova estrutura

A Secretaria de Estado da Defesa Civil está construindo em Florianópolis o Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERD), com previsão para ser inaugurado em março de 2018. A estrutura busca integrar os esforços dos diversos setores e órgãos do Estado para o gerenciamento dos riscos e desastres e, com isso, pretende reduzir os impactos na população em uma situação de eventos adversos. O prédio será a sede da Defesa Civil e vai contar com Centro de Monitoramento e Alerta, Meteorologia, Sistema de Hidrometeorologia, Geologia, Mapeamento de Áreas de Risco, Planos de Contingência, Planos de Ações Emergenciais, Gestão de Crise e Respostas a Desastres.

Em 2017, a Secretaria de Estado da Defesa Civil também iniciou a instalação de 20 centros regionais. Quando algum evento adverso atingir a região de abrangência, o centro será o ponto de encontro para as autoridades tomarem as decisões. O local tem estrutura de videoconferência, possibilitando contato direto com a base em Florianópolis, sala de situação e gerador de energia própria. Todos estão na fase de finalização.

Alerta no celular

Em outubro de 2017, a Defesa Civil começou a enviar mensagens via celular para alertar os cidadãos sobre eventos climáticos como temporais de chuva e vendaval. O serviço é gratuito e está disponível para todas as regiões. Para receber o SMS, o cidadão só precisa se cadastrar enviando uma mensagem de texto para o número 40199 com o seu CEP. Até dezembro, haviam 400 mil celulares cadastrados.

▲ Radares do Oeste e móvel do Sul

Fotos: Júlio Cavalheiro (SECOM)
e Cleiton Cristiano Ferrasso
(Defesa Civil)



▲
*Kit de transposição
de obstáculos instalado
em Salete*

Foto: Odair José Ferreira

Transposição de obstáculos

Em 2017, foram entregues 47 kits de transposição de obstáculos para 34 municípios. A ação é realizada em parceria com o município, que constrói as cabeceiras e finaliza os acessos. O kit é de concreto, pré-fabricado, custa cerca de 50% de uma ponte convencional e pode suportar até 70 toneladas. Ele substitui as pontes antigas danificadas pelo tempo ou pela força da água quando chove muito. Sua montagem é rápida. Em até duas horas, está instalado no local. Desde 2013, a Defesa Civil SC já instalou 315 kits em Santa Catarina.

Assistência humanitária

Item de assistência humanitária	Quantidade fornecida pelo Estado em 2017
Acomodação casal	249
Acomodação solteiro	218
Água potável litros	17.340
Cesta básica 7 dias	3.120
Colchão casal	249
Colchão solteiro	1.086
Cumeeiras	549
Kit de higiene	808
Kit de limpeza	2.680
Parafuso	6.554
Prego (kg)	4.564
Telhas 4 mm	10.159
Telhas 5 mm	1.550
Telhas 6 mm	6.554
Lonas usadas do estoque	461

Fonte: Secretaria de Estado da Defesa Civil

Casas modulares

Em 2017, foram entregues 35 casas modulares para famílias de vulnerabilidade social que estavam em área de risco ou que tiveram as suas residências danificadas devido a um evento climático adverso.

Município	Número de casas modulares entregues em 2017
Cocal do Sul	1
Lauro Müller	6
José Boiteux	5
Vitor Meireles	3
Rio Negrinho	20
Total	35

Fonte: Secretaria de Estado da Defesa Civil

Barragens

O principal reflexo de ação de redução de risco e desastre foi a operação nas barragens do Vale do Itajaí. Após serem sobre-elevadas em 2 metros de altura cada uma, a capacidade de reservatório aumentou. E o trabalho já deu resultado em 2017. Isso porque as barragens de Ituporanga e de Taió auxiliaram na redução do nível do rio nos municípios abaixo delas. O impacto das chuvas, na época, pôde ser gerenciado pelas estruturas, e o nível dos rios foi menor. No ano de 2011, em Rio do Sul, o nível chegou a 12,98 metros. Em 2017, o nível atingiu a marca dos 10,57 metros graças à sobre-elevação das barragens. Com o trabalho preventivo, foi possível evacuar todos os moradores das áreas de risco, evitando, assim, danos humanos. Entre maio e junho de 2017, choveu muito em Santa Catarina. Na bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, os maiores volumes foram registrados em Taió (412,6 mm), Rio do Sul (552 mm) e Brusque (421,4 mm). Os dados são da Agência Nacional de Águas (ANA) entre 8 de maio e 8 de junho.

Reconhecimento

Prêmio Sasakawa Award

O prêmio foi entregue à Defesa Civil de Santa Catarina em 2017 pelos resultados alcançados com a implantação do Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Risco em Desastres Naturais no Brasil (GIDES), que teve Blumenau como piloto. O reconhecimento é concedido pela Organização das Nações Unidas a cada dois anos para organizações, indivíduos ou iniciativas que contribuam para salvar vidas e reduzir a mortalidade global por catástrofes naturais.



FOTO: ANTÔNIO CARLOS MAFALDA

Menor desigualdade de renda familiar

Santa Catarina é o estado com menor desigualdade de renda entre as famílias (0,429). O indicador é calculado pelo Índice de Gini, que considera a distribuição do rendimento médio mensal real de pessoas acima de 15 anos. A média nacional é 0,549 (IBGE/ PNAD Contínua 2016).



Depois de atravessar um período de grave crise política e econômica, o ano de 2017 apresentou alguns sinais de que o pior já passou, com melhora nas principais variáveis macroeconômicas, juntamente com a queda da inflação e a retomada do crédito. No entanto, sabe-se que há um longo caminho a percorrer para uma maior estabilidade econômica e financeira.

Sinais de melhoria

Com esse panorama desfavorável de 2017, os gestores públicos precisaram encontrar alternativas para não atingir a sociedade com o aumento da carga tributária e também para não comprometer a continuidade dos serviços básicos prestados ao cidadão.

A arrecadação de impostos, a principal fonte de receita do Estado, encerrou 2017 com um crescimento nominal de 9%, o equivalente a um crescimento real de 6% se considerada a inflação do ano (2,95% - IPCA).

Levando-se em conta também as outras fontes de rendas do Governo de Santa Catarina, tais como transferências de convênios, prestação de serviços, rendimentos de aplicações financeiras e contratação de empréstimos, o total da receita bruta foi de R\$ 34,70 bilhões.

Desse valor, devem ser descontadas as transferências constitucionais aos municípios, o repasse ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e as restituições aos contribuintes, que compõem as deduções da receita, chegando-se à receita líquida de R\$ 25,37 bilhões.

Comparando-se a receita líquida com o total das despesas do ano (R\$ 25,60 bilhões), verifica-se um déficit orçamentário de R\$ 221 milhões em 2017. Ou seja, as receitas arrecadadas no ano foram inferiores às despesas nele reconhecidas.

Para compreender melhor esses números e conhecer com mais detalhes de onde vieram e como foram aplicados os recursos públicos em 2017, apresentam-se a seguir as principais análises da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Estado de Santa Catarina.

Receitas | De onde vieram os recursos de 2017 (R\$ milhões)

Receitas brutas	Deduções	=	Receitas líquidas																																																																																																																																																																																								
34.696,77	9.322,99	=	25.373,79																																																																																																																																																																																								
<table border="1"> <tr> <td>Transferências aos municípios</td> <td>5.792,70</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fundeb</td> <td>3.408,39</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Restituições aos contribuintes e outras deduções</td> <td>121,90</td> <td></td> <td></td> </tr> </table>				Transferências aos municípios	5.792,70			Fundeb	3.408,39			Restituições aos contribuintes e outras deduções	121,90																																																																																																																																																																														
Transferências aos municípios	5.792,70																																																																																																																																																																																										
Fundeb	3.408,39																																																																																																																																																																																										
Restituições aos contribuintes e outras deduções	121,90																																																																																																																																																																																										
<table border="1"> <tr> <td>Tributárias</td> <td>14.359,94</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Impostos</td> <td>13.678,75</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Taxas</td> <td>681,19</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>ICMS</td> <td>11.374,23</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>IRRF</td> <td>1.479,68</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>IPVA</td> <td>620,55</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>ITCMD</td> <td>204,25</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>ITBI</td> <td>0,03</td> </tr> <tr> <td>Contribuições</td> <td>2.336,20</td> <td>Contribuições sociais</td> <td>2.336,20</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Patronal</td> <td>1.405,34</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Servidor</td> <td>930,85</td> </tr> <tr> <td>Patrimonial</td> <td>721,06</td> <td>Valores mobiliários</td> <td>635,43</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Cessão de direitos</td> <td>65,71</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Imobiliárias</td> <td>13,60</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Concessões e permissões</td> <td>4,52</td> </tr> <tr> <td>Agropecuária</td> <td>1,28</td> <td>Outras</td> <td>1,79</td> </tr> <tr> <td>Industrial</td> <td>3,15</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Serviços</td> <td>795,91</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Transferências correntes</td> <td>4.597,80</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Outras</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>712,36</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>ICMS</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>104,92</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Trânsito</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>95,27</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>ITCMD</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>18,57</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>IPVA</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>4,04</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Outras</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>39,87</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas correntes</td> <td>916,32</td> <td>Dívida ativa</td> <td>165,24</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Outras</td> <td>307,83</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>ICMS</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>129,18</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>ITCMD</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>4,24</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>IPVA</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>2,33</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Outras</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>29,48</td> </tr> <tr> <td>Receitas de capital</td> <td>1.642,13</td> <td>Operações de crédito</td> <td>1.571,28</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Transferências de capital</td> <td>36,46</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Amortização de empréstimos</td> <td>25,33</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Alienação de bens</td> <td>4,52</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Outras</td> <td>4,54</td> </tr> </table>				Tributárias	14.359,94					Impostos	13.678,75			Taxas	681,19			ICMS	11.374,23			IRRF	1.479,68			IPVA	620,55			ITCMD	204,25			ITBI	0,03	Contribuições	2.336,20	Contribuições sociais	2.336,20			Patronal	1.405,34			Servidor	930,85	Patrimonial	721,06	Valores mobiliários	635,43			Cessão de direitos	65,71			Imobiliárias	13,60			Concessões e permissões	4,52	Agropecuária	1,28	Outras	1,79	Industrial	3,15			Serviços	795,91			Transferências correntes	4.597,80						Outras				712,36				ICMS				104,92				Trânsito				95,27				ITCMD				18,57				IPVA				4,04				Outras				39,87	Outras receitas correntes	916,32	Dívida ativa	165,24			Outras	307,83				ICMS				129,18				ITCMD				4,24				IPVA				2,33				Outras				29,48	Receitas de capital	1.642,13	Operações de crédito	1.571,28			Transferências de capital	36,46			Amortização de empréstimos	25,33			Alienação de bens	4,52			Outras	4,54
Tributárias	14.359,94																																																																																																																																																																																										
		Impostos	13.678,75																																																																																																																																																																																								
		Taxas	681,19																																																																																																																																																																																								
		ICMS	11.374,23																																																																																																																																																																																								
		IRRF	1.479,68																																																																																																																																																																																								
		IPVA	620,55																																																																																																																																																																																								
		ITCMD	204,25																																																																																																																																																																																								
		ITBI	0,03																																																																																																																																																																																								
Contribuições	2.336,20	Contribuições sociais	2.336,20																																																																																																																																																																																								
		Patronal	1.405,34																																																																																																																																																																																								
		Servidor	930,85																																																																																																																																																																																								
Patrimonial	721,06	Valores mobiliários	635,43																																																																																																																																																																																								
		Cessão de direitos	65,71																																																																																																																																																																																								
		Imobiliárias	13,60																																																																																																																																																																																								
		Concessões e permissões	4,52																																																																																																																																																																																								
Agropecuária	1,28	Outras	1,79																																																																																																																																																																																								
Industrial	3,15																																																																																																																																																																																										
Serviços	795,91																																																																																																																																																																																										
Transferências correntes	4.597,80																																																																																																																																																																																										
			Outras																																																																																																																																																																																								
			712,36																																																																																																																																																																																								
			ICMS																																																																																																																																																																																								
			104,92																																																																																																																																																																																								
			Trânsito																																																																																																																																																																																								
			95,27																																																																																																																																																																																								
			ITCMD																																																																																																																																																																																								
			18,57																																																																																																																																																																																								
			IPVA																																																																																																																																																																																								
			4,04																																																																																																																																																																																								
			Outras																																																																																																																																																																																								
			39,87																																																																																																																																																																																								
Outras receitas correntes	916,32	Dívida ativa	165,24																																																																																																																																																																																								
		Outras	307,83																																																																																																																																																																																								
			ICMS																																																																																																																																																																																								
			129,18																																																																																																																																																																																								
			ITCMD																																																																																																																																																																																								
			4,24																																																																																																																																																																																								
			IPVA																																																																																																																																																																																								
			2,33																																																																																																																																																																																								
			Outras																																																																																																																																																																																								
			29,48																																																																																																																																																																																								
Receitas de capital	1.642,13	Operações de crédito	1.571,28																																																																																																																																																																																								
		Transferências de capital	36,46																																																																																																																																																																																								
		Amortização de empréstimos	25,33																																																																																																																																																																																								
		Alienação de bens	4,52																																																																																																																																																																																								
		Outras	4,54																																																																																																																																																																																								

Despesas | Para onde foram os recursos de 2017 (R\$ milhões)

Despesas empenhadas totais	
25.595,10	
	Pessoal e encargos sociais
	15.583,72
	Vencimentos e vantagens fixas
	6.531,37
	Aposentadorias, reformas e pensões
	5.892,60
	Obrigações patronais
	1.587,87
	Outros
	1.571,88
	Manutenção dos serviços públicos
	6.720,89
	Juros e encargos da dívida
	770,88
	Amortização da dívida
	535,98
	Investimentos
	1.983,63
	Obras e instalações
	1.235,50
	Equipamentos e material permanente
	196,79
	Auxílios
	249,52
	Outros investimentos
	301,82
	Fundeb
	2.187,17
	FPE
	851,50
	SUS
	515,28
	FNDE
	331,50
	Outras
	712,36

Planejamento e orçamento

O planejamento orçamentário do Estado de Santa Catarina, que teve como base o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), estimou o total das receitas e despesas para o ano de 2017.

Com base nesses instrumentos, foram previstas as receitas totais, as quais o Estado acredita receber por meio de suas atividades. Do outro lado, foram fixadas as despesas nas diversas áreas de atuação, de modo a atender aos anseios da população.

Para o ano de 2017, os instrumentos de planejamento orçamentário do Estado foram estruturados da seguinte forma:

PPA 2016 - 2019

Lei nº 16.859/2015

Definiu as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada

LDO

Lei nº 17.051/2016

Orientou a elaboração do orçamento de 2017, definindo prioridades e metas

LOA

Lei nº 17.063/2016

Estimou a receita e fixou a despesa de 2017

Receita prevista e
despesa fixada na Lei
Orçamentária Anual
(R\$ milhões)

Receita líquida prevista	Despesa fixada	Receita prevista	Valor
26.074	26.074	Receita bruta	35.502
		Receitas correntes	34.103
		Receitas de capital	1.398
		(-) Deduções	-9.428
		Receita líquida	26.074

Receitas

A Lei Orçamentária Anual estimou a receita bruta de 2017 em R\$ 35,50 bilhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

As receitas correspondem aos ingressos de recursos que o Estado tem à disposição para manter os serviços e financiar as necessidades de investimentos públicos. A receita é composta por diversas origens de recursos: recolhimento de impostos, taxas e contribuições, transferência de recursos por outros entes, exploração do seu próprio patrimônio, ou ainda, captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos, por exemplo.

As deduções da receita, que incluem as transferências constitucionais aos municípios, os repasses ao Fundeb e as restituições aos contribuintes, foram orçadas no montante de R\$ 9,43 bilhões. Assim, a receita orçamentária líquida estimada para o ano de 2017 foi de R\$ 26,07 bilhões.

Previsão da receita para 2017

Receita bruta R\$ 35,50 bilhões	Deduções da receita R\$ 9,43 bilhões	Receita líquida R\$ 26,07 bilhões
------------------------------------	---	--------------------------------------

Execução da receita em 2017

Receita bruta R\$ 34,70 bilhões	Deduções da receita R\$ 9,32 bilhões	Receita líquida R\$ 25,37 bilhões
------------------------------------	---	--------------------------------------

As deduções da receita são os valores arrecadados pelo Estado, mas que efetivamente não ficam em seus cofres. São compostas pelos valores de impostos que, por determinação constitucional, devem ser repartidos com os municípios (25% de ICMS e 50% de IPVA, por exemplo), pelos repasses legalmente exigidos ao Fundeb, pelas restituições de tributos aos contribuintes, entre outras deduções.

Transferências aos municípios

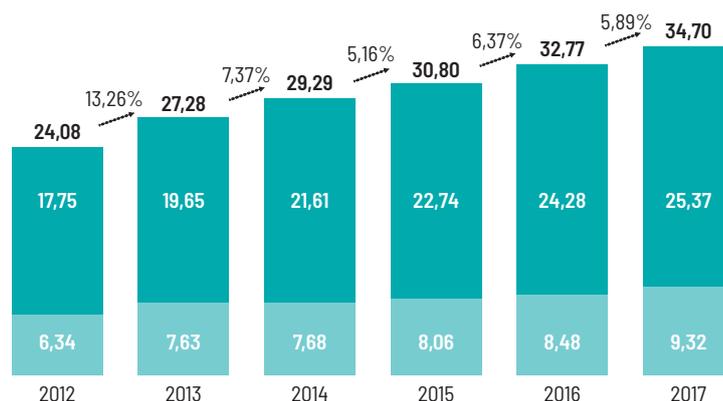
R\$ 5,79 bilhões

Repasses ao Fundeb

R\$ 3,41 bilhões

Restituições e outras deduções

R\$ 0,12 bilhão



◀ Evolução da receita total (R\$ bilhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

■ Deduções
■ Receita líquida

Receita prevista x receita arrecadada (R\$ milhões)

Nos valores das receitas correntes e de capital, foram consideradas as receitas intraorçamentárias correntes e de capital, respectivamente. As receitas intraorçamentárias referem-se às operações realizadas entre órgãos e demais entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado. Elas são a contrapartida das despesas classificadas na modalidade de aplicação "91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social", que, quando devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Receitas	2017				2016			
	Previsão inicial	Arrecadação bruta	Deduções	Arrecadação líquida	Previsão inicial	Arrecadação bruta	Deduções	Arrecadação líquida
Receitas correntes	34.103	33.054	- 9.322	23.732	33.463	31.388	- 8.481	22.907
Receitas tributárias	23.555	23.042	-8.682	14.360	22.756	21.180	-7.917	13.263
Impostos	22.849	22.360	-8.682	13.679	22.025	20.578	-7.917	12.661
Taxas	706	681	-0,05	681	731	602	-0,04	602
Receita de contribuições	1.817	2.338	-2	2.336	2.118	2.078	-10	2.068
Receita patrimonial	891	769	-48	721	726	973	-53	920
Receita agropecuária	1	1		1	1	1		1
Receita industrial	4	3		3	4	4		4
Receita de serviços	1.039	796		796	915	827	-1	826
Transferências correntes	5.838	4.970	-373	4.598	6.116	5.369	-353	5.017
Transferências intergovernamentais	5.147	4.591	-355	4.236	5.412	4.575	-352	4.223
Transferências de instituições privadas	546	322	-17	305	360	668		668
Transferências de pessoas		2		2		1	-1	1
Transferências de convênios	144	56		56	344	126		126
Outras receitas correntes	959	1.134	-217	916	827	956	-149	807
Multas e juros de mora	328	386	-123	263	267	333	-112	221
Indenizações e restituições	128	181		181	245	259		259
Receita da dívida ativa	72	257	-92	165	62	115	-35	80
Receitas diversas	431	310	-3	308	253	249	-2	248
Receitas de capital	1.398	1.643	-1	1.642	1.518	1.377		1.377
Operações de crédito	1.249	1.572	-0,9	1.571	1.399	1.254		1.254
Alienação de bens	50	5	-0,01	5	54	9		9
Amortização de empréstimos	12	25		25	13	23		23
Transferências de capital	51	36		36	22	57		57
Outras receitas de capital	36	5		5	30	34		34
Total	35.502	34.697	-9.323	25.374	34.982	32.766	-8.481	24.284

A receita bruta arrecadada em 2017 foi 5,89% superior à de 2016 e correspondeu a 97,73% do valor previsto para o ano

A receita líquida arrecadada em 2017 foi R\$ 1,09 bilhão maior do que a de 2016

Receitas correntes por origem

Em 2017, as receitas denominadas correntes representaram 95,26% do total das receitas brutas. A origem das receitas correntes pode ser de receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, de transferências correntes e de outras receitas correntes.

Dentro das receitas correntes, destacam-se as receitas tributárias, formadas principalmente por impostos e taxas estaduais, que em 2017 totalizaram R\$ 23,04 bilhões.

Receitas	2017		2016		Variação% (2017/2016)	
	Receita bruta	Receita líquida	Receita bruta	Receita líquida	Receita bruta	Receita líquida
Receitas correntes	33.054	23.732	31.388	22.907	5,3%	3,6%
Receitas tributárias	23.042	14.360	21.180	13.263	8,8%	8,3%
Receitas de contribuições	2.338	2.336	2.078	2.068	12,5%	13,1%
Receita patrimonial	769	721	973	920	-20,9%	-21,6%
Receita agropecuária	1	1	1	1	10,1%	10,1%
Receita industrial	3	3	4	4	-22,9%	-22,9%
Receita de serviços	796	796	827	826	-3,7%	-3,7%
Transferências correntes	4.970	4.598	5.369	5.017	-7,4%	-8,4%
Outras receitas correntes	1.134	916	956	807	18,6%	13,5%

Receitas correntes
(R\$ milhões)

Os valores incluem as receitas correntes intraorçamentárias.

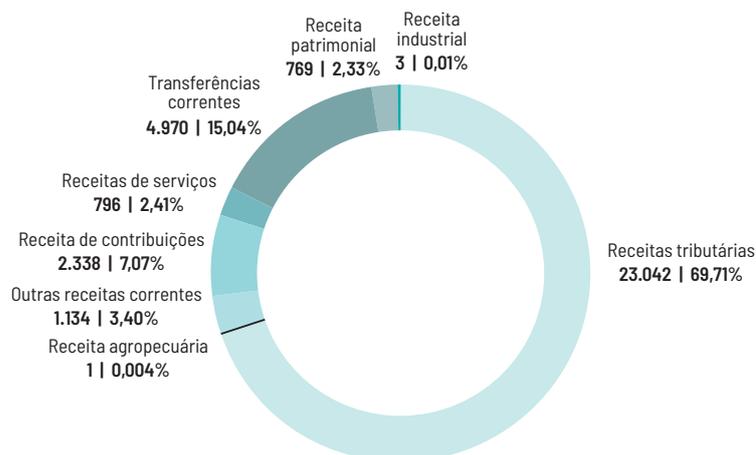
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Receita bruta é o total arrecadado pelo Estado

Receita líquida é o que efetivamente permanece nos cofres estaduais após as transferências constitucionais aos municípios e ao Fundeb, bem como após as restituições aos contribuintes. Considera também outras deduções.

Composição das receitas correntes brutas de 2017
(R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



As receitas patrimoniais são constituídas na sua maior parte pelos rendimentos das aplicações financeiras do Estado. O total bruto arrecadado foi de R\$ 769 milhões, representando um decréscimo de 20% em relação ao período anterior. Essa redução ocorre principalmente pela diminuição do montante depositado nas contas bancárias dos órgãos do Estado em 2017. Já as receitas brutas de contribuições totalizaram R\$ 2,338 bilhões em 2017, sendo 12,53% a mais do que em 2016, quando atingiram R\$ 2,078 bilhões. Esse aumento é resultado da reforma da previdência dos servidores estaduais, aprovada em 2015, que elevou a contribuição dos servidores de 11% para 14% e a do Estado de 22% para 28%, de forma gradual, até 2018. O objetivo da reforma foi reduzir o deficit previdenciário.

Receita líquida de contribuições em 2017 R\$ 2,336 bilhões	
Contribuição patronal R\$ 1.405,34 milhões	Contribuição do servidor R\$ 930,85 milhões
Em 2017, a contribuição do Estado aumentou de 24% para 26%	Em 2017, a contribuição dos servidores aumentou de 12% para 13%
Corresponde às contribuições patronais e às dos servidores estaduais pagas ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais, sendo, no caso da contribuição patronal, registradas como receitas correntes intraorçamentárias por se tratar de uma operação interna entre órgãos do Estado. A receita não inclui os valores da compensação financeira entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores.	

Por sua vez, as transferências correntes totalizaram R\$ 4,97 bilhões, sendo a segunda maior origem de recursos das receitas correntes do Estado, o que representa 15,04% da receita corrente bruta.

Formadas principalmente por multas e juros de mora sobre impostos e contribuições, as outras receitas correntes corresponderam a 3,4% da receita corrente bruta total, alcançando um incremento na sua arrecadação de 18% em relação a 2016, fruto principalmente dos programas de parcelamento e dos incentivos fiscais lançados no Estado ao longo do exercício.

A seguir, detalham-se as principais receitas correntes do Estado (receita tributária e transferências correntes).

Receita tributária

Do total de R\$ 23,04 bilhões de receitas tributárias brutas, R\$ 22,36 bilhões foram arrecadados com impostos, sem considerar as multas, os juros e a dívida ativa. As taxas cobradas pelo Estado, sejam elas derivadas do exercício do poder de polícia ou da prestação de serviços, somaram R\$ 681 milhões.

Após todas as deduções de receita, a receita tributária líquida foi de R\$ 14,36 bilhões.

Composição da receita tributária sem considerar multas, juros e dívida ativa (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Receita tributária	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Receita bruta	Receita líquida	Receita bruta	Receita líquida	Receita bruta	Receita líquida
Impostos	22.360	13.679	20.578	12.661	8,7%	8,0%
ICMS	19.071	11.374	17.434	10.456	9,4%	8,8%
IRRF	1.480	1.480	1.414	1.414	4,6%	4,6%
IPVA	1.552	621	1.480	592	4,9%	4,9%
ITCMD	257	204	249	199	3,0%	2,6%
ITBI	0,036	0,033	0,002	0,001	2,041%	2,725%
Taxas	681	681	602	602	13,1%	13,1%
Exercício do poder de polícia	632	632	560	560	12,8%	12,8%
Prestação de serviços	49	49	42	42	16,4%	16,4%
Total	23.042	14.360	21.180	13.263	8,8%	8,3%

Em 2017, a arrecadação tributária média per capita foi de R\$ 3.291,10

Considerando a população de 7.001.161 pessoas, estimada pelo IBGE para o Estado de Santa Catarina em 2017

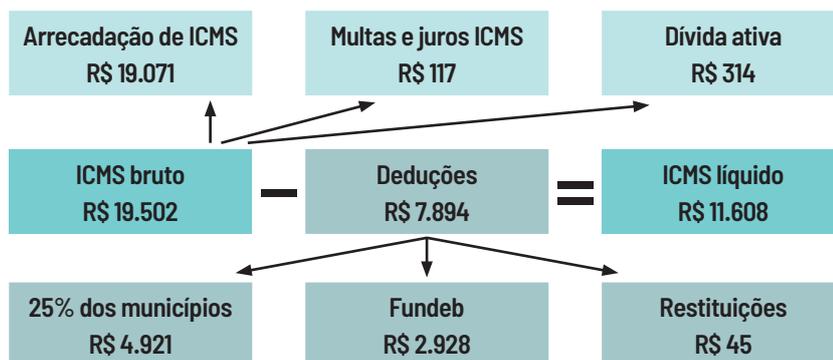
ICMS

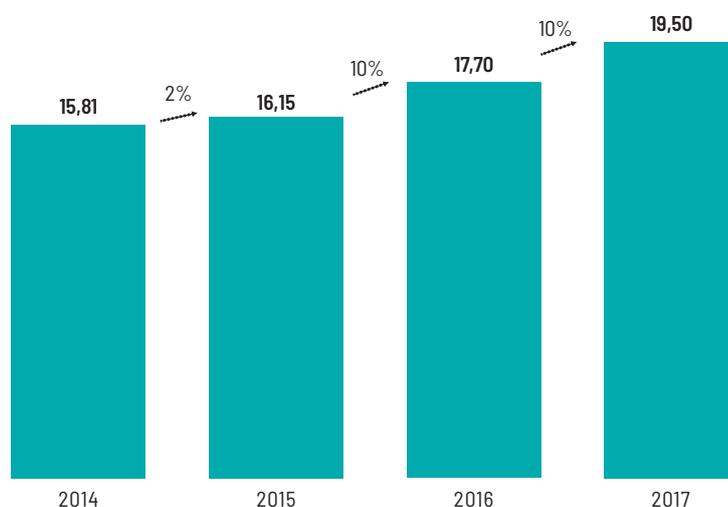
A arrecadação bruta com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), somando-se à arrecadação com multas, juros e dívida ativa desse imposto, atingiu o montante de R\$ 19,50 bilhões em 2017, o equivalente a 55% da receita bruta total.

Houve um incremento, em valores nominais, na arrecadação bruta de ICMS de 10% em relação ao ano de 2016, quando a arrecadação total desse tributo ficou em R\$ 17,70 bilhões.

Arrecadação de ICMS em 2017 (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



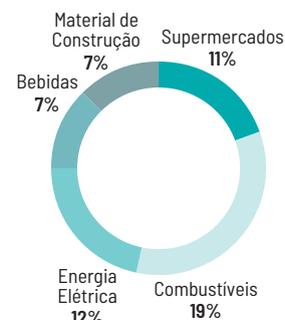
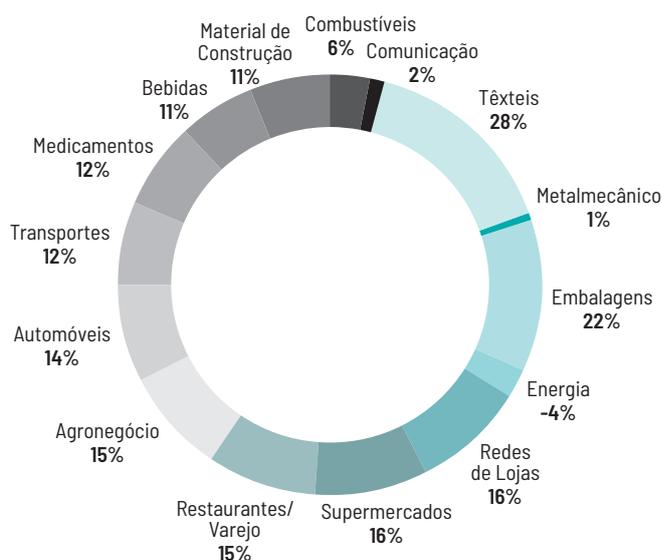


◀ *Evolução da receita bruta de ICMS (R\$ bilhões)*

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Os setores econômicos que mais contribuíram com o montante da arrecadação de ICMS em 2017 foram os de combustíveis, energia elétrica, supermercados, bebidas e materiais de construção. Esses setores, somados, têm mais de 55% na participação da arrecadação total de ICMS.

No entanto, apesar de serem os setores com maior participação no total da arrecadação, quando comparamos com o exercício de 2016, os setores de combustíveis e energia apresentaram crescimento abaixo da média ou até mesmo negativo em 2017. O setor de energia, por exemplo, obteve desempenho negativo de -4%, quando comparamos a participação de 2016 com 2017. Já os setores têxteis e de embalagens apresentaram maior crescimento percentual de arrecadação.



▲ *Setores econômicos com maior arrecadação de ICMS em Santa Catarina em 2017*

◀ *Setores do Estado e variação na participação da arrecadação de ICMS de 2017 em relação a 2016*

Fonte: Diretoria de Administração Tributária - Secretaria de Estado da Fazenda

Alíquotas de ICMS em 2017 ►

Fonte: Diretoria de Administração
Tributária - Secretaria de
Estado da Fazenda

* Isento na venda para o
consumidor final

	SC	RS	PR	SP
Gasolina	25%	30%	29%	25%
Energia elétrica	25%	30%	29%	25%
Cerveja	25%	27%	27%	20%
Cigarros	25%	27%	29%	30%
Cesta básica	7%	12%	7%*	7%
Telecom	25%	30%	29%	25%
Alíquota geral	17%	18%	18%	18%

Destaca-se ainda que, durante o ano de 2017, foram disponibilizadas várias oportunidades aos contribuintes catarinenses para quitarem os seus débitos de ICMS. Entre elas, foram autorizados alguns tipos de anistias e remissões que abrangeram setores da economia como indústria, supermercados, abatedores e outros. Todos os convênios contendo essas autorizações foram ratificados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). As arrecadações resultantes desses convênios chegaram ao montante de R\$ 175 milhões.

Em julho de 2017, o Estado lançou o PREFIS-ICMS por meio da Medida Provisória nº 212/2017. Esse programa concedeu descontos sobre as multas e os juros de 50% a 90% e a possibilidade de parcelamento dos débitos em até 60 meses. Os recebimentos referentes ao programa somaram R\$ 167 milhões até novembro.

Ao final de novembro, foi instituído pela Medida Provisória nº 216/2017 o Programa Catarinense de Parcelamento de Débitos Fiscais (PPDF), também com descontos progressivos. A arrecadação em dezembro do PPDF alcançou R\$ 38 milhões.

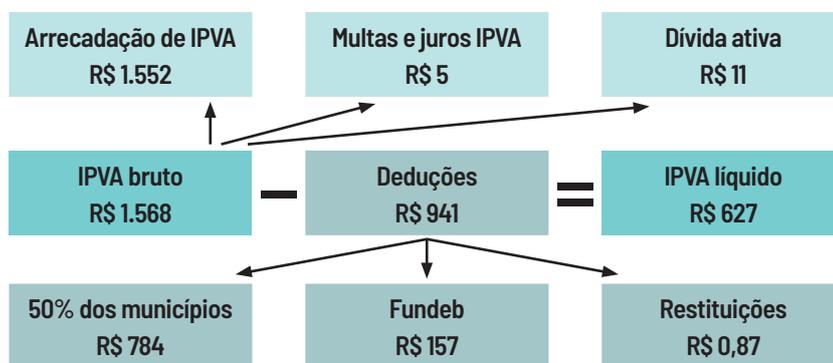
IPVA

O segundo imposto com a maior arrecadação bruta no ano de 2017 foi o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

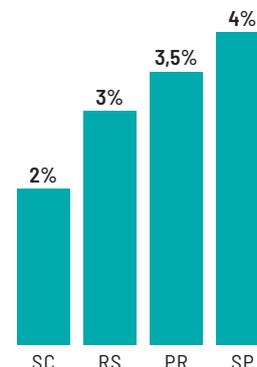
Alíquotas de IPVA em 2017 ►

IPVA SC - Alíquotas vigentes

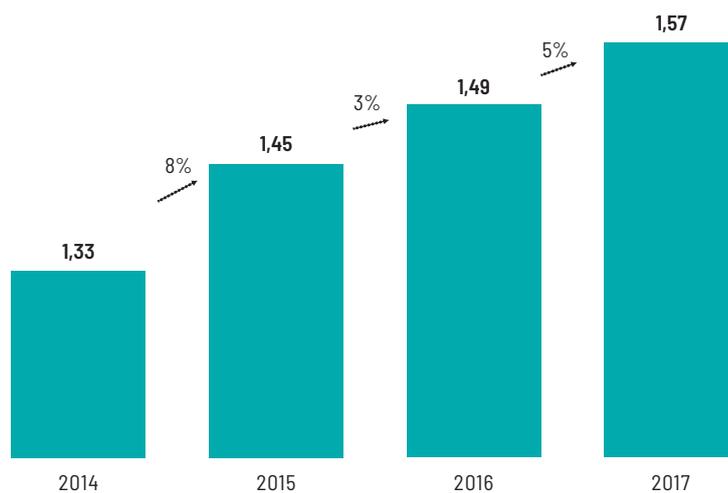
- » 2% para veículos terrestres, de passeios e utilitários, e motor-casa (fabricação nacional ou estrangeira)
- » 1% para veículos terrestres, de duas ou três rodas e os de transporte de carga ou passageiros (fabricação nacional ou estrangeira)
- » 1% para veículos terrestres destinados à locação



↑ Metade da arrecadação estadual com IPVA é repassada ao município onde o veículo está licenciado



↑ Santa Catarina possui a menor alíquota de IPVA do Sul do País



▲ Arrecadação de IPVA em 2017 (R\$ milhões) e gráfico comparativo das alíquotas estaduais

◀ Evolução da receita bruta de IPVA (R\$ bilhões)

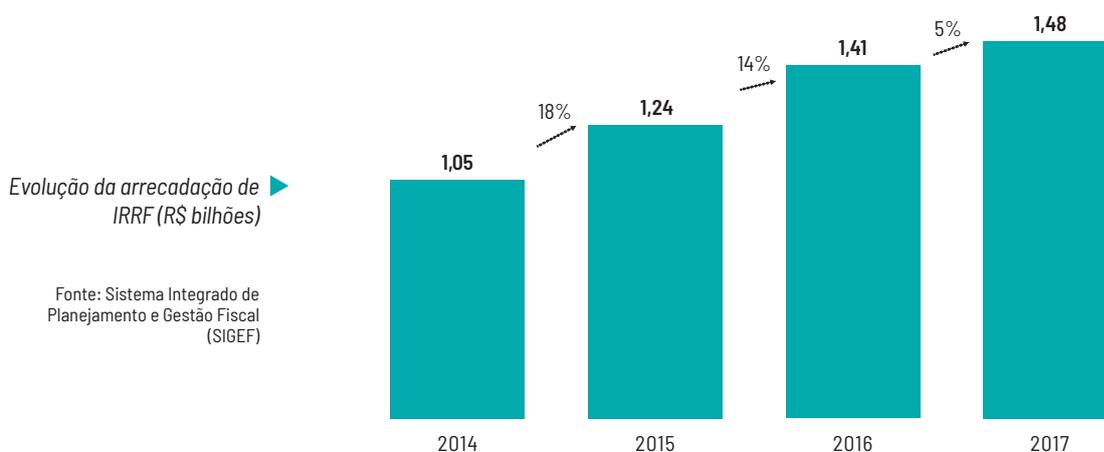
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A arrecadação bruta do tributo em 2017, considerando-se as multas, os juros e a dívida ativa, foi de R\$ 1,57 bilhão. Em relação a 2016, a receita com o IPVA de Santa Catarina aumentou 5,2%. A frota de veículos de 2016 para 2017 cresceu em 3,26%.¹

¹ <http://www.detran.sc.gov.br/index.php/estatistica/veiculos>.

IRRF

O terceiro imposto com arrecadação bruta mais representativa em 2017 foi o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IRRF), que, por força do artigo 157, inciso I, da Constituição Federal de 1988, pertence ao Estado quando incidir na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir e manter.



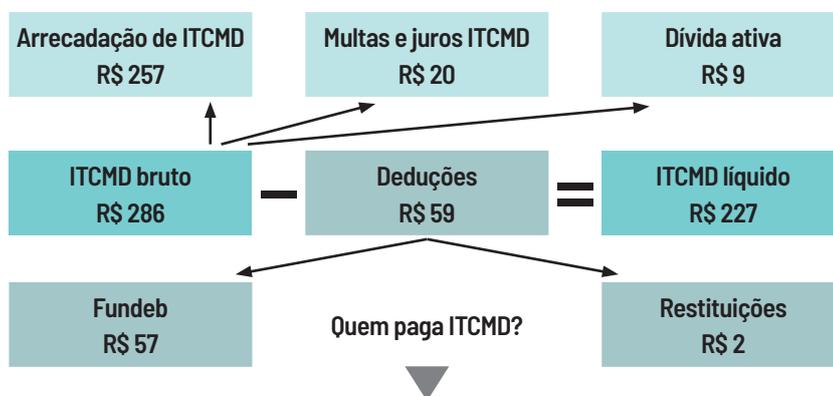
Em 2017, a arrecadação do IRRF foi no montante de R\$ 1,48 bilhão, o que representou 6% das receitas tributárias brutas e resultou em um aumento nominal de 5% em relação a 2016.

ITCMD

A arrecadação bruta com o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) cresceu 5,59% em 2017. O tributo, que incide basicamente sobre a transferência de bens decorrentes de doações ou herança, acrescentou R\$ 285,7 milhões ao cofre público estadual, incluindo a arrecadação com multas, juros e dívida ativa. O resultado alcançado na arrecadação do ITCMD é atribuído ao intenso trabalho de fiscalização e à automatização do recolhimento desse imposto.

Alíquotas de ITCMD de Santa Catarina em 2017

Alíquota	SC	RS	PR	SP
Mínima	1%	5%	1%	2,5%
Máxima	8%	6%	4%	4%

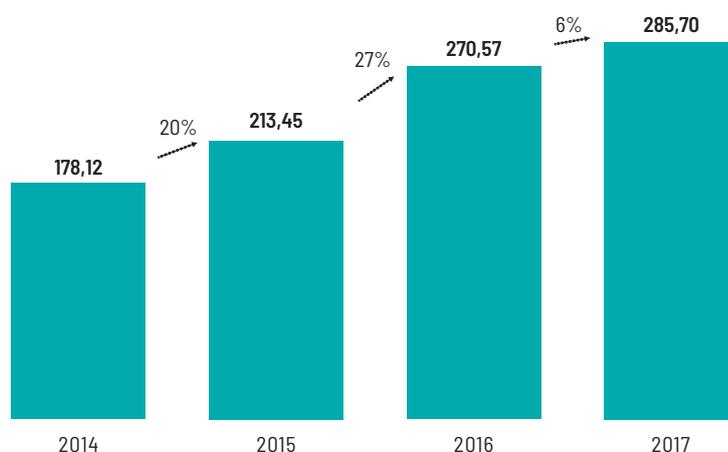


Arrecadação de ITCMD em 2017 (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

O ITCMD incide sobre a transmissão de bens decorrentes de doação ou herança. No caso das doações, conforme estabelece a Lei Estadual nº 13.136, de 25 de novembro de 2004, o responsável pelo pagamento do imposto é a pessoa que recebeu a doação (donatário).

A arrecadação de ITCMD pertence ao Estado, descontando-se apenas a contribuição ao Fundeb. Não há divisão com os municípios catarinenses.



Evolução da arrecadação de ITCMD (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

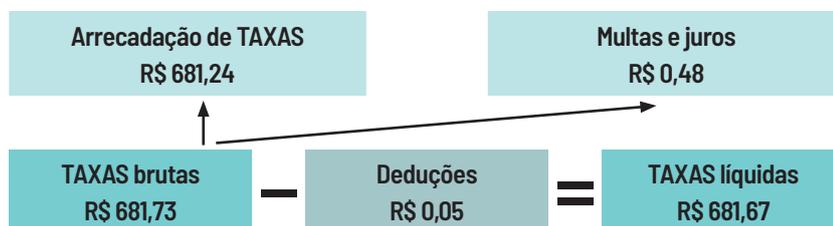
Em dezembro de 2017, o Estado lançou o PREFIS-ITCMD, autorizado pela Medida Provisória nº 217/2017. Pela primeira vez, o Estado conferiu aos contribuintes desse imposto a oportunidade de quitarem os seus débitos com descontos progressivos sobre as multas e os juros de 45% a 90%, e também de forma parcelada em até 24 meses. A prioridade dos maiores descontos é para os débitos já inscritos em dívida ativa até 2016. Os recebimentos referentes a esse programa somaram, no mês de dezembro, pouco mais de R\$ 3 milhões. A previsão de encerramento do programa é 30/3/2018.

Taxas

A arrecadação bruta de taxas em 2017, considerando-se as multas e os juros, foi de R\$ 681,73 milhões, o equivalente a 2% da receita bruta total.

Em relação ao ano de 2016, a arrecadação desse tributo cresceu 13% e foi proveniente das taxas cobradas pelo exercício do poder de polícia (fiscalização de vigilância sanitária, controle e fiscalização ambiental, regulação de serviços de gás canalizado, atos da Secretaria de Segurança Pública, saúde, entre outras) e pela prestação de serviços (taxa de segurança preventiva, taxa de registro de contrato de veículo e taxa judiciária).

Arrecadação de taxas em 2017 (R\$ milhões)
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Composição das taxas brutas em 2017 (R\$ milhões)
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Expedição de cédula de identidade e de Carteira Nacional de Habilitação (CNH)

Alvarás referentes à atividade de trânsito (veículos, instrutores, etc.) e à fiscalização de produtos controlados, jogos e diversões

Expedição de documentos (atestados, certidões, auto de vistoria policial, fotocópias autenticadas, etc.), por intermédio de qualquer órgão subordinado

Laudos periciais, entre outros

Transferências correntes

Em 2017, as transferências correntes² brutas representaram 14,3% da receita bruta total, perfazendo um montante de R\$ 4,97 bilhões. O valor recebido em 2017 foi R\$ 399,15 milhões menor do que em 2016. Tal redução ocorreu principalmente pela queda nas transferências relativas ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e aos repasses do SUS (-6,7% e -4,8%, respectivamente). Essas reduções são reflexos diretos da crise financeira enfrentada pelo Governo Federal.

O maior montante das transferências correntes do Estado corresponde àquelas provenientes da União, que representaram 48,4% das transferências correntes. Entre as transferências da União, a principal refere-se ao FPE, que chegou a R\$ 1,06 bilhão em 2017. Esse valor foi R\$ 76,04 milhões menor do que o repassado no ano de 2016.

Destaca-se ainda que a distribuição dos valores arrecadados pela União com a Lei da Repatriação³ está inserida no valor da transferência do FPE. Essa lei federal visa à regularização cambial e tributária de recursos, bens ou direitos, de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.

Em 2017, foi repassada ao Estado de Santa Catarina a soma de R\$ 3,50 milhões, recursos referentes à repatriação. Destes, R\$ 1,49 milhão é do principal e R\$ 2,01 milhões referem-se a multas. Esse valor foi 97% inferior ao recurso repassado em 2016, quando o Estado recebeu R\$ 115,88 milhões.

Outro montante representativo das transferências correntes provém do Fundeb, que totalizou R\$ 2,19 bilhões em 2017. Esse valor representa o retorno que o Estado recebeu para aplicação na rede estadual de ensino e foi R\$ 105 milhões maior que o repassado ao Estado no ano anterior.

2 As transferências correntes são os recursos financeiros recebidos de outras entidades, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, e que são aplicados no atendimento de despesas correntes.

3 Lei Federal nº 13.254/2016.

Transferências correntes	2017		2016		Variação bruta 2017/2016
	Valor bruto	Valor líquido	Valor bruto	Valor líquido	
Intergovernamentais	4.591	4.236	4.575	4.223	0,4%
União	2.404	2.048	2.492	2.141	3,5%
Cota-parte FPE	1.064	851	1.140	912	-6,7%
Cota-parte IPI	290	174	253	152	14,4%
Cota-parte CIDE	63	47	44	33	41,7%
Cota-parte IOF Ouro	0,000004	0,000004	0,004	0,004	-99,9%
Compensação financeira para exploração de recursos naturais	38	38	60	60	-35,6%
Transferências de recursos - Sistema Único de Saúde (SUS)	515	515	542	541	-4,8%
Transferências de recursos - Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	2	2	2	2	35,8%
Transferências de recursos - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	331	331	305	305	8,5%
ICMS - desoneração	53	42	53	42	0%
Outras transferências	47	47	93	93	-49,9%
Municípios	0,002	0,002	0,03	0	-89,6%
Multigovernamentais	2.187	2.187	2.083	2.082	5,0%
Fundeb	2.187	2.187	2.083	2.082	5,0%
Instituições privadas	322	305	668	668	-51,8%
Pessoas	2	2	1	1	34,6%
Convênios	6	56	126	125	-55,6%
União	47	47	115	115	-59,5%
Municípios	0,13	0,13	1	1	-85,2%
Instituições privadas	9	9	10	10	-6,9%
Exterior	0,115	0,115	0,02	0	504,3%
Total	4.970	4.598	5.369	5.017	-7,4%

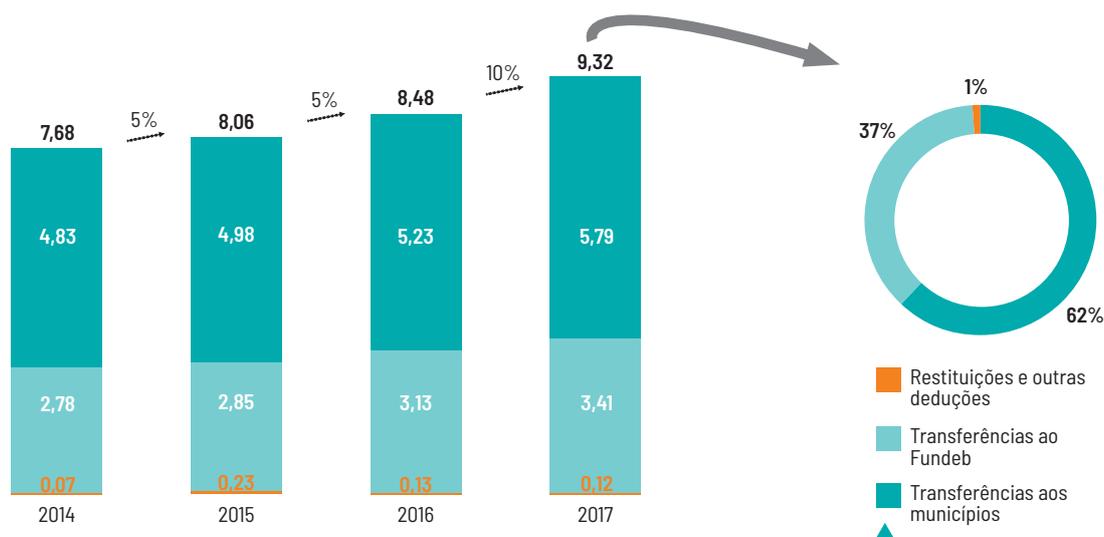
Transferências correntes
(R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Do valor total recebido das transferências correntes (FPE, CIDE e ICMS - Desoneração), uma parte é destinada aos municípios e ao Fundeb (R\$ 373 milhões), formando o valor líquido de R\$ 4,60 bilhões após as deduções

Deduções da receita corrente

As deduções da receita⁴ corrente somaram R\$ 9,32 bilhões em 2017. Desse valor, R\$ 5,79 bilhões referem-se à repartição de impostos com os municípios catarinenses, R\$ 3,41 bilhões correspondem às transferências realizadas ao Fundeb, R\$ 47,71 milhões decorrem de restituições aos contribuintes e R\$ 73,19 milhões provêm de outras deduções.



Transferências Constitucionais aos Municípios

Do montante de R\$ 5,79 bilhões das transferências constitucionais aos municípios, a parcela mais significativa (85%) refere-se à repartição da arrecadação de ICMS.

Evolução das deduções da receita corrente (R\$ bilhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Transferências Constitucionais aos Municípios: R\$ 5,79 bilhões

25%	50%	2,5%		
do produto da arrecadação de ICMS estadual (artigo 158, inciso IV, da Constituição Federal de 1988)	da receita de IPVA arrecadada pelo Estado pertence ao município onde o veículo é licenciado (artigo 158, inciso III, da Constituição Federal de 1988)	do IPI transferido pela União aos estados, proporcional às exportações ocorridas no território estadual	R\$ 4.921 milhões	ICMS
			R\$ 784 milhões	IPVA
			R\$ 72 milhões	Cota-Parte IPI Exportação
			R\$ 16 milhões	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)

▲ *Origem das transferências constitucionais aos municípios em 2017*

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

⁴ São compostas pelos valores de impostos que, por determinação constitucional, devem ser repartidos com os municípios (25% de ICMS e 50% de IPVA, por exemplo), pelos repasses legalmente exigidos ao Fundeb, pelas restituições de tributos aos contribuintes (quando valor recolhido a maior, por exemplo), entre outras deduções.

A partir de julho de 2017, o Estado de Santa Catarina iniciou a recomposição dos valores devidos aos municípios e ao Fundeb, decorrentes das doações efetuadas pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) ao Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial), nos anos de 2015 e 2016, em contrapartida a créditos presumidos decorrentes de tratamento tributário diferenciado concedido pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), autorizados por convênio aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Conforme apurado pela Secretaria de Estado da Fazenda e ratificado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE)⁵, o valor total de R\$ 248,75 milhões, referente ao percentual de 25%, será repassado aos municípios em parcelas mensais. Em 2017, dos R\$ 4,921 bilhões repassados aos municípios de cota-parte de ICMS, R\$ 56,55 milhões correspondem a essa recomposição de valores.

Fundeb

Em 2017, foi repassado ao Fundeb o montante de R\$ 3,41 bilhões. A principal origem de receitas dessas transferências foi o ICMS (86%), seguida da cota-parte do Fundo de Participação dos Estados, com 6%.

Origem das transferências legais ao Fundeb em 2017

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

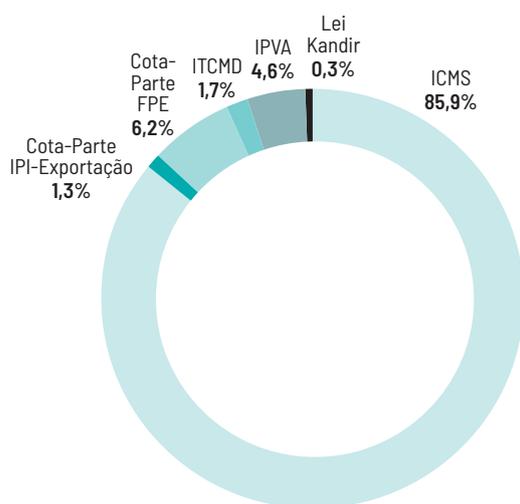
R\$ 3,408 bilhões Transferências ao Fundeb	R\$ 2.928 milhões	ICMS
	R\$ 213 milhões	Cota-Parte FPE
	R\$ 157 milhões	IPVA
	R\$ 57 milhões	ITCMD
	R\$ 43 milhões	Cota-Parte IPI Exportação
	R\$ 11 milhões	Lei Kandir

Como ocorrido com os repasses aos municípios, o Estado de Santa Catarina está fazendo a recomposição de valores devidos ao Fundeb. Esses valores referem-se às doações efetuadas pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) ao Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial), nos anos de 2015 e 2016, em contrapartida a créditos presumidos decorrentes de tratamento tributário diferenciado concedido pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), autorizados por convênio aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

O montante apurado pela Secretaria da Fazenda foi de R\$ 84,17 milhões e consiste no valor de retorno aos municípios (conforme índices publicados pelo Ministério da Educação) da parcela do Estado que não transitou pelo Fundeb. Além disso, foi apurado o montante de R\$ 104,76 milhões, valor

5 Ofício nº TC/GAP/DCE/N. 7294/2017 - conforme § 5º do art. 1º da Lei nº 17.053/16.

que consiste no retorno aos municípios (conforme índices publicados pelo Ministério da Educação), relativo às diferenças devidas pelo Estado ao fundo no período de 2013 a 2015⁶. Esses valores serão transferidos em parcelas mensais, tendo sido depositados R\$ 9,45 milhões em 2017.



◀ Percentuais da cota-parte do Fundeb registrados pelo Estado em 2017

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Receitas de Capital

Em 2017, os ingressos classificados como receitas de capital responderam por 4,7% das receitas brutas totais, totalizando R\$ 1,64 bilhão.

As origens das receitas de capital podem ser as operações de crédito captadas pelo Estado, tais como os empréstimos e financiamentos obtidos, as receitas decorrentes da venda de bens, de amortização de empréstimos concedidos, de transferências de receitas de capital de outros entes, entre outras.

Receitas brutas de capital por origem (R\$ milhões)

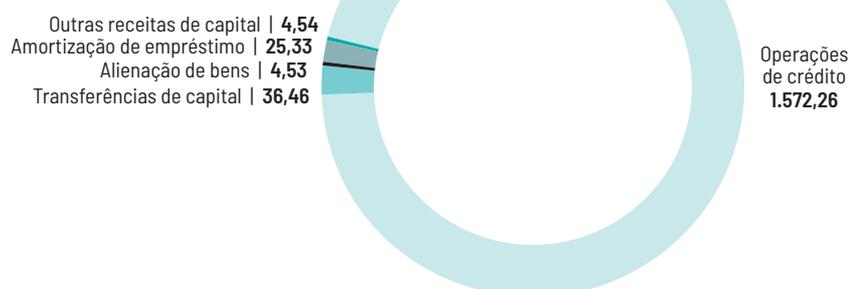
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Receitas de capital	2017		2016		Variação % 2017/2016
	Valor	%	Valor	%	
Operações de crédito	1.572	95,7	1.254	91,0	25,4
Alienação de bens	5	0,3	9	0,7	-50,1
Amortização de empréstimos	25	1,5	23	1,7	8,5
Transferências de capital	36	2,2	57	4,1	-36,1
Outras receitas de capital	5	0,3	34	2,5	-86,6
Total	1.643	100,0	1.377	100,0	19,3

6 Apontamentos do FNDE, Ofícios nºs 790/2014, 323/2015 e 11.916/2016, e Lei nº 17.053/2016.

Composição bruta das
receitas de capital em 2017
(R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de
Planejamento e Gestão Fiscal
(SIGEF)



A parcela mais significativa das receitas de capital advém de operações de crédito, respondendo por 96%. Essas operações representam a contratação pelo Estado de empréstimos e financiamentos realizados com entidades estatais ou instituições financeiras, sendo geralmente utilizadas para financiar investimentos públicos de interesse da população.

A operação é denominada 'operação de crédito interna', quando contratada com credores situados no País, e 'operação de crédito externa', quando contratada com agências de países estrangeiros, organismos internacionais ou instituições financeiras estrangeiras.

No total das operações de crédito internas, foram incluídas as operações classificadas como não contratuais, que são os valores referentes aos saques de depósitos judiciais de terceiros⁷, os quais perfizeram R\$ 509 milhões a serem utilizados no pagamento de precatórios devidos pelo Estado.

Os valores das operações de créditos internas contratuais representaram 77% das liberações de operações de crédito totais.

7 Emenda Constitucional nº 94/2016.

Valores liberados de operações de crédito	Finalidade	Valor	%
Internas		821,37	77,26%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Programa Caminhos do Desenvolvimento	Investimentos em infraestrutura referente à logística e mobilidade regional, justiça e cidadania, educação, saúde e prevenção de desastres contra as secas.	71,37	6,71%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Programa Acelera Santa Catarina	Investimentos em saúde, segurança pública, educação, justiça e cidadania, assistência social, trabalho e habitação, infraestrutura referente à logística e mobilidade regional, assim como saneamento básico.	50,00	4,70%
Banco do Brasil II – Pacto por Santa Catarina	Investimentos nas áreas de infraestrutura rodoviária e portos marítimos, mobilidade urbana, defesa civil e prevenção das cheias, segurança pública, sistemas prisional e socioeducativo, saúde e turismo.	700,00	65,85%
Externas		241,72	22,74%
BIRD – Programa Santa Catarina Rural – Microbacias III	Aumento da competitividade das organizações dos agricultores familiares.	21,98	2,07%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) VI	Execução de obras e serviços de pavimentação, reabilitação e revitalização de rodovias estaduais.	151,49	14,25%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual (Profisco)	Modernização da gestão fiscal e financeira da administração estadual.	3,94	0,37%
Corporação Andina de Fomento (CAF) – Programa de Intervenções Viárias (Provias)	Integração Viária do Planalto Norte – pavimentação de 110,2 quilômetros da rodovia SC-477.	64,30	6,05%
TOTAL		1.063,10	100,00%

Das operações de crédito externas contratuais foi deduzido o valor de R\$ 985.009,68, referente à devolução de valores do contrato do Profisco financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

▲
Operações de crédito brutas captadas em 2017 e suas finalidades (R\$ milhões)

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (DICD)

Dívida ativa

Considera-se dívida ativa todo crédito que não foi quitado espontaneamente na data de vencimento.

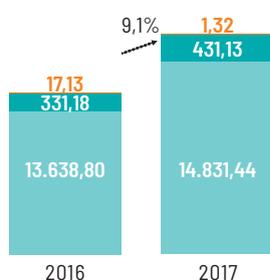
A dívida ativa está registrada no patrimônio do Estado como um ativo, dividido entre circulante e não circulante. Ou seja, um direito a receber que pode ser realizável em curto ou longo prazos, respectivamente.

Em 2017, o estoque da Dívida Ativa do Estado apresentava um saldo contábil líquido de R\$ 339,11 milhões, sendo R\$ 337,13 milhões referentes a créditos de dívida ativa tributária, R\$ 1,32 milhão referente a créditos de dívida ativa previdenciária e R\$ 654 mil referentes a créditos de dívida ativa não tributária.

Estoque da dívida ativa
(R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Natureza dos créditos	2017			2016		
	Estoque da dívida ativa	Ajuste de perdas	Saldo	Estoque da dívida ativa	Ajuste de perdas	Saldo
Tributários	14.831,44	-14.494,31	337,13	13.638,80	-13.627,27	11,54
Não tributários	431,13	-430,48	0,65	331,18	-330,81	0,37
Previdenciários	1,32	-	1,32	17,13	-	17,13
Total	15.263,90	-14.924,78	339,11	13.987,12	-13.958,08	29,04



- Dívida ativa previdenciária
- Dívida ativa não tributária
- Dívida ativa tributária

Variação do estoque da dívida ativa (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Do estoque total de dívida ativa tributária (mais de R\$ 14 bilhões), apenas uma pequena parte tem efetiva possibilidade de cobrança (pouco mais de 2%). Isso porque a maior parte dos valores é considerada sem lastro, pois se trata de créditos relativos a empresas já falidas e/ou pessoas físicas falecidas.

Por essa razão, conforme regem as normas contábeis, torna-se necessário o reconhecimento dos riscos de recebimento dessas dívidas, os quais são registrados em contas de ajuste de perdas – redutoras. Ou seja, ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas desses créditos.

No tocante aos créditos previdenciários, em março de 2017 foram baixados os créditos a receber da Prefeitura de Florianópolis, referentes ao parcelamento do débito de contribuições previdenciárias (contribuição do servidor e patronal), em virtude da decadência/prescrição dos créditos – estavam prescritos mais de R\$ 15 milhões em créditos previdenciários.⁸

⁸ Conforme pareceres constantes nas fls. 292 a 311 e fls. 318 a 321. A determinação da baixa do crédito a receber na contabilidade consta nas fls. 326 e 327 do Processo IPESEC.

Período de Inscrição	Tributos				Total
	ICMS	IPVA	ITCMD	Outros	
Menos de 5 anos	41,75%	2,37%	0,48%	0,19%	44,78%
Entre 5 e 10 anos	24,16%	0,60%	0,21%	0,18%	25,15%
Mais de 10 anos	29,88%	0,14%	0,01%	0,05%	30,07%
Total	95,79%	3,11%	0,69%	0,41%	100,00%

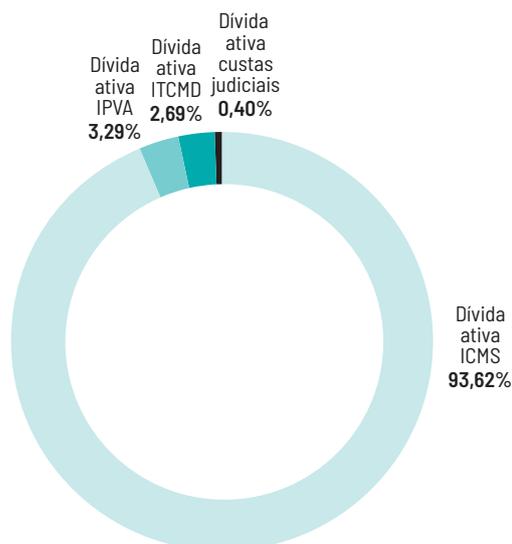
Segmento Econômico	Tributos				Total
	ICMS	IPVA	ITCMD	Outros	
Indústria	42,85%	0,04%	-	0,06%	42,95%
Comércio	38,97%	0,09%	-	0,05%	39,11%
Transporte	6,56%	0,07%	-	0,01%	6,64%
Outros	7,40%	2,91%	0,69%	0,30%	11,30%
Total	95,79%	3,11%	0,69%	0,41%	100,00%

Arrecadação da dívida ativa

A partir dos esforços de fiscalização da receita estadual contra a sonegação fiscal e dos programas de incentivo e parcelamento de débitos lançados pelo Governo durante o ano, procurou-se arrecadar o máximo possível dos valores inscritos em dívida ativa. Até dezembro, foi recebido da dívida ativa tributária e não tributária um total de R\$ 362 milhões, incluindo as multas e os juros sobre o principal.

▲ Perfil da dívida ativa tributária por período de inscrição e por segmento econômico

Fonte: Diretoria de Administração Tributária - Secretaria de Estado da Fazenda



◀ Receitas da dívida ativa tributária

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

O montante recebido de Dívida Ativa Tributária foi de R\$ 335 milhões. Des-tes, 94% são de dívida ativa de ICMS, 3% de IPVA, 2,7% ITCMD, e 0,4% de custas processuais e multas penais qualificadas como Custas Judiciais.

A Dívida Ativa não Tributária⁹, referente principalmente a multas e não cumprimentos de obrigações acessórias, inclui os valores da administração direta e indireta (fundos/fundações/autarquias).

A arrecadação relativa aos créditos da administração direta atingiu R\$ 25 milhões no ano, incluindo as multas e os juros. Já para os créditos per-tinentes à administração indireta, a arrecadação chegou a aproximada-mente R\$ 2,5 milhões.

Participação dos poderes e órgãos na receita do Estado

Para a elaboração e execução do orçamento de 2017 dos Poderes Legis-lativo e Judiciário, do Ministério Público e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), a LDO estabeleceu limites percentu-ais para a fixação de despesas em relação à Receita Líquida Disponível¹⁰ (RLD) do Estado.

Além disso, o Poder Executivo também deve efetuar repasses em mon-tante equivalente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) da RLD ao Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina.

Percentuais sobre a Receita Líquida Disponível em 2017

Fonte: Leis nºs 17.053/2016 e 17.051/2016

Entidade	Percentuais de distribuição da RLD previstos na LDO
Tribunal de Justiça	9,41%
Assembleia Legislativa	4,34%
Ministério Público	3,98%
Udesc	2,49%
Tribunal de Contas	1,66%
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina	0,17%
Total	22,05%

9 São os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

10 A Receita Líquida Disponível corresponde ao total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de: taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades; receitas patrimoniais; indenizações e restituições do Tesouro do Estado; transferências voluntárias ou doações recebidas; compensação previdenciária entre o regime geral e o regime próprio dos servidores; cota-parte do Salário-Educação; cota-parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE); cota-parte da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos; e recursos recebidos do Fundeb.

Com base nesses percentuais, o valor repassado aos Poderes e Órgãos no ano de 2017 totalizou R\$ 3,328 bilhões, considerando-se a Receita Líquida Disponível apurada de dezembro de 2016 a novembro de 2017.

Entidade	2017	2016	Varição 2017/2016
Tribunal de Justiça	1.419,03	1.227,62	15,59%
Assembleia Legislativa	654,47	618,91	5,75%
Ministério Público	600,18	536,57	11,86%
Udesc	377,97	341,96	10,53%
Tribunal de Contas	250,33	227,80	9,89%
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina	25,64	-	100%
Total	3.327,62	2.952,86	12,69%

Repasses da Receita Líquida Disponível aos Poderes e Órgãos (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Repasses da Receita Líquida Disponível aos Poderes e Órgãos (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

- Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina
- Tribunal de Contas
- Udesc
- Ministério Público
- Assembleia Legislativa
- Tribunal de Justiça

Em 2017, também foram repassados, aos Poderes e à Udesc, valores da receita do Fundo Pró-Emprego, que somaram o montante de R\$ 10,247 milhões.

Repasses do Fundo Pró-
Emprego aos Poderes e
Órgãos em 2017 (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de
Planejamento e Gestão Fiscal
(SIGEF)

Entidade	Valor
Tribunal de Justiça	4,407
Assembleia Legislativa	2,032
Ministério Público	1,864
Udesc	1,166
Tribunal de Contas	0,777
TOTAL	10,247

Nesse ano de 2017, foram recebidas pelo Tesouro do Estado as devoluções de recursos no montante de R\$ 75,30 milhões. Essas devoluções foram efetuadas pela Assembleia Legislativa – R\$ 50,30 milhões, e pelo Tribunal de Contas do Estado – R\$ 25 milhões.

Valores devolvidos em 2017

Fonte: Sistema Integrado de
Planejamento e Gestão Fiscal
(SIGEF)



Os valores devolvidos pelos Poderes foram aplicados pelo Estado em despesas de manutenção e custeio dos serviços públicos, entre elas despesas para o pagamento da dívida pública e da folha dos servidores

Despesas

As leis que regem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado autorizaram a execução de despesas para 2017 em R\$ 30,430 bilhões. Desse valor, R\$ 26,074 bilhões foram inicialmente orçados, e R\$ 4,356 bilhões foram acrescentados pelos créditos adicionais¹¹.



Despesa autorizada x despesa executada em 2017 –
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Despesas	Fixada	Créditos adicionais	Autorizada	Execução	% Executado
	a	b	c = (a + b)	d	d/c
Correntes	22.762	2.901	25.663	23.075	89,9%
Pessoal e encargos sociais	13.071	2.783	15.853	15.584	98,3%
Juros e encargos da dívida	747	110	857	771	89,9%
Outras despesas correntes	8.944	8	8.952	6.721	75,1%
Capital	3.311	1.456	4.767	2.520	52,9%
Investimentos	2.518	1.382	3.901	1.915	49,1%
Inversões financeiras	165	23	188	69	36,8%
Amortização da dívida	628	51	679	536	78,9%
Reserva de contingência	1	-1	-	-	0,0%
Total	26.074	4.356	30.430	25.595	84,1%

¹¹ Créditos adicionais consistem em uma suplementação do orçamento inicialmente previsto, que visa atender a despesas não calculadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Eles podem ser:

I – suplementares: é o reforço de uma dotação (verba consignada em orçamento) já existente, que se tornou insuficiente durante a execução do orçamento;

II – especiais: destinam-se a cobrir despesas não previstas inicialmente; ou

III – extraordinários: para despesas urgentes e imprevistas, como as decorrentes de calamidade pública, por exemplo.

A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis que poderão ser provenientes de:

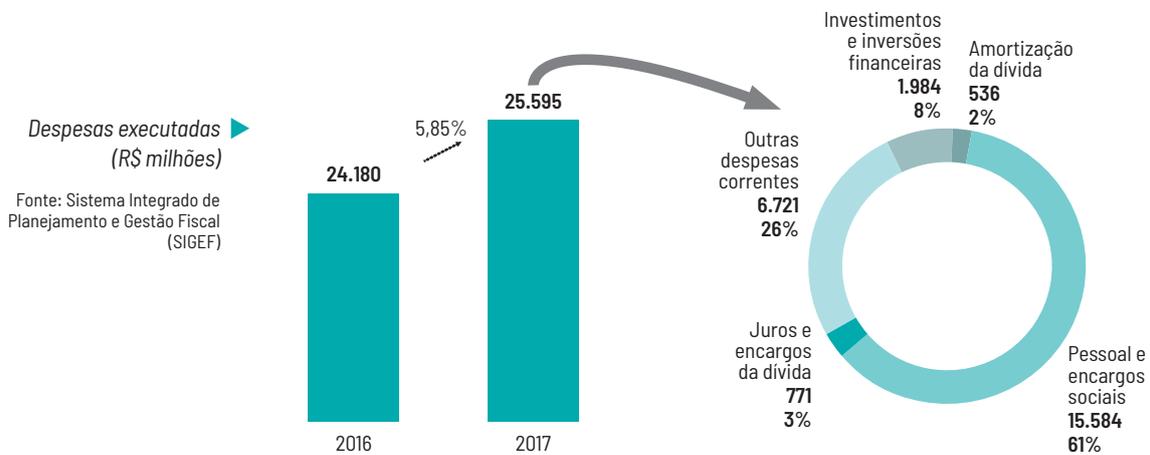
I – superavit financeiro (sobra) apurado no exercício anterior;

II – excesso de arrecadação;

III – operações de crédito; ou

IV – anulação parcial de dotação orçamentária autorizada na LOA.

Do total das despesas autorizadas no orçamento, o Estado executou 84,11%, o que equivale a R\$ 25,595 bilhões. Desse valor, 60,89% foram com despesas de pessoal e encargos sociais, que são os gastos com verbas remuneratórias dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Outros 26,26% foram destinados às despesas com a manutenção dos serviços públicos, seja de forma direta ou por meio de transferências a outras instituições, públicas e privadas. Os investimentos públicos¹² somaram 7,75% do total das despesas do Estado no ano. O valor com a dívida pública chegou a 5,11%, sendo 3,01% referentes a juros e encargos, e 2,09% de amortização do valor principal dos empréstimos tomados pelo Estado.



Pessoal e Encargos Sociais

Para uma melhor análise da despesa com pessoal e encargos sociais do Estado, faz-se necessário segregar os gastos entre o pessoal ativo, os inativos e os pensionistas.

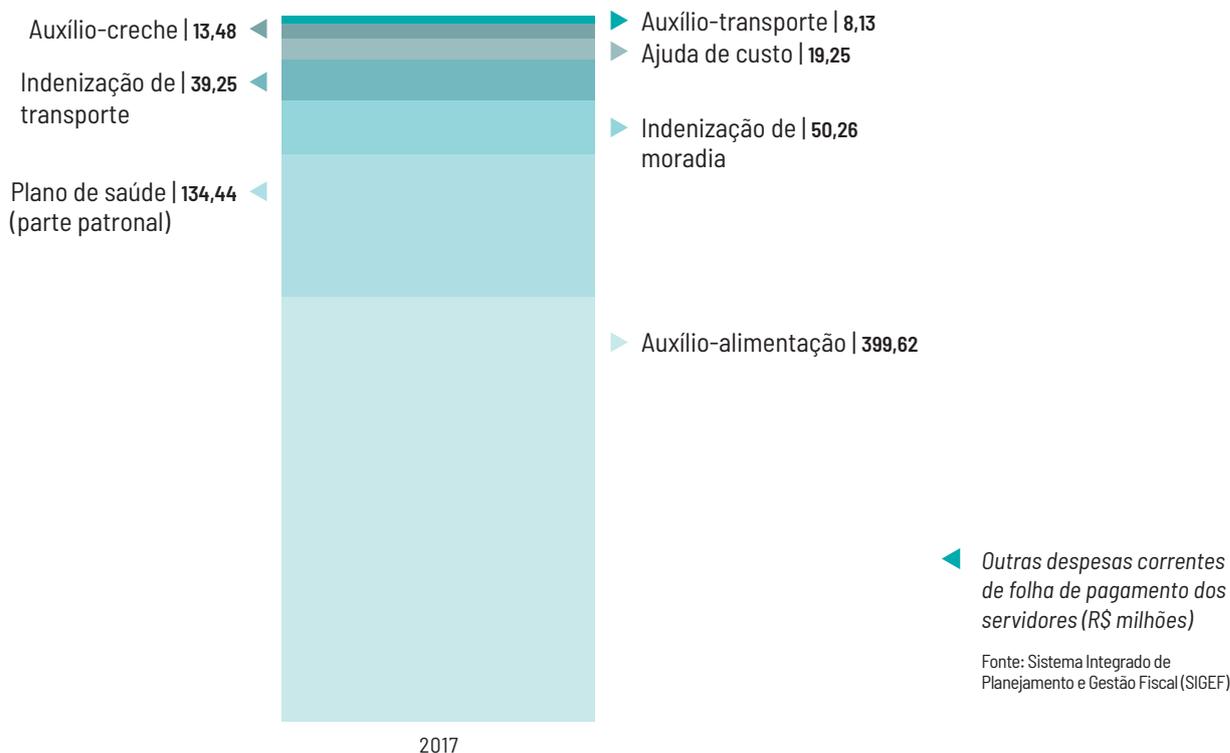


¹² Corresponde à soma das despesas de investimentos e inversões financeiras.



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Há ainda outros gastos de natureza não remuneratória que compõem a folha de pagamento dos servidores do Estado. De acordo com as normas que regem a classificação da despesa no orçamento, esses gastos não integram o grupo de natureza de despesa pessoal e encargos sociais, e são classificados como outras despesas correntes. São os gastos, por exemplo, com auxílio-alimentação, cota patronal do plano de saúde dos servidores, verbas indenizatórias e outros auxílios.



¹³ As demais áreas incluem as seguintes funções: legislativa, essencial à justiça, administração, relações exteriores, assistência social, previdência social, cultura, direitos da cidadania, habitação, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, comércio e serviços, comunicações, transporte, desporto e lazer.

Previdência dos Servidores do Estado

Conforme determina o art. 40 da Constituição Federal de 1988, o regime próprio de previdência dos servidores do Estado é estabelecido por lei, visando assegurar os benefícios de aposentadoria e pensão por morte aos servidores públicos titulares de cargos efetivos e seus dependentes. As receitas arrecadadas diretamente pelo regime de previdência são compostas, basicamente, pelas contribuições patronal e do servidor, além dos rendimentos de aplicações financeiras. Do lado das despesas, estão os benefícios previdenciários pagos aos aposentados e pensionistas.

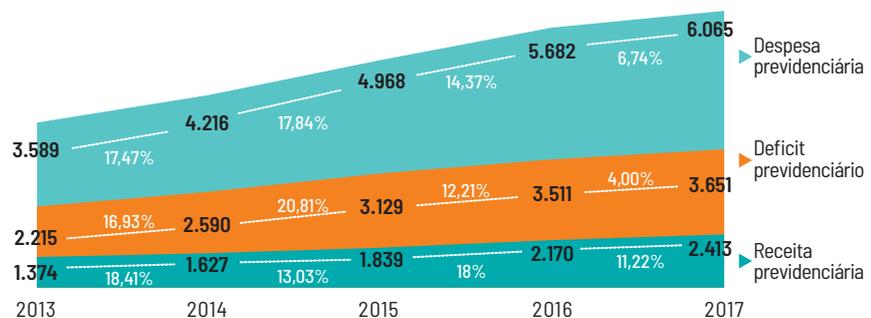
Todavia, assim como nos demais entes federativos, os regimes de previdência têm apresentado grandes montas de insuficiência financeira, exigindo a adoção de providências urgentes dos governos, com vistas a reduzir os deficit. Além disso, essa situação se apresenta como uma das maiores limitações financeiras do Estado.

Em 2017, o deficit do regime previdenciário dos servidores do Estado chegou a R\$ 3,651 bilhões. Quando se observa o comportamento do deficit nos últimos três anos, têm-se 2014 com um crescimento de 16,93% em relação ao ano anterior, 2015 com 20,81%, 2016 com 12,21% e 2017 com 4%.

Isso reflete as medidas adotadas pelo Estado de Santa Catarina nos últimos anos. Em 2015, o Estado elevou as alíquotas de contribuição ao RPPS de todos os servidores e também da cota patronal. A contribuição dos servidores em 2017 foi de 13%, e a do Estado foi de 26%. Além disso, houve a unificação do fundo financeiro com o fundo previdenciário e a utilização dos recursos que existiam em poupança no extinto fundo previdenciário. Também foi criada uma fundação de previdência complementar para os servidores públicos do Estado, a SCPrev. Com ela, tanto o Estado quanto o servidor só farão aportes obrigatórios ao RPPS de 11% sobre os valores até o teto do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), tendo o servidor a opção de contribuir com até 8% sobre o valor excedente para a SCPrev. Nesse caso, o Estado também contribuirá com 8% na previdência complementar.

Evolução do deficit previdenciário (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

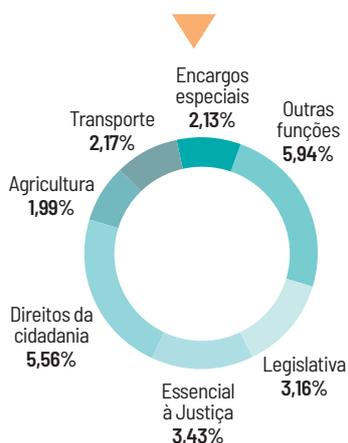
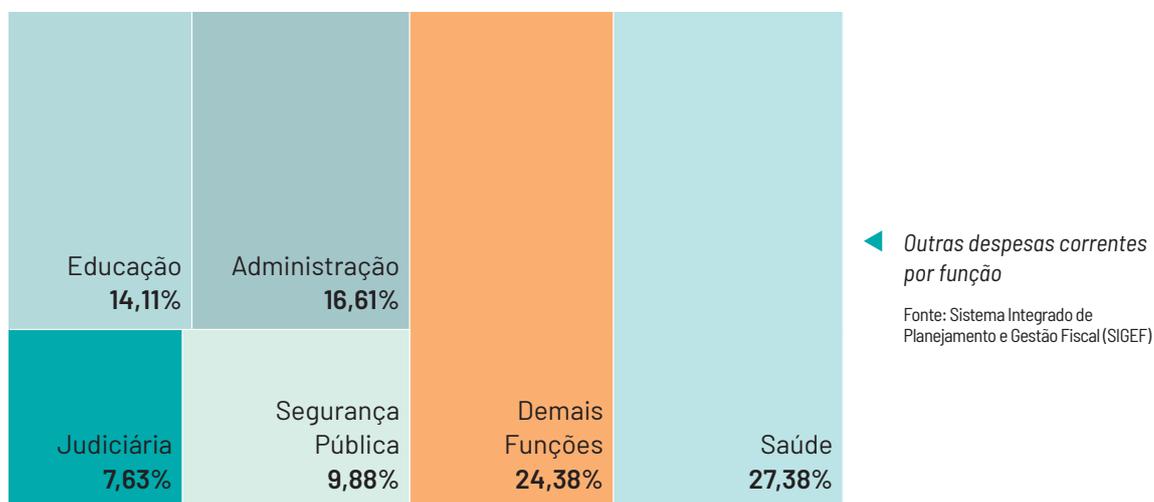


Manutenção dos Serviços Públicos

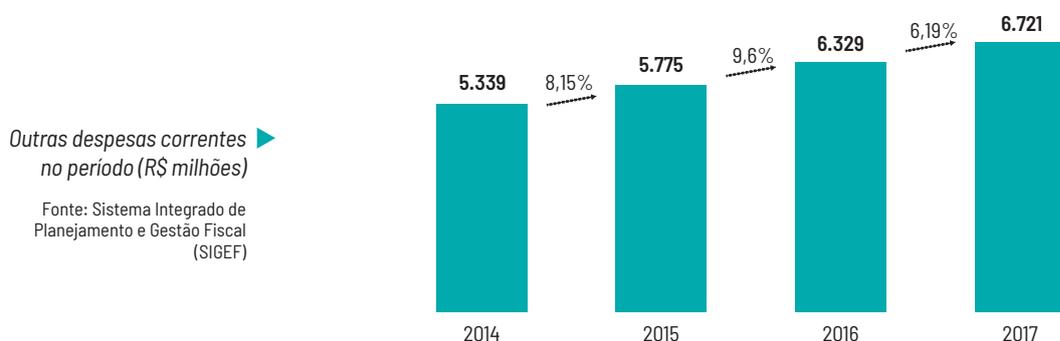
Essas despesas constituem a base para a prestação de serviços públicos e compreendem os gastos relativos a apoio administrativo, energia elétrica, água, telefone, material de consumo, locação de imóveis, etc., aplicados diretamente pelos órgãos e pelas entidades estaduais, ou por meio de transferências a instituições públicas e privadas.

Do total das despesas incorridas em 2017, 26,26% (R\$ 6,721 bilhões) corresponderam aos gastos de manutenção dos serviços públicos. Desse montante, a maior parte, 27,38% (R\$ 1,840 bilhão), foi destinada à área da saúde. Em sua maioria, foram despesas com as entidades que administram os hospitais, a contratação de serviços de terceiros e a aquisição dos materiais de consumo necessários para a manutenção dos serviços de saúde.

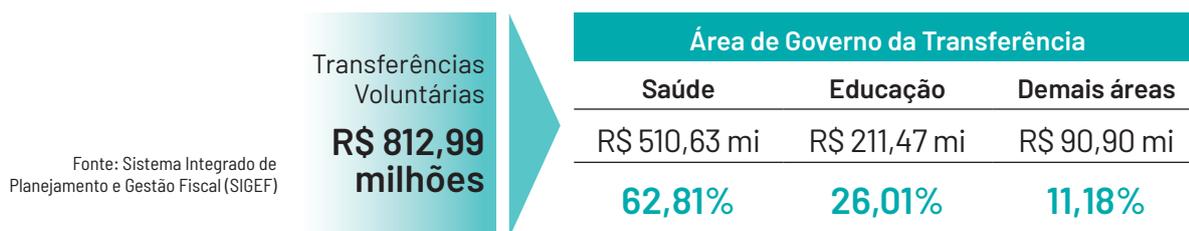
Na função Administração, que reúne as despesas para a administração dos diversos órgãos estaduais, o valor com custeio foi de R\$ 1,116 bilhão, o que representou 16,61% do total. Na sequência, as despesas com a manutenção dos serviços da educação foram de R\$ 948 milhões, ou seja, 14,11% do total. Na área da segurança pública, essas despesas chegaram a R\$ 664 milhões, representando 9,88%, e a área judiciária ficou com 7,63%, somando R\$ 513 milhões.



Diante do cenário econômico que se esboçava no País a partir do segundo semestre de 2014, com expectativa de desaceleração econômica que resultaria em queda de arrecadação, o Governo do Estado orientou seus órgãos e entidades a adotarem diversas medidas, objetivando diminuir o custeio, otimizar os recursos existentes e qualificar o gasto público, reduzindo de forma racional e estratégica o custo da máquina pública, mas assegurando o funcionamento contínuo dos serviços prestados. Dessa forma, verifica-se, no ano de 2017, uma diminuição no crescimento das despesas de custeio.



Destaca-se ainda que, no montante das despesas com custeio, a soma de R\$ 812,99 milhões foi executada por meio de transferências voluntárias¹⁴, realizadas pelo Estado com instituições públicas e privadas, representando 12,10% no total das despesas com manutenção dos serviços públicos em 2017.



Do total repassado pelo Estado nas modalidades de transferências voluntárias¹⁵, que podem ser convênios ou instrumentos similares, R\$ 754,15 milhões (92,76%) foram para entidades sem fins lucrativos, e R\$ 58,84 milhões (7,24%) foram transferidos para os municípios catarinenses.

¹⁴ Transferências voluntárias são os recursos públicos repassados pelo Estado a outro ente da Federação (município, estado ou União), entidade privada sem fins lucrativos ou consórcio público, cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços de interesse comum.

¹⁵ Foram consideradas as modalidades de aplicação 40 – Transferências a Municípios e 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Investimentos Públicos

Os investimentos públicos¹⁶ realizados em 2017 somaram R\$ 1,984 bilhão, ou seja, 7,75% do total das despesas executadas.

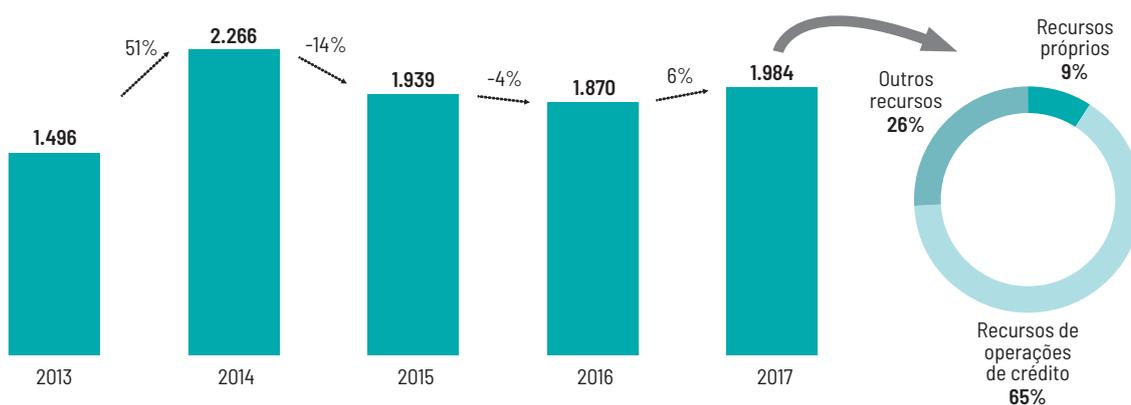
Investimentos públicos

Investimentos correspondem a toda despesa de capital que gera serviços e acresce o Produto Interno Bruto (PIB), como, por exemplo, planejamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.



Inversão Financeira é a despesa de capital que não gera serviços e acréscimo ao PIB, como aquisição de imóvel, aumento de capital de empresas ou aquisição de títulos representativos do capital de empresas já constituídas.

Dos recursos aplicados em investimentos públicos, a parcela mais representativa corresponde àqueles que tiveram como origem os recursos de operações de crédito, ou seja, valores dos empréstimos e financiamentos tomados pelo Estado.

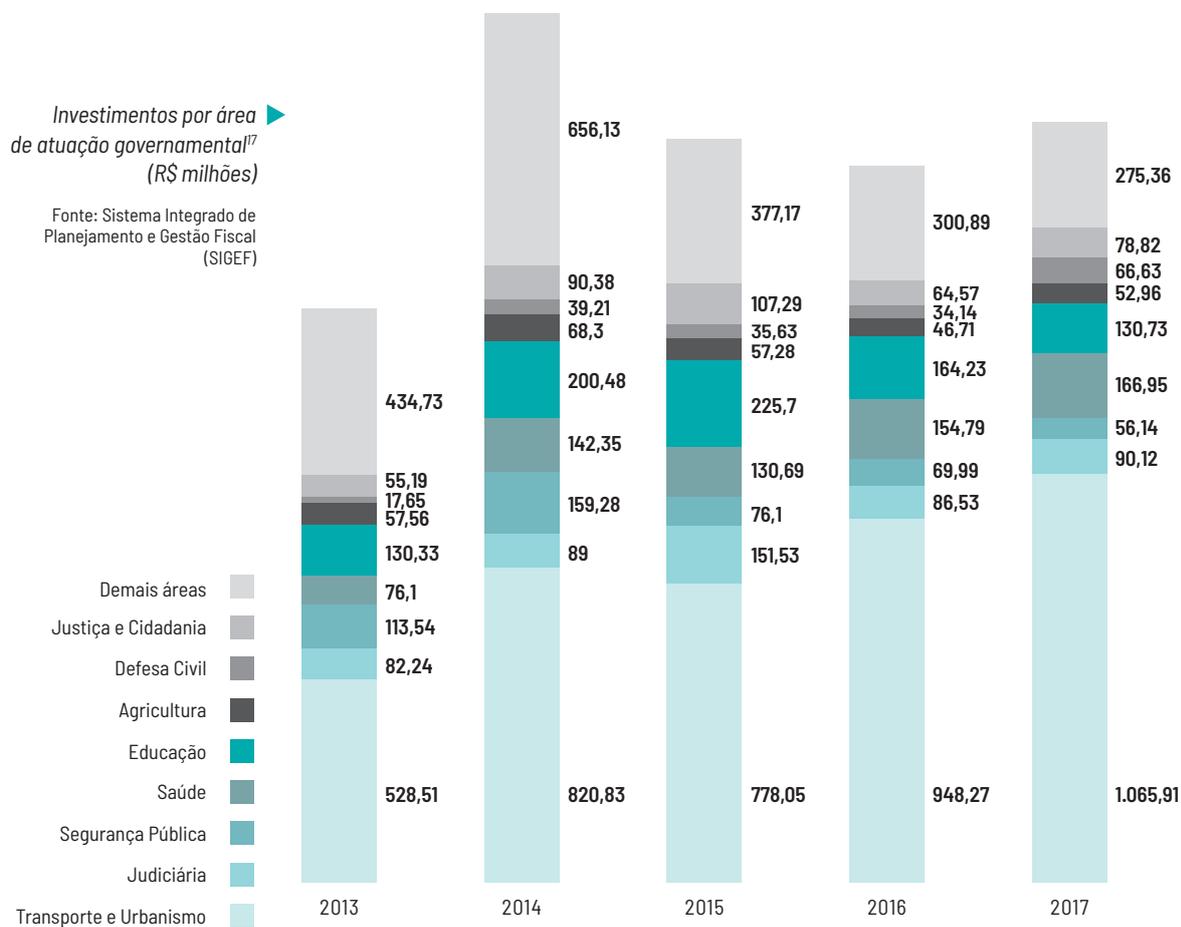


Do valor total dos investimentos públicos, 53,74% foram direcionados à área de transporte, que corresponde aos investimentos realizados em infraestrutura dos modais de transporte do Estado. A maior concentração das aplicações está no transporte rodoviário, em que ocorrem ações de preservação da malha rodoviária existente, oferecendo melhores condições logísticas para o escoamento da produção e favorecendo o turismo em Santa Catarina.

▲ Investimentos públicos (R\$ milhões)

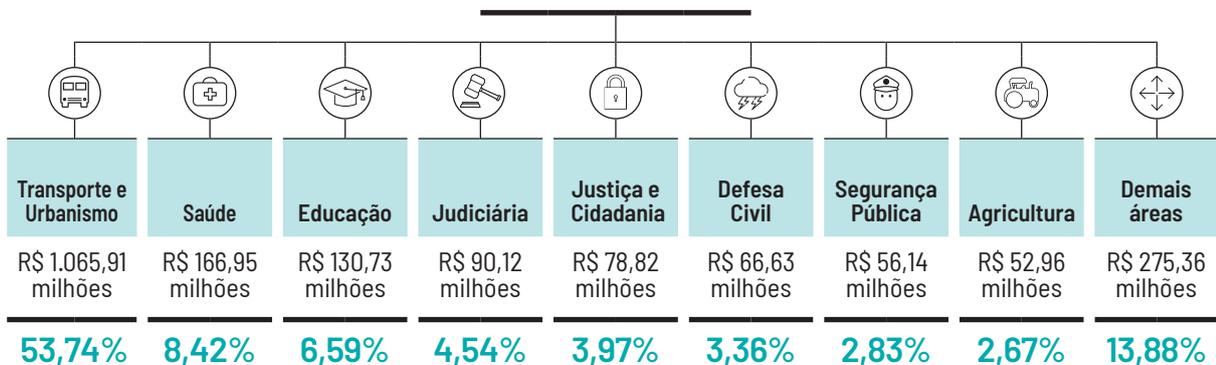
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

¹⁶ Investimentos mais inversões financeiras.



R\$ 1,984 bilhão

Investimentos públicos em 2017

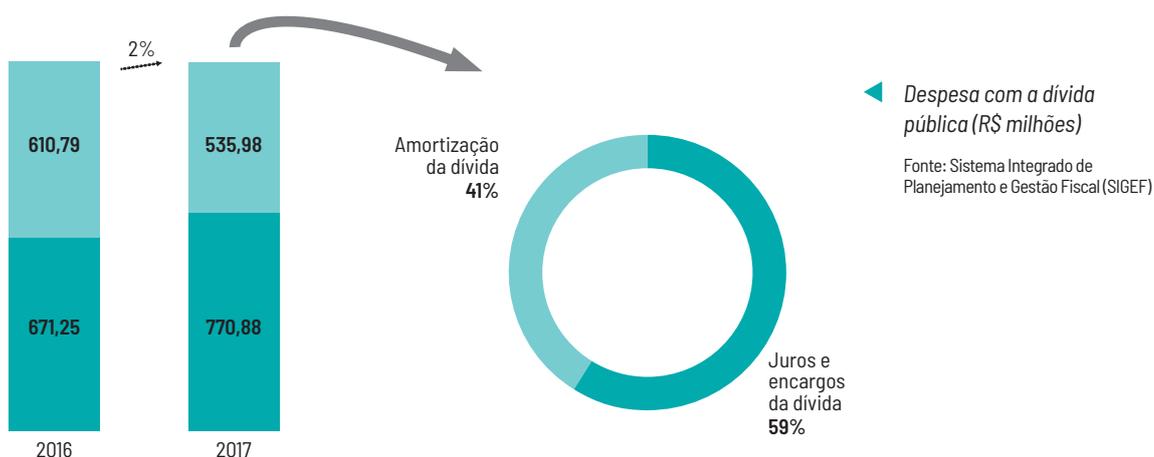


Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

17 Na área de atuação Defesa Civil, estão incluídas as despesas executadas pela Secretaria de Estado da Defesa Civil e pelo Fundo Estadual da Defesa Civil nas seguintes funções: essencial à justiça, segurança pública e gestão ambiental. Na área de atuação Justiça e Cidadania, estão incluídas as despesas executadas pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e seus fundos. Na área de atuação Segurança Pública, estão incluídas as despesas executadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e seus fundos nas seguintes funções: essencial à justiça, administração, segurança pública, saúde e gestão ambiental. Na área de atuação Transporte e Urbanismo, estão incluídas as despesas executadas pelos órgãos nas funções Transporte e Urbanismo.

Dívida Pública

As despesas com o pagamento da dívida pública corresponderam a 5,11% do total da despesa executada em 2017, ou seja, R\$ 1,307 bilhão, sendo R\$ 771 milhões referentes aos juros e encargos da dívida e R\$ 536 milhões correspondentes à amortização da dívida.



Os dispêndios com a dívida pública do Estado elevaram-se em 2% se comparados ao ano de 2016, quando ocorreu a renegociação da dívida do Estado com a União. Ao analisar a composição do total da despesa com a dívida, observa-se que os gastos com a amortização da dívida continuaram decrescendo e tiveram uma redução de 12,25% em relação ao ano anterior, porém os gastos com juros e encargos elevaram-se em 14,84% de um ano para o outro. Esse comportamento ainda é reflexo do processo de renegociação da dívida. Com o acordo, houve um período de carência para pagamento da amortização, que irá até junho de 2018, e o alongamento do prazo de pagamento da dívida para 20 anos. Isso resulta em um pagamento do principal da dívida (amortização) menor do que o pagamento de juros e encargos.

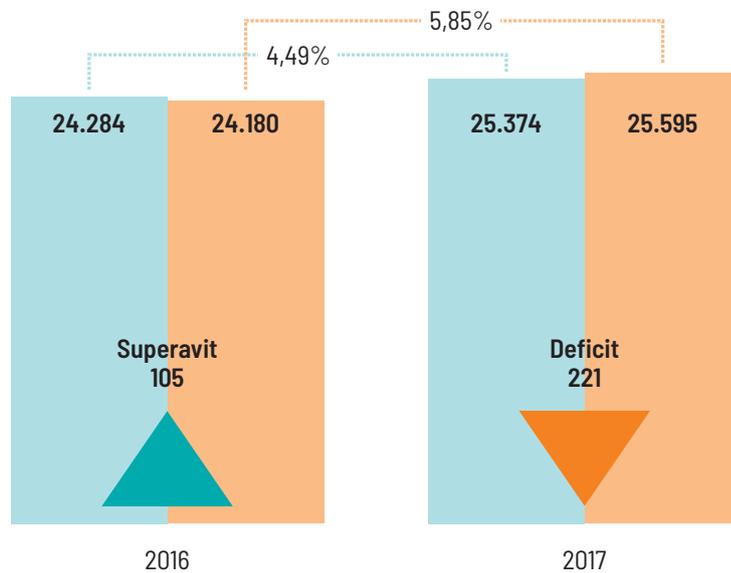
Resultado da Execução Orçamentária

Em 2017, considerando-se o total das receitas líquidas¹⁸ realizadas menos o total das despesas executadas, chega-se a um resultado da execução orçamentária deficitário na soma de R\$ 221 milhões. Isso indica que as despesas orçamentárias executadas no ano foram maiores do que as receitas orçamentárias arrecadadas no mesmo período.

Execução orçamentária (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

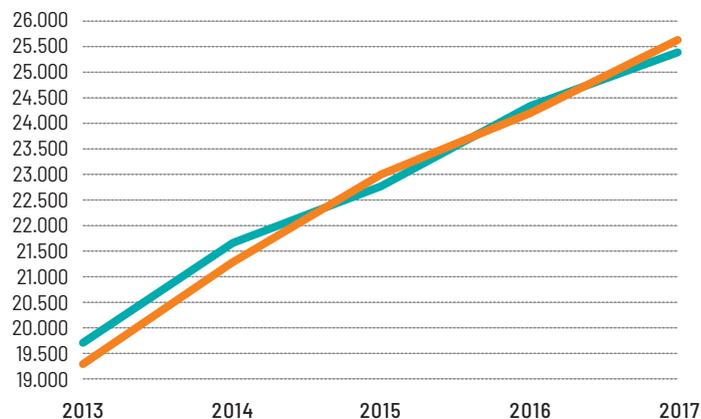
Receita líquida ■
Despesa total ■



Receita líquida e despesa total do Estado (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Receita líquida —
Despesa total —

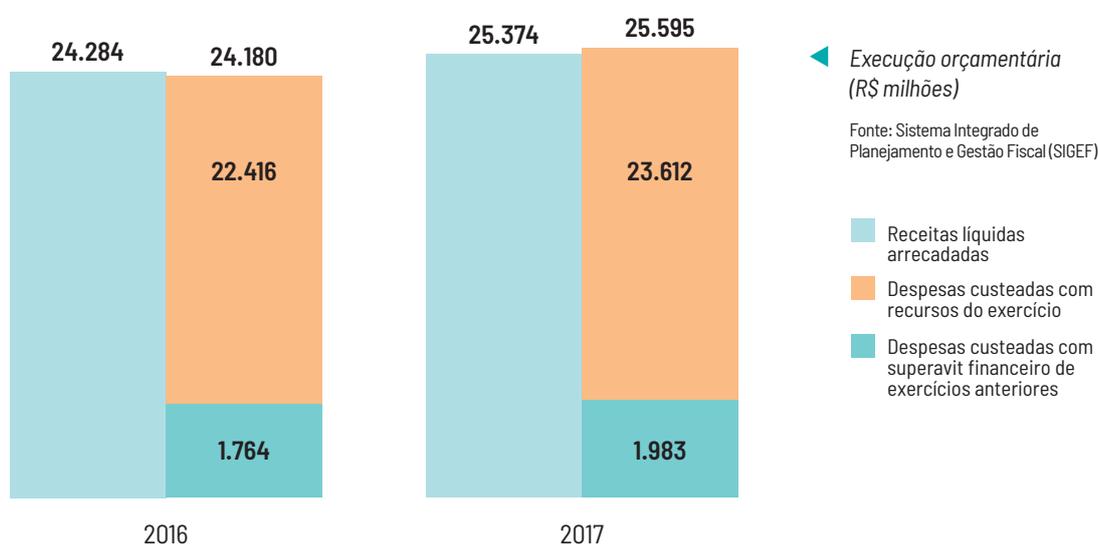


¹⁸ Receitas líquidas dos repasses constitucionais e legais aos municípios e ao Fundeb, restituições e outras deduções.

Utilização de Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

Do total de despesas realizadas em 2017, R\$ 1,983 bilhão foi custeado com recursos do superavit financeiro de anos anteriores, ou seja, parte das despesas empenhadas foi financiada com recursos que sobraram em caixa nos exercícios anteriores, que serviram como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais no orçamento.

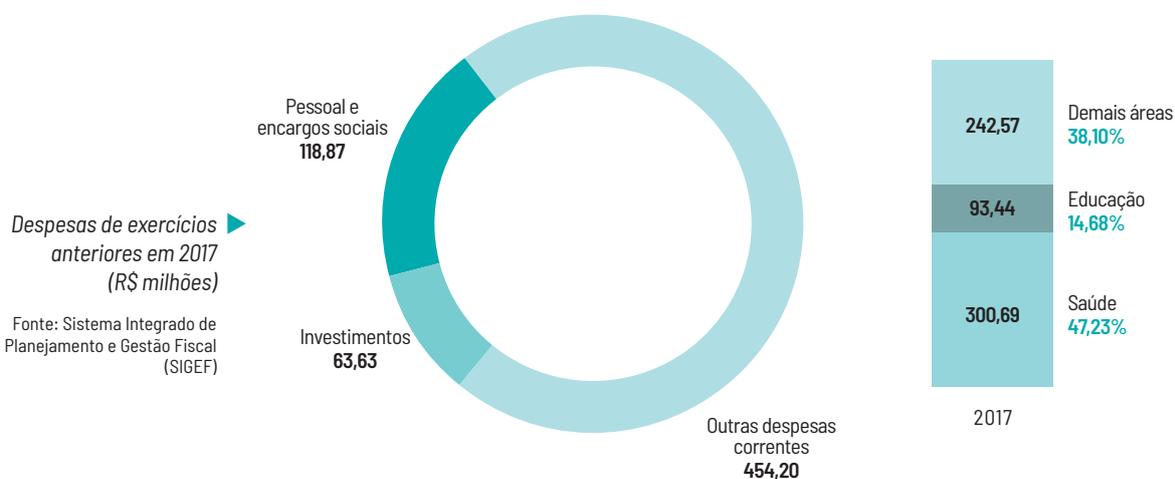
Se esse valor fosse suprimido e se fossem considerados apenas os recursos arrecadados no ano de 2017 e as despesas financiadas com esses recursos, o Estado apresentaria um superavit da execução orçamentária no valor de R\$ 1,761 bilhão.



Despesas de Exercícios Anteriores

As despesas de exercícios anteriores são aquelas realizadas no orçamento público do ano vigente, decorrentes de compromissos assumidos em exercícios anteriores e que, por algum motivo, não foram empenhadas à época, ou, se foram, tiveram os seus empenhos anulados ou cancelados. Essas despesas não se confundem com as inscritas em restos a pagar, que correspondem às despesas empenhadas no exercício anterior e com a execução orçamentária incompleta, ou seja, quando ainda não ocorreu o pagamento.

Em 2017, as despesas de exercícios anteriores totalizaram R\$ 637 milhões, o equivalente a 2,49% do total de despesas orçamentárias executadas. Do valor, 71,34% referem-se a gastos de manutenção dos serviços públicos, 18,67% a despesas de pessoal e encargos, e 9,99% a despesas de investimentos.



Restos a Pagar

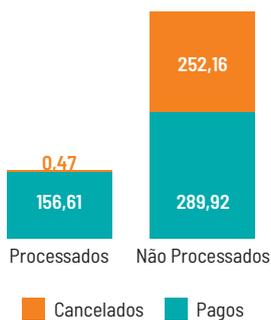
Quando uma despesa é executada no orçamento e não é paga até o final do exercício, ela é inscrita em restos a pagar. No momento da inscrição, essa despesa é classificada como processada (liquidada), pois se considera que tenha sido efetivamente executada, faltando apenas o pagamento, ou não processada (não liquidada), isto é, quando foi contratada, o orçamento estava comprometido, mas a comprovação da sua execução ainda não ocorreu.

No final do exercício de 2016, o Estado de Santa Catarina inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R\$ 699 milhões, sendo R\$ 157 milhões processados e R\$ 542 milhões não processados.

Conforme o disposto no § 1º do art. 133 da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, as despesas inscritas em restos a pagar não processados devem ser liquidadas quando a execução da despesa se confirmar até 31 de janeiro do exercício financeiro seguinte. Caso não ocorra efetivamente a execução, esses restos a pagar devem ser cancelados.

Quanto à execução dos restos a pagar processados e dos não processados liquidados até 31 de janeiro de 2017, a Lei Complementar nº 381/2007 determina que sejam pagos até o dia 31 de dezembro do exercício financeiro seguinte. Caso contrário, deverão ser cancelados, e a dívida com o credor, se procedente, deve ser reconhecida e registrada no passivo do Estado.

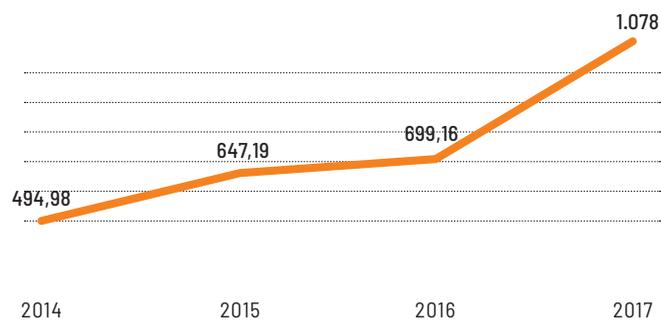
Nesse sentido, dos R\$ 699,2 milhões inscritos em restos a pagar no exercício de 2016 e executados no exercício de 2017, foram pagos R\$ 446,5 milhões e cancelados R\$ 252,6 milhões.



Execução dos restos a pagar em 2017 (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Já no exercício de 2017, o Estado de Santa Catarina inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R\$ 1,078 bilhão, sendo R\$ 404,56 milhões processados e R\$ 673,89 milhões não processados. Esse valor, quando observada a soma total das despesas executadas no ano, corresponde a 4,21%, e, quando comparado ao valor de despesas inscritas em restos a pagar no exercício de 2014, houve uma elevação de 117,79%.



Restos a pagar inscritos
(R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de
 Planejamento e Gestão Fiscal
 (SIGEF)

Ativo

Compreende as disponibilidades, os direitos, os bens e demais recursos que são adquiridos, produzidos ou recebidos, sob controle do setor público, com vistas a utilizá-los para a geração de serviços ou de benefícios econômicos que atendam aos objetivos, entre eles o da prestação de serviços públicos.

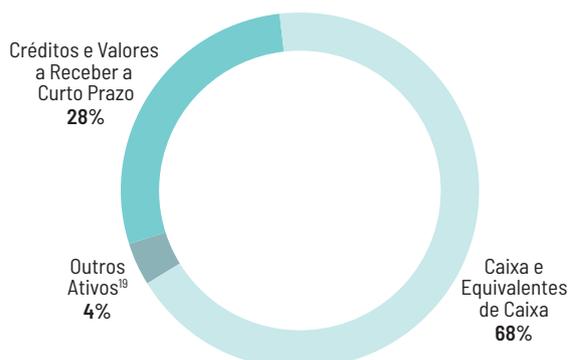
O Ativo é classificado pela ordem decrescente de liquidez, isto é, de acordo com a rapidez com que os bens e direitos podem ser convertidos em dinheiro. O **Ativo Circulante** agrupa recursos financeiros que poderão ser convertidos mais rapidamente em dinheiro. Já o **Ativo Não Circulante** apresenta bens e direitos que poderão ser convertidos em dinheiro com menor liquidez e que necessitarão de um período maior de tempo.

O Estado de Santa Catarina, em 31/12/2017, possui registrado no Ativo um montante de **R\$ 53,392 bilhões**.

R\$ 53,392 bilhões ATIVO	
R\$ 14,106 bilhões ATIVO CIRCULANTE	R\$ 39,286 bilhões ATIVO NÃO CIRCULANTE
» Caixa e Equivalentes de Caixa	» Créditos a Receber a Longo Prazo
R\$ 9,614 bilhões	R\$ 2,976 bilhões
» Créditos e Valores a Receber a Curto Prazo	» Investimentos
R\$ 3,878 bilhões	R\$ 3,432 bilhões
» Outros Ativos	» Imobilizado
R\$ 0,614 bilhão	R\$ 32,317 bilhões
	» Intangível
	R\$ 0,291 bilhão
	» Outros Ativos
	R\$ 0,270 bilhão

Ativo Circulante

Representa 26% do total dos bens e direitos registrados no Estado e pode ser dividido em três grandes grupos.



Composição do Ativo Circulante

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

¹⁹ Outros Ativos como Estoques, Investimentos e Aplicações Temporárias.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem os numerários em espécie e os depósitos bancários disponíveis, bem como as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez. O Caixa e Equivalentes de Caixa é o grupo de maior expressividade na composição do Ativo Circulante, contando com 68% de participação. Representa 18% do total do Ativo. Nesse grupo, estão inseridos os ativos com maior grau de liquidez, cujos valores estão distribuídos nas diversas contas de controle da rede bancária.



Os órgãos e as entidades do Poder Executivo utilizam o Sistema Financeiro de Conta Única do Tesouro, que permite centralizar os recursos financeiros e tornar mais eficiente a gestão pelo Tesouro Estadual. Os demais Poderes, o Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), o Fundo Especial para Infância e Adolescência (FIA) e o Porto de São Francisco não fazem parte dessa sistemática, assim como os recursos oriundos de convênios e de operações de crédito que possuem valores depositados em contas específicas.

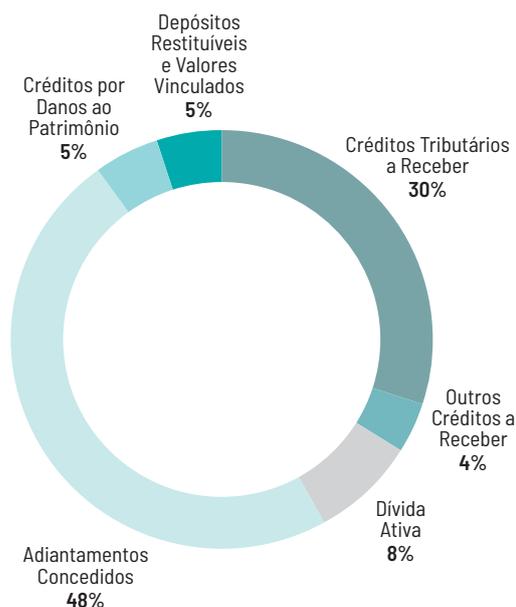
O processo de arrecadação ocorre durante o exercício, compondo o caixa do Estado, que conta também com valores arrecadados em exercícios anteriores, resultantes de sobras de caixa, apurados por superavit financeiros.

Do montante final de R\$ 9,614 bilhões, disponibilizado no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, vale destacar que R\$ 5,703 bilhões se referem a recursos de terceiros, isto é, valores dos quais o Estado é mero depositário e não tem disponibilidade para utilizar. Descontando-se isso, o valor em caixa de recursos do Estado é de **R\$ 3,911 bilhões**.



Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos. Os Créditos a Receber a Curto Prazo participam com 28% na formação do Ativo Circulante e representam 7% no valor total do Ativo.



◀ Composição dos Créditos a Receber a Curto Prazo

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

» Créditos Tributários a Receber

São os valores a receber, devidamente apurados, cuja expectativa de geração de benefícios econômicos seja provável. Compreendem os impostos, as contribuições sociais e os créditos tributários e previdenciários parcelados. Em 2017, somaram **R\$ 1,178 bilhão**, sendo o ICMS o principal tributo nesse grupo com R\$ 1,098 bilhão, o que representa 93% do total.

» Dívida Ativa

A Dívida Ativa compreende os valores que os órgãos e as entidades públicas têm a receber de terceiros, de natureza tributária ou não, cujo pagamento não foi efetuado. Em 2017, o montante da Dívida Ativa do Estado de Curto Prazo, antes dos ajustes de perdas, foi de R\$ 447,01 milhões, sendo R\$ 444,61 milhões referentes a créditos de dívida ativa tributária. Ao final de cada exercício, é feita uma análise para o reconhecimento das perdas estimadas desses recebíveis.

Para 2017, a estimativa de perda registrada no curto prazo foi de R\$ -123,78 milhões para os créditos da Dívida Ativa Tributária e R\$ -2,27 milhões para os da Não Tributária. Considerando-se essas perdas, o valor da Dívida Ativa líquida de Curto Prazo foi de **R\$ 320,84 milhões**.

Evolução da Dívida Ativa Tributária Líquida nos últimos cinco anos

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Exercício	Dívida Ativa Tributária Líquida	Dívida Ativa Não Tributária Líquida
2017	320,835 milhões	0,132 milhão
2016	0,669 milhão	0,013 milhão
2015	0,148 milhão	0,041 milhão
2014	0,387 milhão	0,028 milhão
2013	0,414 milhão	0,026 milhão



A estimativa para perda da Dívida Ativa Tributária teve uma redução de R\$ 552,91 milhões quando comparada ao exercício de 2016, o que permitiu uma grande variação entre os dois exercícios.

O motivo deveu-se a uma nova forma de apurar o ajuste para Perdas, que passou a considerar o valor utilizado na Lei Orçamentária Anual (LOA).

» Adiantamentos Concedidos

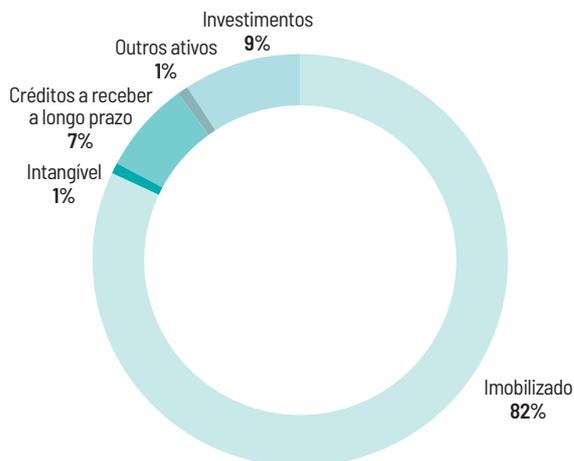
Compreendem as antecipações de valores concedidas a servidores e a terceiros, tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias, adiantamentos a fornecedores, entre outros. Insere-se aqui também o Suprimento de Fundos, que é um adiantamento de recursos financeiros concedidos a um servidor público para a realização de despesa e futura prestação de contas. Em 2017, o valor de Adiantamentos Concedidos apresentou um saldo de R\$ 1,865 bilhão.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante representa 74% do total dos bens e direitos registrados no Estado. É composto por cinco grandes grupos.

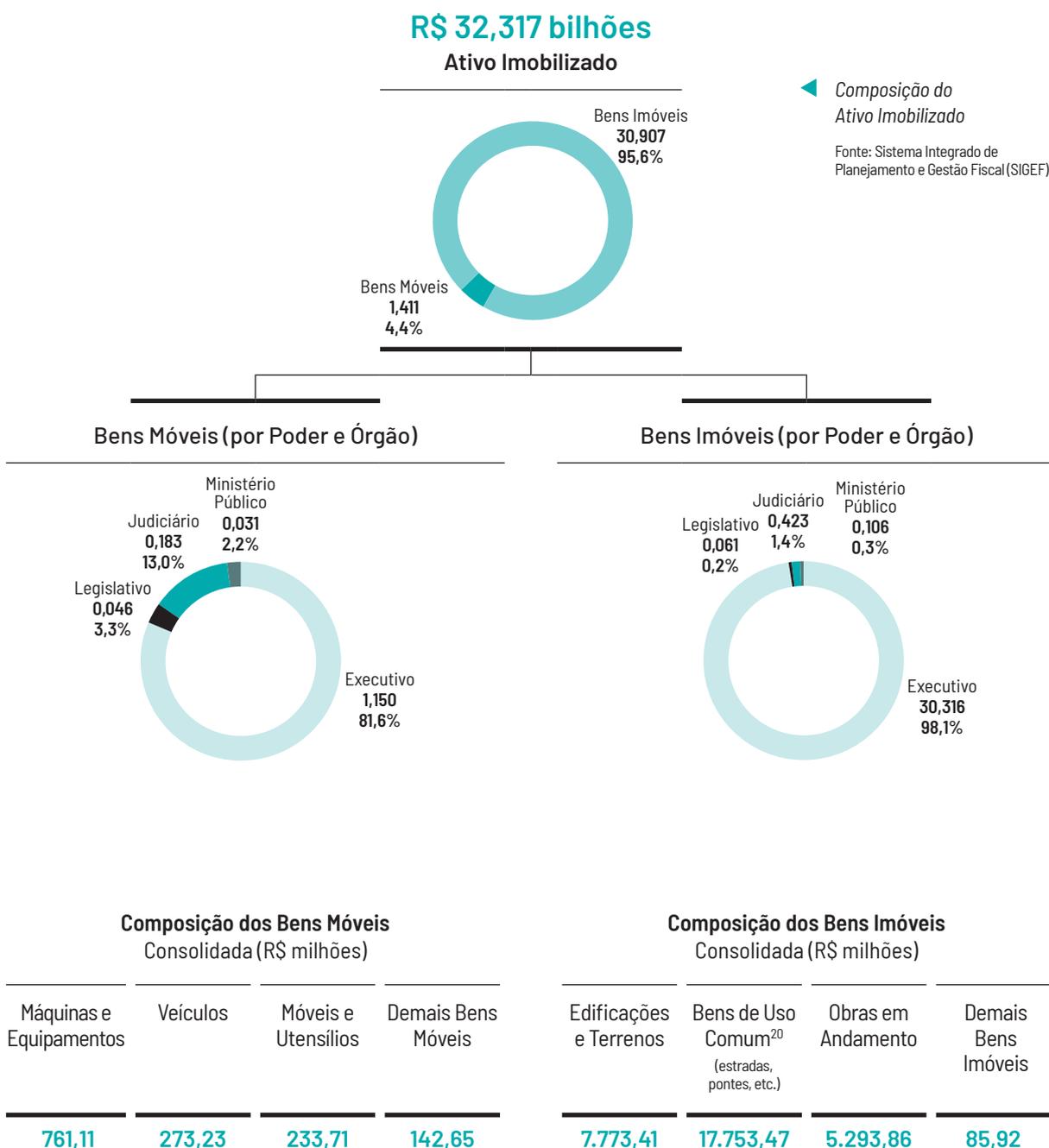
Composição do Ativo Não Circulante

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Ativo Imobilizado

Registra os bens móveis e os bens imóveis do Estado. O Ativo Imobilizado do Estado ao final de 2017 totalizou **R\$ 32,317 bilhões**, sendo o grupo de maior expressividade no Ativo Não Circulante, o que representa 82%. Quando relacionado ao total do Ativo, o Ativo Imobilizado participa com 61%.



²⁰ Os bens de uso comum do povo, como ruas, estradas, rodovias, pontes e barragens, após os registros dos reconhecimentos e das avaliações, totalizaram R\$ 17,753 bilhões, considerando as depreciações acumuladas, o que representa um aumento de 103% quando comparado ao exercício de 2016.

Avaliação dos Bens

Conforme cronograma previsto na Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001, de 19 de janeiro de 2015, foi dado andamento ao processo de reconhecimento dos ativos de infraestrutura.

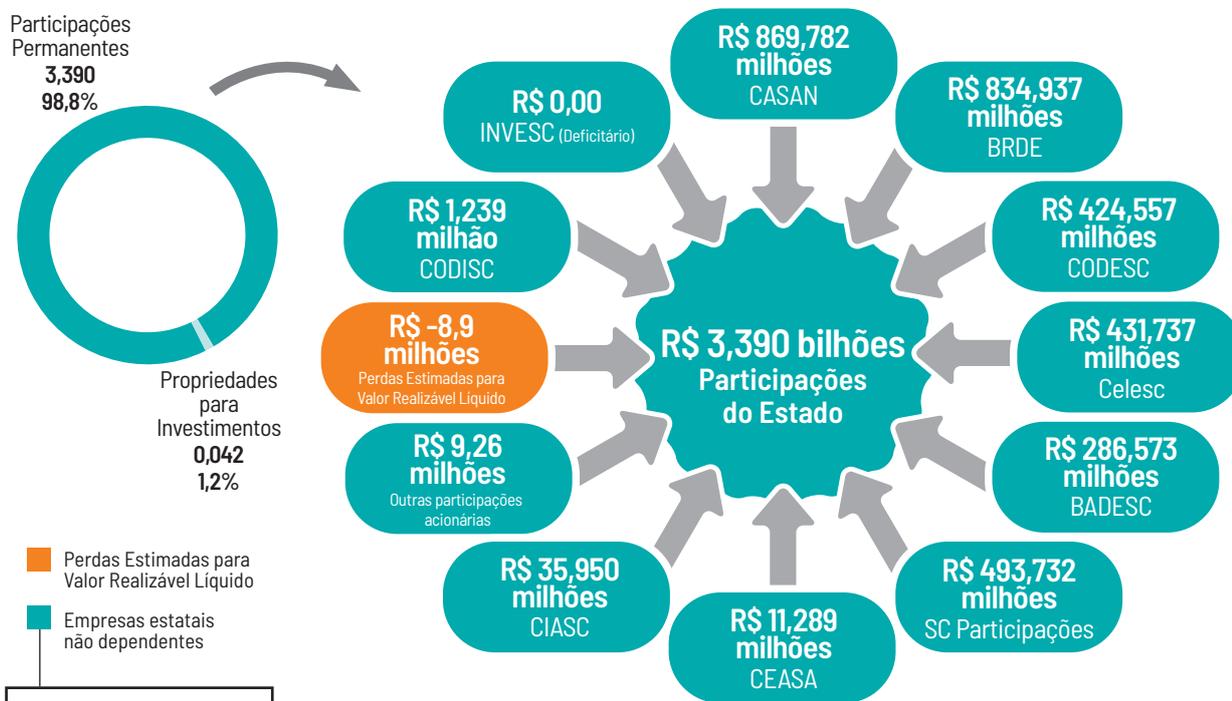
Em 2017, o reconhecimento das rodovias pavimentadas e não pavimentadas ocasionou um impacto de **R\$ 6,152 bilhões** no balanço patrimonial. Foram reconhecidos também os investimentos realizados desde 2014 nas barragens administradas pela Secretaria de Estado da Defesa Civil, concedidas pela União, no montante de R\$ 0,059 bilhão.

Investimentos

O grupo Investimentos, no montante de **R\$ 3,432 bilhões**, representa 9% do Ativo Não Circulante e 6% do valor do Ativo total. Nele, estão registradas as participações do Estado em empresas, avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial e pelo Método de Custo (Outras Participações Acionárias), bem como os imóveis de propriedade do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), denominados Propriedades para Investimentos.

A composição das participações do Estado e os investimentos (R\$ bilhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Dividendos

Em 2017, foi recebido da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) o montante de R\$ 5,51 milhões a título de dividendos.

Propriedades para investimentos

Em 2017, os valores de bens imóveis destinados à obtenção de renda para o RPPS totalizaram **R\$ 41,81 milhões**, sendo em **EDIFÍCIOS** o valor de **R\$ 13,33 milhões** e em **TERRENOS** o valor de **R\$ 28,48 milhões**. Os imóveis alugados renderam ao Estado o valor de **R\$ 1,67 milhão**, sendo **R\$ 1,63 milhão** proveniente dos órgãos do próprio Estado e **R\$ 0,04 milhão** proveniente de locatários externos.

Passivo

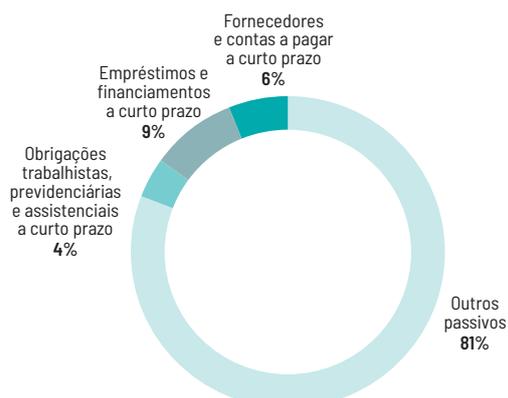
Compreende as obrigações assumidas para a consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, assim como as provisões. O Passivo é classificado pela ordem decrescente de exigibilidade, isto é, de acordo com o seu vencimento. No **Passivo Circulante**, estão agrupadas as contas que representam as obrigações para com terceiros com vencimento de curto prazo, que finda até o final de 2018. No **Passivo Não Circulante**, as obrigações são de longo prazo, e o vencimento ocorre após o término do exercício de 2018.

O Estado de Santa Catarina, em 31/12/2017, possui registrado no Passivo um montante de **R\$ 32,479 bilhões**.

R\$ 32,479 bilhões PASSIVO			
R\$ 8,893 bilhões PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 23,586 bilhões PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
» Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 0,345 bilhão	» Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 0,650 bilhão
» Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ 0,792 bilhão	» Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ 18,848 bilhões
» Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 0,514 bilhão	» Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 1,600 bilhão
» Outros Passivos	R\$ 7,242 bilhões	» Outros Passivos	R\$ 2,489 bilhões

Passivo Circulante

Representa 27% das obrigações registradas no Estado e pode ser dividido em quatro grandes grupos.



Composição do Passivo Circulante

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Outros passivos

Englobam as obrigações fiscais, provisões e demais obrigações a curto prazo. Desse montante, mais de 75% referem-se aos **Depósitos Judiciais**, que possuem valores depositados nos cofres estaduais e aguardam a decisão judicial para pagamento.

O saldo total de Depósitos Judiciais é de **R\$ 5,479 bilhões**, que são controlados pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC).

Precatórios

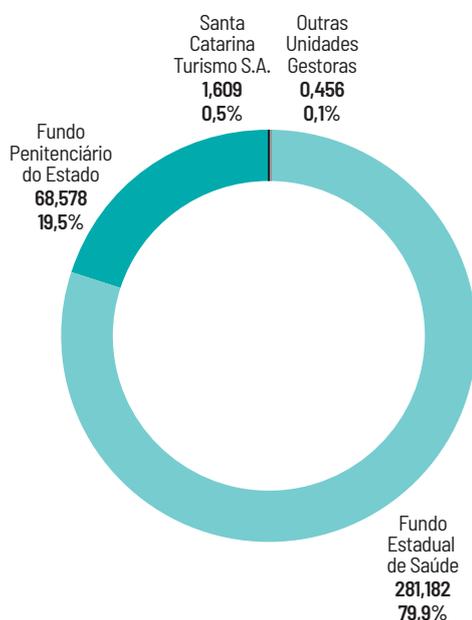
São as obrigações de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário que o Estado tem de pagar em virtude da perda de ações judiciais. Os valores dentro do Passivo Circulante estão distribuídos nos grupos Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, e também em Fornecedores e Contas a Pagar, conforme a sua classificação: precatórios de Pessoal (R\$ 30,12 milhões), de Benefícios Previdenciários (R\$ 38,06 milhões) e de Fornecedores Nacionais (317,97 milhões). O valor total de precatórios a pagar em curto prazo foi de **R\$ 386,14 milhões**.

Passivos sem Execução Orçamentária

Em 2017, o Estado apresentou um saldo total de R\$ 351,83 milhões de obrigações contraídas sem execuções orçamentárias, isto é, despesas que foram reconhecidas, mas que não passaram pelos estágios da despesa pública (empenho, liquidação e pagamento), em que o empenho é o primeiro estágio. Isso representa 4% do valor total registrado no passivo circulante. Essa prática afronta o art. 60 da Lei nº 4.320/64. No entanto, o reconhecimento desses passivos faz-se necessário para evidenciar corretamente as situações que impactam no patrimônio do Estado.

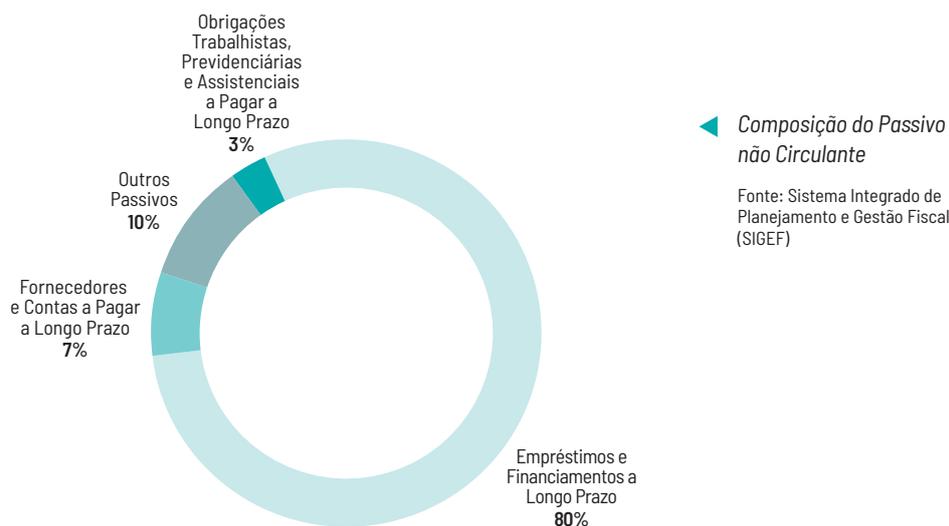
Composição dos Passivos sem Execução Orçamentária - Por Unidade Gestora (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante representa 73% das obrigações registradas no Estado e pode ser dividido em quatro grandes grupos.



O grupo **Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo** compõe a maior parte do Passivo Não Circulante, apresentando o valor de **R\$ 18,848 bilhões**. Nesse grupo, estão inseridos os Empréstimos Internos, os Empréstimos Externos e os Financiamentos Internos, que participam com 85%, 14,98% e 0,02%, respectivamente.

Entre as instituições financiadoras de empréstimos e financiamentos de longo prazo, o valor obtido junto ao Ministério da Fazenda representa 50% do total devido pelo Estado.

Empréstimos e Financiamentos INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS (R\$ milhões)

INTERNO		EXTERNO	
» Banco do Brasil S.A.	R\$ 3.034,71	Bank of America	R\$ 1.360,86
» Ministério da Fazenda	R\$ 9.471,45	Banco Interamericano de Des. (BID)	R\$ 910,86
» Banco Nacional de Desenv. Econômico e Social (BNDES)	R\$ 3.568,50	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	R\$ 299,54
» Torresani Emp. Imobiliários	R\$ 4,48	Corporação Andina de Fomento (CAF)	R\$ 197,18
Total	R\$ 16.079,14	Total	R\$ 2.768,44

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Outros passivos

Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo

No grupo Outros Passivos, estão registradas as Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, que evidenciam os valores de benefícios previdenciários a serem pagos e a forma como serão custeados.

O montante de R\$ 215,228 bilhões representa o valor provisionado a ser pago, sendo R\$ 98,966 bilhões de benefícios concedidos e R\$ 116,262 bilhões de benefícios a conceder. Esse montante é custeado pelos servidores ativos, inativos e pensionistas no valor de R\$ 21,059 bilhões, pela compensação entre os regimes de previdência no montante de R\$ 17,578 bilhões, pelo Governo do Estado como ente patrocinador do regime no montante de R\$ 31,027 bilhões e pelo patrimônio do regime no valor de R\$ 49,68 milhões.

Entretanto, essas contribuições e compensações não são suficientes para cobrir o montante de R\$ 215,228 bilhões, o que gerou um déficit previdenciário matemático atuarial de R\$ 145,514 bilhões, a ser custeado pelo Tesouro do Estado. Considerando-se o reconhecimento contábil dessa insuficiência financeira, o saldo final da provisão é de R\$ 49,68 milhões, que representa o patrimônio do regime.

Utilização de Depósitos Judiciais para pagamento de precatórios

Em 29/9/2017, foi promulgada a Lei Complementar nº 706, que regula a alínea "b" do inciso II do § 2º do art. 101 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, nos termos da Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, que concedeu permissão aos estados da Federação para utilizarem parte do saldo dos Depósitos Judiciais no pagamento de Precatórios, com posterior ressarcimento a partir de 2021, em até 10 anos.

Em dezembro de 2017, o Estado de Santa Catarina utilizou **R\$ 0,509 bilhão** do saldo de depósitos judiciais para pagamento de precatórios.

» Precatórios a Pagar

Os **precatórios** totalizaram **R\$ 1,926 bilhão** no Passivo Não Circulante. Esses valores estão distribuídos nos grupos Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar e Fornecedores e Contas a Pagar, bem como classificados em Precatórios de Pessoal (R\$ 0,141 bilhão), de Benefícios Previdenciários (R\$ 0,187 bilhão) e de Fornecedores Nacionais (1,599 bilhão).

R\$ 662,67 milhões

somam os Depósitos Judiciais que, inseridos no grupo Outros Passivos, participam com 27% do seu total.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Ele demonstra os valores produzidos pelo Estado ao longo do tempo, gerados por resultados patrimoniais, apurados em cada exercício, ou ainda, em função de ajustes de exercícios anteriores que afetam os valores patrimoniais.



Em 2017, o Resultado Patrimonial, que corresponde à diferença entre as receitas e as despesas sob o enfoque patrimonial, denominadas Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs), respectivamente, foi de **R\$ 5,872 bilhões**.

Isso demonstra que as alterações patrimoniais ocorridas no ano tiveram um resultado positivo, o qual proporcionou um incremento no Patrimônio Líquido do Estado.

Entre as variações positivas (VPAs), destacam-se as geradas pelos impostos e pelas taxas e contribuições de melhoria, que representaram 18% do total, mas o valor mais representativo se refere à reversão de Provisões e Ajustes de Perdas, que representou 64% do total.

Com relação às variações negativas (VPDs), as de maior relevância foram as Provisões Matemáticas Previdenciárias, que corresponderam a 66% do total.

Outra alteração no patrimônio refere-se às férias por competência, que no seu primeiro ano de reconhecimento gerou uma redução patrimonial de R\$ 161,92 milhões.

As incorporações de bens imóveis, tais como rodovias pavimentadas e não pavimentadas, pontes, viadutos, túneis e barragens, também merecem destaque, pois geraram um aumento patrimonial de R\$ 9,605 bilhões, sendo R\$ 5,202 bilhões registrados como VPAs.

*Quadro sintetizador da
Situação Patrimonial em
31/12/2017 (R\$ bilhões)*

Fonte: Sistema Integrado de
Planejamento e Gestão Fiscal
(SIGEF)

Por último, cabe destacar que o valor da insuficiência financeira apurada na avaliação atuarial realizada em 2017 foi de R\$ 145,514 bilhões, sendo esse valor registrado de acordo com o plano de contas dos regimes de previdência. Com isso, está sendo excluído o efeito patrimonial do reconhecimento da provisão matemática previdenciária. Caso fosse considerado, o patrimônio líquido seria negativo no valor de R\$ -124,602 bilhões (R\$ 20,912 bilhões - R\$ 145,514 bilhões).

ATIVO		PASSIVO		
CIRCULANTE	Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 9,614	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	R\$ 0,345
	Créditos a Receber	R\$ 3,878	Empréstimos e Financiamentos	R\$ 0,792
	Outros Ativos	R\$ 0,614	Fornecedores	R\$ 0,514
NÃO CIRCULANTE	Créditos a Receber	R\$ 2,976	Outros Passivos	R\$ 7,242
	Investimentos	R\$ 3,432	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	R\$ 0,650
	Imobilizado	R\$ 32,317	Empréstimos e Financiamentos	R\$ 18,848
	Intangível	R\$ 0,291	Fornecedores	R\$ 1,600
	Outros Ativos	R\$ 0,270	Outros Passivos	R\$ 2,489
TOTALIZAÇÃO	R\$ 53,392 TOTAL DO ATIVO		TOTAL DO PASSIVO	R\$ 32,479
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)	R\$ 20,912
			TOTAL DO PASSIVO E DO PL	R\$ 53,392

Situação Financeira

A análise da situação financeira consolidada do Estado pode ser feita com base no fluxo de caixa ocorrido no exercício, partindo-se dos recursos em caixa e equivalentes de caixa no início do ano, dos fluxos de entrada e saída de recursos ocorridos no ano nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento, até chegar ao montante final transferido para o exercício seguinte. Outra análise importante é quanto à apuração de déficit ou superavit financeiro, que, quando conjugada com alguns indicadores financeiros, procura demonstrar a capacidade geral que o Estado possui para pagamento dos seus compromissos.

Fluxo de Caixa

O fluxo de caixa permite conhecer a totalidade de ingressos e desembolsos do caixa (caixa e contas bancárias) bem como equivalentes de caixa (aplicações financeiras) ocorridos durante o ano.

Esse fluxo financeiro pode ser avaliado em função das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. Essa forma de avaliação financeira permite observar os ingressos e desembolsos de maneira segregada, identificando os fluxos financeiros de recursos próprios (operacionais) e externos (financiamentos e empréstimos) que foram movimentados para manutenção dos serviços e para aplicação em investimentos voltados à população. Nessa avaliação, não são incluídos os recursos de terceiros, que estão em poder do Estado.

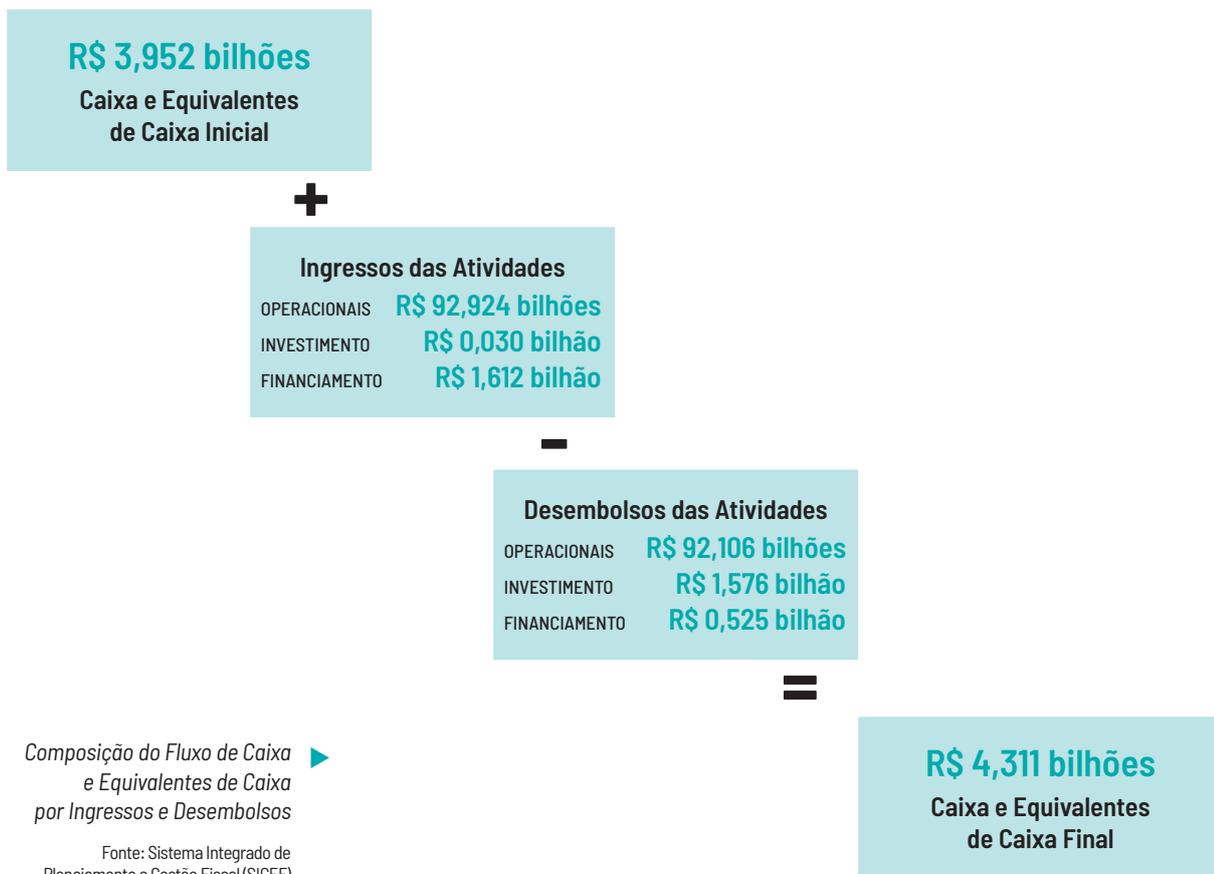
Santa Catarina finalizou o exercício com saldo positivo de R\$ 358,88 milhões na geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, que é obtida pela diferença entre os ingressos e os desembolsos das atividades, e também pela diferença do caixa e equivalentes de caixa final com o inicial. Isso indica que, de forma geral e consolidada das atividades, o Estado está conseguindo cumprir as suas obrigações financeiras.

As atividades operacionais tiveram um resultado positivo em sua geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 817,77 milhões. Já as atividades de investimento foram negativas em R\$ -1,546 bilhão, e as de financiamento foram positivas em R\$ 1,087 bilhão. Isso demonstra que, para financiar os investimentos, além da parcela de recursos próprios, grande parte foi proveniente de financiamentos e de empréstimos.

A geração líquida de caixa consolidada das atividades, adicionada com o valor inicial de caixa e equivalentes e caixa de R\$ 3,952 bilhões no início do exercício, resultou em um saldo final de R\$ 4,311 bilhões, sendo R\$ 3,911 bilhões registrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, e R\$ 0,400 bilhão em aplicações financeiras do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais (RPPS).

Composição do Fluxo de Caixa e Equivalentes de Caixa por Resultado das Atividades

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Composição do Fluxo de Caixa e Equivalentes de Caixa por Ingressos e Desembolsos

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Atividades Operacionais

Representam as atividades geradoras de receitas do Estado e dos gastos para manutenção dos serviços. Tais atividades tornam-se importantes para demonstrar se os ingressos de recursos estão sendo suficientes para o Estado manter a capacidade de prestação dos serviços à sociedade e o custeio disso.



O fluxo de caixa das atividades operacionais encerrou o exercício com um resultado positivo de R\$ 817,77 milhões, demonstrando que o Estado tem capacidade de financiar a manutenção dos serviços públicos. Entretanto, ocorreu uma redução de 25% em relação ao exercício de 2016, o que representa R\$ 268,62 milhões a menos. Destaca-se o incremento de R\$ 967,99 milhões no desembolso para pagamento de pessoal e demais despesas de custeio do exercício corrente e de exercícios anteriores, classificadas como aplicações diretas.

²¹ Os Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais compreendem as cotas, os repasses e os sub-repasses resultantes de operações realizadas entre órgãos e entidades do próprio governo.

Atividades de Investimento

Composição da Geração Líquida de Caixa das Atividades de Investimentos

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Correspondem às atividades de venda e aquisições de bens, recebimentos e concessão de empréstimos pelo Estado e outros investimentos realizados. Tratam-se de atividades importantes que permitem conhecer a movimentação financeira dos bens adquiridos e vendidos, da execução de obras e de desembolso em demais investimentos realizados durante o ano.

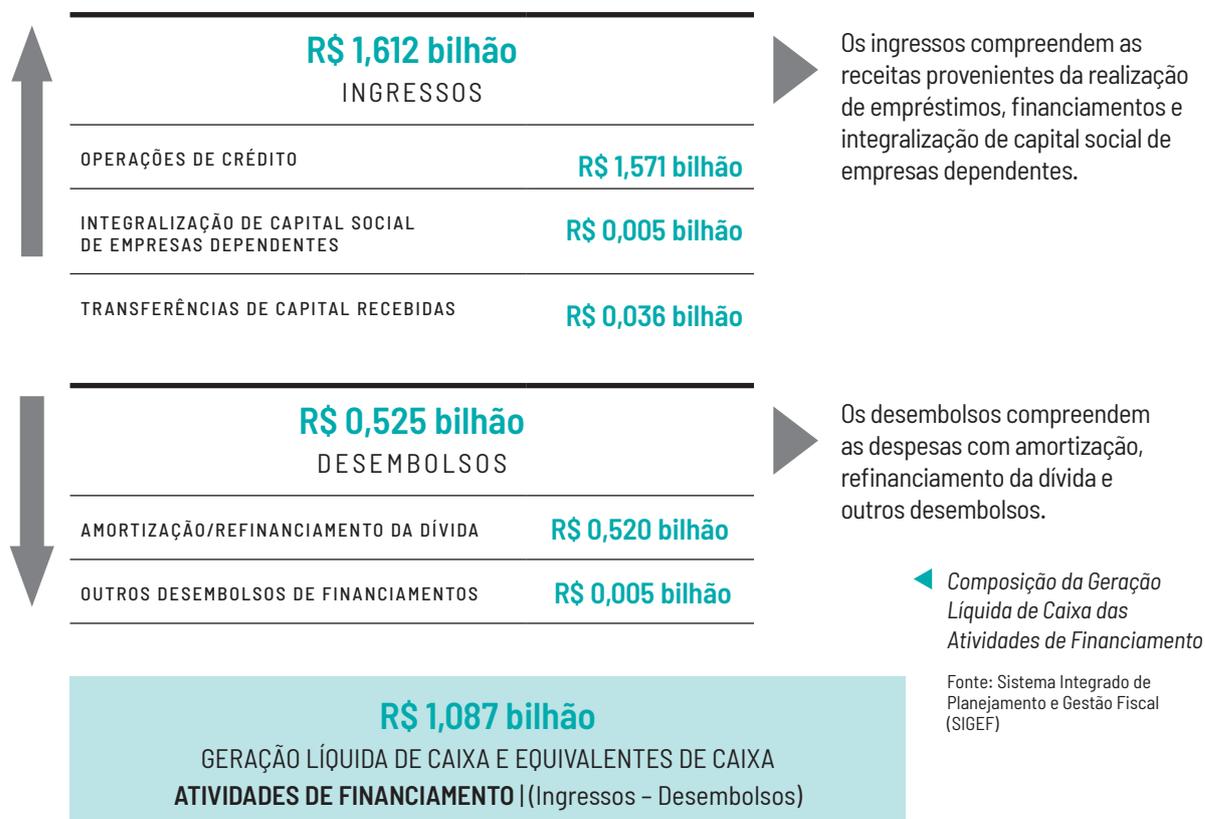


R\$ -1,546 bilhão
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (Ingressos - Desembolsos)

O fluxo de caixa das atividades de investimentos foi negativo em R\$ 1,546 bilhão, valor que foi suprido pelas atividades operacionais de financiamento. Essa necessidade de financiamento aumentou 10% em relação a 2016, motivada principalmente pelo acréscimo de aquisições de bens móveis e imóveis no valor de R\$ 127,81 milhões.

Atividades de Financiamento

Referem-se às atividades resultantes de operações de crédito por meio de financiamentos e empréstimos, obtidas e pagas (amortização), além de operações de integralização e transferências de capital de empresas dependentes.



O fluxo de caixa das atividades de financiamento foi positivo em R\$ 1,087 bilhão, representando um aumento de 48% em relação a 2016. Isso mostra que a obtenção de recursos financeiros, principalmente externos, foi ampliada no que se refere aos desembolsos. Destaca-se o incremento de R\$ 317,40 milhões nas operações de crédito, que foram 25% maiores do que em 2016.

Superavit Financeiro

A apuração do superavit ou deficit financeiro é realizada pela diferença de valores entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro²², conforme previsto no § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.



22 O Ativo Financeiro compreende o somatório de valores numerários, representados pelo grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, e também de créditos e valores financeiros que ainda não se tornaram numerários, mas estão disponíveis, independentemente de autorização orçamentária. Estão incluídos na apuração do superavit financeiro os recursos de terceiros.

O Passivo Financeiro agrega diversas obrigações financeiras, tais como dívidas de curto prazo, fornecedores e outros compromissos cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Estão incluídos aí os recursos de terceiros na apuração.

Disponibilidade Financeira

Outra informação importante ao término do exercício é com relação à disponibilidade financeira, em que são verificados os recursos financeiros, incluindo valores de terceiros, aplicações financeiras do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais (RPPS) e aqueles arrecadados mas ainda não transferidos para as contas bancárias (recursos em trânsito). As obrigações financeiras comprometidas referem-se às consignações, cauções e demais passivos financeiros, como também às despesas assumidas, mas não pagas, até o final do exercício (restos a pagar).

Os recursos financeiros disponíveis (disponibilidade financeira bruta), compostos de R\$ 9,614 bilhões (caixa e equivalentes de caixa) e de R\$ 400,26 milhões (aplicações financeiras do RPPS), sendo essas últimas restritas à aplicação pelo RPPS, totalizaram R\$ 10,014 bilhões. As obrigações financeiras comprometidas, incluindo os restos a pagar, somaram R\$ 7,014 bilhões. Confrontando-se os recursos disponíveis com as obrigações, o valor da disponibilidade financeira líquida foi de R\$ 3 bilhões, indicando que o Estado apresentou suficiência financeira no exercício.



A disponibilidade financeira pode ser avaliada de forma detalhada a partir de um mecanismo de controle denominado "Fonte de Recursos", que representa um código identificador dos recursos financeiros arrecadados e permite também o acompanhamento posterior da aplicação desses recursos com base nessa identificação.

Ao serem analisadas apenas as fontes de recursos 0.100, 0.300, 7.100, 7.300, que têm como origem os principais impostos arrecadados que posteriormente são utilizados para o pagamento de diversos tipos de obrigações do Estado, foi apurada uma insuficiência financeira de R\$ 379,36 milhões.

Composição da Suficiência/ Insuficiência Financeira - Fontes de Recursos 0.100, 0.300, 7.100 e 7.300 - Consolidado (R\$ milhões)

Fontes de Recursos	Disponibilidade Financeira	Obrigações Comprometidas	Insuficiência Financeira
0.100, 0.300, 7.100 e 7.300	349,44	728,81	(379,36)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Realizando-se um detalhamento por poder, observa-se que a insuficiência financeira ocorreu no Poder Executivo e que os demais Poderes apresentaram suficiência financeira.

Poderes	Disponibilidade Financeira	Obrigações Comprometidas	Insuficiência/Suficiência Financeira
Executivo	158,77	652,81	(494,04)
Judiciário	112,19	56,67	55,53
Ministério Público	46,97	7,70	39,27
Legislativo	31,51	11,64	19,87

◀ Composição da Suficiência/Insuficiência Financeira - Fontes de Recursos 0.100, 0.300, 7.100 e 7.300 - Por Poder (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Indicadores Financeiros

O indicador da situação financeira é calculado pelo quociente entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, incluídos os recursos de terceiros.

O indicador apurado foi de 1,48, o que mostra que o Estado possui a capacidade de arcar com os seus compromissos registrados no Passivo Financeiro. Esse indicador aponta que, para cada real de obrigações financeiras (Passivo Financeiro), o Estado possui R\$ 1,48 de valores e créditos para pagá-las.

$$\begin{array}{|c|} \hline \text{R\$ 10,204 bilhões} \\ \hline \text{ATIVO FINANCEIRO} \\ \hline \end{array} \div \begin{array}{|c|} \hline \text{R\$ 6,909 bilhões} \\ \hline \text{PASSIVO FINANCEIRO} \\ \hline \end{array} = \begin{array}{|c|} \hline \text{1,48} \\ \hline \text{SITUAÇÃO FINANCEIRA} \\ \hline \end{array}$$

Outro indicador importante é o de Liquidez Corrente, apurado pelo quociente entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Esse indicador expressa o quanto o Estado possui de bens e direitos de curto prazo (Ativo Circulante), comparado com as obrigações de curto prazo (Passivo Circulante). O valor do Ativo Circulante foi ajustado, retirando-se valores de adiantamentos concedidos (R\$ 1,865 bilhão) e de Variações Patrimoniais Diminutivas pagas antecipadamente (R\$ 10,56 milhões), que não irão representar ingressos de recursos de caixa futuros, mas sim despesas.

$$\begin{array}{|c|} \hline \text{R\$ 12,230 bilhões} \\ \hline \text{ATIVO CIRCULANTE AJUSTADO} \\ \hline \end{array} \div \begin{array}{|c|} \hline \text{R\$ 8,893 bilhões} \\ \hline \text{PASSIVO CIRCULANTE} \\ \hline \end{array} = \begin{array}{|c|} \hline \text{1,38} \\ \hline \text{LIQUIDEZ CORRENTE} \\ \hline \end{array}$$

O indicador de liquidez corrente apurado foi de 1,38, demonstrando que o Estado possui valores de ativos de curto prazo suficientes para honrar as suas obrigações nesse mesmo período de tempo. Indica também que, para cada real de obrigações de curto prazo, o Estado possui R\$ 1,38 de bens e direitos para atender a essas obrigações.



Um dos menores níveis de analfabetismo

Com 2,8%, Santa Catarina possui o terceiro menor índice de analfabetismo do País, considerando pessoas com 15 anos ou mais. À frente, estão apenas o Distrito Federal e o Rio de Janeiro, com 2,6 e 2,7%, respectivamente (IBGE).



Visando ao equilíbrio das contas públicas, em 2000 foi promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), oficialmente Lei Complementar Federal nº 101/2000, na qual foram fixadas regras para uma gestão fiscal responsável dos entes públicos.

Limites a serem observados

Para garantir a estabilidade nas contas, a LRF impôs o estabelecimento de metas de resultado primário e resultado nominal, fixou limites e condições para as despesas com pessoal, dívida, operações de crédito, concessão de garantias e contragarantias, bem como para inscrição em restos a pagar. Além dos limites e das condições impostos pela LRF, o Estado deve observar as determinações constitucionais de aplicação mínima de recursos nas áreas de educação e saúde.

O parâmetro para verificação dos limites fixados pela LRF é a Receita Corrente Líquida (RCL). A RCL é composta pela soma das receitas correntes totais do Estado, subtraídas as parcelas entregues aos municípios, por determinação constitucional ou legal, as quantias repassadas ao Fundeb, bem como as contribuições dos servidores públicos ao regime próprio de previdência e a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, além das restituições de receitas. Em 2017, a RCL totalizou R\$ 21,132 bilhões (R\$ 20,489 bilhões em 2016), o que representou um incremento de 3,1% em relação a 2016.

De outra forma, para conferência da aplicação dos mínimos constitucionais em saúde e educação, utiliza-se como parâmetro a Receita Líquida de Impostos (RLI). A RLI soma todas as receitas resultantes de impostos, sejam elas provenientes dos impostos estaduais como também da parte que cabe, constitucional e legalmente, ao Estado na divisão dos impostos da União. Desse valor, subtraem-se as transferências aos municípios, decorrentes da repartição de impostos e das transferências realizadas. No exercício de 2017, a RLI foi de R\$ 18,474 bilhões (R\$ 17,042 bilhões em 2016), representando um aumento de 8,40% em relação à RLI apurada em 2016.

Embora as bases de cálculos dessas receitas sejam similares, pois consideram apenas as receitas correntes, uma diferença básica entre elas é que a RLI não é impactada pelas receitas extraordinárias que vierem a ocorrer no exercício, como, por exemplo, convênios recebidos da União, receitas obtidas pela venda da conta salário, entre outras. A RLI é constituída somente pelas receitas de impostos, ou seja, receitas ordinárias do Estado.

R\$ 21,132 BILHÕES
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
RCL

R\$ 18,474 BILHÕES
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS
RLI

Resultado primário

O resultado primário foi definido na LRF para indicar a economia fiscal alcançada pelo Governo, tendo o objetivo de diminuir o estoque da dívida pública. É obtido pela diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias de Santa Catarina. De forma simples, pode-se considerar que as receitas e as despesas primárias são aquelas resultantes das operações típicas do Estado, excluindo-se as receitas e as despesas financeiras.

Conceitualmente, do lado das receitas primárias, inclui-se qualquer receita que o Governo obtenha e que não amplie a sua dívida ou, ainda, não diminua os seus ativos, podendo ser receitas tributárias, decorrentes de prestação de serviços, cobrança de concessões e aluguéis. Não se incluem os rendimentos de aplicações financeiras, as receitas obtidas por meio de contratação de operação de crédito, ou ainda aquelas decorrentes do recebimento de empréstimos concedidos.

Nas despesas primárias, são considerados os gastos necessários para manutenção dos serviços públicos, não sendo levados em conta os pagamentos dos juros e da amortização dos empréstimos e financiamentos obtidos.

R\$ 23,143 bilhões	-	R\$ 24,275 bilhões	=	R\$ -1,132 bilhão
Receita primária		Despesa primária		Resultado primário

No ano de 2017, o Estado de Santa Catarina apresentou um deficit primário de R\$ 1,132 bilhão, não atingindo a meta estabelecida na LDO, que fixou um superavit primário de R\$ 390,36 milhões.

Resultado primário ►
(R\$ milhões)

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Descrição	2017	2016	Variação nominal 2017/2016
Receitas primárias correntes	23.101,65	22.026,49	4,88%
Receitas primárias de capital	41,00	90,94	-54,92%
Receita primária total	23.142,65	22.117,43	4,63%
Despesas primárias correntes	22.304,61	21.027,42	6,07%
Despesas primárias de capital	1.970,55	1.859,59	5,97%
Despesa primária total	24.275,16	22.887,01	6,07%
RESULTADO PRIMÁRIO	-1.132,51	-769,58	47,29%

Todavia, quando analisado o resultado primário obtido em relação à meta prevista na LDO, devem ser considerados alguns fatores que afetam esse resultado. O primeiro deles corresponde à execução de despesas primárias com recursos que sobraram no caixa em exercícios anteriores, ou seja, despesas financiadas com recursos de superavit financeiro. Essas sobras foram consideradas como receitas no exercício em que foram arrecadadas, isto é, exercícios anteriores ao atual, por isso, quando utilizadas para custear despesas no exercício corrente, geram deficit primário. Em 2017, as despesas financiadas com fontes de superavit financeiro somaram R\$ 1,950 bilhão.

Também quando ocorre a execução de despesas primárias com recursos originários dos rendimentos de aplicação financeira, há um descompasso na análise do resultado primário, tendo em vista que essas são receitas financeiras, e não receitas primárias. Em 2017, o valor de receitas de aplicações financeiras investido em despesas primárias foi de R\$ 229,54 milhões.

Resultado nominal

O objetivo do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida entre o exercício anterior e o atual.

A dívida fiscal líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida (DCL) somado às receitas de privatização, deduzidos os passivos reconhecidos decorrentes dos deficit ocorridos em exercícios anteriores¹. A DCL, por sua vez, é o saldo da dívida consolidada, deduzido o ativo disponível e os haveres financeiros, sendo esses últimos líquidos dos restos a pagar processados.

Dessa forma, a diferença entre a Dívida Fiscal Líquida do Estado de 2016 e a de 2017 gerou um Resultado Nominal de R\$ -104,25 milhões, ou seja, diminuiu a sua Dívida Fiscal Líquida. A meta de resultado nominal estabelecida na LDO para 2017 foi de R\$ -810,70 milhões, isto é, embora o Estado tenha apresentado um resultado nominal negativo, o valor alcançado não cumpriu a meta prevista para 2017.

R\$ -810,70 milhões

Meta de resultado nominal

R\$ -104,25 milhões

Resultado nominal obtido

1 Manual de Demonstrativos Fiscais, 7ª edição, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Dívida consolidada líquida

A Dívida Consolidada Líquida corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada menos as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos.

Composição da dívida
consolidada líquida
(R\$ milhões)

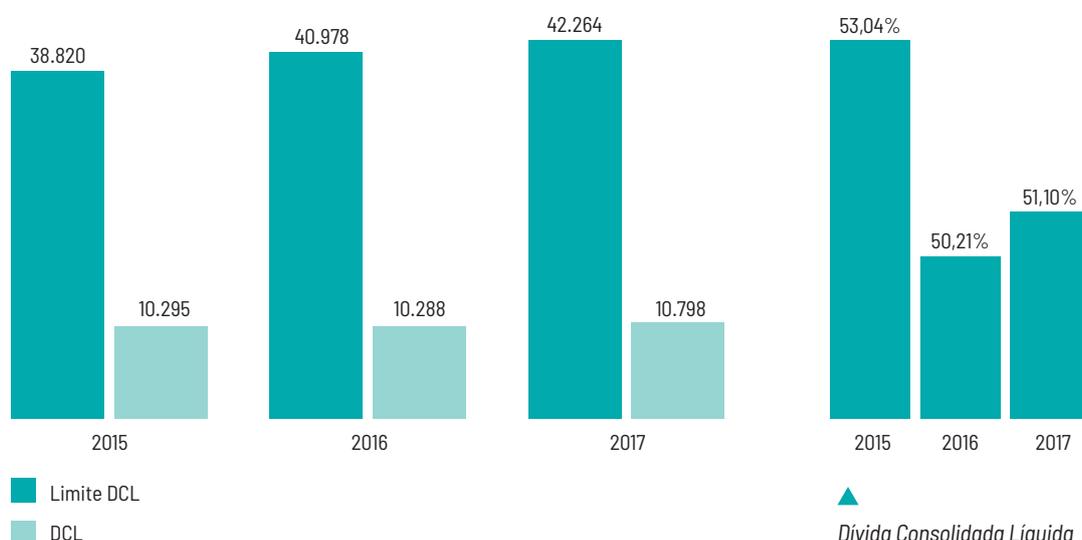
Fonte: Relatório de Gestão
Fiscal (RGF)

DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	2017	% sobre a DC
Dívida mobiliária	-	0,00%
Dívida contratual	20.220	87,06%
Empréstimos	19.596	84,37%
Internos	16.431	70,75%
Externos	3.165	13,63%
Reestruturação da dívida de estados e municípios	-	0,00%
Financiamentos	5	0,02%
Internos	5	0,02%
Externos	-	0,00%
Parcelamento e renegociação de dívidas	619	2,66%
De tributos	-	0,00%
De contribuições previdenciárias	340	1,46%
De demais contribuições sociais	279	1,20%
Do FGTS	-	0,00%
Com instituição não financeira	1	0,00%
Demais dívidas contratuais	-	0,00%
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	2.304	9,92%
Outras dívidas	701	3,02%
Total da dívida consolidada (A)	23.225	100,00%
Disponibilidade de caixa (B)	-9.209	-
Demais haveres financeiros (C)	-3.218	-
TOTAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (A - B - C)	10.798	-

Os limites da dívida são definidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, conforme estabelecido no art. 52 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com a Resolução do Senado, até o final de 2017 (quinze anos após a Resolução ser sancionada), o montante da Dívida Consolidada Líquida dos estados teve como limite duas vezes a Receita Corrente Líquida anual.

Em 2017, a Dívida Consolidada Líquida totalizou R\$ 10,798 bilhões, correspondendo ao percentual de 51,10% da RCL e dentro do limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal de 200% sobre a RCL.



Operações de crédito

As operações de crédito tradicionais são aquelas captações de recursos por meio de financiamento, empréstimo ou mútuo. Todavia, o conceito da LRF é mais amplo, englobando no mesmo conceito as operações assemelhadas, tais como a compra financiada de bens ou serviços, o arrendamento mercantil e as operações de derivativos financeiros, inclusive operações dessas categorias realizadas com instituições não financeiras.

A operação é denominada operação de crédito interna quando contratada com credores situados no País e operação de crédito externa quando contratada com agências de países estrangeiros, organismos internacionais ou instituições financeiras estrangeiras.

Conforme a Resolução do Senado nº 43/2001, art. 7º, inciso I, o limite total de operações de crédito internas e externas contraídas no exercício é de 16% sobre a RCL. Para a operação de crédito por antecipação da receita, esse limite é de 7% sobre a RCL.

Em 2017, a captação de recursos atingiu o montante de R\$ 1,572 bilhão em recursos de operações de crédito internas e externas. Desse valor, 77% correspondem a recursos captados por meio de operações de crédito internas. É importante destacar que nesse montante está incluído o ingresso de recursos oriundos de depósitos judiciais de terceiros, ou seja, vinculados a ações judiciais em que o Estado não é parte, e que foram considerados como receitas de operações de crédito. Todavia, conforme o texto da Emenda Constitucional nº 94/2016, a captação desses recursos não deve impactar os limites previstos na legislação vigente para endividamento e operações de crédito. Em 2017, o montante dessas receitas foi de R\$ 509 milhões. Assim, as operações de crédito do Estado, consideradas para fins de verificação do limite acima citado, totalizaram R\$ 1,063 bilhão em 2017 e representaram 5% da Receita Corrente Líquida. No ano, não houve operações de crédito por antecipação da receita.

▲
Dívida Consolidada Líquida (R\$ milhões) e, acima, o limite atingido da Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita corrente líquida

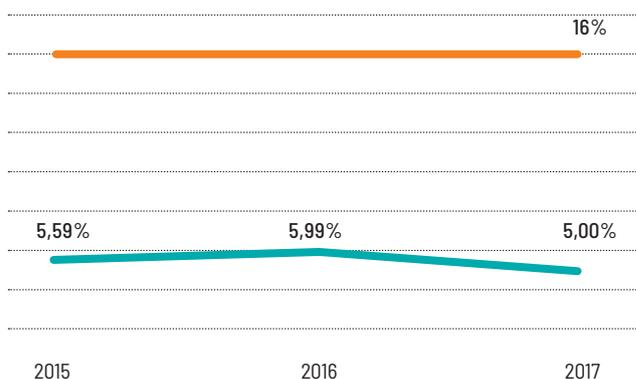
Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Logo, o percentual de comprometimento das receitas de operações de crédito captadas pelo Estado em relação à RCL ficou abaixo do limite estabelecido na Resolução nº 43/2001.

Operações de crédito para fins de cumprimento da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal (R\$ milhões)

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Atingido —
limite —



Garantias e contragarantias

As garantias e contragarantias são instrumentos concedidos pelo ente na contratação de operações de créditos pelos garantidos.

O saldo de garantias concedidas pelo Estado de Santa Catarina ao final de 2017 foi de R\$ 659 milhões, representando 3,12% da RCL e atendendo ao limite máximo de 22% estabelecido pelo art. 9º da Resolução do Senado nº 43/2001. Essas garantias foram concedidas pelo Estado à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) em decorrência de contratos de financiamento firmados com a Caixa Econômica Federal (CEF).

As contragarantias recebidas pelo Estado totalizaram R\$ 659 milhões ao final de 2017 e decorrem de contratos de financiamentos firmados pela CASAN com a CEF e de um contrato de financiamento entre a CASAN e a Agence Française de Développement (AFD). Todos esses contratos de operações de crédito referem-se a financiamentos para a realização de intervenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios do Estado.

Garantias concedidas (R\$ milhões)

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Garantias Concedidas	2017		2016	
	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	4.649	22	4.508	22
Total de garantias	659	3,12	657	3,21

Inscrição dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

Quando uma despesa foi empenhada pelo ente e não foi paga até o final de um exercício, ela é inscrita em restos a pagar. No momento de sua inscrição, essa despesa pode ter as seguintes classificações: processada (liquidada), pois se considera que tenha sido efetivamente executada, faltando apenas o pagamento; ou não processada (não liquidada), quando foi contratada, mas sem ainda ter sido registrada a sua execução (liquidação e pagamento).

No exercício de 2017, o Estado de Santa Catarina inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R\$ 1,078 bilhão, sendo R\$ 404,56 milhões processados e R\$ 673,89 milhões não processados.

A disponibilidade de caixa bruta total menos as obrigações financeiras² e os restos a pagar processados gerou uma disponibilidade líquida de R\$ 3,674 bilhões em 2017. Quando considerada a inscrição dos restos a pagar não processados, a disponibilidade financeira restante foi de R\$ 3 bilhões, representando a suficiência financeira do exercício.

Entretanto, quando se compara a disponibilidade financeira detalhada por fontes de recursos vinculados e não vinculados versus as obrigações financeiras e os restos a pagar não processados, verifica-se a ocorrência de deficit financeiros em fontes importantes, como a fonte de recurso 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro, por exemplo. No Poder Executivo, a insuficiência financeira foi de R\$ 494,04 milhões e no consolidado geral foi de R\$ 446,50 milhões. Para mais informações sobre as disponibilidades e as obrigações financeiras por fontes de recursos, deve-se consultar o demonstrativo da disponibilidade de caixa e de restos a pagar disponível no volume II.



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal Consolidado (RGF)

Despesa com pessoal

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 169, determinou que a “despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”.

2 As obrigações financeiras são compostas pelas consignações, pelos restos a pagar processados inscritos no exercício, pelos depósitos de diversas origens e por outras obrigações financeiras resultantes de operações realizadas com terceiros, independentemente da execução orçamentária.

Esses limites foram estabelecidos na LRF, em seus arts. 19, 20, 22 e 59, que versam sobre a despesa com pessoal de cada poder e órgão em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).

Limites de despesas com
pessoal do Estado

Limite	Percentual da despesa total com pessoal em relação à RCL
Limite de alerta	54%
Limite prudencial	57%
Limite máximo	60%

O conceito da despesa total com pessoal foi estabelecido no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 como sendo o somatório dos **gastos com quaisquer espécies remuneratórias** de ativos, inativos e pensionistas, bem como dos **contratos de terceirização** relacionados à **substituição de servidores** ou empregados públicos, relativos ao mês em referência, bem como dos onze meses imediatamente anteriores.

Conforme o art. 19, § 1º, na verificação do atendimento dos limites de despesas com pessoal devem ser deduzidas as despesas com pessoal inativo e pensionistas, custeadas por recursos próprios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as indenizações por demissão e os incentivos à demissão voluntária, bem como as decisões judiciais de pessoal e as despesas de exercícios anteriores de pessoal de competência anterior ao período de apuração do demonstrativo.

Dessa forma, no período de janeiro a dezembro de 2017, as despesas com pessoal dos Poderes e Órgãos do Estado de Santa Catarina atingiram **59,92% da RCL**.

Representatividade das
despesas com pessoal em
relação à Receita Corrente
Líquida por Poderes e Órgãos

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal
(RGF)

Especificação	2017	2016	2015	Limite legal	Limite prudencial	Limite de alerta
Poder Executivo	49,73%	47,59%	48,52%	49,00%	46,55%	44,10%
Poder Legislativo	2,78%	2,76%	2,76%	3,00%	2,85%	2,70%
Assembleia Legislativa	1,95%	1,93%	1,96%	2,10%	2,00%	1,89%
Tribunal de Contas	0,83%	0,83%	0,80%	0,90%	0,85%	0,81%
Poder Judiciário	5,51%	5,16%	5,21%	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	1,66%	1,88%	1,85%	2,00%	1,90%	1,80%
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	0,09%	0,09%	0,09%	-	-	-
Defensoria Pública	0,15%	0,13%	0,11%	-	-	-
Consolidado Geral	59,92%	57,45%	58,35%	60,00%	57,00%	54,00%

Especificação	2017	2016	Variação % 2017/2016
CONSOLIDADO			
Despesa bruta com pessoal (I)	15.438,83	14.669,70	5,2%
Pessoal ativo	9.456,88	9.128,82	3,6%
Pessoal inativo e pensionistas	5.951,48	5.515,71	7,9%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	30,47	25,17	21,1%
Despesas não computadas (art. 19, § 1º, da LRF) (II)	2.777,79	2.899,31	-4,2%
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	349,20	205,18	70,2%
Decorrentes de decisão judicial	68,08	132,11	-48,5%
Despesas de exercícios anteriores	113,54	77,32	46,8%
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	2.246,96	2.484,69	-9,6%
Despesa líquida com pessoal (I - II)	12.661,04	11.770,40	7,6%
	-	-	
PODER EXECUTIVO			
	-	-	
Despesa bruta com pessoal (I)	12.538,49	12.097,75	3,6%
Pessoal ativo	7.225,57	7.085,73	2,0%
Pessoal inativo e pensionistas	5.282,45	4.986,85	5,9%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	30,47	25,17	21,1%
Despesas não computadas (art. 19, § 1º, da LRF) (II)	2.031,23	2.346,38	-13,4%
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	138,65	132,70	4,5%
Decorrentes de decisão judicial	43,43	62,14	-30,1%
Despesas de exercícios anteriores	58,10	50,30	15,5%
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	1.791,05	2.101,24	-14,8%
Despesa líquida com pessoal (I - II)	10.507,26	9.751,37	7,8%
	-	-	
Receita corrente líquida ajustada	21.128,87	20.489,00	3,1%

Analisando-se detalhadamente os itens da despesa com pessoal e da receita corrente líquida no ano de 2017 e comparando-os com 2016 para identificar os motivos que levaram o Poder Executivo a ultrapassar o limite máximo, salienta-se que Santa Catarina não enfrenta o mesmo nível de crise econômico-financeira como o observado em outros entes da Federação, porém é fato que houve reflexos nas finanças públicas estaduais. Para enfrentar o cenário econômico desfavorável, o Governo Estadual adotou diversas medidas, sendo a principal delas a decisão de não aumentar os impostos. E mesmo com essa medida, o Estado apresentou crescimento de 3,1% na Receita Corrente Líquida. Do lado das despesas, foram empreendidas diversas ações visando conter o crescimento vegetativo da folha de pagamento dos servidores, bem como manter a execução da despesa e o pagamento dos servidores em dia. Também foram no-



Despesas com pessoal conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (R\$ milhões)

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

meados profissionais para as áreas da segurança pública e houve a contratação de professores. Assim, no Poder Executivo, o crescimento nas despesas brutas foi de 3,6%. No consolidado geral, que considera todos os Poderes e Órgãos do Estado, o crescimento das despesas foi de 5,2%. Outro ponto a ser destacado nos valores considerados no gasto com pessoal do Poder Executivo é o cumprimento à Decisão nº 780/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que determinou a inclusão na despesa com pessoal do Poder Executivo do montante das despesas referentes aos benefícios previdenciários dos serventuários e auxiliares da justiça. Ainda conforme o disposto na Decisão do Tribunal, todos os demonstrativos que apuram a despesa com pessoal foram republicados desde 2013 para considerar tais despesas no cômputo. Porém, o Poder Executivo entende que tais despesas não se enquadram no conceito definido na LRF, uma vez que os serventuários e auxiliares da justiça sequer são servidores públicos. Por isso, ingressou com Mandado de Segurança no Tribunal de Justiça do Estado contra tal determinação, do qual ainda não se tem decisão definitiva.

Já as despesas de pessoal referentes à Defensoria Pública Estadual e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas não estão sendo incluídas no montante do Poder Executivo, tendo em vista serem órgãos com autonomia orçamentária e financeira, conforme dispõem o art. 134 da Constituição Federal, com as redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 45/2004 e 80/2014, e o art. 107 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, respectivamente. O cômputo dessas despesas no limite do Poder Executivo foi analisado pela Corte de Contas no processo nº LRF 15/00412926. A Decisão nº 0010/2018 do Tribunal Pleno foi publicada em 26 de fevereiro de 2018, determinando a inclusão dessas despesas e a republicação dos demonstrativos da despesa com pessoal do Poder Executivo desde o 2º quadrimestre de 2015. Entretanto, a Procuradoria Geral do Estado interpôs recurso a essa decisão por meio de Embargos de Declaração.

Ressalta-se que se o percentual da despesa total com pessoal atingir o limite máximo legal (49% da RCL), o Poder Executivo deve eliminar o percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando, entre outras, as seguintes providências:

- a) redução de pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; e
- b) exoneração dos servidores não estáveis.

Se essas medidas não forem suficientes para assegurar o retorno ao limite, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que um ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou a unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

Enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

- I receber transferências voluntárias;
- II obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; ou
- III contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Saúde

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000, determina que os estados apliquem obrigatoriamente em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) o mínimo de 12% das receitas de impostos estaduais e transferências da União, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos municípios.

Já a Constituição do Estado de Santa Catarina (CE/89), com as alterações decorrentes da Emenda Constitucional nº 72, de 9 de novembro de 2016, de procedência parlamentar, passou a exigir que o Estado aplique gradativamente, até 2019, 15% da RLI em ações e serviços públicos de saúde. A implementação desse percentual ficou assim definida:

- I no exercício fiscal de 2017 devem ser aplicados 13%;
- II no exercício fiscal de 2018 devem ser aplicados 14%; e
- III a partir do exercício fiscal de 2019 devem ser aplicados 15%.

No exercício de 2017, o total de despesas executadas no orçamento do Estado na função 10 – Saúde foi de R\$ 3,127 bilhões, considerando todas as fontes de recursos. Do total aplicado, a maior parte corresponde aos gastos com custeio e manutenção dos serviços públicos em saúde, que totalizaram R\$ 2,960 bilhões. Desse total, a folha de pagamento dos servidores ativos da saúde consumiu R\$ 1,120 bilhão, e as demais despesas de manutenção totalizaram R\$ 1,840 bilhão. Já os investimentos (obras, reformas, equipamentos permanentes, entre outros) em saúde, representaram 5% do total das despesas, isto é, R\$ 167 milhões em 2017.

Entretanto, quando se verifica o cumprimento da aplicação mínima exigida constitucionalmente³, são levadas em conta somente as despesas da função 10 – Saúde, custeadas com recursos de impostos e transferências de tributos e contribuições da União, deduzidas aquelas despesas inscritas em restos a pagar não processados sem a suficiente disponibilidade de caixa. Nesse sentido, em 2017, foram consideradas despesas do orçamento na função 10 – Saúde no valor de R\$ 2,341 bilhões, o que representou 12,67% da RLI, e que somam R\$ 124 milhões a mais do que o obrigatório pela CF/88, que era de R\$ 2,216 bilhões. Porém, pela exigência da CE/89 para o ano de 2017, a aplicação do Estado ficou 0,33 ponto percentual abaixo do exigido, o equivalente a R\$ 60,212 milhões a menos.

Das despesas da função 10 – Saúde, custeadas por outras fontes de recursos, não foi considerado, conforme determina a LRF, na verificação do mínimo constitucional o montante de R\$ 690 milhões, sendo R\$ 507,46 milhões custeados com recursos de transferências do Sistema Único de Saúde (SUS), e R\$ 130,65 milhões custeados com recursos de operações de crédito, por meio do Programa Pacto SC.

Após o encerramento contábil do exercício, durante a elaboração da notas explicativas, foram levantadas as informações sobre os valores regis-

³ O percentual mínimo exigido pela Constituição Federal é de 12% e pela Constituição Estadual para 2017 é de 13% da Receita Líquida de Impostos (RLI).

trados na conta contábil “Valores Apreendidos por Decisão Judicial”. Esses valores referem-se a sequestros judiciais de recursos, ocorridos em contas bancárias de titularidade do Governo do Estado, para atender a determinadas demandas jurídicas contra a administração pública. Do total sequestrado judicialmente das contas bancárias do Tesouro Estadual no exercício de 2017, nas fontes de recursos de impostos, foram identificados os processos judiciais correspondentes e verificou-se que o montante de R\$ 46,58 milhões decorreu do cumprimento de decisões judiciais relacionadas a ações e serviços públicos de saúde, envolvendo principalmente tratamentos médicos e/ou fornecimento de medicamentos.

Seguindo os procedimentos orçamentários, esses valores deveriam ter sido empenhados, liquidados e pagos por regularização à conta das dotações orçamentárias do exercício financeiro de 2017, haja vista que a saída financeira ocorreu nas contas bancárias de titularidade do Governo do Estado. Entretanto, tendo em vista já ter ocorrido o encerramento do orçamento de 2017, a reabertura do exercício para regularização orçamentária dessas despesas, tornou-se tecnicamente inviável, tendo em vista os inúmeros procedimentos que teriam que ser realizados e que poderiam gerar uma distorção no orçamento de 2017. Também foram identificadas, na Procuradoria Geral do Estado, outras despesas relativas a ações e serviços públicos de saúde que foram executadas no orçamento do Poder Executivo na função de Governo 3 – Essencial à Justiça e não na função de Governo 10 – Saúde. Tratam-se de despesas com o pagamento de requisições de pequeno valor, relacionadas ao cumprimento de decisões judiciais em processos judiciais pertinentes a ações e serviços públicos de saúde. Essas despesas somaram R\$ 3,12 milhões.

Além disso, houve execução de despesas relativas a campanhas de disseminação de conhecimento e de mobilização social em temas relacionados à vigilância, prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde, classificadas no orçamento na função 24 – Comunicações, quando deveriam ser executadas na função 10 – Saúde, no montante de R\$ 1,81 milhão.

Por fim, acrescenta-se que foi realizada inspeção nos restos a pagar não processados da Secretaria de Estado da Saúde, pela Diretoria de Auditoria Geral do Estado, na qual foi analisada a documentação comprobatória da despesa e constatado o montante R\$ 24,35 milhões que deveriam ser inscritos em restos a pagar processados e, portanto, considerados para fins de verificação do limite constitucional em saúde.

Portanto, verificou-se que, embora tenham sido efetivamente alocados recursos financeiros em ações e serviços públicos de saúde, como não houve a regularização da execução orçamentária ou houve a alocação em função diversa à Função 10 – Saúde, e, em virtude da inviabilidade da reabertura do orçamento de 2017, esses valores deixaram de ser computados no mínimo constitucional com ações e serviços públicos de saúde. Considerando esses valores, o Estado aplicou o percentual de 13,08% da receita líquida de impostos, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida de Impostos (RLI)	A	18.474.407.230,31
Total das despesas com ASPS em 2017 (despesas empenhadas/função 10 - Saúde)	B	3.127.207.458,81
Despesas custeadas com recursos de outras fontes	C	690.000.830,38
Restos a pagar não processados sem disponibilidade financeira (fonte 0100)	D	95.746.100,26
Despesas consideradas para o cálculo do mínimo	E = B - C - D	2.341.460.528,17
Aplicação em ASPS %	F = E / A	12,67%
Dispêndios financeiros com sequestros judiciais de ASPS em 2017	G	46.577.753,09
Despesas de ASPS executadas na Função 3 - Essencial à Justiça (RPV)	H	3.122.390,00
Despesas de ASPS executadas na Função 24 - Comunicações	I	1.806.601,56
Despesas de 2017 (Levantamento documental DIAG)	J	24.350.171,32
Total das despesas com ações e serviços públicos de saúde em 2017	K = E + G + H + I + J	2.417.317.444,14
Aplicação em ASPS ajustada %	L = K / A	13,08%

Educação

Em 2017, foi aplicado pelo Estado de Santa Catarina o total de R\$ 4,213 bilhões em educação. Essa soma foi convertida em alimentação aos alunos, transporte escolar, bolsas de estudo, materiais didáticos, formação e remuneração do magistério, aquisição de mobiliário e equipamentos tecnológicos, construção, ampliação, reforma e manutenção de unidades escolares, centros de educação de jovens e adultos, e também espaços esportivos.

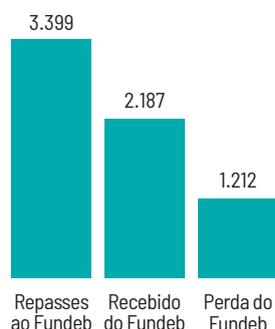
Despesas em educação	2017		2016		Variação % 2017/2016
	R\$	%	R\$	%	
Pessoal e encargos sociais	3.134	74,39%	3.018	74,61%	3,82%
Outras despesas correntes	948	22,51%	863	21,33%	9,86%
Investimentos	131	3,10%	164	4,06%	-20,40%
Total	4.213	100,00%	4.045	100,00%	4,13%

▲
Detalhamento da aplicação mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), conforme Processo PGE 649/2018 (R\$).

◀ Despesas em educação (R\$ milhões)

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Para garantir a aplicação de um valor mínimo em educação, a Constituição Federal de 1988 determinou que os estados e municípios aplicassem 25% da receita líquida de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Em 1996, com a Emenda Constitucional nº 14, de 1996, foi criada uma subvinculação desses recursos ao ensino fundamental, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), no âmbito dos estados e municípios, para partilha dos recursos com base no número de alunos do ensino fundamental atendidos em cada rede de ensino.



▲
Repasses x retorno do Fundeb (R\$ milhões)

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Já em 2006, a Emenda Constitucional nº 53, de 2006, substituiu o FUNDEF pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Com o Fundeb, essa subvinculação passou a ser de 20% das receitas dos impostos e das transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e a utilização dos recursos foi ampliada para toda a educação básica.

Os recursos do Fundeb são compostos, em cada estado, pelos percentuais de receitas dos estados e de todos os municípios, formando o montante total de recursos. Esse montante é dividido entre o Estado e seus municípios, na proporção do número de alunos atendidos na educação básica da rede pública. Ou seja, os municípios recebem recursos do Fundeb com base no número de alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental, e o Estado com base no número de alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio. Nessa divisão, verifica-se o atendimento da parcela mínima de recursos por aluno. Quando não atendido esse mínimo, há uma complementação de recursos por parte da União. Contudo, no Estado, não há complementação da União, pois o valor mínimo é alcançado.

No ano de 2017, o Estado repassou ao Fundeb R\$ 3,399 bilhões, deduzido o montante de R\$ 9,45 milhões referente aos valores de Fundeb transferidos aos municípios. De acordo com o número de alunos matriculados na rede pública estadual, o retorno do Fundeb para o Estado foi de R\$ 2,187 bilhões. A diferença entre o que o Estado repassa ao fundo e o que recebe de volta para ser investido na rede estadual de ensino, é denominada de “perda” do Fundeb e é considerada como aplicação em educação para fins de verificação do mínimo constitucional, já que foi um recurso que saiu dos cofres estaduais para a educação. Em 2017, a perda do Fundeb foi de R\$ 1,212 bilhão. Na prática, essa perda é revertida em resultados para Santa Catarina em seu conjunto, pois os recursos são distribuídos entre os municípios catarinenses para o desenvolvimento das crianças e dos jovens que vivem no Estado.

Outro item considerado pelo Estado como aplicação em educação, para fins de verificação do mínimo constitucional, são os inativos da área da educação custeados com recursos de impostos. O total dessas despesas em 2017 foi de R\$ 1,734 bilhão, realizado por intermédio do Fundo Financeiro, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Estaduais, que gerencia o pagamento das pensões e dos inativos do Estado. Contudo, na apuração do mínimo constitucional em educação, Santa Catarina vem reduzindo gradativamente a inclusão dessas despesas. Em 2017, foram levados em conta 45% das despesas com o pagamento dos inativos da educação, que totalizaram R\$ 780,34 milhões.

Dessa forma, para fins de verificação do limite constitucional, foram consideradas as despesas com folha dos servidores ativos, manutenção dos serviços, investimentos, a perda do Fundeb e 45% dos gastos com o pagamento dos servidores inativos da educação, assim as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino somaram R\$ 4,976 bilhões em 2017. Esse valor equivale a 26,94% da RLI e está acima do valor mínimo de 25% exigido pela CF/88.

Manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE)		Valor	%
A	Receita Líquida de Impostos (Base)	18.474	100,00%
B	Valor a aplicar para cumprimento do limite constitucional em educação (25% x A)	4.619	25,00%
C	Despesas consideradas para fins de limite (C/A)	4.976	26,94%

Aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino em 2017 (R\$ milhões)

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Ensino Superior

A Constituição Estadual determina, em seu art. 170, que Santa Catarina deve prover, anualmente, assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior, legalmente habilitadas a funcionar no Estado, em montante não inferior a 5% do mínimo constitucional que o ente deve aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Essa assistência financeira ocorrerá por meio de bolsas, concedidas pelas instituições de ensino superior aos alunos, e deve seguir critérios objetivos de carência e mérito, condicionando a obtenção do benefício à prestação de serviço voluntário à comunidade pelo aluno beneficiado.

Nessa direção, em 2017, por meio da Secretaria de Estado da Educação, o Estado repassou às instituições de educação superior que concederam bolsas de acordo com o art. 170 da CE/89 a importância de R\$ 66 milhões, o equivalente a 1,42% do mínimo constitucional que deve ser aplicado na educação no ano de 2017.

Aplicação conforme o art. 170 da Constituição Estadual (R\$ milhões)

Fonte: Secretaria de Estado da Educação

Especificação	2017
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (RLI)	18.474,41
Mínimo a ser aplicado na manutenção do ensino (25% da RLI)	4.618,60
Valor mínimo a ser aplicado - Art. 170 da CE/89 e Lei Complementar nº 281/05. (5% dos 25% da RLI = 1,25% da RLI)	230,93
APLICAÇÃO	
Secretaria de Estado da Educação	
Subação 12882 - Bolsa de pesquisa para estudantes do ensino superior - Art. 170 da Constituição Estadual	0,28
Subação 6302 - Apoio a Estudante de Ensino Superior - Art. 170/CE - SED	54,59
Subação 9785 - Cursos Estratégicos do PROESDE - Programa Estadual de Desenvolvimento Regional - SED	10,82
Total aplicado - Art. 170 da CE/89	65,69
Percentual aplicado	1,42%
Insuficiência de aplicação	(165,24)

Também na Constituição do Estado de Santa Catarina, no art. 171, consta que a lei disciplinará as formas de apoio à manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior que as empresas privadas deverão prestar sempre que se beneficiarem de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais, e de pesquisas e tecnologias por elas geradas com financiamento do Poder Público estadual.

Para regulamentar o art. 171 da CE, a Lei Complementar Estadual nº 407/2008 criou o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina (FUMDES). Tal fundo é constituído de contribuições realizadas por empresas privadas beneficiárias de incentivos financeiros ou fiscais concedidos no âmbito de programas estaduais.

A lei estabeleceu ainda que os recursos arrecadados pelo FUMDES deverão ser destinados ao pagamento de bolsas de estudo, pesquisa e extensão universitária para alunos que cursaram todo o ensino médio em unidade escolar da rede pública ou em instituição privada, com bolsa integral, e que residam há no mínimo dois anos no Estado de Santa Catarina. A lei ainda permite que os recursos não utilizados sejam aplicados em ações que promovam e ampliem o atendimento no ensino médio.

Aplicação conforme o art. 171
da Constituição Estadual
(R\$ milhões)

Fonte: Secretaria de Estado
da Educação

Especificação	2017	2016
Receitas	59,61	51,37
Despesas	37,83	45,76
Percentual de aplicação	63,46%	89,08%

Verifica-se que, em 2017, o Estado aplicou na educação superior, de acordo com o art. 171 da CE/89, a importância de R\$ 37,83 milhões, o equivalente a 63,46% da receita arrecadada pelo FUMDES.

Ciência e Tecnologia

O art. 193 da Constituição Estadual estabelece que no mínimo 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicadas em pesquisa científica e tecnológica, de forma conjunta⁴, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Na apuração do mínimo constitucional, foram considerados os valores executados pela Epagri e pela FAPESC, bem como os valores descentralizados pela FAPESC e que foram executados pela Epagri nas fontes de recursos do exercício corrente, deduzidos os restos a pagar cancelados.

⁴ Conforme os arts. 100, I, e 112, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011.

Especificação	2017	2016
BASE DE CÁLCULO		
Receitas correntes	33.053.649	31.388.379
(-) Deduções da receita orçamentária	-9.322.987	-8.481.366
(-) Desvinculação de receita	-3.334.689	-
Total da Base de Cálculo	20.395.973	22.907.014
Valor a ser aplicado (2%)	407.919	458.140
APLICAÇÕES		
Epagri		
Função 20 - Agricultura		
Despesas Empenhadas	365.796	331.631
(-) Restos a Pagar cancelados no exercício	-985	-221
Total Aplicado - Epagri	364.811	331.410
FAPESC		
Função 19 - Ciência e Tecnologia		
Despesas Empenhadas pela FAPESC	31.130	31.292
(-) Restos a Pagar cancelados no exercício	-120	-59
Despesas Liquidadas por Descentralização		
Na Epagri	4.742	3.900
(-) Restos a Pagar cancelados no exercício	-14	-81
Total Aplicado - FAPESC	35.737	35.052
Total Aplicado em Ciência e Tecnologia	400.548	366.463
Percentual Aplicado	1,96%	1,60%
Aplicação abaixo do mínimo constitucional	-7.371	-91.677

Aplicação em ciência e tecnologia (R\$ milhares)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Notas explicativas:

- O art. 193 da Constituição Estadual estabelece que pelo menos 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicadas em pesquisa científica e tecnológica. Essa aplicação deverá ser efetuada de forma conjunta (conforme arts. 100, I, e 112, I, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 381/2007) pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC).
- O art. 26 da Lei nº 14.328/2008, com nova redação dada pela Lei nº 16.382/2015, estabelece que "O Estado de Santa Catarina destinará à pesquisa científica e tecnológica no mínimo 2% (dois por cento) de suas receitas correntes, delas excluídas as parcelas pertencentes aos municípios, destinando-se pelo menos metade para pesquisa agropecuária, liberados em duodécimos".
- Na apuração do mínimo constitucional, foram considerados os valores empenhados pela Epagri e pela FAPESC, bem como os valores descentralizados por essas duas instituições e empenhados pela Epagri e Udesc nas fontes de recursos do exercício corrente (x1xx e x2xx, exceto x191, x192, x193, 197, x198, x291, x292, x293, x297 e x298), deduzidos os restos a pagar cancelados.

Maior índice de doadores de órgãos

Santa Catarina é líder absoluta em doação de órgãos. Em 2017, foram registradas 282 doações, o que corresponde a 40,8 doadores por milhão de população no ano. No Brasil, o indicador é de 16,6 (Associação Brasileira de Transplante de Órgãos – ABTO).

Consolidado Geral | **Balço Orçamentário**

Anexo 12 | Lei Federal | nº 4.320/64 | Período: janeiro a dezembro de 2017

R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA EXPLICATIVA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	38	24.675.477	24.675.477	23.731.656	(943.821)
RECEITA TRIBUTÁRIA		14.653.073	14.653.073	14.359.939	(293.134)
Impostos		13.947.549	13.947.549	13.678.750	(268.799)
Taxas		705.524	705.524	681.189	(24.335)
Contribuição de Melhoria		-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		1.817.407	1.817.407	2.336.186	518.779
Contribuições Sociais		1.817.407	1.817.407	2.336.186	518.779
Contribuições Econômicas		-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL		891.329	891.329	721.063	(170.265)
Receitas Imobiliárias		21.616	21.616	13.603	(8.014)
Receitas de Valores Mobiliários		850.710	850.710	635.432	(215.279)
Receitas de Concessões e Permissões		11.349	11.349	4.522	(6.827)
Receita de Cessão de Direitos		6.552	6.552	65.712	59.160
Outras Receitas Patrimoniais		1.101	1.101	1.794	693
RECEITA AGROPECUÁRIA		1.096	1.096	1.283	187
Receita da Produção Vegetal		660	660	860	200
Receita da Produção Animal e Derivados		436	436	423	(12)
Outras Receitas Agropecuárias		-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL		3.677	3.677	3.153	(524)
Receita da Indústria de Transformação		39	39	36	(3)
Receita da Indústria de Construção		3.638	3.638	3.116	(521)
Outras Receitas Industriais		-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS		1.038.898	1.038.898	795.911	(242.987)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.463.022	5.463.022	4.597.800	(865.222)
Transferências Intragovernamentais		4.772.404	4.772.404	4.235.647	(536.757)
Transferências de Instituições Privadas		546.034	546.034	304.875	(241.159)
Transferências do Exterior		-	-	-	-
Transferências de Pessoas		429	429	1.514	1.085
Transferências de Convênios		144.155	144.155	55.764	(88.391)
Transferências para o Combate à Fome		-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		806.977	806.977	916.322	109.345
Multas e Juros de Mora		202.680	202.680	262.680	60.000
Indenizações e Restituições		128.357	128.357	180.571	52.213
Receita da Dívida Ativa		45.347	45.347	165.239	119.892
Receitas Correntes Diversas		430.593	430.593	307.832	(122.761)

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA EXPLICATIVA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c - b)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	38	1.398.145	1.398.145	1.642.129	243.985
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.248.932	1.248.932	1.571.279	322.347
Operações de Crédito Internas		983.396	983.396	1.330.542	347.146
Operações de Crédito Externas		265.537	265.537	240.737	(24.800)
ALIENAÇÃO DE BENS		49.765	49.765	4.522	(45.244)
Alienação de Bens Móveis		10.640	10.640	3.676	(6.964)
Alienação de Bens Imóveis		39.125	39.125	846	(38.279)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		12.078	12.078	25.328	13.250
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		51.369	51.369	36.462	(14.907)
Transferências Intergovernamentais		9.127	9.127	7.212	(1.915)
Transferências de Instituições Privadas		85	85	265	180
Transferências do Exterior		-	-	-	-
Transferências de Pessoas		-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas		-	-	-	-
Transferências de Convênios		42.157	42.157	28.985	(13.172)
Transferências para o Combate à Fome		-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		36.000	36.000	4.539	(31.461)
Integralização do Capital Social		6.000	6.000	4.539	(1.461)
Dívida Ativa Prov. da Amortização de Empréstimos e Financiamentos		-	-	-	-
Restituições		-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas		30.000	30.000	-	(30.000)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		26.073.622	26.073.622	25.373.786	(699.836)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		26.073.622	26.073.622	25.373.786	(699.836)
DEFICIT (VI)	40			221.318	
TOTAL (VII) = (V + VI)		26.073.622	26.073.622	25.595.103	(699.836)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
Superavit Financeiro	39		2.985.359	1.982.717	
Reabertura de Créditos Adicionais			-	-	

Consolidado Geral | **Balanço Orçamentário**

Anexo 12 | Lei Federal | nº 4.320/64 | Período: janeiro a dezembro de 2017

R\$ milhares								
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA EXPLICATIVA	DOTAÇÃO INICIAL (e)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	38	22.761.840		25.662.580	23.075.491	22.629.677	22.256.295	2.587.089
Pessoal e Encargos Sociais		13.070.722		15.853.242	15.583.722	15.580.333	15.502.370	269.520
Juros e Encargos da Dívida		747.000		857.155	770.881	770.881	743.699	86.274
Outras Despesas Correntes		8.944.118		8.952.183	6.720.888	6.278.463	6.010.226	2.231.295
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	38	3.310.782		4.767.259	2.519.613	2.291.533	2.260.358	2.247.646
Investimentos		2.518.482		3.900.646	1.914.637	1.686.626	1.667.389	1.986.010
Inversões Financeiras		164.800		187.653	68.996	68.927	68.130	118.657
Amortização da Dívida		627.500		678.960	535.980	535.980	524.839	142.979
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		1.000		-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)		26.073.622		30.429.839	25.595.103	24.921.210	24.516.653	4.834.735
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)		-		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-		-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-		-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-		-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-		-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-		-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)		26.073.622		30.429.839	25.595.103	24.921.210	24.516.653	4.834.735
SUPERAVIT (XIV)		-		-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)		26.073.622		30.429.839	25.595.103	24.921.210	24.516.653	4.834.735
RESERVA DO RPPS		-		-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | **Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar não Processados**

R\$ milhares

Restos a Pagar não Processados	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a + b - c - e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 Dezembro de 2016 (b)				
Despesas Correntes	-	358.745	187.946	187.936	170.800	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	4.187	2.525	2.525	1.663	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	354.558	185.421	185.412	169.137	-
Despesas de Capital	-	183.333	101.970	101.923	81.363	-
Investimentos	-	183.333	101.970	101.923	81.363	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	542.078	289.916	289.859	252.162	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | **Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados**

R\$ milhares

Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a + b - c - d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)			
Despesas Correntes	-	145.826	145.677	149	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	20.683	20.683	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	125.143	124.994	149	-
Despesas de Capital	-	11.258	10.937	322	-
Investimentos	-	10.759	10.437	322	-
Inversões Financeiras	-	500	500	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	157.084	156.614	470	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Continuação da página anterior

		R\$ milhares	
DISPÊNDIOS	Nota Explicativa	2017	2016
Despesa Orçamentária (VI)		25.595.103	24.179.579
Ordinária		17.317.742	15.606.464
Vinculada		8.277.362	8.573.116
Recursos Vinculados à Educação		2.523.765	2.411.218
Recursos Vinculados à Saúde		507.456	583.483
Recursos Vinculados à Previdência Social		2.319.887	2.568.998
Recursos Vinculados à Assistência Social		294.555	646.711
Recursos Vinculados à Segurança Pública		657.409	553.103
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte		118.660	127.598
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos		27.582	48.818
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes		38.618	31.500
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública		3.799	7.802
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		3.620	3.284
Recursos Vinculados a Operações de Crédito		1.316.033	1.291.824
Outras Vinculações de Recursos		465.978	298.775
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		69.141.013	67.558.634
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		18.766.841	18.076.123
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária		46.765.486	46.526.942
Transferências Concedidas - Aportes RPPS		3.608.686	2.955.569
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		16.414.132	17.025.843
Pagamento de Restos a Pagar não Processados		289.859	234.379
Pagamento de Restos a Pagar Processados		156.614	190.982
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.294.273	12.614.215
Restos a Pagar - Retenções a Pagar		57	15
Aplicações do RPPS		2.673.329	3.986.250
Perdas - Aplicação Financeira RPPS		-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	0,1
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		9.614.016	9.217.933
Caixa e Equivalente de Caixa	35-41	9.614.016	9.217.933
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		120.764.264	117.981.989

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | Balanço Financeiro

Anexo 13 | Lei Federal | nº 4.320/64 | Período: janeiro a dezembro de 2017 e de 2016

R\$ milhares

Especificação	2017			2016		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	25.866.879	9.105.213	16.761.666	24.096.926	8.267.147	15.829.780
Vinculada	8.829.893	217.774	8.612.120	8.668.706	214.219	8.454.487
Recursos Vinculados à Educação	2.604.632	7	2.604.625	2.465.725	488	2.465.237
Recursos Vinculados à Saúde	523.183	132	523.051	546.522	143	546.379
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.368.207	2.116	2.366.091	2.109.034	10.422	2.098.611
Recursos Vinculados à Assistência Social	384.367	108.049	276.318	754.778	109.946	644.833
Recursos Vinculados à Segurança Pública	641.795	40	641.755	560.420	28	560.392
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte	183.871	73.129	110.742	205.586	81.307	124.279
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	31.581	-	31.581	52.812	-	52.812
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	65.742	15.714	50.028	46.771	11.092	35.679
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública	5.039	4	5.034	3.248	1	3.247
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	4.531	9	4.522	9.214	-	9.214
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	1.169.025	985	1.168.040	1.435.122	-	1.435.122
Outras Vinculações de Recursos	847.921	17.587	830.334	479.474	792	478.681
TOTAL	34.696.773	9.322.987	25.373.786	32.765.632	8.481.366	24.284.266

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Consolidado Geral | **Balanço Patrimonial**

Excluídas as operações intraorçamentárias

Anexo 14 | Lei Federal | nº 4.320/64 | em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
R\$ milhares			
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	9.614.016	9.217.933
Créditos a Curto Prazo		1.566.432	1.526.204
Créditos Tributários a Receber	11	1.178.228	1.457.991
Clientes	12	86.015	71.780
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	25.757	28.892
Dívida Ativa Tributária	14	444.614	677.359
Dívida Ativa não Tributária	15	2.398	2.395
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	16	(170.580)	(712.214)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	17	2.311.335	2.087.109
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	18	400.396	337.348
Estoques	19	202.836	178.425
VPDs Pagas Antecipadamente	20	10.558	11.355
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		14.105.574	13.358.375
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.245.902	3.066.006
Créditos a Longo Prazo		2.660.708	2.582.776
Créditos Tributários a Receber	11	2.383.146	2.276.166
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	259.416	278.253
Dívida Ativa Tributária	14	14.388.149	12.978.576
Dívida Ativa não Tributária	15	428.735	328.789
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	16	(14.798.738)	(13.279.008)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	17	315.560	183.453
Estoques		1	12.623
VPDs Pagas Antecipadamente	20	269.633	287.154
Investimentos	21	3.431.971	3.419.146
Imobilizado	22	32.317.357	20.547.273
Intangível	23	291.111	255.598
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		39.286.342	27.288.022
TOTAL DO ATIVO		53.391.916	40.646.397

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	24	344.728	196.096
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	25	791.978	582.709
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	26	514.371	443.762
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	27	14.325	18.278
Provisões a Curto Prazo	28	635.061	628.053
Demais Obrigações a Curto Prazo	29	6.592.440	6.185.349
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		8.892.902	8.054.247
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	24	650.491	797.981
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	25	18.847.579	18.838.625
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	26	1.599.762	1.446.315
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	27	265.223	265.590
Provisões a Longo Prazo	28	70.813	755.820
Demais Obrigações a Longo Prazo	29	1.548.856	684.411
Resultado Diferido	30	603.837	657.740
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		23.586.560	23.446.482
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social e Capital Social		6.655	6.655
Reservas de Capital		368	368
Demais Reservas		8.088	8.088
Resultados Acumulados	31	20.897.342	9.130.556
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.912.454	9.145.668
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.391.916	40.646.397

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Consolidado Geral | **Balço Patrimonial**

Excluídas as operações intraorçamentárias

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Lei Federal I nº 4.320/64

R\$ milhares

Especificação	Notas explicativas	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
Ativo Financeiro		10.203.940	9.683.859
Ativo Permanente		43.187.976	30.962.538
TOTAL DO ATIVO (I)		53.391.916	40.646.397
PASSIVO			
Passivo Financeiro		6.908.687	6.403.804
Passivo Permanente		26.244.599	25.638.970
TOTAL DO PASSIVO (II)		33.153.286	32.042.774
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)		20.238.630	8.603.623

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | **Balço Patrimonial**

Excluídas as operações intraorçamentárias

Quadro das Contas de Compensação

Lei Federal I nº 4.320/64

R\$ milhares

Especificação	Notas explicativas	31/12/2017	31/12/2016
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contragarantias Recebidas		1.263.336	1.239.638
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		-	-
Direitos Contratuais		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		1.263.336	1.239.638
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contragarantias Concedidas		659.415	657.361
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		385.782	456.537
Obrigações Contratuais		23.036.608	23.631.497
Controle de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	32	11.739.127	11.507.319
Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		35.820.932	36.252.714

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | Balanço Patrimonial

Excluídas as operações intraorçamentárias

Quadro do Superavit/Deficit Financeiro

Lei Federal | nº 4.320/64

FONTES DE RECURSOS	R\$ milhares	
	31/12/2017	31/12/2016
0.100 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	(295.242)	50.893
0.101 - Recursos ordinários - diversos	1.757	12.825
0.110 - Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	4.192	3.408
0.111 - Taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercício corrente	33.645	38.830
0.119 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	9.088	11.654
0.120 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do tesouro - exercício corrente	11.010	3.111
0.121 - Cota-parte contribuição de intervenção no domínio econômico CIDE - Estadual - recursos do tesouro - exercício corrente	26.987	5.271
0.122 - Cota-parte da compensação financeira dos recursos hídricos - recursos do tesouro - exercício corrente	4.534	4.065
0.124 - Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	41.042	28.065
0.126 - Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	2.776	1
0.128 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos do tesouro - exercício corrente	8.322	20.383
0.129 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	6.743	11.221
0.131 - Recursos do Fundeb - transferências da União	75.080	42.899
0.132 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade - recursos do tesouro - exercício corrente	3.110	-
0.140 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	355	1.973
0.160 - Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	695	901
0.161 - Receitas diversas - Fundo Social - recursos do tesouro - exercício corrente	4.792	13.758
0.162 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	8.602	15.593
0.169 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	1.679	8.937
0.180 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do tesouro - exercício corrente	137	9.093
0.181 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo - recursos do tesouro - exercício corrente	880	7.249
0.182 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - recursos do tesouro - exercício corrente	9.890	10.982
0.183 - Remuneração de disponibilidade bancária - conta única do Judiciário - recursos do tesouro - exercício corrente	72.596	142.956
0.184 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - recursos do tesouro - exercício corrente	4.122	1.586
0.185 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos do tesouro - exercício corrente	72.282	114.114
0.186 - Remuneração de disponibilidade bancária - Fundeb	7.707	1.264
0.187 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação	1.554	266
0.188 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.883	2.388
0.191 - Operações de crédito internas - recursos do tesouro - exercício corrente	644.143	471.755
0.192 - Operações de crédito externas - recursos do tesouro - exercício corrente	11.914	23.827
0.195 - Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça	349.146	4.031
0.198 - Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	421	481
0.199 - Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	40	579
0.223 - Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	29.768	7
0.225 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.216	1.564
0.228 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercício corrente	17.897	79.143
0.229 - Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	12.844	10.058
0.232 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade	-	642
0.240 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	56.744	200.184

Continua na próxima página



Continuação da página anterior

R\$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2017	31/12/2016
0.250 - Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	116.455	87.016
0.260 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	8.330	10.647
0.261 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.936	11.022
0.262 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	3.816
0.263 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	10.634	6.484
0.265 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	21.901	6.326
0.266 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR	996	1.855
0.269 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	152.119	133.077
0.280 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.130	12.601
0.282 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - recursos de outras fontes - exercício corrente	5.309	2.247
0.284 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - recursos de outras fontes - exercício corrente	5.846	14.573
0.285 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos de outras fontes - exercício corrente	107.664	135.522
0.298 - Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	3.096	6.593
0.299 - Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	8.231	4.771
0.300 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	11.174	25.562
0.301 - Recursos ordinários diversos - fonte do tesouro - exercícios anteriores	1.971	258
0.302 - Recursos do Tesouro - Programa Revigorar III - exercícios anteriores	4	4
0.309 - Superavit Financeiro - recursos convertidos - recursos do tesouro - receitas primárias	109	778
0.310 - Taxa Judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.425	3.442
0.311 - Taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercícios anteriores	5.339	3.926
0.319 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.440	1.895
0.320 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do tesouro - exercícios anteriores	502	8
0.321 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE Estadual	4.912	288
0.324 - Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	27.138	16.824
0.325 - Convênio - Programa de Assistência Social - exercícios anteriores	5	5
0.326 - Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	96	216
0.328 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	8.316	7.539
0.329 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.378	752
0.332 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.160	1.098
0.340 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	1.021	354
0.360 - Recursos patrimoniais - primários	1.171	5.344
0.361 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.169	-
0.362 - Receitas diversas - SEITEC	1.540	-
0.369 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	27	49
0.380 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do tesouro - exercícios anteriores	0,2	0,2
0.381 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	2.019	7.717
0.382 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - exercícios anteriores	4.599	1
0.383 - Remuneração de disponibilidade bancária - conta única do Judiciário - exercícios anteriores	147.657	109.487
0.384 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público	2.466	2.525
0.385 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	80.558	64.020
0.387 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação	36	1
0.388 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.679	661
0.391 - Operações de crédito internas - recursos do tesouro - exercícios anteriores - superavit	195.178	432.809

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

FONTES DE RECURSOS	R\$ milhares	
	31/12/2017	31/12/2016
0.392 - Operação de crédito externa - exercícios anteriores	609	6.535
0.395 - Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	6.469	9.896
0.397 - Superavit Financeiro - recursos convertidos - receitas não primárias	36	-
0.398 - Receita de Alienação de Bens - exercícios anteriores	949	501
0.623 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	8.953	6.323
0.625 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	1.490	3.000
0.628 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	78.614	33.288
0.629 - Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	5.865	9.219
0.632 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercícios anteriores	54	26
0.640 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	159.557	58.650
0.647 - Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	222	222
0.650 - Contribuição previdenciária	87.783	70.117
0.659 - Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	-	31.971
0.660 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	25.338	19.320
0.661 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	1.259	2.763
0.662 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	919	1.689
0.665 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção ensino superior - exercícios anteriores	5	185
0.669 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	116.260	87.704
0.680 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	26.752	17.881
0.682 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disponibilidade bancária - Judiciário	2.266	19
0.684 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	14.937	13.772
0.685 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - exercícios anteriores	274.769	168.750
0.689 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV - exercícios anteriores	58.249	58.496
0.698 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	4.015	3.456
0.699 - Não primárias - outras receitas	7.890	35.116
7.100 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercício corrente	1.686	894
7.111 - Contrapartida de convênios - taxa da segurança pública - recursos do tesouro - exercício corrente	187	1.715
7.119 - Contrapartida de outras taxas vinculadas - exercício corrente	744	-
7.129 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	534	-
7.229 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	35	-
7.240 - Contrapartida de convênios - receita de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	760	340
7.261 - Contrapartida de convênios - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	76
7.269 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - exercício corrente - recursos de outras fontes	10	992
7.300 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	5.479	7.043
7.311 - Contrapartida de convênios - taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.883	677
7.329 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.355	2.175
7.629 - Contrapartida de convênios - outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	865	1.000
7.640 - Contrapartida de convênios - recursos de serviços - exercícios anteriores	245	147
7.660 - Contrapartida de convênios - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	2	2
7.661 - Contrapartida de convênios - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	46	-
7.662 - Contrapartida de convênios - recursos diversos - SEITEC - exercícios anteriores	81	81
7.669 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	791	436
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	3.103.049	3.132.546

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Este quadro foi elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte/destinação de recursos.



Consolidado Geral | **Demonstração das Variações Patrimoniais**

Excluídas as operações intraorçamentárias

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Anexo 15 | Lei Federal | nº 4.320/64 | Período: janeiro a dezembro de 2017 a 2016

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Nota Explicativa	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33	24.343.604	23.291.679
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda - Consolidação		3.209.675	3.203.663
Impostos sobre a Produção e a Circulação - Consolidação		20.215.800	19.264.196
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação		632.319	560.450
Taxas pela Prestação de Serviços - Consolidação		285.810	263.370
Contribuições		934.600	839.719
Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação		934.600	839.719
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		823.953	783.600
Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação		20.269	18.956
Venda Bruta de Produtos - Consolidação		1.500	5.251
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação		802.544	760.013
(-) Dedução Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação		(360)	(619)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		5.728.929	3.700.571
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação		417	409
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Consolidação		938	594
Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários - Consolidação		490.554	880.223
Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação		9.372	10.059
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação		37.617	5.406
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação		3.069.112	1.873.615
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União		1.490.456	49.248
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Municípios		422	407
Descontos Financeiros Obtidos - Inter União		-	-
Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação		630.041	880.609
Transferências e Delegações Recebidas		5.539.959	5.911.506
Transferências Constitucionais e Legais - Inter OFSS - União		2.364.190	2.403.575
Transferências do Fundeb - Inter OFSS - Estados		2.187.168	2.082.268
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União		115.073	247.075
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município		1.258	7.417
Outras Transferências - Inter OFSS - União		6.011	5.908
Outras Transferências - Inter OFSS - Município		3	26
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação		17.128	18.514
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação		314.125	659.055
Transferências do Exterior - Consolidação		115	19
Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação		1.514	1.125
Outras Transferências Recebidas - Consolidação		533.374	486.524
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		9.879.920	628.461
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação		9.630.891	383.436
Reavaliação de Intangíveis - Consolidação		1.941	1.602
Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação		30	-
Ganhos com Alienação de Imobilizado - Consolidação		2.153	2.561
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos - Consolidação		2	3
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação		121.238	89.826
Ganhos com Desincorporação de Passivos - Consolidação		123.666	151.034
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		86.579.547	38.699.172
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Consolidação		124.807	164.151
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Consolidação		5	5
Reversão de Provisões - Consolidação		84.942.243	37.685.260
Reversão de Ajustes de Perdas - Consolidação		557.599	288.401
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União		27.985	27.552
Multas Administrativas - Consolidação		118.421	111.682
Indenizações e Restituições - Consolidação		163.074	255.631
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Alienação Bens Apreendidos - Consolidação		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação		645.414	166.491
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		133.830.513	73.854.708

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

	Nota Explicativa	R\$ milhares	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos		8.703.784	8.420.989
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação		5.082.006	5.020.696
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação		1.358.612	1.339.514
Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação		1.124.706	1.099.221
Encargos Patronais - RPPS - Inter União		4.631	4.764
Encargos Patronais - RGPS - Consolidação		36	28
Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União		293.984	266.891
Encargos Patronais - FGTS - Inter União		21.445	19.101
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Consolidação		32.101	27.186
Outros Encargos Patronais - Consolidação		7.449	6.019
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - União		199	218
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Município		59	18
Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação		354.803	342.114
Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação		103.551	102.194
Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação		65.768	59.969
Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação		240.257	118.870
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Consolidação		14.177	14.186
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Inter União		-	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Inter Estado		-	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Inter Município		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas de Pessoal e Encargos - Consolidação		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		6.033.271	5.646.683
Aposentadorias - RPPS - Consolidação		3.828.512	3.542.160
Reserva Remunerada e Reformas - Militar - Consolidação		1.149.071	1.087.603
Pensões - RPPS - Consolidação		823.112	796.359
Pensões - Militar - Consolidação		204.290	201.302
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS - Consolidação		12.243	9.774
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS - Consolidação		37	51
Outros Benefícios Previdenciários - Militar - Consolidação		389	574
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Consolidação		15.619	8.859
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		4.968.709	4.152.118
Consumo de Material - Consolidação		792.641	785.569
Distribuição de Material Gratuito - Consolidação		121.622	95.398
Diárias - Consolidação		55.839	47.145
Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Consolidação		146.123	153.230
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Consolidação		2.920.125	2.717.618
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Inter OFSS - União		-	-
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Inter OFSS - Município		-	-
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 da LRF - Consolidação		29.625	26.031
Depreciação - Consolidação		882.136	314.791
Amortização - Consolidação		20.599	12.336
Custo de Mercadorias Vendidas - Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Consolidação		-	-
Custo de Serviços Prestados - Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Consolidação		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		5.008.379	3.474.644
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação		466.924	442.111
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União		183.553	100.827
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação		120.404	128.316
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação		117	331
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação		439	71
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - União		1.706	60.855
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação		483.460	461.425
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União		1.026.661	1.391.350
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação		378.856	591.288
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação		2.325.794	269.810
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União		13.129	22.996
Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação		956	1.183
Juros e Encargos de Tributos Renegociados - Inter OFSS - União		6.379	4.080
Transferências e Delegações Concedidas		11.030.433	9.901.678
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - União		2.223	1.523
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - Município		6.198.794	5.344.409
Transferências ao Fundeb - Inter OFSS - Estado		3.408.726	3.196.668

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Nota Explicativa	2017	2016
Transferências Voluntárias - Consolidação		33.709	41.365
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União		209	-
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município		321.030	363.645
Outras Transferências - Inter OFSS - Município		-	-
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação		735.827	727.775
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação		-	66
Execução Orçamentária Delegada aos Entes - Inter OFSS - Município		111.911	94.336
Outras Transferências Concedidas - Consolidação		218.004	131.891
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		6.481.046	2.850.873
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação		3.059	2.943
Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Consolidação		-	-
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação		4.425.911	248.787
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação		2.166	3.508
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários - Consolidação		1.684.526	2.403.042
Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação		-	1.750
Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação		388	906
Perdas Involuntárias com Estoques - Consolidação		-	-
Incorporação de Passivos - Consolidação		71.919	2.969
Desincorporação de Ativos - Consolidação		293.077	186.968
Tributárias		207.945	195.282
Impostos - Consolidação		38	53
Impostos - Inter OFSS - União		539	413
Impostos - Inter OFSS - Estado		-	-
Impostos - Inter OFSS - Município		3.393	3.667
Taxas - Consolidação		269	208
Taxas - Inter OFSS - União		-	-
Taxas - Inter OFSS - Municípios		1.982	1.510
Contribuições Sociais - Inter OFSS - União		200.503	188.361
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - Inter Município		1	1
Outras Contribuições - Consolidação		344	285
Outras Contribuições - Inter OFSS - União		876	785
Outras Contribuições - Inter OFSS - Município		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		9	41
Custo das Mercadorias Vendidas - Consolidação		9	41
Custo dos Serviços Prestados - Consolidação		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		85.525.106	38.599.209
Premiações Culturais - Consolidação		5.184	2.337
Premiações Artísticas - Consolidação		10	6
Premiações Científicas - Consolidação		527	259
Premiações Desportivas - Consolidação		486	344
Ordens Honoríficas - Consolidação		48	91
Outras Premiações - Consolidação		106	94
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação		97.483	31.460
Incentivos à Educação - Consolidação		25.936	25.781
Incentivos à Ciência - Consolidação		10.767	6.256
Subvenções Econômicas - Consolidação		47.054	23.004
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação		-	7.484
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação		84.253.204	37.796.508
VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Consolidação		24	2.857
VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Consolidação		2.178	2.327
Custo de Mercadorias Vendidas - Outras VPDs - Consolidação		-	-
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União		69	18
Indenizações e Restituições - Consolidação		423.989	419.353
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação		658.040	281.029
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		127.958.682	73.241.517
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	34	5.871.831	613.192
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)			
Especificação		2017	2016
Incorporação de Ativo		1.489.912	1.372.935
Desincorporação de Passivo		524.839	610.791
Incorporação de Passivo		1.572.264	1.253.881
Desincorporação de Ativo		29.859	32.429

Consolidado Geral | Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo 18 | Lei Federal | nº 4.320/64 | Período: janeiro a dezembro de 2017 e de 2016

			R\$ milhares	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota Explicativa	2017	2016	
Ingressos		92.923.504	90.519.236	
Receitas Derivadas e Originárias		17.493.292	16.330.262	
Transferências Correntes Recebidas		6.238.365	6.576.752	
Outros Ingressos Operacionais	36	69.191.847	67.612.223	
Desembolsos		92.105.737	89.432.853	
Pessoal e Demais Despesas		19.108.360	18.140.366	
Juros e Encargos da Dívida		743.699	671.254	
Transferências Concedidas		3.000.993	2.956.556	
Outros Desembolsos Operacionais	36	69.252.685	67.664.677	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações (I)		817.767	1.086.383	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Ingressos		29.849	32.429	
Alienação de Bens		4.522	9.079	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		25.328	23.350	
Outros Ingressos de Investimentos		-	-	
Desembolsos		1.576.172	1.437.393	
Aquisição de Ativo não Circulante		1.422.535	1.294.726	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		12.782	10.536	
Outros Desembolsos de Investimento		140.855	132.131	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		(1.546.323)	(1.404.964)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Ingressos		1.612.280	1.344.824	
Operações de Crédito		1.571.279	1.253.881	
Integralização de Capital Social de Empresas Dependentes		4.539	9.906	
Transferências de Capital Recebidas		36.462	57.024	
Outros Ingressos de Financiamentos		-	24.014	
Desembolsos		524.839	610.791	
Amortização/Refinanciamento da Dívida		520.337	608.954	
Outros Desembolsos de Financiamentos		4.502	1.836	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		1.087.441	734.033	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	35-36	358.885	415.452	
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		3.952.154	3.536.702	
Caixa e Equivalente de Caixa Final		4.311.039	3.952.154	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | **Quadro de Receitas Derivadas e Originárias**

Período: janeiro a dezembro de 2017 e de 2016

R\$ milhares

	Nota Explicativa	2017	2016
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS			
Receitas Tributárias		14.359.939	13.263.425
Receitas de Contribuições		930.851	830.771
Receita Patrimonial		89.515	38.108
Receita Agropecuária		1.283	1.165
Receita Industrial		3.153	4.089
Receita de Serviços		639.736	594.131
Remuneração das Disponibilidades		629.918	880.526
Outras Receitas Originárias e Derivadas		838.898	718.046
Total das Receitas Derivadas e Originárias		17.493.292	16.330.262

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | **Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas**

Período: janeiro a dezembro de 2017 e de 2016

R\$ milhares

	Nota Explicativa	2017	2016
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS			
Intergovernamentais		2.095.284	2.256.229
Da União		2.095.147	2.255.298
De Estados e Distrito Federal		-	-
De Municípios		137	932
Multigovernamentais		-	-
Intragovernamentais		1.640.565	1.559.832
Outras Transferências Correntes Recebidas		2.502.516	2.760.690
Total das Transferências Correntes Recebidas		6.238.365	6.576.752
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		469.101	578.830
União		2.183	-
Estados e Distrito Federal		-	-
Municípios		466.919	578.830
Intragovernamentais		1.652.685	1.564.019
Outras Transferências Concedidas		879.206	813.707
Total das Transferências Concedidas		3.000.993	2.956.556

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | **Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função**

Período: janeiro a dezembro de 2017 e de 2016

	Nota Explicativa	2017	2016
			R\$ milhares
Legislativa		576.657	562.680
Judiciária		1.601.127	1.391.439
Essencial à Justiça		703.153	689.064
Administração		1.525.753	1.466.616
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		2.155.162	2.062.079
Relações Exteriores		2.790	2.846
Assistência Social		68.187	71.394
Previdência Social		6.060.123	5.619.661
Saúde		1.948.342	1.990.604
Trabalho		3.287	5.208
Educação		2.541.366	2.479.023
Cultura		31.100	29.077
Direitos da Cidadania		675.860	665.270
Urbanismo		-	-
Habitação		25.211	20.275
Saneamento		339	212
Gestão Ambiental		65.518	67.900
Ciência e Tecnologia		25.254	24.444
Agricultura		607.986	553.536
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-
Comércio e Serviços		28.608	28.644
Comunicações		70.242	55.344
Energia		53	3
Transporte		192.423	209.023
Desporto e Lazer		31.951	30.791
Encargos Especiais		167.867	115.234
Reserva de Contingência		-	-
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		19.108.360	18.140.366

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | **Quadro de Juros e Encargos da Dívida**

Período: janeiro a dezembro de 2017 e de 2016

	Nota Explicativa	2017	2016
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		600.150	516.943
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		105.538	110.171
Outros Encargos da Dívida		38.011	44.140
Total dos Juros e Encargos da Dívida		743.699	671.254

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Excluídas as operações intraorçamentárias

Valores em 31/12/2016 e 31/12/2017

ESPECIFICAÇÃO	Nota Explicativa	PATRIMÔNIO SOCIAL/ CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR		6.655	368	5.815	2.274	1.039.154	1.054.266
Ajustes de Exercícios Anteriores						7.478.211	7.478.211
Redução do Capital Social							
Aumento de Capital							
Com Reservas e Lucros							
Com Subscrição de Novas Ações							
Resultado do Exercício						613.192	613.192
Constituição/Reversão de Reservas							
Dividendos Propostos							
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR/ SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL	37	6.655	368	5.815	2.274	9.130.556	9.145.668
Ajustes de Exercícios Anteriores	31					5.894.955	5.894.955
Redução do Capital Social							
Aumento de Capital							
Com Reservas e Lucros							
Com Subscrição de Novas Ações							
Resultado do Exercício	34					5.871.831	5.871.831
Constituição/Reversão de Reservas							
Dividendos Propostos							
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	37	6.655	368	5.815	2.274	20.897.342	20.912.454

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Maior expectativa de vida

Santa Catarina é o estado brasileiro com maior esperança de vida. A média é de 79,1 anos, acima do índice nacional, 75,8. O indicador é consequência de uma série de fatores como serviços de saúde, nível de violência e qualidade da alimentação (IBGE).



Relação de notas explicativas

1.	Contexto Operacional	217	21.	Investimentos	243
2.	Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina	217	22.	Imobilizado	246
3.	Relação dos Órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de acordo com a Lei Orçamentária Anual 2017	218	23.	Intangível	250
3.1	<i>Relação Nominal dos Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados - Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo</i>	219	24.	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	253
4.	Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações	221	25.	Empréstimos e Financiamentos	254
5.	Base de Preparação	222	26.	Fornecedores e Contas a Pagar	257
5.1	<i>Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais</i>	223	27.	Obrigações Fiscais	258
6.	Moeda Funcional e de Apresentação	225	28.	Provisões	259
7.	Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas	225	29.	Demais Obrigações	261
8.	Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis	225	30.	Resultado Diferido	264
9.	Resumo das Principais Políticas Contábeis	225	31.	Ajustes de Exercícios Anteriores	264
10.	Caixa e Equivalentes de Caixa	230	32.	Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	265
11.	Créditos Tributários a Receber	232	33.	Tributos	267
12.	Clientes	233	34.	Resultado Patrimonial	269
13.	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	233	35.	Caixa e Equivalentes de Caixa	270
14.	Dívida Ativa Tributária	234	36.	Outros Ingressos Operacionais/Outros Desembolsos Operacionais	271
15.	Dívida Ativa Não Tributária	236	37.	Variação do Patrimônio Líquido no Período	271
16.	(-) Ajuste de Perdas de Créditos	237	38.	Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias	272
17.	Demais Créditos e Valores	237	39.	Superavit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente	272
18.	Investimentos e Aplicações Temporárias	241	40.	Resultado Orçamentário	273
19.	Estoques	242	41.	Resultado Financeiro	273
20.	Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente	243	42.	Transação entre Partes Relacionadas	273
			43.	Eventos Subsequentes	276

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional

O Governo do Estado de Santa Catarina é pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o número 82.951.229/0001-76, tendo a sua sede administrativa situada em Florianópolis, na Rodovia SC-401, Km 5, nº 4.600.

As atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2017 foram amparadas pela Lei Estadual nº 17.063, de 21 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2017), e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2017. As competências de cada órgão do Poder Executivo podem ser obtidas na Lei Complementar Estadual nº 381, de 7 de maio de 2007, e em suas alterações posteriores.

As ações desenvolvidas pelo Estado no exercício financeiro de 2017 foram agrupadas nas seguintes funções de Governo previstas na Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 2009: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Comércio e Serviços, Comunicação, Energia, Transporte, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais¹.

As demonstrações contábeis deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado constantes no item 3 destas notas explicativas.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2017, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

2. Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina

São controladas diretamente por Santa Catarina as empresas em que o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas podem ser classificadas em dependentes² e não dependentes. No exercício de 2017, são elas:

a) Empresas Estatais Dependentes:

- I – Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)
- II – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
- III – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
- IV – Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)

1 Na função Encargos Especiais, foram realizadas as despesas de Precatórios e o Serviço da Dívida Interna e Externa.

2 Empresa Estatal Dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles recursos provenientes de aumento de participação acionária (art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101/00).



b) Empresas não Dependentes:

- I – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)
- II – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)³
- III – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)
- IV – Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)
- V – Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)
- VI – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)
- VII – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)
- VIII – Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC)
- IX – Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)
- X – SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar)

3. Relação dos Órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de acordo com a Lei Orçamentária Anual 2017



³ Controle conjunto com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

3.1. Relação Nominal de Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados – Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo:

a) Secretarias e Órgãos

Gabinete do Vice-Governador
Polícia Militar
Corpo de Bombeiros Militar
Secretaria de Estado da Administração
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
Secretaria de Estado da Casa Civil
Secretaria de Estado da Defesa Civil
Secretaria de Estado da Educação
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria de Estado da Infraestrutura
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Secretaria de Estado da Saúde
Secretaria de Estado da Segurança Pública
Secretaria de Estado de Comunicação
Secretaria de Estado do Planejamento
Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
Secretaria Executiva de Articulação Nacional
Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais

b) Agências de Desenvolvimento Regional

São Miguel do Oeste	Laguna	Maravilha	Tubarão
São Lourenço	Criciúma	Chapecó	Araranguá
Xanxerê	Joinville	Concórdia	Jaraguá do Sul
Joaçaba	Mafra	Campos Novos	Canoinhas
Videira	Lages	Caçador	São Joaquim
Curitibanos	Palmitos	Rio do Sul	Dionísio Cerqueira
Ituporanga	Itapiranga	Ibirama	Quilombo
Blumenau	Seara	Brusque	Taió
Itajaí	Timbó	Grande Florianópolis ⁴	Braço do Norte

c) Defensoria Pública

d) Procuradoria Geral do Estado

e) Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

⁴ Apesar da extinção da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis pela Lei Estadual nº 16.795, de 16 de dezembro de 2015, em 31/12/2017 ainda permaneciam saldos contábeis na unidade gestora da SDR da Grande Florianópolis.



f) Fundações

Fundação Catarinense de Cultura (FCC)
Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)
Fundação Catarinense de Esportes (Fesporte)
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)
Fundação do Meio Ambiente (FATMA)
Fundação Escola do Governo (ENA)
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

g) Autarquias

Administração do Porto de São Francisco do Sul (APSFS)
Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC)
Departamento de Transportes e Terminais (DETER)
Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)
Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO)
Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV)
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC)
Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF)

h) Empresas Estatais Dependentes⁵

Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)

i) Fundos Especiais

Fundo de Melhoria da Polícia Civil
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville
Fundo Rotativo da Penitenciária Sul
Fundo para Melhoria da Segurança Pública
Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitiba
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina
Fundo Estadual de Defesa Civil
Fundo de Melhoria da Polícia Militar
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis
Fundo Estadual de Incentivo à Cultura

⁵ Somente as empresas estatais dependentes estão consolidadas na Prestação de Contas do Exercício de 2017. A participação do Estado nas empresas não dependentes é incorporada neste Balanço Geral pelo método da equivalência patrimonial.

- Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo
- Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte
- Fundo Estadual de Assistência Social
- Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina (FUNDHAB)
- Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP)
- Fundo para a Infância e Adolescência
- Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos
- Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas
- Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial)
- Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reparcelamento
- Fundo Especial da Defensoria Dativa
- Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina
- Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural
- Fundo Estadual de Sanidade Animal
- Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior
- Fundo Estadual de Educação (Feduc)
- Fundo Financeiro
- Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais
- Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais
- Fundo Patrimonial
- Fundo Estadual de Saúde
- Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (InvestSaúde)
- Fundo Estadual de Apoio aos Municípios
- Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina
- Fundo de Esforço Fiscal
- Fundo Pró-Emprego
- Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, HEMOSC, CEPON e Hospitais Municipais
- Fundo de Água e Esgoto
- j) Unidades Gestoras Especiais**
 - Diretoria do Tesouro Estadual
 - Encargos Gerais do Estado



4. Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações

A Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC) encontra-se em fase de liquidação, sendo a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) a sua liquidante.

A Lei nº 17.220, de 1º de agosto de 2017, autorizou a dissolução, a liquidação e a extinção da CODESC e da COHAB, não estipulando um prazo máximo para o encerramento contábil das unidades desses órgãos.

A Lei Complementar Estadual nº 707, de 7 de dezembro de 2017, extinguiu a Administração do Porto de São Francisco do Sul (APSF) e autorizou a criação de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) subsidiária da SCPAR para exercer as atribuições do Porto de São Francisco do Sul, objeto do Convênio de Delegação nº 001/2011.

A Lei nº 17.350, de 11 de dezembro de 2017, vinculou a gestão do Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina à Secretaria de Estado da Saúde. Antes, a gestão do fundo era vinculada à Secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados.

A Lei nº 17.354, de 20 de dezembro de 2017, criou o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) e extinguiu a Fundação do Meio Ambiente (FATMA).

5. Base de Preparação

As demonstrações contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição. O manual é aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16 e NBCs TSP, quando aplicáveis).

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidados excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, denominadas “intra”. O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados considerando as operações intra.

Foram excluídos os seguintes valores de operações intra no processo de consolidação:

R\$ milhares			
Classe de Contas	Valores com as Operações Intra	Ajuste de Consolidação	Valores Consolidados sem as Operações Intra
Ativo	56.139.261	-2.747.345	53.391.916
Passivo	35.221.096	-2.741.634	32.479.462
Patrimônio Líquido	20.918.165	-5.711	20.912.454
Variações Patrimoniais Diminutivas	201.193.432	-73.234.750	127.958.682
Variações Patrimoniais Aumentativas	207.060.585	-73.230.072	133.830.513

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

No Volume II, são apresentados os balanços do Poder Executivo, e neles estão consideradas as operações intra. Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros itens relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

5.1. Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards - IPSAS*) teve como um dos marcos iniciais a Portaria nº 184, emitida pelo Ministério da Fazenda em 25 de agosto de 2008, que ficou conhecida como a "Portaria da Convergência". Foi essa portaria que determinou à STN o desenvolvimento de ações no sentido de promover a convergência.

Todo o processo de convergência foi alicerçado com a implantação de um plano de contas único para a Federação (PCASP) pela uniformização de procedimentos contábeis orçamentários (PCOs) e específicos (PCEs), e pela implantação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

O Estado de Santa Catarina vem adotando uma série de providências no sentido de acompanhar todo o processo de convergência. Com dois anos de antecedência (2013) ao prazo estabelecido pela STN, o PCASP foi implantado, e todas as rotinas de eventos contábeis foram adaptadas. Já as novas demonstrações contábeis, como a DFC e a DMPL, são elaboradas desde o exercício de 2010.

Após essa primeira etapa do processo de convergência, os esforços estão agora concentrados na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação desses procedimentos (PIPCCPs). O plano consiste em definir estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência, de forma gradual.

Nessa linha, as ações promovidas pelo Estado de Santa Catarina o colocam reconhecidamente na vanguarda do processo. Destacam-se: o reconhecimento, pelo regime de competência, dos créditos tributários a receber do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a avaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis) e o reconhecimento de ativos de infraestrutura.

Em 2017, foi possível implementar o reconhecimento, a mensuração e a evidência das férias pelo regime de competência, dando-se mais um importante passo no processo de convergência à contabilidade baseada em competência (*accrual basis of accounting*). Nesse ano, também houve a avaliação inicial das rodovias não pavimentadas, bem como a revisão dos valores dos demais ativos de infraestrutura que vêm sendo reconhecidos pelo Estado de Santa Catarina desde 2014, incrementando, assim, os ativos de infraestrutura expostos e evidenciados nos relatórios contábeis de propósitos gerais (RCPGs).



Abaixo, seguem os prazos dos PCPs determinados pela Portaria nº 548/2015 e a situação do Estado em relação a esses prazos.

Procedimento Contábil Patrimonial (PCP)	Prazo para Estados e Distrito Federal	Santa Catarina
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2020	Implantado parcialmente
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	2020	Implantado parcialmente
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2017	Implantado
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	2015	Implantado
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	2019	Implantado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	2019	Implantado
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	2019	Implantado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	2022	Implantado parcialmente
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução a valor recuperável (quando passível de registro, segundo as IPSAS, as NBC TSP e o MCASP).	2022	Não iniciado
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2019	Implantado
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	2017	Implantado
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	2015	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	2016	Implantado
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução a valor recuperável.	2020	Implantado parcialmente
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução a valor recuperável.	2019	Implantado
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2021	Implantado
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBC TSP e no MCASP.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado

Em 2018, o Estado tem como desafio avançar na implantação, de forma sistêmica, da apuração dos custos dos serviços públicos. Para isso, está trabalhando na parametrização dos dados, na integração de sistemas e no desenvolvimento de uma estrutura de custos que permita uma melhor visualização e tomada de decisão dos gestores públicos.

6. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado. Todos os saldos foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7. Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, o Governo do Estado fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição. No exercício de 2017, destacam-se os valores atribuídos às rodovias estaduais não pavimentadas que foram avaliadas pelo DEINFRA;
- b) no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa, foi utilizada a média de recebimento dos últimos três anos. Para os valores inscritos em dívida ativa tributária de curto prazo, houve uma mudança na estimativa, levando-se em consideração para os ajustes para perdas o valor previsto na lei orçamentária anual na rubrica da dívida ativa;
- c) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, quando couber, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009, foi utilizada a vida útil definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010, a vida útil foi definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998. No caso dos intangíveis, foi utilizado o período contratual das licenças de uso ou de acordo com a vida útil definida em laudo de avaliação inicial;
- d) os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, tendo como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade, etc. O valor da obrigação é altamente sensível a mudanças, tendo em vista que essas premissas são revisadas a cada data-base. A nota explicativa nº 28 detalha as principais premissas utilizadas na avaliação atuarial;
- e) as provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível.

8. Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas para apresentação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) no dia 28/2/2018 pelo Secretário de Estado da Fazenda.

9. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito prefixados são ajustados a valor presente.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pós-fixados são ajustados considerando todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são mensuradas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização dos passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre estes o menor.

d) Investimentos Permanentes

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis mais recentes das controladas, sendo essas as do terceiro trimestre de 2017 das empresas públicas e das sociedades de economia mista, quando não for reportado de forma diversa. O lapso temporal das demonstrações contábeis das empresas estatais para fins de equivalência patrimonial ocorre pela diferença de data de apresentação das demonstrações do Governo do Estado (controlador) e de suas estatais (controladas).

e) Propriedade para Investimento

As propriedades para investimentos estão mensuradas a valor de mercado e representam imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial.

g) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na

mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

h) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

De acordo com o Decreto Estadual nº 3.486, de 3 de setembro de 2010, todos os bens adquiridos anteriormente a 1º/1/2010, necessariamente, deveriam passar pelo procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável dos ativos. Procedeu-se, dessa forma, a um corte temporal.

A partir disso, estabeleceu-se um cronograma de reavaliação/redução a valor recuperável para os bens registrados no patrimônio anteriormente a 1º/1/2010. Por outro lado, garantiu-se a possibilidade de reconhecimento da perda de valor dos bens adquiridos e postos em operação após aquela data, visto tratar-se de bens com valor objetivamente mensurados a partir da transação que levou à sua incorporação ao patrimônio do Estado. Nesse sentido, a solução adotada buscou atender à norma contábil aplicável à matéria bem como mobilizar as estruturas envolvidas para a tarefa de avaliar adequadamente o patrimônio estatal.

A primeira avaliação do bem é registrada no Patrimônio Líquido na conta "Ajustes de Exercícios Anteriores" e, da segunda em diante, diretamente em contas de resultado.

i) Depreciação, Amortização e Exaustão

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de avaliação, conforme cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011.

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010 utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998.

A amortização dos intangíveis, quando couber, está sendo realizada pelo método da linha reta, tendo como referência o período de licença de uso ou vida útil estimada em laudo de avaliação próprio quando de softwares preexistentes.

j) Depósitos Judiciais

O Estado de Santa Catarina optou por registrar como outras receitas de capital os valores levantados a título de depósitos judiciais sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Como consequência do tratamento orçamentário dado ao recurso, também foi reconhecida uma obrigação do Estado pelo levantamento do depósito antes do trânsito em julgado. O registro patrimonial é feito no grupo "Demais Obrigações a Longo Prazo" e segue o entendimento da Nota Técnica do Grupo dos Gestores das Finanças Estaduais (GEFIN). A STN ainda não disciplinou, no âmbito dos seus grupos técnicos, o tratamento contábil a ser dado aos depósitos judiciais levantados antecipadamente.

Os depósitos judiciais nos quais o Estado não é parte, previstos na Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, foram registrados como receita de operações de crédito em rubrica específica, com reconhecimento do passivo no grupo "Demais Obrigações de Longo Prazo".

k) Custos dos Empréstimos

Os custos dos empréstimos foram reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos tenham sido aplicados, ou seja, os custos dos empréstimos não foram capitalizados.

**l) Restos a Pagar**

Os restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2016 e não liquidados até 31/1/2017 foram cancelados. Os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o *status* de restos a pagar não processados. Todos os restos a pagar inscritos em 2016 e não pagos até 31/12/2017 foram cancelados, sendo inscritos no passivo com atributo “P - Permanente”, aqueles em que a dívida do Estado ainda permanece. Os pagamentos dessa dívida deverão ocorrer à conta de Despesas de Exercícios Anteriores (elemento de despesa 92).

m) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

Santa Catarina adota a política contábil de registro das retenções na conta “crédito empenhado liquidado pago” no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

n) Registro da Receita Orçamentária

Em 2017, a política contábil de Santa Catarina foi o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta na unidade gestora que representa o “Tesouro do Estado”. Também têm registro de receita orçamentária os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações e as Empresas Estatais Dependentes.

o) Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extra-orçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso. Para os precatórios, a reclassificação do saldo do passivo não circulante para o passivo circulante foi realizada de acordo com as regras da Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, que estende o prazo para quitação dos precatórios pendentes até 31/12/2024.

p) Depósitos em Conta Pecúlio

A partir do ano de 2017, atendendo à Decisão do TCE/SC nº 306, publicada no Diário Oficial nº 2195, de 7 de junho de 2017, o Estado começou a registrar os saldos dos valores pertencentes aos apenados, que estão depositados em conta corrente bancária dos Fundos Penitenciários. Tais valores não transitam pelo orçamento do Estado, sendo este um fiel depositário de valores de terceiros. No final do exercício, o saldo registrado na conta era de R\$ 2,88 milhões.

q) Receita de Transações sem Contraprestação

O ICMS e o ITCMD declarados são registrados pelo regime de caixa desde 2014. O ICMS e o ITCMD, lançados de ofício e parcelados, são reconhecidos pelo regime de competência. O IPVA é integralmente registrado pelo regime de competência.

As receitas oriundas de taxas, transferências e doações são reconhecidas pelo regime de caixa.

r) Receita de Transações com Contraprestação

As receitas de prestação de serviços e de vendas de mercadorias são reconhecidas pelo regime de competência. *Royalties* são reconhecidos pelo regime de caixa. Dividendos e distribuições similares são reconhecidos pelo regime de competência.

s) Desvinculação das Receitas Estaduais (DRE)

Durante o exercício financeiro de 2017, o Estado de Santa Catarina aplicou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, que desvinculou 30% das receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até 31 de dezembro de 2023, e outras receitas correntes. A Secretaria de Estado da Fazenda editou a Portaria nº 251, de 18 de julho de 2017, com as receitas que foram desvinculadas. Na prática, recursos correntes até então vinculados tiveram 30% de suas disponibilidades aplicadas de acordo com a necessidade de caixa do Tesouro Estadual. A quantia desvinculada em 2017 foi de R\$ 121,49 milhões.

t) Renúncia de Receita

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e reconhecidos como dedução da variação patrimonial aumentativa (vide nota explicativa nº 33). Os valores só são reconhecidos pela contabilidade quando mensurados com segurança.

Em observância ao art. 35, I, da Lei Federal nº 4.320/1964, os valores das renúncias não transitam pelo orçamento, tendo em vista que não percorrem o estágio da arrecadação.

u) Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência, às NBCs TSP e ao art. 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 1.381/2017.

v) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador, quando não reportado de forma diversa.



BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

ATIVOS

10. Caixa e Equivalentes de Caixa

R\$ milhares		
TÍTULOS	31/12/2017	31/12/2016
Conta Única – Tesouro	806	295
Banco do Brasil	2.231.314	2.175.147
(-) Aplicações financeiras da conta única	(2.230.509)	(2.174.852)
Conta Única – RPPS	-	11
Bancos Conta Movimento – Plano Financeiro	134.460	90.492
Bancos Conta Movimento – Plano Previdenciário	247.604	231.129
Bancos Conta Movimento – Taxa de Administração	18.198	15.523
(-) Aplicações Financeiras – Fundo Financeiro	(134.460)	(90.480)
(-) Aplicações Financeiras – Fundo Previdenciário	(247.604)	(231.129)
(-) Aplicações Financeiras – Taxa de Administração	(18.198)	(15.523)
Outras Contas	34.260	11.854
Banco do Brasil – outras contas	1.551.698	1.523.590
Caixa Econômica Federal	5.813.453	5.504.588
(-) Aplicações financeiras – outros bancos	(7.330.891)	(7.016.323)
Arrecadação Indireta	17.550	14.597
Aplicações Financeiras	9.561.399	9.191.175
CDB/RDB	565.866	863.234
Poupança	85.108	92.813
Fundos	8.865.867	8.183.427
Outras aplicações	44.560	51.702
TOTAL	9.614.016	9.217.933

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Conta Única – Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no art. 128, § 6º, da Lei Complementar Estadual nº 381/2007, a qual estabelece que as disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da administração pública estadual poderão ser aplicadas em títulos federais, em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Além disso, o sistema de conta única também tem como objetivos prover o Tesouro Estadual dos recursos necessários às liberações financeiras, com vistas ao atendimento dos Encargos Gerais do Estado e para utilizar eventual disponibilidade que garanta a liquidez de obrigações do Estado, a fim de reduzir o custo da dívida pública (art. 128, § 2º, da LC nº 381/2017).

Para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única, utilizam-se as rubricas credoras “(-) Aplicações financeiras da conta única”. O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo “Aplicações Financeiras”.

Conta Única - RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). Da mesma forma que a sistemática da conta única do Tesouro, as rubricas credoras “(-) Aplicações Financeiras – Fundo Financeiro” e “(-) Aplicações Financeiras – Taxa de Administração” demonstram os recursos financeiros aplicados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores. Contudo, o grupo de contas que apresenta o saldo devedor das aplicações financeiras do RPPS está segregado do grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa”, conforme a nota explicativa nº 18.

Outras contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios e de operações de crédito.

Arrecadação Indireta

Representa os valores da receita arrecadada no período pelos agentes financeiros e que ainda não foram recolhidos a nenhum dos domicílios bancários de titularidade do Estado. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos que estão aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no art. 128, § 6º, da Lei Complementar Estadual nº 381/2007. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) e operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder e Órgão.

RS milhares

Aplicações Financeiras	31/12/2017				
	CDB/RDB	Poupança	Fundos	Outras Aplicações	TOTAL
Executivo	527.119	83.743	2.413.222	11.609	3.035.694
Legislativo	-	-	16.195	-	16.195
Judiciário	38.747	1.364	6.268.270	-	6.308.381
Tribunal de Contas do Estado	-	-	-	32.950	32.950
Ministério Público	-	-	168.179	-	168.179
TOTAL	565.866	85.108	8.865.867	44.560	9.561.399

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Ressalta-se que, no Poder Judiciário, do valor de R\$ 6,268 bilhões aplicados em fundos, R\$ 5,344 bilhões não constituem uma disponibilidade do ente de fato, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327, de 23 de novembro de 2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são aplicados no mercado financeiro enquanto não forem autorizados os pagamentos aos interessados pelo juízo competente. Sendo assim, a contrapartida desses valores é contabilizada no passivo circulante do Tribunal de Justiça, na conta dos depósitos recebidos por determinação judicial (vide nota explicativa nº 29 – Depósitos Judiciais).

11. Créditos Tributários a Receber

R\$ milhares

Créditos Tributários a Receber	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos	606.812	-	606.812	887.717	-	887.717
Contribuições Sociais	11.623	-	11.623	7.327	-	7.327
Créditos Tributários Parcelados	559.517	-	559.517	562.672	-	562.672
Créditos Tributários PRODEC	-	2.383.146	2.383.146	-	2.276.166	2.276.166
Créditos Previdenciários Parcelados	275	-	275	275	-	275
TOTAL	1.178.228	2.383.146	3.561.374	1.457.991	2.276.166	3.734.157

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Impostos

Os valores referentes aos impostos são registrados pelo valor bruto, todavia, constitucionalmente, parte dos valores de impostos arrecadados pelo Estado pertence aos municípios. Para refletir tal situação e, em decorrência dos princípios contábeis, são provisionados os valores que pertencem aos municípios e ao Fundeb (vide nota explicativa nº 28).

Créditos Tributários Parcelados

Esta conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores a receber são contabilizados na Unidade Gestora do Tesouro Estadual. Assim como os impostos, os valores que pertencem aos municípios e ao Fundeb são provisionados (vide nota explicativa nº 28).

Créditos Tributários PRODEC

Esta conta registra os valores decorrentes dos contratos relativos ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), que tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico catarinense por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação, ou da participação no capital de empresas instaladas em Santa Catarina. Esses valores estão contabilizados no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que é a unidade gestora responsável pela estrutura financeira do PRODEC.

Créditos Previdenciários Parcelados

Esta conta registra o valor a receber de alguns municípios cujos servidores estavam segurados pelo Instituto de Previdência do Estado. No ativo não circulante, esses créditos estão contabilizados no grupo "Outros créditos da dívida ativa tributária", no valor de R\$ 1,32 milhão (nota explicativa nº 14).

12. Clientes

Esta conta apresenta os valores a receber por vendas, prestação de serviços ou ressarcimentos de despesas. Na tabela a seguir, são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo nesta conta contábil.

	R\$ milhares	
Unidades Gestoras	31/12/2017	31/12/2016
Fundação Catarinense de Cultura	5	73
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	0,4	1
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A.	5	21
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	4.639	3.923
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	20	8
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	46.605	50.197
Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	-	2
Fundação Escola de Governo (ENA)	2	2
Fundo Estadual de Saúde	12	-
Departamento de Transportes e Terminais	34.173	17.040
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	74	65
Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	848	48
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	280	300
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	62	21
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	90	80
TOTAL DE CLIENTES ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	86.015	71.780
(-) Ajuste de Perdas	(30.252)	(16.979)
TOTAL DE CLIENTES APÓS O AJUSTE DE PERDAS	55.763	54.801

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

13. Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Esta conta registra os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e de financiamentos concedidos.

Na tabela a seguir, são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo nesta conta contábil.

R\$ milhares

Unidades Gestoras	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	25.757	4.369	30.126	28.892	21.965	50.857
Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	-	-
Fundo de Água e Esgoto	-	66.843	66.843	-	66.843	66.843
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	-	8.497	8.497	-	8.393	8.393
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	-	94.562	94.562	-	84.142	84.142
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	-	14.493	14.493	-	14.493	14.493
Encargos Gerais	-	70.653	70.653	-	82.417	82.417
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	25.757	259.416	285.173	28.892	278.253	307.145
(-) Ajuste para Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(14.283)	-	(14.283)	(16.162)	-	(16.162)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	11.474	259.416	270.892	12.730	278.253	290.983

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

14. Dívida Ativa Tributária

R\$ milhares

Dívida Ativa Tributária	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
ICMS	326.383	13.915.401	14.241.784	586.857	12.609.894	13.196.751
IPVA	111.978	318.164	430.141	75.214	233.584	308.798
ITCMD	2.517	99.153	101.671	13.619	71.229	84.848
Outros Créditos	3.736	55.431	59.166	1.669	63.870	65.539
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	444.614	14.388.149	14.832.763	677.359	12.978.576	13.655.936
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária	(123.779)	(14.370.526)	(14.494.305)	(676.690)	(12.950.578)	(13.627.268)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	320.835	17.622	338.457	669	27.998	28.668

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Perfil da dívida ativa tributária por tempo de inscrição:

Período de Inscrição	Impostos				
	ICMS	IPVA	ITCMD	Outros Tributos	Total
Menos de 5 anos	41,75%	2,37%	0,48%	0,19%	44,78%
Entre 5 e 10 anos	24,16%	0,60%	0,21%	0,18%	25,15%
Mais de 10 anos	29,88%	0,14%	0,01%	0,05%	30,07%
Total	95,79%	3,11%	0,69%	0,41%	100,00%

Fonte: Diretoria de Administração Tributária – Secretaria de Estado da Fazenda

Perfil da dívida ativa tributária por segmento econômico:

Segmento Econômico	Impostos				
	ICMS	IPVA	ITCMD	Outros	Total
Indústria	42,85%	0,04%	-	0,06%	42,95%
Comércio	38,97%	0,09%	-	0,05%	39,11%
Transporte	6,56%	0,07%	-	0,01%	6,64%
Outros	7,40%	2,91%	0,69%	0,30%	11,30%
Total	95,79%	3,11%	0,69%	0,41%	100,00%

Fonte: Diretoria de Administração Tributária – Secretaria de Estado da Fazenda

Cobrança da Dívida Ativa Tributária

TÍTULOS	R\$ milhares	
	31/12/2017	31/12/2016
Estoque de Dívida Ativa Tributária	14.832.763	13.655.936
Cobrança no Exercício	335.463	152.015

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Outros Créditos

Estão registrados neste grupo, no ativo não circulante, os valores a receber pelo Fundo Financeiro do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) – R\$ 1,32 milhão referentes a valores a receber de alguns municípios cujos servidores estavam segurados pelo Instituto de Previdência do Estado. Em 2017, houve a baixa de R\$ 15,33 milhões por prescrição do direito contra a Prefeitura Municipal de Florianópolis, conforme pareceres constantes nas fls. 292 a 311 e 318 a 321 e determinação constante nas fls 326 e 327 do Processo IPESC nº 1.154/2003.

Além disso, há o registro do valor de R\$ 54,09 milhões pertencente ao Fundo de Reaparelhamento de Justiça.



Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária

A 7ª edição do MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 840/2016, não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo o uso da estimativa a cada ente da Federação.

A metodologia utilizada nas demonstrações deste relatório técnico é a apresentada a seguir, salvo quando disposto em contrário (vide nota explicativa nº 17):

1. média percentual de recebimentos passados; e
2. saldo atualizado da conta de créditos inscritos em dívida ativa.

A média percentual de recebimentos passados é calculada pela divisão entre a média ponderada dos recebimentos, que utiliza valores inscritos nos três últimos exercícios, e pelo número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.

No tocante à dívida ativa tributária de curto prazo, houve uma mudança na estimativa das perdas. O ajuste foi realizado com base na estimativa de recebimento dos valores previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Assim sendo, o valor exposto no balanço patrimonial ficou conciliado com o valor constante na LOA. A mudança de estimativa provocou uma redução do valor do ajuste para perdas reconhecidas no curto prazo.

15. Dívida Ativa Não Tributária

Registra valores provenientes de fatos geradores não tributários (como, por exemplo, aplicação de multas), ocorridos em determinadas entidades públicas como FATMA, DETER, DEINFRA e CIDASC, em função de suas atividades-fins. O ajuste para as perdas prováveis da dívida ativa não tributária segue a mesma metodologia da dívida ativa tributária (vide nota explicativa nº 14).

R\$ milhares

Dívida Ativa não Tributária	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Dívida Ativa não Tributária	2.398	428.735	431.133	2.395	328.789	331.184
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa não Tributária	(2.266)	(428.212)	(430.478)	(2.383)	(328.430)	(330.813)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	132	523	655	13	359	371

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

16. (-) Ajuste de Perdas de Créditos

O quadro abaixo detalha a conta de ajuste de perdas. A metodologia de cálculo do ajuste das perdas das dívidas ativas tributária e não tributária está descrita na nota explicativa nº 14.

R\$ milhares

Ajustes de Perdas de Créditos	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	30.252	-	30.252	16.979	-	16.979
(-) Ajuste de Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	14.283	-	14.283	16.162	-	16.162
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa Tributária	123.779	14.370.526	14.494.305	676.690	12.950.578	13.627.268
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa não Tributária	2.266	428.212	430.478	2.383	328.430	330.813
TOTAL	170.580	14.798.738	14.969.318	712.214	13.279.008	13.991.222

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

17. Demais Créditos e Valores

R\$ milhares

Demais Créditos e Valores	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	11.172	-	11.172	9.087	-	9.087
Suprimento de Fundos/Diárias	12.548	-	12.548	14.163	-	14.163
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.841.306	-	1.841.306	1.606.214	-	1.606.214
Tributos a Recuperar/Compensar	5.974	-	5.974	5.943	-	5.943
Créditos por Danos ao Patrimônio	197.454	-	197.454	227.874	-	227.874
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	173.751	122.156	295.907	113.439	90.962	204.401
Outros Créditos e Valores a Receber	514.474	193.637	708.111	527.985	92.777	620.762
TOTAL DOS CRÉDITOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	2.756.679	315.793	3.072.472	2.504.705	183.739	2.688.444
(-) Ajuste de Perdas	(445.345)	(232)	(445.577)	(417.596)	(287)	(417.883)
TOTAL DOS CRÉDITOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	2.311.335	315.560	2.626.895	2.087.109	183.453	2.270.561

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)

Os adiantamentos concedidos a título de transferências voluntárias também são registrados no ativo até a devida prestação de contas. A seguir, a discriminação dos saldos por tipo de transferências.

	R\$ milhares	
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	31/12/2017	31/12/2016
Convênios	1.428.667	1.232.520
Contratos de Gestão	231.803	222.162
Contrato de Apoio Financeiro - PF e PJ	91.129	78.814
Contrato de Apoio à Pesquisa	45.205	43.116
Subvenções Econômicas	15.143	12.094
Subvenções Sociais	15.116	16.774
Termos de Fomento ou Colaboração	12.795	-
Termos de Parceria	1.449	733
TOTAL	1.841.306	1.606.214

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Os órgãos com maiores saldos de convênios transferidos são os abaixo listados:

	R\$ milhares	
Unidades Gestoras	31/12/2017	31/12/2016
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação (FAPESC)	34.136	41.895
ADR - Chapecó	50.269	39.501
ADR - Criciúma	35.241	27.767
ADR - Lages	60.405	37.024
Fundo Estadual de Saúde	259.310	203.326
Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde	73.279	31.155
FUNDAM	490.804	488.463
Secretaria da Infraestrutura	48.122	29.412
Fundo Penitenciário do Estado	81.426	60.747
Demais Órgãos	295.675	273.230
TOTAL	1.428.667	1.232.520

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Com relação aos contratos de gestão, a maioria dos valores registrados refere-se a contratos firmados com organizações sociais para a administração de hospitais do Estado que estão contabilizados no Fundo Estadual de Saúde (R\$ 228,45 milhões).

Créditos por Danos ao Patrimônio

Conta que registra os valores dos recursos antecipados que tiveram o prazo expirado para prestação de contas e os montantes dos potenciais danos ao erário, apurados nas prestações de contas consideradas irregulares pela unidade de controle interno, conforme estabelecido na Instrução Normativa Conjunta DIAG/DCOG nº 001, de 17 de outubro de 2008, bem como outros créditos oriundos de danos ao patrimônio.

Créditos por Danos ao Patrimônio	R\$ milhares	
	31/12/2017	31/12/2016
Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas	43.803	68.441
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Ilegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados	51.721	52.470
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamentos sem Respaldo Orçamentário	112	1.370
Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos	8.824	19.781
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Ilegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados – TCE	24.112	24.070
Créditos a Receber Decorrentes de Ato Ilegal, Ilegítimo ou Antieconômico – TCE	17.445	10.295
Outros Créditos a Receber Apurados em Tomada de Contas Especial – TCE	51.422	51.448
Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Processos Judiciais	15	-
TOTAL	197.454	227.874

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Registra os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais e de mandados judiciais de sequestros na conta única e em outras contas bancárias por conta de litígios judiciais e pagamentos de precatórios. A baixa desses valores ocorre com a execução da despesa orçamentária, após a confirmação do processo por parte da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Abaixo, são demonstrados os valores por unidade gestora de orçamento.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
COHAB	1.356	662	2.018	1.350	695	2.045
CIDASC	34	14.498	14.532	34	12.282	12.316
Epagri	-	640	640	-	6.322	6.322
Diretoria do Tesouro Estadual	125.227	-	125.227	79.022	-	79.022
Demais Unidades Gestoras	47.134	106.355	153.489	33.034	71.663	104.697
TOTAL	173.751	122.156	295.907	113.439	90.962	204.402

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Outros Créditos e Valores a Receber

RS milhares

Outros Créditos e Valores a Receber	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	448.324	7.076	455.400	419.967	7.297	427.264
Multas de Trânsito a Receber	17.537	-	17.537	29.975	-	29.975
Dividendos Propostos a Receber	4.901	-	4.901	4.901	-	4.901
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	30.693	-	30.693	14.554	-	14.554
Outros Créditos e Valores a Receber	13.019	186.560	199.579	58.589	85.480	144.069
TOTAL	514.474	193.637	708.111	527.985	92.777	620.762

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens

RS milhares

Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Assembleia Legislativa do Estado	4	-	4	4	-	4
Fundação Catarinense de Cultura	12	-	12	32	-	32
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	3	-	3	3	-	3
Fundo Patrimonial	-	-	-	35	-	35
Departamento Estadual de Infraestrutura	448.306	7.049	455.355	419.893	7.269	427.162
Departamento de Transportes e Terminais	-	28	28	-	28	28
TOTAL	448.324	7.076	455.400	419.967	7.297	427.264

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Registra os direitos a receber relativos a concessões das áreas de faixas de domínio e de outros bens. A exploração da utilização e da comercialização, a título oneroso, das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais está disposta na Lei Estadual nº 13.516, de 4 de outubro de 2005, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.930, de 11 de janeiro de 2006.

O ajuste para as perdas prováveis está sendo reconhecido pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) e é composto pelos valores vencidos há mais de 30 dias, com exceção dos direitos contra as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), que possuem a totalidade dos valores provisionados em decorrência de discussão judicial (ação judicial nº 023.09.028623-8).

Na sequência, é demonstrada a composição dos direitos da Unidade Gestora DEINFRA, em 2017, por devedor:

R\$ milhares

Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens - DEINFRA (Credor)	31/12/2017					
	Circulante			Não Circulante		
	Direitos	Ajuste de Perdas	Subtotal	Direitos	Ajuste de Perdas	Subtotal
Águas de São Francisco	100	-	100	200	-	200
Águas de Bombinhas	-	-	-	118	-	118
CASAN	1.980	(1.980)	-	-	-	-
Casa de Pedra Energia S.A.	718	(718)	-	-	-	-
Celesc	440.347	(440.347)	-	-	-	-
Claro S.A.	345	(345)	-	106	(106)	-
Cia. Águas JOI	41	-	41	-	-	-
Cooperativa Central Aurora	-	-	-	161	-	161
Eletrosul Centrais Elétricas	136	(136)	-	122	(122)	-
Heidrich e Heidrich Ltda.	-	-	-	76	-	76
Interligação Elétrica S.A.	74	(74)	-	-	-	-
Prefeitura de Brusque	177	(177)	-	-	-	-
SC Energia	427	(427)	-	-	-	-
SCGÁS	2.493	-	2.493	3.995	-	3.995
Telefônica Brasil S.A.	-	-	-	1.706	-	1.706
Tubarão Saneamento	123	(123)	-	-	-	-
Demais devedores	1.345	(247)	1.098	565	(4)	561
TOTAL	448.306	(444.574)	3.732	7.049	(232)	6.817

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Destacam-se ainda os registros em outros créditos e valores a receber no longo prazo: dos valores de R\$ 283 mil decorrentes de antecipação de cota patronal ao SC Prev, Instituto de Direito Privado que irá gerir o Fundo de Previdência Complementar do servidor público do Estado; de R\$ 85 milhões em incentivos fiscais no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina; e de R\$ 101,06 milhões a receber decorrentes do direito de exploração de serviços bancários junto ao Banco do Brasil S.A.

18. Investimentos e Aplicações Temporárias

Os investimentos e as ações temporárias abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) que estão aplicados no mercado financeiro. Esses valores são geridos pelo Instituto de Previdência do Estado e, com exceção das ações passíveis de alienação, as demais aplicações são consideradas caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (vide nota explicativa nº 35).

R\$ milhares

Investimentos e Aplicações Temporárias	31/12/2017	31/12/2016
Fundos de Investimento em Renda Fixa	382.064	321.609
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	18.198	15.523
Ações Passíveis de Alienação	134	216
TOTAL	400.396	337.348

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

19. Estoques

R\$ milhares

	2017	2016
Estoques	Circulante	Circulante
Mercadorias para Revenda	974	1.005
Matérias-Primas	633	696
Almoxarifado	181.824	170.631
Outros Estoques	19.406	6.093
TOTAL	202.836	178.425

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Detalhamento do Almoxarifado por Unidade Gestora

R\$ milhares

Unidade Gestora	Saldo em 31/12/2016	Incorporações em 2017	Baixas em 2017	Saldo em 31/12/2017
Fundo Estadual de Saúde	101.766	778.972	780.760	99.978
Fundo de Melhoria da Segurança Pública	8.455	35.115	14.738	28.831
Tribunal de Justiça	8.240	27.891	25.848	10.283
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	15.278	42.095	50.872	6.501
Secretaria de Estado da Saúde	4.144	2.899	2.836	4.207
Secretaria de Estado da Educação	4.142	103.814	105.039	2.917
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC)	5.210	33.320	36.476	2.054
CIDASC	2.523	5.004	5.565	1.961
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	99	1.419	4	1.514
Udesc	1.418	5.426	5.593	1.251
Ministério Público	1.056	3.391	3.292	1.155
Fundação Catarinense de Esporte	154	5.076	4.076	1.155
Demais Órgãos	18.146	86.594	87.725	17.015
TOTAL	170.631	1.131.016	1.119.824	181.824

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

20. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, de acordo com o que preceitua a aplicação do princípio da competência. Basicamente, são os registros de seguros a vencer e as assinaturas/anuidades a apropriar. Inclui no ativo não circulante os valores de subvenção econômica realizada com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que serão reconhecidos orçamentariamente no final dos contratos, como prevê a legislação catarinense.

R\$ milhares

TÍTULOS	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	10.558	269.633	280.191	11.355	287.154	298.509
TOTAL	10.558	269.633	280.191	11.355	287.154	298.509

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

21. Investimentos

R\$ milhares

Investimentos	31/12/2017	31/12/2016
Participações Societárias – Método da Equivalência Patrimonial	3.389.797	3.376.978
Participação em Empresas	2.977.481	2.913.267
Adiantamento para Aumento de Capital	412.316	463.711
Participação – Método do Custo	363	364
Propriedade para Investimento	41.811	41.803
TOTAL	3.431.971	3.419.146

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Participações Societárias

As participações societárias do Estado englobam tanto aquelas realizadas em empresas estatais superavitárias quanto em empresas estatais dependentes⁶, além das participações em outras empresas.

6 Epagri, Santur, COHAB e CIDASC.

R\$ milhares

Participações Societárias							
Empresa	MEP		Método de Custo		Adiantamento para Aumento de Capital	% de Participação no Capital Social	Data-Base do Último Balanço Utilizado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			
Empresas Estatais não Dependentes (não integram o Balanço Consolidado)							
SC Participações	159.529	150.991	-	-	334.203	99,99%	30/09/2017
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	832.851	804.000	-	-	36.931	64,21%	30/09/2017
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	286.573	280.941	-	-	-	51,82%	30/09/2017
Companhia de Distritos Industriais de SC (CODISC)	1.239	1.620	-	-	-	99,71%	30/09/2017
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	4.464	759	-	-	31.486	100,00%	30/09/2017
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)	414.862	450.200	-	-	9.695	98,75%	30/09/2017
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	11.289	5.649	-	-	-	93,91%	30/09/2017
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	431.737	436.485	-	-	-	20,20%	30/09/2017
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	834.937	782.622	-	-	-	33,33%	30/09/2017
Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC) ⁷	-	-	-	-	-	99,50%	31/12/2016
Outras Participações Acionárias	-	-	9.260	9.261	-	-	-
Perdas Estimadas para Valor Realizável Líquido	-	-	-8.896	-8.896	-	-	-
Empresas Estatais Dependentes (integram o Balanço Consolidado e são excluídas na consolidação)							
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri)	-	1.273	-	-	-	96,28%	30/09/2017
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)	382	-	-	-	-	96,75%	30/09/2017
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC (CIDASC)	5.323	4.571	-	-	-	100,00%	31/12/2016
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)	-	-	-	-	-	96,10%	30/09/2017
TOTAL	2.983.186	2.919.111	363	364	412.316		

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

7 A INVESC tem o valor do investimento zerado, pois apresenta patrimônio líquido negativo, isto é, passivo a descoberto. A responsabilidade do Estado sobre o passivo a descoberto está sendo controlada nos relatórios de riscos fiscais.

O valor de R\$ 8,89 milhões registrado como perdas para valor realizável líquido é referente à participação na Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC), registrado na Unidade Gestora Fundo Financeiro, conforme parecer emitido pelos Conselhos Fiscal e Administrativo do IPREV.

As participações nas empresas estatais dependentes COHAB e Epagri, e na empresa não dependente INVESC apresentaram valores zerados, tendo em vista que o patrimônio líquido nessas empresas passou a ser negativo.

Participação Societária do Estado em Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista						
Empresa	Participação do Estado				% Capital	
	Quantidade de Ações			Investimento R\$ milhares	Voto	Total
	Ordinárias	Preferenciais	Total			
SC Participações	999.999.999	-	999.999.999	493.732	99,99%	99,99%
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	221.413.722	237.722.771	459.136.493	869.782	61,93%	64,21%
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	109.209.000	-	109.209.000	286.573	51,82%	51,82%
Companhia de Distritos Industriais de SC (CODISC)	87.222.118.470	-	87.222.118.470	1.239	99,71%	99,71%
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	51.657.847	-	51.657.847	35.950	100,00%	100,00%
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)	24.081.382	-	24.081.382	424.557	98,75%	98,75%
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	11.959.656	-	11.959.656	11.289	93,91%	93,91%
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	7.791.010	191	7.791.201	431.737	50,18%	20,20%
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) ⁸	-	-	-	834.937	33,33%	33,33%
Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)	199.000	-	199.000	-	99,50%	99,50%
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri)	157.477.712	-	157.477.712	-	96,28%	96,28%
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)	32.300.207	-	32.300.207	-	96,10%	96,10%
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)	3.276.713	137.160	3.413.873	382	96,10%	96,10%
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC (CIDASC)	37.416.480	-	37.416.480	5.323	100,00%	100,00%
TOTAL				3.395.501	-	-

Fonte: Unidades Gestoras

⁸ O BRDE foi constituído como autarquia especial interestadual, não tendo o seu capital dividido em ações.



Propriedade para Investimentos

Estão registrados em propriedade para investimentos os imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda pelo Regime Próprio de Previdência do Estado (Fundo Financeiro). Alguns desses imóveis são mantidos para aluguel a órgãos do próprio Estado e estão sendo utilizados nas atividades-fins dos órgãos locatários, o que daria a característica de ativo imobilizado, quando se analisa de forma consolidada o patrimônio do Estado. A Diretoria de Contabilidade Geral optou por não reclassificar o ativo no balanço consolidado e evidenciá-lo conforme a classificação original no Fundo Financeiro.

22. Imobilizado

R\$ milhares

Imobilizado	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Bens Móveis	2.316.183	(876.837)	1.439.346	2.162.790	(705.575)	1.457.215
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	849.685	(296.755)	552.930	767.068	(246.366)	520.702
Equipamentos de Tecnologia da Informação	380.867	(153.336)	227.531	339.810	(112.842)	226.968
Móveis e Utensílios	350.206	(110.465)	239.741	335.919	(89.596)	246.323
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	104.655	(832)	103.824	111.397	(401)	110.996
Veículos	574.852	(299.972)	274.880	556.767	(244.599)	312.168
Armamentos	48.971	(13.451)	35.520	45.830	(10.043)	35.787
Semoventes	623	(405)	218	628	(381)	247
Demais Bens Móveis	6.323	(1.621)	4.702	5.370	(1.347)	4.023
Bens Imóveis	31.974.260	(1.067.594)	30.906.666	19.496.171	(375.122)	19.121.049
Bens de Uso Especial	8.203.151	(429.762)	7.773.390	6.451.657	(334.346)	6.117.311
Bens de Uso Comum do Povo	18.386.460	(632.988)	17.753.472	8.781.760	(36.804)	8.744.956
Bens Imóveis em Andamento	5.293.862	-	5.293.862	4.172.459	-	4.172.459
Instalações	65.037	(1.610)	63.427	59.455	(1.472)	57.983
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	16.861	(3.234)	13.630	15.518	(2.500)	13.018
Demais Bens Imóveis	8.888	-	8.868	15.322	-	15.322
SUBTOTAL	34.290.442	(1.944.431)	32.346.011	21.658.961	(1.080.697)	20.578.264
(-) Redução a Valor Recuperável do Imobilizado	(28.655)	-	(28.655)	(30.990)	-	(30.990)
TOTAL	34.261.787	(1.944.431)	32.317.357	21.627.971	(1.080.697)	20.547.273

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A composição do saldo da conta “(-) Redução a Valor Recuperável do Imobilizado” refere-se ao reconhecimento e à mensuração no Ministério Público (R\$ 28,649 milhões) e na Udesc (R\$ 6 mil).

Bases para a Avaliação Inicial, Reavaliação e Avaliadores

As bases para a avaliação inicial de bens móveis do Poder Executivo foram estabelecidas pela Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011, e por seus anexos.

A evolução do trabalho de avaliação é sintetizada na tabela a seguir.

Situação da Reavaliação	Reavaliação dos Bens Móveis					
	2015		2016		2017	
	Unidades Gestoras	%	Unidades Gestoras	%	Unidades Gestoras	%
Iniciada/concluída	68	83,95	68	86,08	71	89,87
Não iniciada	6	7,41	6	7,59	3	3,80
Unidade não possui bens	7	8,64	5	6,33	5	6,33
TOTAL	81	100,00	79	100,00	79	100,00

Fonte: Gerência de Bens Móveis/Secretaria de Estado da Administração

Com relação aos bens imóveis, as bases para a avaliação inicial e para as reavaliações aumentativa ou diminutiva dos imóveis do Poder Executivo constam dos laudos técnicos emitidos por comissões nomeadas pela Diretoria de Gestão Patrimonial, da Secretaria de Estado da Administração (DGPA/SEA), de acordo com o art. 4º do Decreto nº 3.486/2010, estando lastreados no valor de mercado desses ativos.

Atualmente, faltam passar pelo processo de avaliação a valor de mercado cerca de 1.490 imóveis do total de 3.284 imóveis cadastrados no Sistema de Gestão Patrimonial (SIGEP). A Gerência de Bens Imóveis, vinculada à DGPA/SEA, emitiu a Informação nº 1.591/2016, de 19 de abril de 2016, em que destaca o reduzido quadro de engenheiros designados para a realização do procedimento de reavaliação. Nesse documento, sugere a contratação de empresa especializada para a realização desses procedimentos e, também, a dilatação do prazo para concluí-los.

Para a administração indireta, foi editada a Instrução Normativa nº 003, de 24 de abril de 2013, disciplinando procedimentos de reavaliação aplicáveis às autarquias e às fundações. Até o momento, o IPREV, a FCEE e a FAPESC realizaram os procedimentos de reavaliação previstos no Decreto nº 3.486/2010. A JUCESC está em processo de reavaliação dos bens imóveis, e os demais órgãos da administração indireta consolidada neste relatório ainda não iniciaram os procedimentos.

Depreciação

R\$ milhares

Bens Móveis - Depreciação Acumulada				
Tipo de Consolidação	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Administração Direta	587.620	456.064	345.811	234.945
Autarquias	24.209	27.000	25.025	20.446
Fundações	73.370	60.189	45.714	32.450
Fundos Especiais	67.075	47.330	34.603	20.547
Empresas Dependentes	124.562	114.992	100.632	99.203
Consolidado Geral	876.837	705.575	551.785	407.591

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



A partir de outubro de 2013, o Estado suspendeu o cálculo mensal da depreciação para bens cujo valor fosse menor ou igual a R\$ 10,00. Levando em conta a materialidade desse valor e o custo associado ao processamento desses dados, o Poder Executivo considera que atende ao equilíbrio entre custo e benefício, conceituado como uma restrição inerente à informação contábil na NBC TSP Estrutura Conceitual.

Os critérios para cálculo da depreciação dos bens móveis são apresentados no quadro a seguir.

Item Depreciado	Parâmetro
Bens móveis adquiridos e postos em operação até 31/12/2009	<ul style="list-style-type: none"> » Avaliados segundo o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001/2011 » Vida útil definida no laudo da avaliação
Bens móveis adquiridos e postos em operação a partir de 1º de janeiro de 2010	<ul style="list-style-type: none"> » Método das cotas constantes » Vida útil definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa SRF nº 162/1998

RS milhares

Bens Imóveis – Depreciação Acumulada				
Tipo de Consolidação	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Administração Direta	29.532	23.853	3.032	1.021
Autarquias	633.435	36.915	34.932	14.340
Fundações	3.664	2.456	964	326
Fundos Especiais	369.239	282.121	208.490	126.467
Empresas Dependentes	31.725	29.778	29.056	28.190
Consolidado Geral	1.067.594	375.122	276.474	170.344

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

O valor elevado nos Fundos Especiais decorre da política de gestão patrimonial de concentrar o controle patrimonial e o registro contábil dos bens imóveis das Secretarias de Estado na unidade gestora do Fundo Patrimonial. Nas autarquias, o aumento se deu pelo início da depreciação dos bens de uso comum do povo, em especial das rodovias.

Bens de Infraestrutura/Bens de uso comum do povo

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo Estadual foram fixados por um Grupo de Trabalho composto por servidores da Secretaria de Estado da Fazenda e do Departamento Estadual de Infraestrutura, designados pela Portaria SEF nº 244, de 21 de outubro de 2013 (publicada no DOE nº 19.688, de 23 de outubro de 2013). Os critérios foram estabelecidos de acordo com o previsto nas NBC TSP nºs 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nºs 1.136 e 1.137, de 21 de novembro de 2008, alteradas pela Resolução CFC nº 1.437, de 22 de março de 2013, e em portarias da STN/MF que regem a matéria.

Em 2017, de acordo com o previsto no cronograma constante no Anexo I da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001, de 19 de janeiro de 2015, foram avaliadas e registradas as rodovias não pavimentadas sob o controle do Estado. Isso explica a elevação do saldo dessa classe de ativos (Ruas/Estradas/Rodovias), conforme pode ser visualizado na tabela seguinte.

Além das rodovias não pavimentadas, foram atualizados os valores de todos os ativos de infraestrutura rodoviária com base em estudo contratado pelo Estado que trata da sustentabilidade rodoviária, incluindo o levantamento do patrimônio rodoviário estadual.

R\$ milhares

CONTAS DE REGISTRO	Saldo em 31/12/2016	Incorporações em 2017	Saldo em 31/12/2017
Ruas/Estradas/Rodovias	8.031.657	6.152.451	14.184.108
Pontes e Viadutos	572.765	2.570.092	3.142.857
Túneis	176.646	823.354	1.000.000
Barragens	472	58.803	59.275
Outros Bens de Uso Comum do Povo	220	-	220
TOTAL	8.781.760	9.604.700	18.386.460

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Do total de R\$ 6,152 bilhões incorporados como ruas/estradas/rodovias, o valor de R\$ 1,795 bilhão refere-se à avaliação inicial realizada pelo DEINFRA nas rodovias não pavimentadas. O restante refere-se a ajuste no valor da avaliação das rodovias pavimentadas que foram realizadas em 2016.

O acréscimo nos valores registrados em Pontes, Viadutos e Túneis refere-se a ajuste no valor contábil com base no estudo para sustentabilidade na conservação rodoviária.

Os valores registrados em Barragens são originários do repasse da União através do Termo de Compromisso nº 59100.001052/2012-60 firmado entre a Secretaria de Estado da Defesa Civil e a União, cujos objetos foram as obras de sobre-elevação das Barragens Sul (Ituporanga) e Oeste (Taió). Tramita na Superintendência do Patrimônio da União o processo nº 04972.001632/2014-68 para doação ao Estado de Santa Catarina das respectivas barragens. Em 12 de dezembro de 2013, o Estado promulgou a Lei nº 16.195, que autoriza o Poder Executivo a adquirir, por doação da União, os imóveis correspondentes às instalações das barragens nos municípios de Taió, Ituporanga, José Boiteux e Jacinto Machado. Quando for concluída a doação ao Estado das referidas barragens, elas passarão por um processo de avaliação para que seu valor contábil seja atualizado.

Impacto da Contabilização no Resultado do Período

A DCOG/SEF optou por seguir o padrão estabelecido pela STN promovendo o lançamento da avaliação inicial de bens já integrantes de seu patrimônio (ou avaliação inicial) à conta de ajuste de exercícios anteriores. O efeito no resultado do exercício das depreciações sobre essa avaliação inicial e sobre baixas posteriores desses bens foi nulo em decorrência dessa opção.

A partir dos procedimentos de avaliação inicial, as novas avaliações são registradas nas contas de variações patrimoniais aumentativas (VPA), referentes às reavaliações positivas, ou variações patrimoniais diminutivas (VPD), referentes às reavaliações negativas/redução a valor recuperável.

Em 2017, as avaliações aumentaram o resultado do exercício em cerca de R\$ 5,202 bilhões, conforme detalhamento apresentado a seguir.



Impacto no Resultado Patrimonial da Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Bens do Imobilizado

R\$ milhares

CONTAS DE REGISTRO	31/12/2017	31/12/2016
3.6.1.1.1.01 – Reavaliação de Bens Móveis – VPD	(3.059)	(2.943)
3.6.1.5.1.01 – Redução a Valor Recuperável de Bens Móveis	-	(30.984)
3.6.1.5.1.02 – Redução a Valor Recuperável de Bens Imóveis	(4.425.911) ⁹	(217.802)
4.6.1.1.1.01 – Reavaliação de Bens Móveis – VPA	928	809
4.6.1.1.1.02 – Reavaliação de Bens Imóveis	9.629.963 ¹⁰	382.626
TOTAL	5.201.921	131.706

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Empresas Públicas

As empresas estatais dependentes estão sujeitas às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às suas alterações, e, portanto, impedidas de realizar a reavaliação de seu imobilizado. Em 2017, ainda consta na contabilidade das empresas o valor de R\$ 5,81 milhões na conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido, permanecendo até a total realização desses valores, conforme o quadro a seguir.

R\$ milhares

Saldo da Reserva de Avaliação por Empresa Estatal Dependente	31/12/2017
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	2.452
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	3.362
TOTAL	5.815

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

23. Intangível

R\$ milhares

Intangível	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Softwares	259.570	(49.657)	209.913	213.427	(29.122)	184.305
Softwares em Desenvolvimento	84.289	-	84.289	74.612	-	74.612
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247	(81)	166	247	(56)	191
SUBTOTAL	344.106	(49.738)	294.368	288.285	(29.179)	259.106
Redução a Valor Recuperável do Intangível ¹¹	(3.258)	-	(3.258)	(3.508)	-	(3.508)
TOTAL	340.848	(49.738)	291.111	284.777	(29.179)	255.598

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

9 Registro da atualização dos bens imóveis do fundo patrimonial que teve como contrapartida o próprio bem imóvel.

10 Registro de atualização dos bens imóveis do fundo patrimonial e dos bens de uso comum do povo (ativos de infraestrutura rodoviária) do Departamento Estadual de Infraestrutura.

11 Registro de redução a valor recuperável de softwares do Ministério Público de Santa Catarina.

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem especialmente, mas não exclusivamente, softwares adquiridos de empresas especializadas, visando atender a necessidades específicas do Estado. Os quadros a seguir apresentam a relação dos principais ativos classificados nas contas de softwares e softwares em desenvolvimento em algumas unidades do Poder Executivo.

Principais Softwares Registrados por Órgãos

		R\$ milhares
Unidade	Software	Valor
Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)	ACT – Sistema de Acidentes de Trânsito	2.245
	SCR – Gestão de Malha Rodoviária	5.929
	GDT – Gestão de Dados de Tráfego	5.824
	SGF – Sistema de Gerenciamento Financeiro	3.456
	SIC – Gestão de Compras e Licitações de Obras	2.824
	SQM – Sistema de Quantitativos e Medições	2.508
	SCO – Sistema de Custos e Orçamentos Rodoviários	2.491
Secretaria de Estado da Fazenda	SAT – Sistema de Administração Tributária	9.273
	Licenças Oracle	7.265
	SICOP	4.738
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	PGE-Net – Processo Eletrônico	2.904
Administração do Porto de São Francisco (APSF)	Sistema PORTONET	3.688
Secretaria de Estado da Administração	DOESC – Diário Oficial Eletrônico	2.280
Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)	SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica	1.314

Fonte: Unidades Gestoras

Principais Softwares em Desenvolvimento Registrados por Órgãos

		R\$ milhares
Unidade	Software em Desenvolvimento	Valor
Secretaria de Estado da Fazenda	Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)	25.365
	Business Intelligence (BI)	6.368
	Sistema de Administração Tributária (SAT)	9.821
Secretaria da Defesa Civil	Solução Integrada de Defesa e Proteção Civil	3.165
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)	Plataforma FAPESC	6.106
Secretaria de Estado da Administração	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)	28.335
	Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico (SGPE)	22.776

Fonte: Unidades Gestoras



Esses ativos foram mensurados pelo custo de produção, representado pelo valor do contrato de desenvolvimento e por seus respectivos aditivos, ou pelo custo estimado de reposição (PGE-Net e Softwares do DEINFRA).

A evolução do saldo das contas de softwares e softwares em desenvolvimento durante o exercício é apresentada a seguir.

Evolução de Saldo das Contas Softwares e Softwares em Desenvolvimento

R\$ milhares			
	Softwares	Softwares em Desenvolvimento	Total
Saldo em 31/12/2016	213.427	74.612	288.038
Adições	65.941	9.960	75.901
Baixas	19.797	282	20.079
Saldo em 31/12/2017	259.570	84.289	343.859

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Impacto da Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Intangíveis no Resultado Patrimonial

R\$ milhares		
Contas de Registro	31/12/2017	31/12/2016
3.6.1.6.1.01 - Redução a Valor Recuperável de Bens Intangíveis	(2.166)	(3.508)
4.6.1.2.1.01 - Reavaliação de Ativos Intangíveis	1.941	1.602
TOTAL	(225)	(1.906)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

PASSIVOS

24. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

R\$ milhares

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Pessoal a Pagar	235.443	140.790	376.233	87.546	200.098	287.644
Salários	36	-	36	2	-	2
Férias	175.786	-	175.786	14.217	-	14.217
Décimo Terceiro Salário	179	-	179	7	-	7
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	28.511	-	28.511	22.544	-	22.544
Precatórios de Pessoal - Antes de 5/5/2000	301	1.366	1.667	361	1.444	1.805
Precatórios de Pessoal - a Partir de 5/5/2000	29.816	139.424	169.240	49.671	198.654	248.325
Outras Obrigações de Pessoal a Pagar	814	-	814	744	-	744
Benefícios Previdenciários a Pagar	40.616	186.522	277.138	49.838	189.236	239.074
Benefícios Previdenciários	2.559	-	2.559	2.529	-	2.529
Precatórios de Benefícios Previdenciários - Antes de 5/5/2000	684	-	684	1.093	4.371	5.464
Precatórios de Benefícios Previdenciários - A partir de 5/5/2000	37.373	186.522	223.895	46.216	184.865	231.081
Benefícios Assistenciais a Pagar	3	-	3	173	-	173
Benefícios Assistenciais a Pagar	3	-	3	173	-	173
Encargos Sociais a Pagar	68.665	323.180	391.845	58.540	408.647	467.187
Entidades de Previdência Privada e Complementar	2.324	-	2.324	2.606	-	2.606
INSS a Pagar	66.338	323.180	389.517	55.463	408.647	464.110
PIS/PASEP sobre a Folha de Pagamento	3	-	3	-	-	-
Outros Encargos Sociais	-	-	-	471	-	471
TOTAL	344.728	650.491	995.219	196.096	797.981	994.077

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Férias

O crescimento do valor de férias em relação a 2016 deve-se à mudança de política contábil, realizada pelo Poder Executivo, para o reconhecimento da despesa de férias. Até o exercício de 2016, o reconhecimento era pelo regime de caixa. A partir do exercício de 2017, o Poder Executivo começou a adotar o regime de competência para as despesas de férias, em cumprimento ao plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais, estabelecido pela STN.



Precatórios de Pessoal

R\$ milhares

Precatórios de Pessoal	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Legislativo	1.025	3.455	4.480	1.025	4.100	5.125
Judiciário	921	2.056	2.977	921	3.684	4.605
Tribunal de Contas do Estado	406	1.362	1.768	406	1.624	2.030
Ministério Público	36	65	101	22	87	109
Executivo						
Encargos Gerais do Estado	2.010	4.134	6.144	8.234	32.939	41.173
Departamento Estadual de Infraestrutura	101	621	722	10.595	42.379	52.974
Fazenda	1.932	9.645	11.577	2.221	8.884	11.105
Educação	1.299	6.346	7.645	1.632	6.526	8.158
FCEE	4.740	24.613	29.353	4.506	18.023	22.529
Saúde	613	2.858	3.471	821	3.282	4.103
Segurança Pública	12.412	64.468	76.880	12.412	49.649	62.061
Procuradoria Geral do Estado	3.295	15.604	18.899	4.638	18.554	23.192
Demais Órgãos	1.326	5.562	6.888	2.599	10.367	12.966
TOTAL	30.117	140.790	170.907	50.032	200.098	250.130

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Os precatórios de benefícios previdenciários estão concentrados na unidade gestora do Fundo Financeiro.

25. Empréstimos e Financiamentos

R\$ milhares

TÍTULOS	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Internos	366.992	16.074.652	16.441.644	251.178	15.974.629	16.225.807
Externos	396.907	2.768.443	3.165.349	330.730	2.858.791	3.189.521
Financiamentos	897	4.484	5.381	801	5.205	6.006
Juros e Encargos de Empréstimos a Pagar	27.182	-	27.182	-	-	-
TOTAL	791.978	18.847.579	19.639.557	582.709	18.838.625	19.421.333

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Os valores referentes a juros e encargos foram empenhados e liquidados, assim como R\$ 11,14 milhões da dívida interna, sendo, portanto, considerados, passivos de natureza financeira que não irão comprometer o orçamento de 2018.

Internos

	R\$ milhares
AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)	2017
BANCO DO BRASIL S.A.	12.836.337
Contrato de 10/11/98 – COHAB – Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993	13.013
Contrato de 31/3/98 – 012/98/STN/COAFI – Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997	9.631.071
Contrato de 21/01/98 – DMLP – Lei nº 10.542, de 30 de setembro de 1997	52.207
Contrato de 22/10/09 – PEF-I – Lei nº 14.500, de 13 de agosto de 2008	6.059
Contrato de 18/7/13 – Prevenção de Desastres Naturais – Lei nº 15.941, de 21 de dezembro de 2012	1.222.394
Contrato de 27/11/13 – Pacto por Santa Catarina – Lei nº 16.129, de 23 de setembro de 2013	1.911.593
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES	3.605.308
Contrato de 30/6/10 – PEF II – Lei nº 15.067, de 30 de dezembro de 2009	25.133
Contrato de 13/8/10 – CASAN/PAC – Lei nº 15.255, de 5 de agosto de 2010 e Lei nº 14.436, de 21 de maio de 2008	70.653
Contrato de 15/12/11 – Sistema Transporte Joinville – Lei nº 14.031, de 22 de junho de 2007	20.696
Contrato de 14/5/12 – PMAE Gestão Lei nº 15.289, de 23 de agosto de 2010	4.837
Contrato de 21/11/12 – Caminhos do Desenvolvimento – Lei nº 15.830, de 30 de maio de 2012	455.783
Contrato de 4/4/13 – Acelera Santa Catarina – Lei nº 15.903, de 20 de dezembro de 2012	3.028.206
FINANCIAMENTOS	5.381
Contrato de Compra e Venda de Imóvel nº 017/2016 – Torresani Empreendimentos Imobiliários	5.381
TOTAL	16.447.026

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)

Externos

	R\$ milhares
AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)	2017
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. – BID 1390/OC/BR-ROF: TA 154202	
Contrato assinado em 9/5/2002 – Lei nº 11.830, de 10 de julho de 2001	168.308
BANCO INTERN. P/RECONST. E DESENV. – BIRD 4660 BR-ROF: 232598	
Contrato assinado em 10/5/2002 – Lei nº 12.007, de 29 de novembro de 2001	-
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. – BID 2171/OC/BR	
Contrato assinado em 9/4/2010 – Lei nº 14.532, de 6 de novembro de 2008	132.274
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. – BID 2172/OC/BR	
Contrato assinado em 19/9/2010 – Lei nº 14.529, de 28 de outubro de 2008	79.326
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO – CAF	
Contrato assinado em 31/8/2010 – Lei nº 13.919, de 27 de dezembro de 2006	79.295
BANCO INTERN. P/RECONST. E DESENV. – BIRD 7952 BR-RURAL	
Contrato assinado em 30/9/2010 – Lei nº 14.962, de 3 de dezembro de 2009	299.540
BANK OF AMERICA – BAML TA – 634758	
Contrato assinado em 27/12/2012 – Lei nº 15.881, de 10 de agosto de 2012	1.643.969
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. – BID 2900	
Contrato assinado em 9/1/2013 – Lei nº 14.532, de 6 de novembro de 2008	622.557
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO – CAF PROVIAS	
Contrato assinado em 2/8/2014 – Lei nº 15.714, de 21 de dezembro de 2011	140.080
TOTAL	3.165.349

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)



Abaixo segue tabela com o estoque da dívida pública por indexador.

RS milhares

Indexador	31/12/2017		31/12/2016	
	Estoque da Dívida	%	Estoque da Dívida	%
IGPDI	9.619.930	49,09%	10.216.427	52,62%
DÓLAR (USA)	5.129.149	26,17%	4.461.535	22,98%
TJLP	3.611.367	18,43%	3.520.255	18,13%
CDI	1.222.394	6,24%	1.199.564	6,18%
TR	13.013	0,07%	17.545	0,09%
TOTAL	19.595.853	100,00%	19.415.237	100,00%

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)

Os valores informados de empréstimos e financiamentos externos foram convertidos para real com base na cotação do dólar (valor de R\$ 3,308) datada de 31 de dezembro de 2017.

A Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014, já com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, autorizou o Governo Federal a modificar o indexador e a taxa de juros dos contratos firmados com base na Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Com a assinatura do termo aditivo em 2017, o Estado pode usufruir dos benefícios fornecidos pela Lei Complementar Federal supracitada, sobretudo do desconto sobre o saldo devedor, ocasionando uma redução do estoque da dívida firmada sob a luz da Lei Federal nº 9.496/1997, na ordem de R\$ 808,779 milhões.

O quadro a seguir apresenta uma previsão do fluxo financeiro de desembolso com o serviço da dívida registrada no passivo não circulante para os próximos cinco anos:

RS milhares

Período/Ano	Previsão do Fluxo Financeiro de Desembolso do Serviço da Dívida				
	Dívida Interna		Dívida Externa		Total
	Amortização	Juros	Amortização	Juros	
2019	433.431	913.164	429.027	105.253	1.880.876
2020	585.991	938.397	466.969	87.593	2.078.951
2021	671.009	875.649	506.106	67.569	2.120.333
2022	705.048	853.407	517.695	46.707	2.122.857
2023	700.778	819.615	102.914	30.071	1.653.378
Períodos subsequentes	23.974.577	11.084.934	1.079.473	168.602	36.307.585
TOTAL	27.070.834	15.485.166	3.102.185	505.795	46.163.980

Premissas da projeção: Dólar: R\$ 3,40 todo o período; Selic: 8,01% a.a (2019) e 8,16% a.a a partir de 2020; IPCA: 4,36% a.a em 2019 e 4,32% a.a a partir de 2020 e TJLP: 6,0% a.a todo o período.

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)

Observa-se na tabela acima que o desembolso da dívida terá um aumento nos anos de 2020 a 2022.

Outros detalhes sobre os contratos listados são encontrados no Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda (DICD/SEF) de 2017, parte do Volume II deste Balanço Geral.

26. Fornecedores e Contas a Pagar

R\$ milhares

Fornecedores e Contas a Pagar	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício	196.402	645	197.047	82.197	55	82.252
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar Antes de 5/5/2000	377	1.927	2.304	407	1.627	2.034
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar a Partir de 5/5/2000	317.593	1.597.190	1.914.783	361.158	1.444.633	1.805.791
TOTAL	514.371	1.599.762	2.114.134	443.762	1.446.315	1.890.077

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Precatórios de Fornecedores

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário que determinam a importância que a Fazenda Pública (nas esferas federal, estadual e municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu à pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento será determinado e executado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles pagamentos oriundos de verbas de natureza alimentícia.

A segregação dos precatórios por período (anterior e posterior a 5/5/2000) decorre da Resolução do Senado Federal nº 40, de 21 de dezembro de 2001, que, em seu art. 1º, § 1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada, para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

Com a vigência da Emenda Constitucional nº 99/2017, o Estado de Santa Catarina tem até 31/12/2024 para liquidar os precatórios em mora. Com isso, foi reclassificada para o passivo circulante a proporção de 1/7 do saldo de precatórios a pagar.

Do valor total repassado pelo Governo do Estado ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios em 2017, 100% dos valores (R\$ 509,167 milhões) foram provenientes de depósitos judiciais em que o Estado não é parte, conforme estabelece a Emenda Constitucional nº 94/2016.

R\$ milhares

Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Legislativo	34	209	243	310	1.241	1.551
Tribunal de Contas do Estado	11	24	35	11	45	56
Judiciário	66	283	349	66	264	330
Ministério Público	332	2.040	2.372	-	-	-
Executivo						
Encargos Gerais do Estado	261.581	1.295.918	1.557.499	315.557	1.262.227	1.577.784
Departamento Estadual de Infraestrutura	36.906	201.788	238.694	25.594	102.377	127.971
Fazenda	12.672	65.419	78.091	13.859	55.435	69.294
Saúde	1.719	10.794	12.513	1.391	5.565	6.956
Segurança Pública	3.422	13.044	16.466	3.422	13.687	17.109
Demais Órgãos	1.228	9.597	10.825	1.355	5.420	6.775
TOTAL	317.970	1.599.117	1.917.087	361.565	1.446.261	1.807.826

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

27. Obrigações Fiscais

R\$ milhares

Obrigações Fiscais	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Tributos Renegociados	14.323	265.223	279.546	17.262	265.590	282.852
Demais Obrigações Fiscais	1	-	1	1.016	-	1.016
TOTAL	14.325	265.223	279.548	18.278	265.590	283.868

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Tributos Renegociados

Esses valores referem-se, basicamente, ao parcelamento de débitos com a União no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

28. Provisões

R\$ milhares

Provisões	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Provisão para Riscos Trabalhistas	12.669	8.491	21.160	13.792	12.850	26.642
Provisão para Riscos Cíveis	1.700	12.646	14.346	1.726	12.571	14.297
Provisão para Riscos Fiscais	1.318	-	1.318	-	-	-
Provisão para Repartição de Créditos	591.902	-	591.902	584.390	-	584.390
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	49.675	49.675	-	730.399	730.399
Outras Provisões	27.471	-	27.471	28.146	-	28.146
TOTAL	635.061	70.813	705.874	628.053	755.820	1.383.873

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Provisão para Repartição de Créditos

Refere-se ao montante estimado de distribuição constitucional e legal das receitas reconhecidas pelo regime de competência no ativo para o exercício de 2017, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

R\$ milhares

Impostos	31/12/2017		31/12/2016	
	Transferências ao Fundeb	Transferências aos Municípios	Transferências ao Fundeb	Transferências aos Municípios
ICMS	213.311	355.518	208.139	346.898
IPVA	1.769	8.845	3.150	15.750
ITCMD	12.460	-	10.454	-
TOTAL	227.539	364.363	221.742	362.648

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Provisões Matemáticas Previdenciárias

RS milhares

TÍTULOS	31/12/2017	31/12/2016
	Plano Financeiro	Plano Financeiro
Provisão para Benefícios Concedidos		
Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	98.966.349	91.505.223
Contribuições dos Inativos	(3.506.976)	(3.077.666)
Contribuições dos Pensionistas	(705.074)	(632.823)
Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	(7.905.088)	(9.121.693)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(84.945.006)	(77.942.643)
TOTAL - Benefícios Concedidos	1.904.204	730.399
Provisão para Benefícios a conceder		
Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	116.261.889	108.394.692
Contribuições do Ente	(31.027.428)	(28.852.003)
Contribuições dos Ativos	(16.846.478)	(15.742.833)
Compensação Previdenciária	(9.673.352)	(7.604.730)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(60.569.160)	(56.195.126)
TOTAL - Benefícios a Conceder	(1.854.529)	-
TOTAL	49.675	730.399

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2017 foi realizada pela empresa CSM – Consultoria Atuarial, inscrita no CNPJ sob o nº 02.696.620/0001-32, de acordo com o contrato de prestação de serviços nº 040/2013, que fez atualizações mensais do saldo das provisões matemáticas.

Em relação a critérios, hipóteses e premissas adotados nessa avaliação atuarial, destacaram-se os seguintes pontos:

- a) as hipóteses biométricas utilizadas na avaliação atuarial são:
 - » Tábua de Mortalidade/Sobrevivência Geral (IBGE, 2014);
 - » Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos (IBGE, 2014); e
 - » Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas.
- b) a taxa de juros atuarial aplicada é de 0,00% para o fundo financeiro ao ano e atende ao limite máximo imposto pela Portaria do Ministério da Previdência Social (MPS) nº 403, de 10 de dezembro de 2009;
- c) na avaliação, foi adotada a taxa de crescimento real de proventos de aposentadoria e pensão de 2,42% ao ano;
- d) foi adotada a taxa de rotatividade de 1%;
- e) o indexador utilizado nas hipóteses financeiras e econômicas foi o IPCA;
- f) as informações fornecidas ao atuário pelo Estado de Santa Catarina para o Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) estão posicionadas em outubro de 2016.

Na avaliação atuarial do exercício de 2017, a cobertura da insuficiência financeira foi de R\$ 145,514 bilhões, enquanto que em 2016 foi de R\$ 134,138 bilhões. O valor da insuficiência financeira fica registrado em conta própria de acordo com o plano de contas dos regimes de previdência, excluindo-se assim o efeito patrimonial do reconhecimento da provisão matemática previdenciária.

O total evidenciado na provisão diminuiu devido à redução do patrimônio acumulado do regime, de acordo com o cálculo atuarial.

Comparativo da Insuficiência Financeira em Relação às Obrigações Atuariais

R\$ milhares			
TÍTULOS	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios	215.228.238	199.899.915	166.507.447
Cobertura da Insuficiência Financeira	145.514.166	134.137.769	118.288.323
IMPACTO RELATIVO	67,61%	67,10%	71,04%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Observa-se pela avaliação atuarial que, tomando-se por base a avaliação realizada no exercício de 2017, o passivo atuarial do regime de previdência será suportado 67,6% com recursos do Tesouro. Apesar do aumento nominal da cobertura da insuficiência financeira em 2017 (R\$ 145,514 bilhões) em relação a 2016 (R\$ 134,138 bilhões), de forma proporcional a dependência no que tange ao Tesouro para cobrir as obrigações ficou praticamente estável (aumento de 0,5 p.p).

Em 2017, as alíquotas foram majoradas a 13% para o servidor e 26% para a cota patronal, e em 2018, 14% e 28%, respectivamente. As alterações de alíquotas foram promovidas pela Lei Complementar nº 662, de 11 de dezembro de 2015. Essa Lei também extinguiu o Fundo Previdenciário e autorizou a transferência dos recursos existentes ao Fundo Financeiro.

29. Demais Obrigações

Demais Obrigações	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Adiantamentos de Clientes	56.413	278.511	334.924	73.574	207.402	280.976
Consignações	129.539	-	129.539	120.447	-	120.447
Garantias	7.657	-	7.657	8.206	-	8.206
Depósitos Judiciais	5.479.248	662.667	6.141.915	5.529.321	158.002	5.687.323
Depósitos	284.948	-	284.948	137.663	-	137.663
Outras Obrigações	634.634	607.678	1.242.312	316.139	319.008	635.147
TOTAL	6.592.440	1.548.856	8.141.296	6.185.349	684.411	6.869.760

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Adiantamento de Clientes

Registra, principalmente, os valores pagos antecipadamente pelo Banco do Brasil ao Governo do Estado de Santa Catarina pela cessão do direito de operacionalização dos serviços bancários pelo prazo de 60 meses, contabilizados na Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual, sendo apropriadas as receitas (variações patrimoniais aumentativas) mensalmente para o resultado do período em obediência ao princípio da competência.

Depósitos Judiciais Curto Prazo

R\$ milhares		
Depósitos Judiciais (por Unidade Gestora)	31/12/2017	31/12/2016
	Circulante	Circulante
Tribunal de Justiça do Estado	5.343.704	5.396.489
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	3	3
Diretoria do Tesouro Estadual	135.537	132.824
Administração do Porto de São Francisco do Sul	5	5
TOTAL	5.479.248	5.529.321

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Do total contabilizado na conta “Depósitos Judiciais”, o valor de R\$ 5,344 bilhões, que equivale a 97,53%, refere-se aos depósitos judiciais sob a guarda do Tribunal de Justiça. Esse valor não constitui obrigação financeira efetiva, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327/2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são apenas entradas compensatórias de caixa (ingressos extraorçamentários) e possuem disponibilidade correspondente bloqueada para tal fim (vide nota explicativa 10).

Depósitos Judiciais Longo Prazo

Estão registrados nesta conta os valores levantados a título de depósito judicial sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151/2015 e da Emenda Constitucional nº 94/2016.

A tabela abaixo demonstra a movimentação da conta que reconhece o passivo do Estado decorrente de levantamento dos depósitos judiciais.

R\$ milhares	
Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça – Lei Complementar Federal nº 151/2015	
Saldo em 1º/1/2017	158.002
Desincorporação de Valores	
Restituição ao Fundo (LC 151/2015)	(4.502)
Saldo em 31/12/2017	153.500

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

R\$ milhares

Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça - EC nº 94/2016	
Saldo em 1º/1/2017	0,00
Incorporação de Valores	
Levantamento de Depósitos Judiciais	509.167
Saldo em 31/12/2017	509.167

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Depósitos

Entre os valores registrados nesta conta, destacam-se aqueles recebidos pelo FADESC referentes ao PRO-DEC¹². Ao final do contrato, esses valores são reconhecidos como receita orçamentária.

Conforme previsto na legislação¹³, os valores recolhidos ao FADESC poderão ser utilizados para investimentos de alto interesse do Estado, especialmente como contrapartida de recursos oriundos do Governo Federal ou repassados à SC Participações e Parcerias S.A (SCPar).

Embora a legislação obrigue o registro da receita orçamentária somente ao final do contrato de mútuo, permite a sua utilização para investimentos de alto interesse do Estado, havendo, portanto, o diferimento do reconhecimento de uma receita tanto sob o enfoque orçamentário quanto sob o enfoque patrimonial.

Diferir o reconhecimento de uma receita significa dizer que houve o fato gerador dessa receita, que, sob a ótica orçamentária, é a arrecadação (art. 35, I, da Lei nº 4.320/64) e sob a teoria patrimonialista é o fato gerador do tributo, mas que, por previsão legal, não houve o seu reconhecimento.

Outras Obrigações

Neste item, destacam-se os valores devidos aos municípios e ao Fundeb referentes às doações da Celesc para o Fundo Social e que foram caracterizadas pelo Tribunal de Contas do Estado como sendo de natureza tributária. Também estão contabilizados neste item valores devidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) decorrentes de divergência de valores apurados pelo Fundo.

Passivo Decorrente das Doações da Celesc e do FNDE¹⁴

R\$ milhares

31/12/2017			
Outras Obrigações	Circulante	Não circulante	TOTAL
Repasso aos Municípios	74.553	117.644	192.197
Fundeb - Doações	8.417	71.546	79.963
FNDE	10.476	89.043	99.519
TOTAL	93.446	278.233	371.679

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

12 Lei Estadual nº 13.342/2005 e alterações.

13 Decreto Estadual nº 704/2007, art. 14, § 2º.

14 Por serem transações entre órgãos do Estado (intra), foram excluídos do Balanço Patrimonial Consolidado os valores devidos pelo Poder Executivo aos Poderes e Órgãos Autônomos referentes às doações da Celesc, no valor de R\$ 102,510 milhões.



Destaca-se também o valor registrado na conta “Credores a pagar sem execução orçamentária”, que evidencia as despesas contratadas pelo Estado sem o devido suporte orçamentário. Em 2017, esse valor alcançou o montante de R\$ 351,82 milhões, um acréscimo de quase 52% em relação a 2016.

O quadro a seguir detalha o saldo da conta “Credores a pagar sem execução orçamentária” por unidade gestora.

Credores a Pagar sem Execução Orçamentária

Unidades Gestoras	R\$ milhares	
	31/12/2017	31/12/2016
Fundo Estadual de Saúde	281.182	177.495
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	68.578	49.284
Santur	1.609	2.733
ADR Criciúma	139	438
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	129	129
ADR Braço do Norte	102	73
ADR Araranguá	86	-
Secretaria de Estado de Comunicação	-	193
Secretaria de Estado da Fazenda	-	1.318
TOTAL DE CREDITORES SEM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	351.825	231.664

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

30. Resultado Diferido

Registra-se, nesta conta, o diferimento da receita orçamentária. Em 2017, o decréscimo do resultado diferido ocorreu em função do encerramento de contratos e da respectiva regularização orçamentária no total R\$ 28,9 milhões, e também da redução do capital da SCPar no montante de R\$ 25 milhões, conforme deliberação em Assembleia Geral pela redução do capital. Ao final do contrato de mútuo, as receitas diferidas serão registradas como receita orçamentária, conforme estabelecido na legislação¹⁵ (vide nota explicativa nº 29). Em 2017, o resultado diferido totalizou R\$ 603,84 milhões.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO/SALDO PATRIMONIAL

31. Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores foi movimentada em 2017, substancialmente, em função de:

- a) mudança de práticas contábeis, inclusive:
 - » avaliação positiva ou negativa, conforme os procedimentos previstos no Decreto Estadual nº 3.486/2010, quando se tratar da primeira avaliação do bem.
- b) retificação de erros de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, tais como:
 - » ajuste do saldo da contabilidade pública à contabilidade comercial, feito pelas empresas estatais dependentes, devido à defasagem entre o fechamento contábil da área comercial e pública; e

¹⁵ Lei Estadual nº 13.342/2005, art. 9º, § 2º.

- » incorporação ou desincorporação de patrimônio relativo à execução orçamentária de exercícios anteriores (vide nota explicativa nº 22).

Abaixo, segue o quadro-resumo dos valores registrados na conta "Ajustes de Exercícios Anteriores":

R\$ milhares	
Ajuste de Exercícios Anteriores decorrentes de:	Valores
a) Mudança de Práticas Contábeis	1.883.994
b) Retificação de Erros de Exercícios Anteriores	4.010.961
TOTAL	5.894.955

Fonte: Unidades Gestoras

No item de mudanças de práticas contábeis, destacamos o DEINFRA, que em 2017 avaliou bens de infraestrutura da classe "Rodovias não Pavimentadas" no valor de R\$ 1,795 bilhão.

PASSIVOS CONTINGENTES

32. Riscos Fiscais e Passivos Contingentes

R\$ milhares		
Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	31/12/2017	31/12/2016
Caixa Títulos Emitidos - Letras do Tesouro - Lei nº 10.168/1996	2.712.211	2.433.045
Processos Judiciais em Trâmite	8.576.711	8.579.642
INVESC	6.225.999	6.184.204
DEINFRA	2.335.447	2.329.079
Udesc	8.807	12.704
Epagri	6.315	53.502
Santur	143	153
Dívida com a Celesc	20.016	20.016
Riscos Diversos	430.189	471.302
TOTAL	11.739.127	11.504.005¹⁶

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Letras do Tesouro - Lei nº 10.168/1996 (LFTSC)

As Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) foram emitidas em 1996 com amparo na Lei nº 10.168, de 11 de julho de 1996, e custodiadas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP). As LFTSC eram movimentadas pelo Fundo de Liquidez da Dívida Pública do BESC e foram retiradas de custódia pela CETIP em junho de 2000. As LFTSC não foram pagas nos vencimentos, razão pela qual há litígios judiciais de 239.855 delas.

¹⁶ Foi observada uma diferença a maior de R\$ 3,314 milhões no valor constante no Balanço Patrimonial em 2016, decorrente de um registro duplicado nas contas de controle. A correção foi realizada em 2017.



INVESC

No ano de 1995, foram captados pela empresa Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC) R\$ 104,22 milhões, por meio da emissão de 10 mil debêntures. Os recursos foram transferidos para o Tesouro do Estado e aplicados em investimentos públicos. As referidas debêntures, vencidas em 31 de outubro de 2000 e não resgatadas pela INVESC, estão sendo cobradas judicialmente (Processo Judicial nº 023.00.005707-2 – Planner Corretora de Valores S.A. x INVESC).

Celesc

Trata-se de dívida cobrada do Estado pela Celesc referente ao período de novembro de 1985 a dezembro de 2007, conforme o Processo PSEF nº 97.521/043. Em dezembro de 2010, foi reclassificada parte do valor registrado para o passivo pelo reconhecimento de dívida, de acordo com o protocolo de intenções ECP nº 03/88 (PSEF nº 97.521/043, PSEF nº 93.345/097, SEF nº 198.457/098, SEF nº 64.127/958, SEPF nº 64.696/952, SEF nº 40.207/2010 e PSEF nº 88.046/095).

DEINFRA

Os riscos fiscais do DEINFRA são compostos por ações civis públicas, ações trabalhistas e ações comuns, nestas enquadrando-se a demanda judicial referente à duplicação das rodovias SC-401, SC-402 e SC-403.

Udesc

Trata-se de ações, praticamente todas cíveis, que tramitam na Vara da Fazenda Pública. Em geral, são ações de repetição de indébito do ensino a distância, sendo, na sua maioria, pagas por meio de RPV.

Epagri

Os riscos fiscais da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) referem-se a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela contabilidade.

Riscos Diversos

Durante a implantação da funcionalidade referente ao controle dos Riscos Fiscais no módulo de Precatórios no SIGEF, a DICD/SEF julgou o risco de desembolso de algumas provisões reconhecidas no passivo, promovendo a sua baixa, e as inseriu como riscos fiscais, pois não existiam indícios de prováveis desembolsos financeiros por parte do Estado de Santa Catarina.

No volume II desta prestação de contas anual, encontra-se o relatório da DICD/SEF, o qual detalha os riscos fiscais e os passivos contingentes.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

33. Tributos

A seguir, apresentam-se os valores das principais classes de tributos que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), de acordo com a NBC TSP 01 – Receita de Transações sem Contraprestação. Os valores a seguir já consideram as deduções dessas receitas, sendo, portanto, líquidos.

R\$ milhares		
TRIBUTOS	31/12/2017	31/12/2016
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	23.425.475	22.467.859
Taxas	918.129	823.820
TOTAL	23.343.604	23.291.679

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

R\$ milhares		
IMPOSTOS	31/12/2017	31/12/2016
Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IRRF	1.479.676	1.414.346
Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	1.432.565	1.558.911
Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos – ITCMD	297.400	230.404
Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sob. Imóveis – ITBI	34	2
Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS ¹⁷	20.215.800	19.264.196
TOTAL	23.425.475	22.467.859

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

¹⁷ Durante a elaboração das notas explicativas, observou-se que a renúncia relativa ao ICMS ficou exposta na Demonstração das Variações Patrimoniais deduzindo o valor do IPVA. Caso o registro tivesse sido feito de forma correta, o valor do ICMS seria de R\$ 19,982 bilhões, e o do IPVA, R\$ 1,666 bilhão.



R\$ milhares

TAXA	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	2.103	1.976
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	17.597	17.554
Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	3.238	3.448
Taxa de Prevenção de Sinistro	1.018	1.204
Taxa de Fiscalização dos Serviços Públicos de Saneamento	6.819	7.886
Taxa de Serviços Gerais	601.545	528.382
Emolumentos e Custas Judiciais	236.940	221.384
Taxa Judiciária	7.666	7.509
Taxa de Registro de Veículo	40.375	33.798
Taxa de Segurança Preventiva	829	679
TOTAL	918.129	823.820

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Detalhamento da Renúncia de Receita

R\$ milhares

Renúncia/Tributo	ICMS	IPVA	ITCMD	Total
Isenção em Caráter não Geral	-	71.072	612	71.684
Remissão	194.386	-	3.415	197.801
Outros Benefícios Diferenciados	38.744	-	-	38.744
Total da Renúncia	233.130	71.072	4.027	308.229

Fonte: Diretoria de Administração Tributária

Valores apurados de janeiro a dezembro pela Diretoria de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda (DIAT/SEF). Os valores referentes à remissão concedida pela Lei Estadual nº 17.427, de 28 de dezembro de 2017, não foram registrados devido à intempestividade da informação. Os valores apurados e informados da remissão referente a essa lei são os seguintes:

R\$ milhares

Renúncia/Tributo	ICMS	IPVA	ITCMD	Outros	Total
Remissão	1.007	6.314	126	664	8.111
Total da Renúncia	1.007	6.314	126	664	8.111

Fonte: Diretoria de Administração Tributária

Portanto, o valor total apurado e informado pela DIAT/SEF em 2017 referente à renúncia fiscal é R\$ 316,34 milhões. É importante salientar que somente está evidenciada nos relatórios contábeis a renúncia passível de mensuração confiável por parte da área competente.

34. Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial consolidado do período foi positivo de R\$ 5,872 bilhões ante um resultado positivo em 2016 de R\$ 613,19 milhões, o que gera uma variação de aproximadamente 858%. Grande parte desse bom desempenho foi decorrente das avaliações patrimoniais do ativo de infraestrutura (rodovias, túneis, pontes e viadutos) que tiveram uma mudança de estimativa do valor com base no estudo para sustentabilidade na conservação rodoviária e de outros bens imóveis.

As transferências contribuíram negativamente na formação do resultado do período. Entre as transferências concedidas (variações patrimoniais diminutivas) e as transferências recebidas (variações patrimoniais aumentativas), o resultado foi negativo de R\$ 5,490 bilhões.

As variações patrimoniais qualitativas representam as incorporações e as desincorporações de ativos e passivos resultantes da execução orçamentária das receitas e despesas de capital, não afetando o resultado patrimonial do período.

Impacto no Resultado Patrimonial das Provisões Matemáticas Previdenciárias

CONTAS CONTÁBEIS	R\$ milhares	
	31/12/2017	31/12/2016
4.9.7.1.1.03.00.00 – Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias	84.933.927	37.669.322
3.9.7.2.1.00.00.00 – Provisões Matemáticas Previdenciárias	84.253.204	37.796.508
DIFERENÇA	680.723	(127.186)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Impacto no Resultado Patrimonial das Variações Patrimoniais Financeiras

CONTAS CONTÁBEIS	R\$ milhares	
	31/12/2017	31/12/2016
4.4.0.0.0.00.00.00 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.728.929	3.700.571
3.4.0.0.0.00.00.00 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.008.379	3.474.644
DIFERENÇA	720.550	225.927

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Impacto no Resultado Patrimonial das Transferências

R\$ milhares		
CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2017	31/12/2016
4.5.0.0.0.00.00.00 – Transferências e Delegações Recebidas	5.539.959	5.911.506
3.5.0.0.0.00.00.00 – Transferências e Delegações Concedidas	11.030.433	9.901.678
DIFERENÇA	(5.490.474)	(3.990.172)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Impacto no Resultado Patrimonial das Participações Societárias

R\$ milhares		
CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2017	31/12/2016
4.9.2.0.0.00.00.00 – Resultado Positivo de Participações ¹⁸	124.813	164.156
3.9.2.0.0.00.00.00 – Resultado Negativo de Participações	97.483	31.460
DIFERENÇA	27.330	132.696

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

35. Caixa e Equivalentes de Caixa

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez bem como os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do Tesouro, os quais são contabilizados como arrecadação indireta.

Para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os valores da fonte de recursos extra-orçamentários (9.9.99) não integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, pois são recursos não utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. São exemplos desses recursos os depósitos e cauções recebidos.

Com relação ao Balanço Financeiro (BF), os valores da fonte de recursos extra-orçamentários (9.9.99) integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, sendo, portanto, diferente do saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentados na DFC.

Dos valores considerados como caixa e equivalentes de caixa na DFC, a quantia de R\$ 400,26 milhões está aplicada em fundos de investimentos temporários de renda fixa pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais, tendo restrições de uso imediato por parte daquele regime.

¹⁸ Inclui a receita de dividendos.

Tabela Demonstrativa de Caixa e Equivalentes de Caixa das Demonstrações Contábeis

		R\$ milhares	
BALANÇO PATRIMONIAL / BALANÇO FINANCEIRO	VALOR	Demonstração dos Fluxos de Caixa	VALOR
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.614.016	Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto disponibilidade extraorçamentária)	3.910.777
		Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	382.064
		Aplicações em Taxa de Administração do RPPS	18.198
TOTAL	9.614.016	TOTAL	4.311.039

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

36. Outros Ingressos Operacionais/Outros Desembolsos Operacionais

Estão sendo contemplados os valores a título de transferências resultantes da execução orçamentária entre órgãos e entidades do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, tais como as cotas, os repasses e os sub-repasses.

Conciliação do Resultado Orçamentário com a Geração Líquida de Caixa

		R\$ milhares
Item		2017
1. Resultado orçamentário (ver nota explicativa nº 40)		(221.318)
2. Restos a pagar inscritos no período, inclusive serviços da dívida a pagar (despesas empenhadas e não pagas)		1.078.451
3. Restos a pagar pagos no período (despesas empenhadas em anos anteriores)		(446.473)
4. Saldo de transações extraorçamentárias (impactadas na DFC)		(51.745)
5. Retenções a pagar		(57)
6. Outros pagamentos e recebimentos extraorçamentários		26
7. Geração Líquida de Caixa (1+2+3+4+5+6)		358.885

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)**37. Variação do Patrimônio Líquido no Período**

O patrimônio líquido do Estado variou positivamente 128,66%, alcançando o valor de R\$ 20,912 bilhões ao final de 2017. Tal variação é decorrente do resultado positivo do período (R\$ 5,872 bilhões) e das avaliações iniciais dos bens de infraestrutura do Estado.

Sempre é importante salientar que a provisão matemática previdenciária, ao ser incorporada no balanço patrimonial do Estado, teve o seu efeito anulado pelo registro da cobertura da insuficiência financeira. Caso não houvesse registro, o patrimônio líquido seria negativo de R\$ 124,602 bilhões.



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

38. Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias

As receitas intraorçamentárias do período corresponderam a R\$ 1,645 bilhão e foram arrecadadas no Poder Executivo, sendo R\$ 1,641 bilhão de receitas correntes e R\$ 4,5 milhões de receitas de capital.

Detalhamento da despesa intraorçamentária

R\$ milhares

Poder/Órgão	Despesa Intraorçamentária				
	Pessoal e Encargos	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversão Financeira	TOTAL
Executivo	1.106.030	202.219	7.010	816	1.316.076
Legislativo	55.990	2.365	-	-	58.355
Judiciário	186.689	7.686	-	-	194.374
Ministério Público	73.559	1.038	-	-	74.597
Consolidado Geral	1.422.268	213.308	7.010	816	1.643.402

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

39. Superavit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente

R\$ milhares

Superavit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente	2017
Vinculados à Saúde	20.571
Vinculados à Educação	73.340
Vinculados à Previdência	69.596
Vinculados à Segurança Pública	38.440
Vinculados a Operações de Crédito	728.191
Demais Vinculações	356.388
Recursos Ordinários	696.191
TOTAL	1.982.717

Fonte: Grupo de Trabalho de Informações da Gestão Fiscal (GTIF)

Do total das despesas executadas no ano de 2017, o valor de R\$ 1,983 bilhão foi custeado com o superavit financeiro de exercícios anteriores, ou seja, com saldo de caixa referente às receitas arrecadadas em outros anos.

40. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do período foi deficitário em R\$ 221,32 milhões e é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R\$ 25,374 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 25,595 bilhões).

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

41. Resultado Financeiro

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi de R\$ 396 milhões e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 9,614 bilhões) e no início do ano (R\$ 9,218 bilhões).

Conciliação do Resultado Orçamentário com o Resultado Financeiro

Item	R\$ milhares
	2017
1. Resultado orçamentário (ver nota explicativa nº 40)	(221.318)
2. Restos a pagar inscritos no período, inclusive serviços da dívida a pagar (despesas empenhadas e não pagas)	1.078.451
3. Restos a pagar pagos no período (despesas empenhadas em anos anteriores)	(446.473)
4. Retenções a pagar	(57)
5. Saldo de transações extraorçamentárias (depósitos restituíveis e valores vinculados)	48.583
6. Resultado extraorçamentário das aplicações do RPPS	(63.130)
7. Outros pagamentos e recebimentos extraorçamentários	26
8. Resultado financeiro (1+2+3+4+5+6+7)	396.083

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

OUTRAS NOTAS RELEVANTES

42. Transação entre Partes Relacionadas

Apesar de ainda não convergida a norma internacional do setor público que trata de evidenciação de transações entre partes relacionadas (IPSAS 20 – *Related Party Disclosures*), a DCOG/SEF, visando melhorar o padrão de divulgação das informações financeiras do Estado, passará a inserir neste item das notas explicativas as principais transações financeiras ocorridas no período entre o Governo do Estado, ente controlador, e suas empresas controladas.

Em um primeiro momento, estão sendo identificadas as transações financeiras de aumento/redução de capital, ressarcimento de pessoal requisitado, subvenções econômicas, dividendos propostos e garantias e avais com as seguintes empresas:

- | | | | |
|-------------------|------------------|---------------------|-------------------|
| a) Celesc; | b) CASAN; | c) SCPAr; | d) Epagri; |
| e) CODESC; | f) CIASC; | g) BADESC; e | h) BRDE. |



Pagamento de Tributos

As empresas controladas pagaram em 2017 o valor de R\$ 2,327 bilhões em tributos ao Estado, conforme tabela a seguir.

R\$ milhares	
Empresa	Valor
Celesc	2.318.803
CASAN	7.036
Epagri	859
CIASC	155
BADESC	113
SCPar	63
CODESC	40
BRDE	14

Fonte: Diretoria de Administração Tributária

Aumento/Redução de Capital

Durante o exercício de 2017, o Governo do Estado repassou recursos para aumento de capital das seguintes empresas:

R\$ milhares	
Empresa	Valor
Epagri	3.773
CODESC	14.112
CIASC	1.890

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (Relatório Imprimir Nota de Empenho Célula, Consolidado Geral, valores liquidados, elemento 45.90.65.02, acumulado até dezembro)

No período, também ocorreu a regularização orçamentária no valor de R\$ 11,38 milhões pelo encerramento de contratos do PRODEC de adiantamento de capital realizados em períodos anteriores para a SCPar.

Em 2017, houve ainda a redução do capital social da SCPar no valor de R\$ 25 milhões de reais conforme a ata da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 27 de dezembro de 2017.

Ressarcimento de Salários de Pessoal Cedido ao Governo

R\$ milhares	
Empresa	Valor
BADESC	128
CASAN	1.041
CIASC	3.484
CIDASC	428
Celesc	364
CODESC	2.360
Epagri	599
SCPar	292

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (Relatório Imprimir Nota Empenho Célula, Consolidado Geral, valores liquidados, elementos 31.90.96.01, 31.90.92.96 e 31.91.92.96 acumulado até dezembro)

Subvenções Econômicas

Durante o exercício de 2017, o Governo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), repassou ao BADESC, agência financeira de fomento do Estado, o valor de R\$ 16,20 milhões como subvenção econômica para o Programa Juro Zero.

Prestação de Serviços de Partes Relacionadas

No exercício de 2017, o Estado consumiu os valores abaixo em serviços das empresas que controla.

R\$ milhares	
Empresa	Valor
CIDASC	7
CIASC	86.766
Celesc	83.420
CASAN	23.806
CODESC	278

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (Relatório Imprimir Nota Empenho Célula, Consolidado Geral, valores liquidados, elemento 33.90.39, no campo credor o CNPJ de cada empresa, até dezembro)

Dividendos Propostos

Em 2017, houve o recebimento no valor de R\$ 5,51 milhões de dividendos da CASAN.

O Estado tem reconhecido no seu ativo o valor de R\$ 4,90 milhões de dividendos a receber da Celesc.

Valores a Pagar

O Estado tem os seguintes valores reconhecidos como "restos a pagar" junto às partes relacionadas:

R\$ milhares	
Empresa	Valor
CIASC	8.029
Celesc	403
CASAN	184

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (Relatório Imprimir Nota Empenho Célula, Consolidado Geral no campo credor o CNPJ de cada empresa, até dezembro)

Avais e Garantias Concedidas

O Estado é garantidor de operações internas e externas da CASAN, conforme saldos abaixo em 31/12/2017:

R\$ milhares		
Casan (Avais e Garantias do Estado)	31/12/2017	31/12/2016
Caixa Econômica Federal	290.705	298.218
Agence Française Développement	368.710	359.143

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Outras Transações entre Partes Relacionadas

Em agosto de 2016, foi autorizada a redução de capital da SCPar no valor de R\$ 120 milhões, sendo devolvidos ao Tesouro do Estado R\$ 102 milhões naquela oportunidade. A diferença de R\$ 18 milhões, conforme consta em ata da assembleia, realizada em dezembro daquele ano, foi objeto de compensação de dívidas que a empresa alega que o controlador tinha para com ela. A operação de redução do capital social foi objeto de auditoria do Tribunal de Contas do Estado, cujo relatório da análise, contido no processo RLA 17/00809439, concluiu em dezembro de 2017, que, no aspecto formal, a operação foi regular. Todavia, até o exercício findo de 2017, não houve o reconhecimento e a baixa das dívidas pelo Governo do Estado em virtude da falta de encaminhamento e da devida análise do suporte documental.

43. Eventos Subsequentes

Após o encerramento do período contábil, a DCOG/SEF observou um erro no saldo contábil da provisão matemática previdenciária em relação ao suporte documental. O Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA), que serve de suporte para o registro contábil, não levou em consideração o fundo financeiro militar, subavaliando assim os valores inicialmente contabilizados. Observado o erro, a empresa de avaliação atuarial refez o DRAA, e foi autorizada a abertura do período contábil para a correção dos valores.

Secretaria
de Estado da
Fazenda

Diretoria de
Contabilidade
Geral

